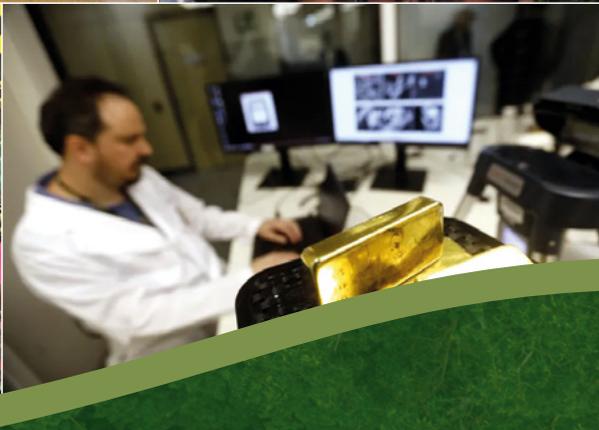


Cartografias da  
Violência na Amazônia



# Experiências promissoras de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência na Amazônia

1ª edição  
Novembro de 2025



# Cartografias da Violência na Amazônia



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA



INSTITUTO  
ITAŪSA

laboratório  
interpretativo  
**laiv**



Instituto  
**Mãe  
Crioula**

## FICHA INSTITUCIONAL FBSP

### **Diretor Presidente**

Renato Sérgio de Lima

### **Diretora Executiva**

Samira Bueno

### **Gerente de Programas e Projetos**

David Marques

### **Gerente de Relações Institucionais**

Juliana Martins

### **Supervisão do Núcleo de Dados**

Isabela Sobral

### **Pesquisadores Sêniores**

Aiala Couto  
Ariadne Natal  
Juliana Brandão  
Leonardo Carvalho  
Manoela Miklos  
Rodrigo Chagas

### **Assessor de relações internacionais**

Nivio Nascimento

### **Equipe Técnica**

Beatriz Schroeder  
Cauê Martins  
Isabella Matosinhos  
Marina Bohnenberger  
Thais Carvalho  
Artur dos Santos (estagiário)  
Gabriela Oliveira (estagiária)

### **Supervisão Administrativa e Financeira**

Débora Lopes

### **Assistente de Diretoria**

Letícia Conceição

### **Equipe Administrativa**

Elaine Rosa  
Sueli Bueno  
Antônia de Araujo

### **Conselho de Administração**

Presidente: Juliana Lemes da Cruz  
Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

### **Conselheiros**

Alan Fernandes  
Bartira Macedo de Miranda  
Cássio Thyone A. de Rosa  
Denice Santiago  
Edson Ramos  
Marlene Inês Spaniol  
Roberto Uchôa  
Daniel Cerqueira  
Arthur Trindade M. Costa  
Paula Ferreira Poncioni  
Juliana Lemes da Cruz

### **Conselho Fiscal**

Lívio José Lima e Rocha  
Renato de Alcino Vieira  
Sandoval Bittencourt

### **Créditos das fotos**

Capa: ASCOM/PCEPA; SSP-AM; Divulgação/PF; Tamires Rescinho/ASCOM-PA; Rodrigo Chagas/Ministério dos Povos Indígenas; Marco Santos/Agência Pará; Leo Otero/Ministério dos Povos Indígenas; Natera/MPAC; Cristiano Mariz.

# Experiências promissoras de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência na Amazônia

1ª edição

## FICHA TÉCNICA PROJETO

### Coordenação Geral

Renato Sérgio de Lima  
Samira Bueno

### Equipe FBSP

Ariadne Natal  
Artur dos Santos (estagiário)  
Beatriz Schroeder  
Cesar Mello  
David Marques  
Isabella Matosinhos  
Isabela Sobral  
Leonardo de Carvalho  
Marina Bohnenberger  
Manoela Miklos  
Thais Carvalho

### Análises e textos

Amanda Lagreca – UFMG  
Ariadne Natal – FBSP  
Cesar Mello – FBSP  
David Marques – FBSP  
Isabella Matosinhos – FBSP  
Leonardo de Carvalho – FBSP  
Marina Bohnenberger – FBSP  
Nivio Nascimento – FBSP  
Rodrigo Chagas – LAIV  
Susana Durão – Unicamp

### Projeto gráfico e diagramação

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital

# Experiências promissoras de prevenção e enfrentamento **ao crime e à violência na Amazônia**

1ª edição

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
Bibliotecária responsável: Maria Claudia Pink L. Dalcorso – CRB 8/7504

F636e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.  
Experiências promissoras de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência na Amazônia [livro eletrônico] / Renato Sérgio de Lima; Samira Bueno (Coord.). São Paulo: FBSP, 2025. (Cartografias da violência na Amazônia).

Recurso digital, 162 p.: il. color.

Formato: PDF

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-89596-47-9

Disponível em:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/288>

1. Políticas públicas - Prevenção da criminalidade - Amazônia (Brasil). 2. Violência - Aspectos sociais - Brasil. 3. Políticas Públicas de Segurança. 4. Crimes ambientais - Controle e prevenção - Amazônia Legal (Brasil). 5. Segurança pública - Desenvolvimento sustentável - Brasil. I. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. II. Título.

23. ed. CDD 364.609816

## Como referenciar:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Experiências promissoras de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência na Amazônia**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/288>. Acesso em:

# Sumário

Apresentação.....	6
<b>Iniciativa 01</b>	
Base Fluvial Integrada Arpão Coari (AM) com uso de cães policiais de faro.....	8
<b>Iniciativa 02</b>	
Bases Fluviais do Estado do Pará.....	30
<b>Iniciativa 03</b>	
Programa Ouro Alvo: Rastreamento forense do ouro ilegal no Brasil.....	45
<b>Iniciativa 04</b>	
Operação Curupira.....	66
<b>Iniciativa 05</b>	
Ministério Público do Acre (MPAC): Feminicidômetro, Proteja Mulher e Projeto Txai.....	83
<b>Iniciativa 06</b>	
Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO).....	105
<b>Iniciativa 07</b>	
Autoproteção indígena na Amazônia: aproximações sobre iniciativas emergentes.....	121
<b>Iniciativa 08</b>	
Casa de Governo.....	140

# Apresentação

Esse suplemento visa explicitar que, não obstante os enormes desafios que o crime organizado e a segurança pública impõem à Amazônia, há saídas e que precisamos valorizá-las. Em um contexto de governança de cenários e problemas complexos, esta publicação tem por objetivo destacar iniciativas que têm potencial de gerar impactos promissores no controle do crime, na prevenção da violência e na promoção de direitos para territórios e populações na região. A premissa que move este documento é que não há uma única fórmula mágica; uma receita escalável e infalível. Ao contrário, as práticas que serão detalhadas na sequência são, na sua essência, exemplos de iniciativas federais ou subnacionais que valorizam o território e as dificuldades locais que ele coloca para a formulação e implementação de políticas públicas.

Por esta perspectiva, selecionamos e detalhamos oito iniciativas de segurança pública e proteção territorial na Amazônia brasileira. O documento descreve as **Bases Fluviais Integradas do Amazonas** (Base Arpão Coari) e **do Pará**, que visam combater o narcotráfico, crimes ambientais e a pirataria fluvial por meio da presença estatal permanente e da integração interagências. Também descreve os **programas especializados como o “Ouro Alvo”**, que utiliza ciência forense para rastrear ouro ilegal, e a **“Operação Curupira”**, voltada à fiscalização e combate ao desmatamento no Pará. Além disso, analisa a **Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO)** no contexto amazônico; as iniciativas do Ministério Público do Acre (**Feminicidômetro, Proteja Mulher e Projeto Txai**) para enfrentar a violência de gênero; a complexa estrutura da **Casa de Governo** criada para a TI Yanomami; e as diversas **modalidades/estratégias de autoproteção indígena** contra ameaças externas.

Em comum, as iniciativas de segurança na Amazônia aqui documentadas enfrentam desafios substanciais de logística e sustentabilidade institucional, buscando contorná-los através da integração interinstitucional, do aproveitamento estratégico da geografia e da diversificação das fontes de custeio.

Talvez um dos maiores exemplos de tais desafios é o “custo Amazônia”, que fica mais explícito se descrito em sua dimensão financeira.

Em uma estimativa aproximada, se compararmos o custo de deslocamento por 500 km em uma lancha blindada no interior do Amazonas com aquele feito por uma viatura padrão por rodovias na região Sudeste, veremos que, só de combustível, uma lancha blindada operando nos rios da Amazonia custa, em média, entre R\$ 6 e R\$ 7 mil, enquanto uma viatura rodoviária no Sudeste exige algo como R\$ 260,00 para percorrer a mesma distância. Ou seja, **fazer policiamento na Amazônia tem um custo 25 vezes maior só com combustível do que fazer policiamento em rodovias do Sudeste**. E nesse cálculo não estão computadas outras despesas como diárias ou pernoites, já que essa mesma distância levará muito mais horas para ser percorrida de barcos do que por veículos rodoviários.



Proteger a Amazônia tem custos e o Estado, em suas múltiplas esferas e poderes, precisa dizer se está disposto a arcar com eles. A Amazônia não pode ser vista como local apenas de reprodução de modelos e arranjos institucionais que deram certo em outras áreas. Por certo é possível se inspirar em boas práticas de outras regiões, mas é fundamental construir soluções locais que tenham nas especificidades dos territórios e da população que neles vive sua principal identidade. A região precisa motivar inovação e novos arranjos federativos e de governança que articulem segurança pública, justiça, direitos e soberania com agenda climática e desenvolvimento de novas bioeconomias.

Para tanto, a agenda climática deve incorporar a questão do crime organizado e de salvaguardas ao Estado de Direito como eixo estratégico dos seus projetos e programas de ação. Não à toa, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem buscado, desde 2020, compilar um conjunto amplo de dados e evidências sobre a conexão entre crime organizado, violência, soberania e agenda climática. E, como fio condutor, nossos vários estudos trazem à tona a expansão e influência de grupos conhecidos no Brasil como “facções” criminais, que na sua origem exploram redes e rotas do narcotráfico, mas que estão expandindo seu poder bélico e financeiro na simbiose com crimes ambientais e com outros mercados lícitos e ilícitos.

É fato que a captura cada vez mais intensa de territórios, economias e mercados por organizações do narcotráfico é um fenômeno que afeta não só o Brasil, mas vários países da região Amazônica, até em função de a quase totalidade da produção de cocaína do mundo se concentrar em países como Bolívia, Colômbia e Peru. O Brasil, em particular, é o segundo maior mercado consumidor de Cocaína do mundo e grande hub de distribuição de drogas para outros continentes. Isso faz com que as rotas do narcotráfico se sobreponham nas múltiplas camadas de vulnerabilidades das florestas e cidades da região, entre elas as violências históricas a que os amazônidas estão submetidos

Em suma, a Amazônia, seus povos e territórios estão no centro do debate sobre os principais temas da agenda geopolítica e estratégica internacional: segurança, energia, mineração e transição verde. Porém, ao contrário de se beneficiar desta posição, a região enfrenta enormes e complexas ameaças, com destaque para as novas configurações socioeconômicas, políticas e ambientais derivadas da atividade crescente de organizações criminosas de caráter transnacional. A expansão do crime organizado liderado por facções de base prisional, que se conecta às estruturas ilícitas que movem os crimes ambientais e aproveita a fragilidade dos sistemas de segurança pública e justiça do país, precisa ganhar relevância no desenho de estratégias e soluções que visem desenvolver novas socio bioeconomias, bem como garantir direitos e justiça.



Esse suplemento não teria sido possível sem o apoio e o engajamento dos Governos do Amazonas e do Pará, por meio de suas Secretarias de Segurança Pública, que disponibilizaram vagas em seus recursos logísticos para que a equipe do FBSP pudesse acompanhar em campo as atividades que serão descritas neste documento. Também agradecemos ao Ministério Público do Acre, bem como os responsáveis pelo programa Ouro Alvo e pela FICCO, na Polícia Federal, e pela Casa de Governo, em Roraima. Um agradecimento especial ao Instituto Clima e Sociedade e ao Instituto Itaúsa, que financiaram o presente projeto, e, por fim, à equipe de pesquisadoras e pesquisadores que viabilizou em tempo recorde a produção da presente edição. Todos compartilhamos a convicção de que focar em práticas como as aqui reunidas é um passo decisivo para enfrentar os desafios da Amazônia, reconhecendo que seus povos, florestas e cidades são parte essencial das respostas rumo a um novo e sustentável modelo de desenvolvimento para o Brasil.

**Samira Bueno**  
**Renato Sérgio de Lima**  
Novembro de 2025



Iniciativa **01****Base Fluvial Integrada Arpão Coari (AM) com uso de cães policiais de faro****Ariadne Natal***Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Pesquisadora Sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública***Cesar Mello***Professor dos Programas de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA e da UEA e Pesquisador Sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública***FICHA TÉCNICA**

	<b>Nome da iniciativa:</b> Base Fluvial Integrada Arpão (Coari/AM) <sup>1</sup>
	<b>Órgão principal responsável pela implementação:</b> Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM)
	<b>Data de criação:</b> 2020
	<b>UF de atuação e abrangência territorial:</b> Estado do Amazonas - Rio Solimões, próximo ao município de Coari.
	<b>Parcerias:</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Polícia Militar do Amazonas (PM-AM), Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), Departamento de Polícia Técnico-Científica (DPTC), Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM), Força Nacional e Marinha do Brasil.
	<b>Status atual:</b> Em funcionamento



<sup>1</sup> Anteriormente, a base era chamada de Base Arpão I, nome que correspondia à embarcação utilizada. Contudo, em março de 2025, em razão da deterioração a embarcação foi substituída por uma mais moderna, denominada Base Arpão III. Por essa razão, a Secretaria de Segurança Pública optou por passar a usar o nome da localidade onde se encontra, Coari, em vez do nome da embarcação, já que ela pode ser alterada.





**Resumo:** A Base Fluvial Integrada Arpão, inaugurada em agosto de 2020 no rio Solimões, nas proximidades do município de Coari (AM), foi criada para fortalecer o enfrentamento ao narcotráfico e aos crimes ambientais na Amazônia. Localizada a cerca de 24 horas de barco de Manaus, a base foi projetada para operar de forma autônoma por até 30 dias e abriga até 60 profissionais de diferentes forças de segurança — entre eles, integrantes da PM, PC, Corpo de Bombeiros, Marinha, Força Nacional e órgãos ambientais. Sua estrutura conta com alojamentos, refeitório, academia, canil e um centro de monitoramento, além de dispor de lanchas blindadas e cães farejadores. Suas equipes realizam fiscalizações compulsórias de embarcações e operações móveis estratégicas, com foco em ações preventivas e repressivas contra o tráfico de drogas, pirataria, biopirataria, crimes ambientais e tráfico de pessoas. O modelo operacional da Base Arpão tem apresentado resultados expressivos e demonstra potencial para se consolidar como referência em segurança pública integrada. Seu êxito estimulou a implantação de outras três bases fluviais em pontos estratégicos do Amazonas, ampliando a presença do Estado e dificultando a logística do crime organizado em regiões de difícil acesso.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Organizações criminosas transnacionais têm explorado de forma estratégica as características geográficas da Amazônia brasileira para consolidar rotas de narcotráfico. A extensa malha fluvial da região, que representa simultaneamente o principal — e, em muitos casos, o único — meio de transporte e desenvolvimento das populações locais, também funciona como um corredor logístico amplamente utilizado para o tráfico de drogas, armas e outros produtos ilícitos<sup>2</sup>.

Com 3.870 quilômetros de fronteira compartilhada com três países produtores de entorpecentes — Peru, Colômbia e Venezuela — e uma complexa rede hidrográfica que ultrapassa fronteiras nacionais, a Amazônia configura-se como um território especialmente favorável ao estabelecimento e à manutenção dessas rotas. Nesse contexto, a chamada “Rota do Solimões”<sup>3</sup> consolidou-se como um dos principais eixos de entrada e escoamento de drogas — sobretudo cocaína e maconha do tipo *skunk*<sup>4</sup> — provenientes dos países andinos, destinadas tanto ao consumo interno quanto à exportação para mercados internacionais<sup>5</sup>. Tecnicamente, essa rota tem início em Tabatinga (AM), na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, e se estende por todo o curso do rio Solimões até o Oceano Atlântico, alcançando as cidades de Belém (PA) e Macapá (AP). Ao longo desse trajeto, Manaus e Santarém assumem papel estratégico, por abrigarem importantes portos e aeroportos com conexões nacionais e internacionais, que facilitam o escoamento de cargas e o trânsito de pessoas e mercadorias.

2 GOMES, I. E. F., FIORI, D. D., & FERREIRA JUNIOR, E. I. (2025). Infraestrutura, Economia e Segurança Pública no Amazonas: O Papel das Hidrovias na Dinâmica Social e Criminal. *Cuadernos De Educación Y Desarrollo* - QUALIS A4, 17(4), e8163. <https://doi.org/10.55905/cuadv17n4-146>.

3 A Rota do Solimões tem origem fora do Brasil, nas regiões produtoras de coca da Colômbia e do Peru, e utiliza a ampla rede hidrográfica e a navegabilidade do Rio Solimões e de seus principais afluentes — Rio Javari, Rio Içá (também conhecido como Putumayo) e Rio Japurá (ou Caquetá) para o transporte de drogas. O percurso entra em território brasileiro pelo estado do Amazonas, na região do Alto Solimões, nas proximidades de Tabatinga. Com cerca de 1.700 km de extensão dentro do Brasil, o Rio Solimões segue até Manaus, onde passa a ser denominado Rio Amazonas, continuando seu fluxo em direção a Santarém (AM), ao Amapá e à Belém (PA), até desaguar no Oceano Atlântico.

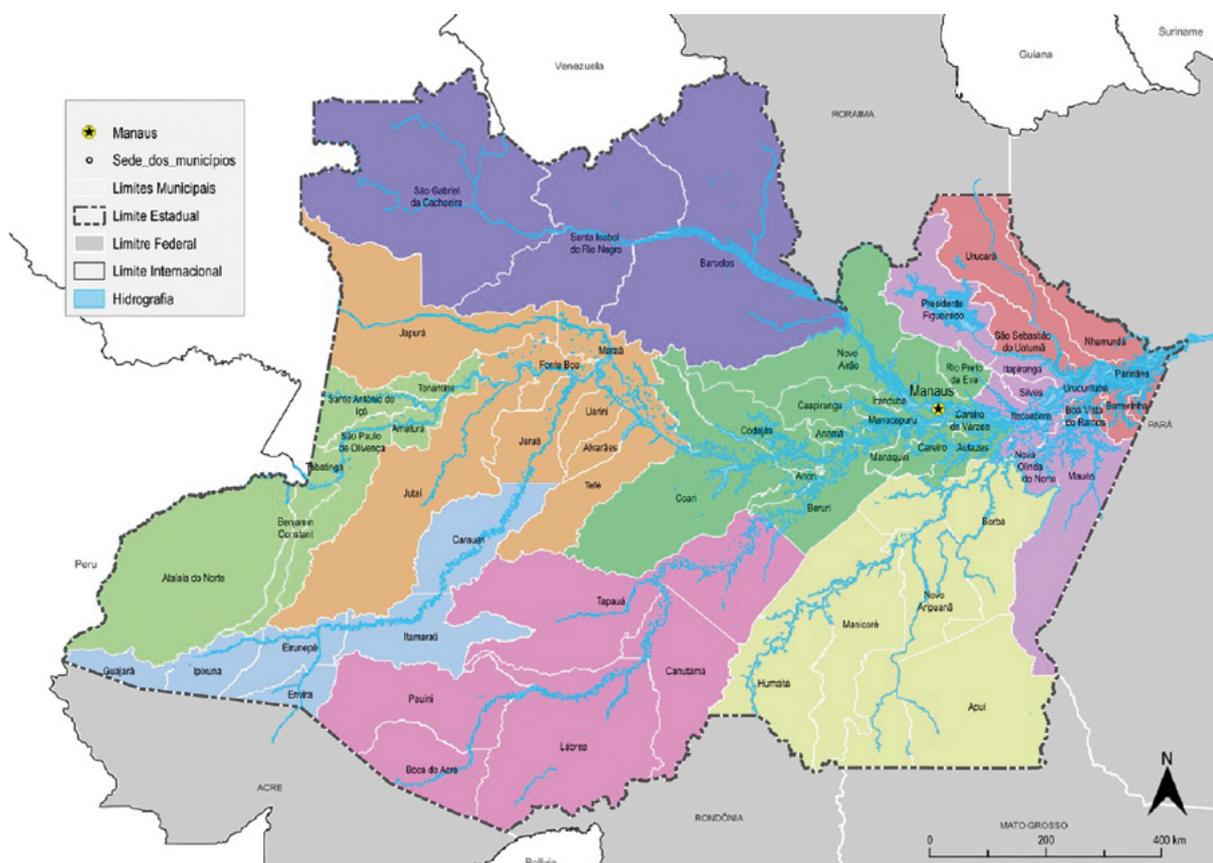
4 Skunk é uma variedade de *cannabis* conhecida pelo seu alto teor de THC, o principal componente psicoativo da planta, que produz um efeito mais potente e mais duradouro. Recebe esse nome por causa do forte cheiro pungente e característico, semelhante ao odor liberado por um gambá (*skunk*, em inglês).

5 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Cartografias da violência na Amazônia. Vol. 3. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.



Mapa 1

Estado do Amazonas, divisão dos municípios por sub-região



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI, 2023.

Associada ao narcotráfico, a pirataria fluvial emergiu como uma ameaça direta e violenta às populações ribeirinhas e indígenas, gerando um ambiente de insegurança que compromete a vida econômica, social e a implementação de políticas públicas<sup>6</sup>. Paralelamente, crimes ambientais sistêmicos — muitas vezes tolerados ou socialmente legitimados —, como o desmatamento, o garimpo<sup>7</sup>, a extração ilegal de madeira e a pesca predatória, articulam-se frequentemente a redes de narcotráfico, conformando economias criminosas integradas que exploram as fragilidades institucionais e a baixa presença estatal na região.

Os vastos territórios de difícil acesso, a baixa densidade populacional<sup>8</sup> e a carência estrutural de recursos públicos limitam significativamente a capacidade de controle e fiscalização sobre esse cenário<sup>9</sup> complexo. A escassez de efetivos, equipamentos e infraestrutura impõe sérios obstáculos à continuidade das operações policiais em áreas remotas, que demandam elevado nível de coordenação logística. Soma-se a isso a dificuldade de fixação de profissionais qualificados e a persistente fragmentação institucional entre os diferentes níveis de governo e forças de segurança.

6 OLIVEIRA DE QUEIROZ, K. Da fragilidade do espaço à vulnerabilidade do território: a pirataria fluvial no rio Solimões no estado do Amazonas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 18, n. 3, p. 204–228, 2025. DOI: 10.5216/ag.v18i3.76794.

7 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

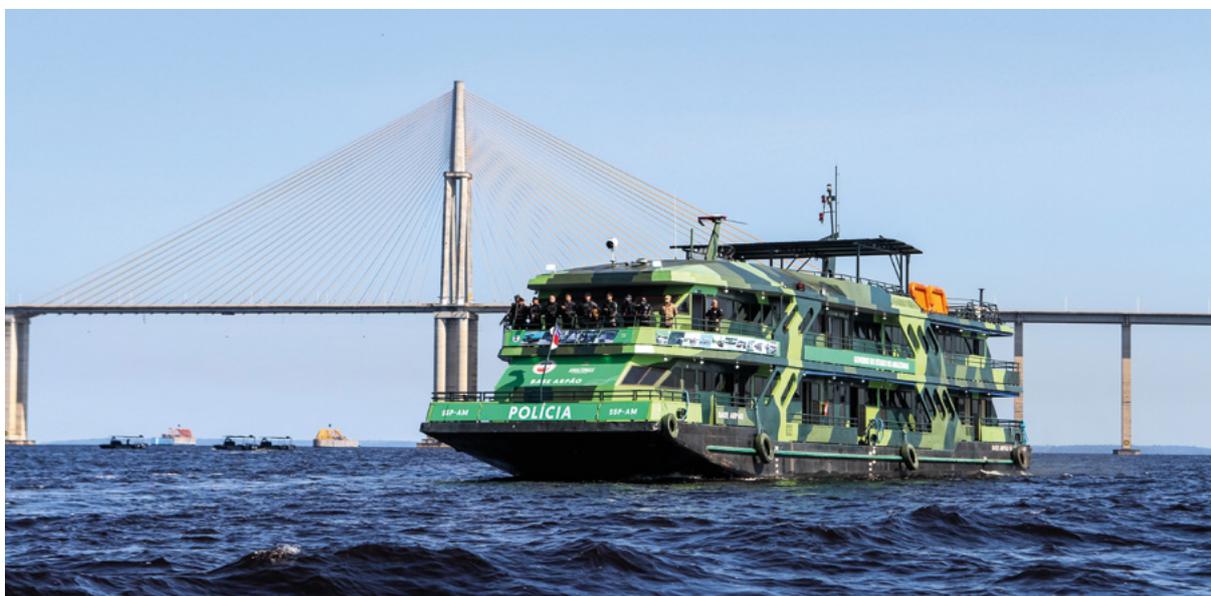
8 2,23 habitantes por km<sup>2</sup>.

9 LIMA, Renato Sérgio (coord.). *Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia*. São Paulo: FBSP, 2022.



O objetivo central da iniciativa é **enfrentar, de forma coordenada e contínua**, o narcotráfico, a pirataria fluvial e os crimes ambientais nas principais calhas de rios do Amazonas, desarticulando organizações criminosas e ampliando a sensação de segurança das comunidades ribeirinhas.

Diante desse panorama, a criação das Bases Fluviais Integradas surgiu como uma resposta sistêmica aos desafios impostos pelas rotas transnacionais do narcotráfico e pelos demais ilícitos a elas associados. A iniciativa busca estabelecer presença estatal permanente em pontos estratégicos, promover ações de fiscalização, prevenir crimes e proteger populações vulneráveis. Seu objetivo central é enfrentar, de forma coordenada e contínua, o narcotráfico, a pirataria fluvial e os crimes ambientais nas principais calhas de rios do Amazonas, desarticulando organizações criminosas e ampliando a sensação de segurança das comunidades ribeirinhas.



Base Fluvial Integrada Arpão Coari (AM). **Foto:** Imagem cedida pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

O processo de concepção e implementação do projeto foi colaborativo, envolvendo mais de um ano de planejamento conjunto entre o Governo do Amazonas e o Governo Federal, por meio da Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Essa articulação foi decisiva para que a iniciativa fosse incorporada a programas nacionais de segurança pública de maior escopo, o que garantiu sua viabilidade política e financeira.

No âmbito estadual, a Base Arpão consolidou-se como um dos principais eixos do programa Amazonas Mais Seguro, tornando-se referência no fortalecimento da segurança pública regional. Em nível federal, passou a integrar o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA) e sua vertente operacional, a Operação Hórus. Por meio desse programa, o governo federal oferece suporte às forças estaduais por meio da doação de equipamentos, implantação de sistemas e pagamento de diárias aos policiais embarcados, incentivando a mobilização conjunta das



forças estaduais e federais em operações integradas<sup>10</sup>. Em 2024, a Operação Hórus foi reestruturada e rebatizada como Programa Nacional de Proteção das Divisas, Fronteiras e Biomas (Protetor), ampliando seu escopo para incluir ações voltadas à proteção ambiental e à segurança pública em áreas fronteiriças e nas divisas estaduais.

A Base Fluvial Integrada Arpão, localizada em Coari, foi concebida justamente para permitir mobilidade e garantir alojamento dos efetivos estaduais e federais<sup>11</sup> envolvidos em operações de combate à criminalidade nas principais rotas utilizadas pelo narcotráfico na região, garantindo condições adequadas de trabalho. O êxito do modelo levou à sua consolidação e replicação em outras áreas do Estado, bem como em outras unidades da federação, como o Pará, de forma que as bases fluviais integradas foram progressivamente incorporadas à estrutura fixa da segurança pública, tornando-se instrumentos fundamentais para assegurar a presença contínua do Estado e o monitoramento permanente dos rios. Mais do que viabilizar operações eventuais, a ambição do programa é estabelecer o controle estatal sistemático sobre as grandes artérias fluviais da Amazônia, dificultando a logística dos mercados ilícitos e produzindo efeitos em cascata sobre toda a estrutura do crime, com expectativa de reflexos positivos até mesmo na redução da violência nos centros urbanos.

---

## MAPEAMENTO DE ATORES E GOVERNANÇA

O desenho institucional da Base Fluvial Integrada Arpão, em Coari, é marcado pela integração entre diferentes forças de segurança, sob coordenação da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), por meio do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas (GGI-F).

Entre as forças estaduais envolvidas, destaca-se a Polícia Militar do Amazonas (PMAM), responsável pelo patrulhamento e pelas abordagens de rotina, com apoio de unidades especializadas como o Comando de Policiamento Especializado (CPE), as Rondas Ostensivas Cândido Mariano (Rocam) e a Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCães), cuja atuação com cães farejadores é essencial na detecção de narcóticos.

A Polícia Civil do Amazonas (PC-AM) responde pelos procedimentos de polícia judiciária, realizando a lavratura de flagrantes e a instauração de inquéritos, com delegados e escrivães embarcados. O Departamento de Polícia Técnico-Científica (DPTC) mantém um pequeno laboratório a bordo, permitindo a realização de perícias criminais no local, incluindo a análise de entorpecentes e materiais apreendidos, o que confere maior celeridade e robustez às provas produzidas. O Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM) contribui com equipes especializadas, sobretudo mergulhadores responsáveis por vistorias subaquáticas — essenciais na verificação de drogas presas aos cascos das embarcações —, além de atuar em operações de busca e resgate.

No âmbito federal, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) desempenha papel estratégico, fornecendo recursos financeiros e assegurando o pagamento de diárias aos policiais embarcados. A Força Nacional de Se-

<sup>10</sup> PAIVA, Anézio Brito de; MANSUR, Carlos Alberto; COSTA, Carlos André Viana da; PEREIRA, Jonas Santos; GRECO, Rogério; MACHADO, Ualame. **Combate ao narcotráfico nas calhas dos rios amazônicos: análise dos principais efeitos do modelo de base fluvial integrada no combate ao narcotráfico nas calhas dos rios amazônicos**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA Executivo em Gestão e Governança em Segurança Pública) – Fundação Getúlio Vargas – FGV In Company, Rio de Janeiro, 2024. Orientador: Prof. Dr. Marco Túlio Fundão Zanini.

<sup>11</sup> Embora a base tenha sido concebida para a integração de diversos órgãos de segurança em níveis estadual e federal, a atuação direta nas operações de combate ao crime fica majoritariamente a cargo das polícias estaduais, com a colaboração federal desempenhando apenas o papel de suporte institucional, mas sem participação direta no cotidiano das operações.



gurança Pública reforça o efetivo, especialmente na proteção da embarcação, com sua presença formalizada por portarias do MJSP renovadas periodicamente.

A Marinha do Brasil também integra a rotina operacional da Base, atuando como autoridade marítima e realizando inspeções administrativas nas embarcações abordadas para verificar o cumprimento das normas de navegação — incluindo documentação, habilitação dos condutores, segurança dos passageiros e condições de navegabilidade.

Outros órgãos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal, participam pontualmente de operações específicas, embora não componham as equipes fixas que se revezam no cotidiano da Base.

A base promove a convivência próxima de agentes de diferentes corporações, fortalecendo os laços de confiança, melhorando o fluxo de informações e otimizando a coordenação, o que supera barreiras burocráticas e culturais que tradicionalmente dificultavam a cooperação entre agências.

Funcionando como um hub físico para colaboração, a base promove a convivência próxima de agentes de diferentes corporações, fortalecendo os laços de confiança, melhorando o fluxo de informações e otimizando a coordenação, o que supera barreiras burocráticas e culturais que tradicionalmente dificultavam a cooperação entre agências. Esse arranjo de governança reúne diversas especialidades em uma plataforma operacional de ciclo completo, que abrange desde a detecção e repressão até a investigação, coleta de provas e encaminhamento ao Judiciário. A integração institucional permite articular inteligência, recursos e competências de forma coesa em um modelo de “balcão único” conferindo agilidade, assertividade e continuidade às operações em todas as fases do processo.

Em pesquisa realizada com dez gestores de Bases Fluviais nos estados do Amazonas e do Pará, Paiva *et al.* (2024)<sup>12</sup> destacam que 70% dos entrevistados avaliam a integração entre os órgãos como

muito boa, e 20% como boa, atribuindo o sucesso do modelo à clara divisão de competências e à ausência significativa de conflitos institucionais — fatores que contribuem para um ambiente cooperativo e eficiente, capaz de gerar resultados positivos. Apesar da avaliação amplamente favorável, os gestores enfatizam a importância de institucionalizar essa integração para assegurar sua sustentabilidade no longo prazo e aprimorar os mecanismos de compartilhamento de informações<sup>13</sup>.

12 PAIVA, Anézio Brito de; MANSUR, Carlos Alberto; COSTA, Carlos André Viana da; PEREIRA, Jonas Santos; GRECO, Rogério; MACHADO, Ualame. **Combate ao narcotráfico nas calhas dos rios amazônicos: análise dos principais efeitos do modelo de base fluvial integrada no combate ao narcotráfico nas calhas dos rios amazônicos**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA Executivo em Gestão e Governança em Segurança Pública) – Fundação Getúlio Vargas – FGV In Company, Rio de Janeiro, 2024. Orientador: Prof. Dr. Marco Túlio Fundação Zanini.

13 Embora 60% considerem a troca de dados muito boa e 40% boa, o estudo aponta que ainda há espaço para o fortalecimento dos fluxos de comunicação e das práticas de cooperação interinstitucional.





Profissionais que atuam na Base Fluvial Integrada Arpão. **Foto:** Imagem cedida pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

## DESENHO OPERACIONAL E IMPLEMENTAÇÃO

A Base Fluvial Integrada Arpão, em Coari, é uma embarcação de grande porte, com 38 metros de comprimento, 8,5 metros de largura e três andares, que opera como um posto policial avançado de funcionamento contínuo. Ela está estrategicamente posicionada em um trecho de estreitamento do rio Solimões, onde a menor distância entre as margens facilita o controle do tráfego fluvial e otimiza as operações de fiscalização e abordagem<sup>14</sup>.

Adaptada para ser autossuficiente e operar de forma autônoma<sup>15</sup>, a Base Fluvial Arpão dispõe de uma infraestrutura completa que inclui alojamentos, cozinha, refeitório, depósitos, área de descompressão<sup>16</sup>, academia, laboratório da Polícia Técnico-Científica, sala de cartório para a Polícia Civil, setor de custódia, canil para cães policiais, balsa de apoio para revistas e gabinetes destinados aos comandantes.

Além disso, conta com uma lancha administrativa, utilizada para o deslocamento das equipes, e uma lancha blindada com capacidade para até oito pessoas, equipada com armas longas, que garante a segurança nas abordagens e amplia a mobilidade operacional. As equipes dispõem ainda de óculos de visão noturna, sistema de radiocomunica-

<sup>14</sup> O local onde hoje se encontra a base costumava ser uma área bastante utilizada por piratas para a realização de ataques justamente em função da geografia do rio que facilita a realização de abordagens.

<sup>15</sup> Isto significa que a base possui geradores, comunicações e capacidade de armazenamento de água e mantimentos que permite seu funcionamento mesmo distante da estrutura urbana, permitindo a alocação em locais remotos.

<sup>16</sup> Refere-se a um espaço designado para que as equipes possam realizar atividades de descanso, lazer e interação social, com o intuito de reduzir o stress. Este espaço é fundamental para garantir a saúde física e mental dos profissionais envolvidos e garantir que possam se recuperar depois do trabalho.



ção digital para comunicações seguras e acesso à internet via satélite, o que assegura conectividade permanente e apoio às atividades de monitoramento.

A capacidade total é para 60 pessoas<sup>17</sup>, incluindo o efetivo de instituições de segurança e uma equipe terceirizada que presta serviços de hotelaria como limpeza, lavanderia, preparo das refeições, e cuidados gerais, para que os agentes possam se concentrar apenas em sua atividade fim.

A seleção dos agentes embarcados prioriza profissionais com treinamento e experiência prévia em operações fluviais, além de especializações específicas, como o manejo de cães farejadores e a pilotagem de lanchas rápidas, competências essenciais para as atividades de fiscalização e segurança da base.

A escala de trabalho é mensal, composta por equipes provenientes de diferentes instituições que partem majoritariamente de Manaus<sup>18</sup> e permanecem embarcadas por 30 dias consecutivos. Essa rotatividade é considerada fundamental tanto para reduzir o desgaste físico e emocional dos agentes, quanto para minimizar riscos de corrupção. No caso dos cães de faro, são dois animais que também permanecem embarcados durante o período de operação, revezando-se nas inspeções diárias realizadas ao longo dos 30 dias.

Um dos principais incentivos para os policiais que se dispõem a atuar na base é o pagamento de diárias — cerca de R\$ 335 por dia —, aliado ao fato de que hospedagem, alimentação e serviços são integralmente fornecidos a bordo, reduzindo custos pessoais e tornando a missão mais atrativa.

A base opera 24 horas por dia, com equipes que se revezam a cada 48 horas em turnos ininterruptos, assegurando a continuidade das operações e mitigando o desgaste físico e mental dos profissionais. O isolamento prolongado, a conectividade limitada com familiares, as restritas oportunidades de lazer e as condições climáticas extremas tornam o trabalho particularmente exigente. Eventualmente, durante o período de cheia dos rios, as equipes têm a possibilidade de acessar comunidades ribeirinhas próximas para breves momentos de convívio social e descanso, o que contribui para aliviar a rotina intensa.

A base pode ser deslocada quando necessário, embora o ponto atual seja considerado estrategicamente ideal, tanto pela navegabilidade do rio quanto pela possibilidade de controle eficiente do tráfego fluvial. A doutrina operacional estabelece a abordagem sistemática de todas as embarcações que descem o rio em direção à capital — desde pequenas canoas até grandes balsas e navios.

De modo geral, os condutores das embarcações comerciais e de passageiros que circulam pela região já conhecem os procedimentos e costumam preparar-se previamente para a inspeção, realizando contato via rádio para comunicar a aproximação e receber orientações de atracação e vistoria. Ao chegarem à base, encostam a embarcação na balsa de apoio e aguardam a checagem pelas equipes de fiscalização.

17 O número de policiais embarcados pode variar, mas em fevereiro de 2025 eram: 23 policiais militares, 3 policiais civis (1 delegado e 2 investigadores), 2 mergulhadores do corpo de bombeiros e 1 perito criminal, além de 8 policiais da Força Nacional. Fonte: [https://pm.am.gov.br/portal/noticia/governo\\_do\\_amazonas\\_passa-18492](https://pm.am.gov.br/portal/noticia/governo_do_amazonas_passa-18492).

18 O plano inicial era que a embarcação se deslocasse uma vez ao mês para a capital, para a realização de abastecimento e troca de efetivo. Entretanto, em função do tempo e dos custos envolvidos, atualmente a troca é feita no local e o efetivo deslocado até lá em lanchas rápidas, uma viagem que dura cerca de 12 horas.





Pesca ilegal apreendida pela equipe da Base Fluvial Integrada Arpão. **Foto:** Imagem cedida pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

As abordagens têm início com uma vigilância visual das embarcações, seguida pela verificação de documentos e pela avaliação do comportamento dos condutores e passageiros. Caso seja identificado algum indício de irregularidade — seja por observação direta, por informações de inteligência ou por seleção aleatória —, a embarcação é submetida a uma revista mais aprofundada.

Dependendo do porte da embarcação, todos os passageiros e tripulantes desembarcam, levando consigo apenas as bagagens de mão, e aguardam na balsa de apoio enquanto equipes especializadas realizam inspeções minuciosas. Nessas ações, o **uso de cães farejadores** é fundamental, dada sua alta efetividade na detecção de entorpecentes mesmo em compartimentos ocultos. Considerando a extensão e a complexidade das áreas a serem vistoriadas - o layout interno e externo das embarcações, o grande número de passageiros e as múltiplas possibilidades de ocultação de drogas -, além da necessidade de garantir agilidade nas operações (já que as embarcações não podem permanecer muito tempo paradas), o emprego de cães de faro mostra-se o método mais eficiente, e em muitos casos o único capaz de realizar esse tipo de trabalho com precisão e rapidez. Quando necessário, mergulhadores do Corpo de Bombeiros são acionados para vistoriar os cascos e áreas submersas.

Se alguma substância suspeita é localizada, o material é encaminhado à Polícia Técnico-Científica, que conta com peritos embarcados e dispõe de equipamentos e reagentes para análises imediatas, emitindo laudos preliminares<sup>19</sup> a bordo. Em seguida, o caso é repassado à Polícia Civil, também presente na base, para lavratura do auto de prisão em flagrante e continuidade do processo na esfera criminal.

Além das abordagens sistemáticas, a base mantém equipes de intervenção que operam em lanchas rápidas blindadas, com capacidade para até oito agentes. Essas equipes realizam patrulhamentos táticos e operações de perseguição e interceptação de suspeitos, com base em informações de inteligência ou em ocorrências detectadas durante o monitoramento cotidiano. A blindagem das lanchas oferece proteção essencial aos policiais, sobretudo em situações de confronto com criminosos armados, garantindo maior segurança nas ações.

<sup>19</sup> Em se tratando de drogas, posteriormente o material é enviado ao laboratório para reanálise e emissão de laudo definitivo.



## O EMPREGO DE CÃES DE FARO NA BASE FLUVIAL INTEGRADA ARPÃO COARI

O emprego de cães de faro consolidou-se como uma estratégia essencial no combate ao tráfico de drogas, aproveitando sua excepcional sensibilidade olfativa para identificar substâncias ilícitas com rapidez e precisão. Os cães domésticos (*Canis familiaris*) possuem características anatômicas e fisiológicas que os tornam altamente eficientes na detecção de cocaína, maconha e drogas sintéticas em diversos contextos operacionais.

No Brasil, Jantorno et al. (2024)<sup>20</sup> demonstraram a alta eficiência desses animais com base em dados da Receita Federal (2010–2020): cada novo cão incorporado resultou em aumento médio de 3,1 toneladas de drogas apreendidas, respondendo por 37% das apreensões de cocaína e 12,7% das de maconha, o que representou perdas de US\$ 1,9 bilhão às organizações criminosas. O estudo também apontou taxa média de sucesso de 19,75% e destacou a importância de descanso regular após cerca de 30 operações consecutivas para preservar o desempenho.

Inspiradas por esses resultados, as Bases Fluviais do Amazonas incorporaram cães de faro às suas operações, tornando-se referência nacional na integração entre policiamento fluvial e cinotecnia. O modelo combina presença permanente, tecnologia embarcada e detecção olfativa especializada, elevando significativamente a eficiência na fiscalização das rotas do rio Solimões.

O bem-estar animal é prioridade. Cada missão conta com dois cães<sup>21</sup> e quatro condutores, embarcados por 30 dias<sup>22</sup>, com escala de revezamento entre patrulha e descanso. As bases dispõem de canis climatizados, piso antiderrapante e estrutura completa para cuidados veterinários, higiene e alimentação. Os cães participam de atividades recreativas e aquáticas para reduzir o estresse e garantir motivação.

Nas operações, os cães acompanham as equipes nas inspeções de embarcações, farejando cargas e estruturas internas. Quando um animal sinaliza presença de droga, um segundo cão é acionado para confirmação antes da inspeção manual. Essa atuação reduz o tempo de vistoria, aumenta as taxas de apreensão e reforça o controle estatal nas hidrovias amazônicas.



Drogas apreendidas com auxílio de cão de faro na Base Arpão Coari.  
Foto: Imagem cedida pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

20 JANTORNO, Gustavo Machado et al. Detection dogs fighting transnational narcotraffic: performance and challenges under real customs scenario in Brazil. *Frontiers in Veterinary Science*, v. 11, p. 1380415, 2024.

21 Idealmente seriam necessários cerca de 4 cães por base para que os cães pudessem ter dias intercalados de trabalho e folga durante a missão, tal como os demais policiais.

22 Ao final de cada missão, depois de 1 mês embarcado, os cães necessitam de períodos de descanso prolongados antes de voltar novamente para a base fluvial para a próxima missão.

No que se refere ao tráfico de drogas, o perfil dos envolvidos é diverso. Há desde “mulas” — indivíduos de baixa renda, geralmente não violentos, recrutados para o transporte de entorpecentes —, até narcotraficantes organizados, em sua maioria peruanos e colombianos, fortemente armados e atuantes principalmente no período noturno. Esses grupos dispõem de equipamentos sofisticados, como sistemas de internet via satélite (Starlink), drones, óculos de visão noturna e telefones por satélite, utilizados para monitorar as forças policiais e planejar rotas de fuga. Paralelamente, há ainda a presença de piratas fluviais, que atacam embarcações em busca de cargas valiosas, como drogas, combustíveis e ouro, criando uma sobreposição de ameaças e ampliando a complexidade do cenário criminal na região.

A sazonalidade das cheias e secas dos rios exerce forte impacto sobre as operações da base. Durante o período de seca, quando o nível das águas é mais baixo e as rotas de navegação se tornam restritas, todo o fluxo de embarcações tende a concentrar-se no trecho onde está localizada a base, criando um gargalo natural que aumenta significativamente o volume e a intensidade do trabalho de fiscalização. Já no período de cheia, o aumento do nível dos rios multiplica as rotas de navegabilidade, abrindo caminhos alternativos que facilitam a movimentação de ilícitos e dificultam o controle integral do tráfego fluvial. Nessa fase, torna-se necessário adaptar as estratégias operacionais, intensificar o patrulhamento e ampliar a coleta de informações de inteligência sobre as novas rotas utilizadas por organizações criminosas.

A base também enfrenta desafios operacionais relevantes, especialmente quanto à manutenção das embarcações, tanto da estrutura principal quanto das lanchas rápidas<sup>23</sup>, submetidas a uso intenso e desgaste constante, o que reduz sua vida útil e exige revisões periódicas. Segundo os agentes, o ideal seria dispor de duas lanchas rápidas blindadas, de modo a garantir a continuidade das operações mesmo em caso de avarias e a reforçar a segurança durante ações de maior risco.

Além disso, a equipe aponta a necessidade de aperfeiçoamento tecnológico, com a aquisição de drones equipados com câmeras térmicas para reconhecimento aéreo e monitoramento, a serem alocados permanentemente na base. Atualmente, os drones são utilizados apenas em operações pontuais, mas sua presença contínua ampliaria a capacidade de vigilância a longa distância e reduziria a exposição dos agentes em confrontos diretos.

No período de cheia, o aumento do nível dos rios multiplica as rotas de navegabilidade, abrindo caminhos alternativos que facilitam a movimentação de ilícitos e dificultam o controle integral do tráfego fluvial.

## CUSTOS

A implementação da Base Fluvial Integrada Arpão, em Coari, foi resultado de um esforço conjunto entre os governos federal e estadual. O investimento inicial para a construção da primeira unidade foi de R\$ 17 milhões, financiado pelo Governo Federal<sup>24</sup>. Atualmente, o custo estimado para a implantação de uma base fluvial de porte semelhante

23 Houve o relato de um confronto recente que danificou partes de uma das lanchas, mas a troca ou manutenção imediata não são possíveis.

24 Ver: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/08/ministerio-da-justica-entrega-primeira-base-fluvial-do-programa-vigia>.



é de aproximadamente R\$ 20 milhões, valor que contempla a estrutura metálica, sistemas elétricos e hidráulicos, equipamentos operacionais, mobiliário e tecnologia embarcada.

A embarcação principal tem vida útil estimada em cerca de 30 anos, desde que sejam realizadas manutenções preventivas regulares e inspeções periódicas, como as previstas para a obtenção do Certificado de Segurança de Navegação, que exige exame ultrassônico do casco a cada dez anos. O custo de uma reforma estrutural completa é estimado em aproximadamente R\$ 8 milhões, variando conforme o grau de corrosão e o nível de comprometimento da estrutura.

As lanchas blindadas que acompanham a base apresentam custos variáveis, conforme o modelo e o nível de proteção, com valores que vão de R\$ 1,95 milhão para unidades de 26 pés, até cerca de R\$ 3,4 milhões para modelos com cabine fechada, que oferecem maior segurança aos policiais em situações de confronto armado.



Lancha blindada da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas. **Foto:** Imagem cedida pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

O custo mensal de operação da base é estimado em R\$ 1,65 milhão, dos quais 82% (cerca de R\$ 1,35 milhão) são financiados pelo governo estadual. Este montante cobre despesas com combustível (R\$ 560 mil), salários dos servidores (R\$ 266 mil), gestão náutica (R\$ 396 mil), transporte das tropas (R\$ 54 mil) e manutenção das lanchas (R\$ 50 mil).

## Tabela

1

## Custo mensal da Base Fluvial Integrada Arpão Coari

Detalhamento	Quantidade	Valor (R\$)	Total (R\$)
<b>Governo do Amazonas</b>			
Combustível (diesel) <sup>(1)</sup>	50.000	7,29	364.500,00
Combustível (gasolina) <sup>(1)</sup>	20.000	7,69	153.800,00
Salário dos servidores	30	...	266.636,10
Gestão náutica	1	...	396.000,00
Balsa de apoio	1	...	30.000,00
Transporte da tropa	1	...	54.000,00
Manutenção das lanchas	2	...	50.000,00
<b>Custo mensal - Gov. Amazonas</b>			<b>1.314.936,10</b>
<b>Governo Federal</b>			
Diárias	30 (x30)	335,00	301.500,00
<b>Custo mensal - Gov. Federal</b>			<b>301.500,00</b>
<b>Custo total mensal</b>			<b>1.616.436,10</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

(1) Valor do combustível em Coari (AM). Diferentes índices de preços têm demonstrado que o combustível na região norte é substancialmente mais caro do que no restante do país<sup>25</sup>.

(...) Informação não disponível.

O governo federal arca com aproximadamente 18% dos custos mensais, cerca de R\$ 300 mil, que incluem diárias de R\$ 335 para até 30 policiais embarcados. Ressalta-se que no primeiro semestre de 2025, devido a contingenciamento de recursos, houve um corte no aporte federal para o pagamento de diárias, gerando atrasos no pagamento e redução de recursos disponíveis. Atualmente, os recursos oferecidos pelo governo federal para a manutenção dos policiais nas bases é 30% menor do que era no começo do programa.

## RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados das Bases Fluviais revelam impactos tanto quantitativos — com números expressivos de apreensões de drogas — quanto qualitativos, refletidos na melhoria da percepção de segurança entre as populações ribeirinhas.

Dados da edição mais recente do Cartografias da Violência na Amazônia (FBSP, 2025), com base em informações das Secretarias de Segurança Pública estaduais, demonstram uma tendência de crescimento significativo de apreensões de entorpecentes, tanto no volume de maconha quanto no de cocaína, com aumentos significativos a partir de 2020, quando do início da implantação das bases fluviais. O gráfico 1 mostra que, em 2019, o total de cocaína apreendida pelas polícias do Amazonas foi de 827kg, crescendo substancialmente nos anos seguintes e chegando a 15 toneladas em 2024, aumento de 1.719%. As apreensões de maconha, por sua vez, saltam de 5,7 toneladas em 2019 para 28,2 toneladas em 2024, crescimento de 389,7%.

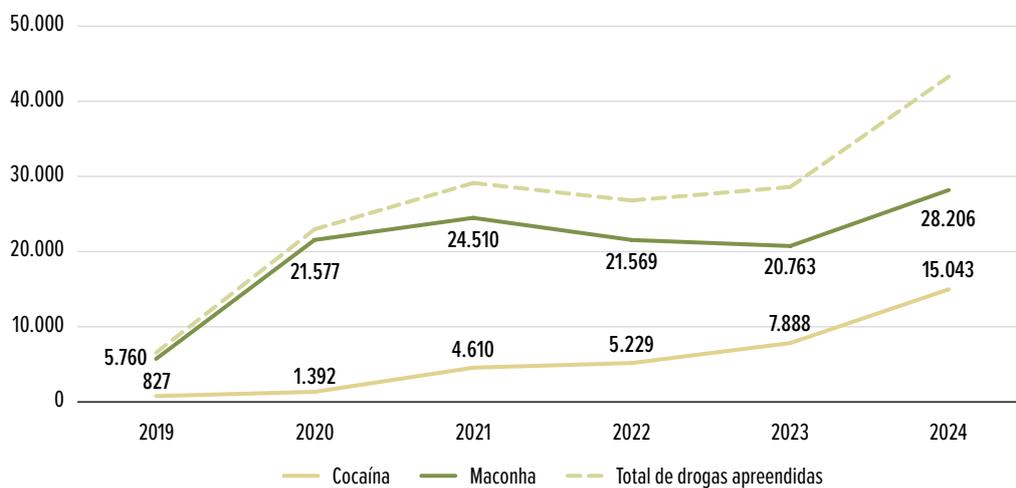
25 Região Norte lidera ranking de combustível mais caro do país. Disponível em: <https://jcam.com.br/noticias/regiao-norte-lidera-ranking-de-combustivel-mais-car-do-pais/>



Os dados publicados nesta edição do Cartografias da Violência na Amazônia indicam que o total de cocaína apreendida nos nove estados da Amazônia legal no ano de 2024 totalizou 46,9 toneladas, ou seja, as apreensões efetivadas pelas polícias do Governo do Amazonas representam hoje 1/3 de toda a cocaína apreendida na região, demonstrando o impacto e a importância das bases fluviais integradas na estratégia de segurança pública para a Amazônia brasileira.

Cabe destacar, entretanto, que o aumento dos volumes apreendidos pode refletir tanto o impacto positivo da política de segurança — decorrente do fortalecimento da capacidade operacional, da estrutura de inteligência e da integração entre as forças de segurança, impulsionadas pelas novas bases fluviais —, mas reflete também o crescimento efetivo no volume de drogas em circulação, decorrente do crescimento da produção nos países andinos.

**Gráfico 1** | Apreensões de drogas (em kg) no estado do Amazonas 2019-2024



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A tabela abaixo apresenta a evolução das apreensões de drogas realizadas pela Base Fluvial de Coari em comparação ao total de apreensões realizadas em todo o Estado do Amazonas entre os anos de 2020 e 2024.

Nos primeiros meses de funcionamento, enquanto sua estrutura e procedimentos ainda estavam em consolidação, a participação da base correspondeu a cerca de 1,69% do total de apreensões do Amazonas. Já em 2021, observa-se um salto expressivo, com a base respondendo por 13,29% das apreensões estaduais, resultado que marca o fortalecimento operacional da unidade. Nos anos seguintes, 2022 e 2023, os índices se estabilizam entre 5,44% e 5,54%, ainda significativos, mas sugerindo uma possível adaptação das organizações criminosas às estratégias de fiscalização, como desvio de rotas ou adoção de métodos para dificultar a detecção. Em 2024, destaca-se novo aumento para 6,78%, reforçando a importância estratégica da Base Fluvial de Coari e sua contribuição nas ações de repressão ao tráfico na Amazônia.

**Tabela** 2 | Total de drogas apreendidas<sup>(1)</sup> (em kg) - Estado do Amazonas e Base Fluvial Integrada Arpão Coari (AM) 2020-2024

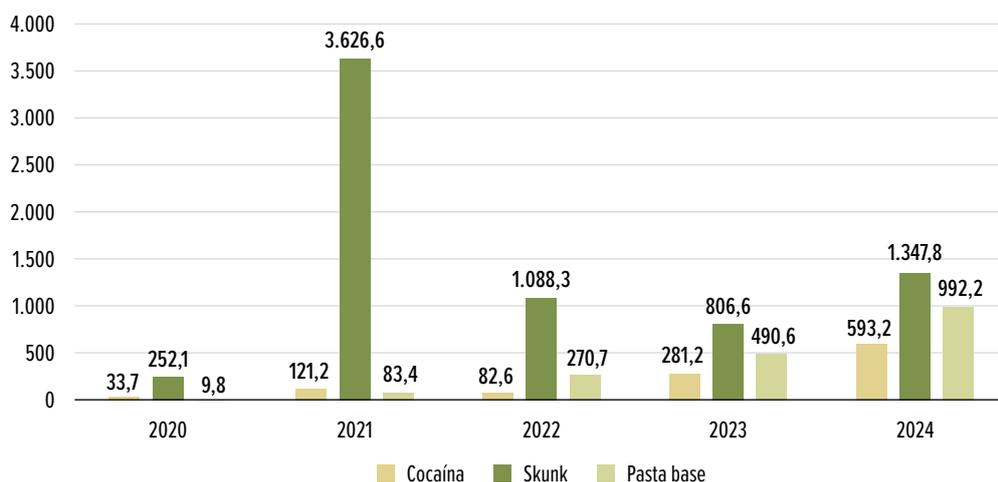
Ano	Apreensões no estado do Amazonas	Apreensões realizadas na Base Arpão Coari	Participação (%) da Base Arpão Coari no total de apreensões do estado (AM)
	Em kg		
2020	22.969	389	1,7
2021	29.120	3.870	13,3
2022	26.797	1.458	5,4
2023	28.594	1.583	5,5
2024	43.248	2.934	6,8

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

(1) Soma das apreensões de cocaína, pasta base e maconha tipo skunk.

A evolução das apreensões por tipo de droga mostra dinâmicas distintas ao longo dos anos, refletindo tanto movimentos do narcotráfico quanto o fortalecimento das ações de repressão. No caso da cocaína, observa-se crescimento progressivo nas apreensões, partindo de 34 kg em 2020 para 593 kg em 2024. No caso do *skunk*, houve um pico marcante em 2021 (3626 kg), seguido por forte retração em 2022 e 2023, para depois voltar a subir em 2024 (1.347 kg), sugerindo tanto flutuações nas rotas quanto possíveis ajustes das quadrilhas às estratégias estatais de enfrentamento. Em relação à pasta base, o aumento é constante e substancial, saltando de menos de 10 kg em 2020 para quase 1 tonelada (992 kg) em 2024, indicando diversificação no tipo de produto traficado e aumento da relevância comercial para produção de drogas derivadas.

**Gráfico** 2 | Tipos de drogas apreendidas (em kg) na Base Fluvial Integrada Arpão Coari (AM) 2020-2024



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

A participação crescente e consistente da Base Fluvial Arpão, em Coari, nas apreensões estaduais, demonstra a importância da fiscalização fluvial na região, especialmente ao longo do Rio Solimões. Essa hidrovia desempenha papel central como principal porta de entrada de drogas provenientes dos países andinos, funcionando como artéria logística vital para o escoamento de mercadorias ilícitas — tanto em direção aos centros urbanos nacionais quanto aos mercados internacionais.

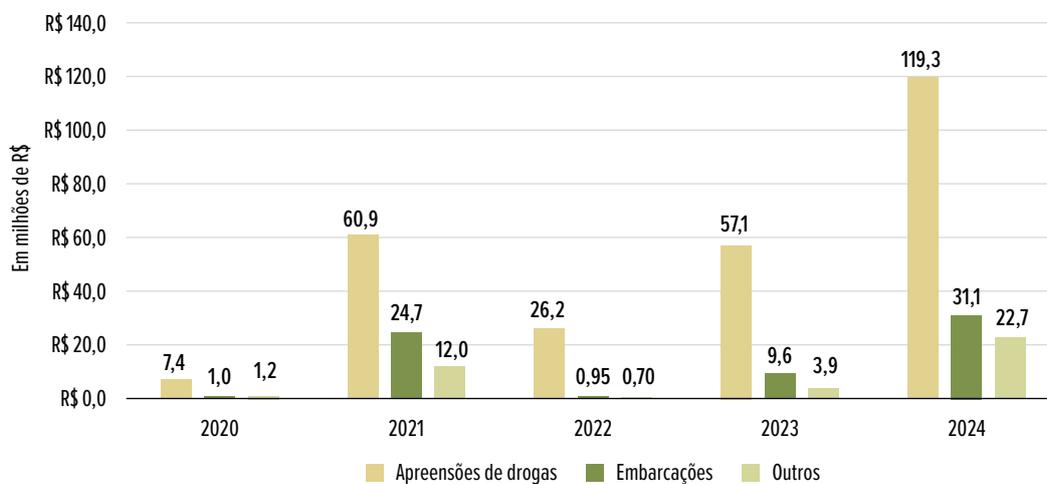


O comportamento das apreensões ao longo do tempo sugere, simultaneamente, o impacto positivo da presença e do fortalecimento das bases fluviais e a capacidade de adaptação das organizações criminosas às ações estatais. Esse cenário reafirma a necessidade permanente de estratégias integradas e da presença ostensiva das forças de segurança nos eixos hidroviários amazônicos, como forma de conter o avanço do narcotráfico.

Destaca-se, ainda, que um dos principais indicadores de desempenho utilizados pelo Estado é o prejuízo econômico imposto às organizações criminosas. A ênfase no conceito de “prejuízo ao crime” traduz a complexidade das ações de segurança pública em um indicador de fácil compreensão e forte apelo simbólico. Essa abordagem reposiciona a segurança não apenas como um custo para o Estado, mas como uma atividade capaz de gerar perdas concretas ao adversário, legitimando os investimentos realizados e reforçando a lógica de asfixia financeira do crime organizado.

Os dados sobre o valor estimado das apreensões realizadas pela Base Fluvial Integrada de Coari reforçam o impacto de sua atuação e os prejuízos causados às redes criminosas. Segundo estimativas da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, entre 2020 e 2024, **as apreensões realizadas pela Base totalizaram cerca de R\$ 378 milhões**, consolidando seu papel como instrumento central na política estadual de descapitalização do crime organizado.

**Gráfico 3** Valor estimado (em milhões de R\$) das apreensões realizadas pela Base Fluvial Integrada Arpão Coari (AM) 2020-2024



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

O destaque mais evidente está nas apreensões de drogas<sup>26</sup>, que atingem o patamar mais alto em 2024, refletindo o crescimento das operações e da eficiência do controle estatal sobre as principais rotas fluviais. Em segundo lugar, o valor das embarcações apreendidas também se mostra relevante, especialmente por representar o núcleo logístico do crime no interior da Amazônia: a retirada dessas embarcações não apenas compromete o transporte de drogas, mas também a operação de diversas atividades ilícitas na região.

26 Entendemos que estas estimativas precisam ser tomadas com cautela, pois o valor do quilo da droga pode variar consideravelmente de acordo com a localidade e o nível de pureza do material. Os próprios dados da SSP-AM mostram oscilações de preços ao longo do tempo que carecem de explicações mais aprofundadas.

A categoria “outros” agrega bens de valor como combustíveis, equipamentos eletrônicos, dinheiro, produtos de extrativismo e itens vinculados a crimes ambientais, demonstrando que o prejuízo imposto ao crime não se limita às drogas, mas se estende à sua estrutura logística e aos recursos fundamentais para o funcionamento das redes ilícitas. Ao combinar repressão direta à mercadoria e à infraestrutura, o modelo das bases fluviais intensifica o ônus financeiro e operacional dos criminosos, tornando suas atividades mais arriscadas e onerosas.

A análise dos valores evidencia que, embora o custo de implantação e manutenção de uma base fluvial seja elevado, ele é amplamente compensado pelos resultados alcançados e pelo volume financeiro das apreensões realizadas. Considerando apenas as apreensões de drogas, os valores estimados já superam com folga o investimento público realizado. Esses resultados demonstram que a disrupção financeira imposta ao narcotráfico pela atuação da base não apenas justifica os recursos aplicados, como também cumpre papel estratégico ao elevar o custo de operação das atividades ilícitas e retirar expressivos montantes de capital das organizações criminosas.

## O FARO COMO DIFERENCIAL: SELEÇÃO E TREINAMENTO DE CÃES POLICIAIS PARA APREENSÕES DE ILÍCITOS

Parte do aumento expressivo nas apreensões de drogas pelas polícias do Amazonas deve ser tributado ao emprego de cães de faro nas bases fluviais. O sucesso dessa estratégia depende de uma seleção criteriosa dos animais, baseada em aptidão física, temperamento e genética, privilegiando cães com alta motivação, equilíbrio e resistência — como o Pastor Belga Malinois, raça predominante pela sua versatilidade e desempenho. Desde filhotes, os cães passam por treinamento contínuo, que inclui condicionamento físico, estímulo olfativo e adaptação a diferentes ambientes, garantindo comportamento estável e máxima eficiência operacional.

No Amazonas, o treinamento é conduzido pela Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIP-Cães), que inicia a formação aos três meses de idade. Entre sete e doze meses, os cães “recrutados” já participam das primeiras missões. O aprendizado é contínuo e comparado pelos condutores ao aprimoramento de um músico, que se refina com a prática.

Para a detecção de drogas, o treinamento associa o odor das substâncias a brinquedos e recompensas, com uso de comandos vocais e corporais para garantir precisão na busca e na sinalização. As simulações envolvem inspeções de cargas, bagagens e compartimentos, e os cães são avaliados de acordo com sua precisão e desempenho.

O treinamento embarcado é um diferencial das bases fluviais amazonenses. Os cães são gradualmente habituados ao movimento e ruído das embarcações, à vibração, calor e confinamento, assegurando atuação eficaz em condições extremas. O processo é lúdico e progressivo, respeitando o ritmo individual e priorizando o bem-estar animal.



Tão importante quanto o preparo dos cães é a formação dos policiais-condutores, que passam por capacitação técnica e cursos de especialização em cinotecnia, oferecidos pela PMAM e por instituições de outros estados e países, como Argentina e Colômbia.

O binômio policial-cão baseia-se em confiança mútua e comunicação não verbal, fator decisivo para o desempenho nas operações. Segundo o Major Marcelo Arruda, ex-comandante da CIPCães, “um cão consegue realizar o trabalho equivalente ao de 10 a 20 policiais militares”, otimizando recursos e ampliando a eficiência operacional.

A cinotecnia policial tornou-se, assim, um componente vital do desempenho das Bases Fluviais, sendo responsável por 40% a 70% das apreensões de drogas, conforme Carmo Filho et al. (2025). A ex-comandante da Base Arpão Coari reforça: “*A gente fala que o trabalho real na inspeção aqui, ele é praticamente todo do cão*”.

A integração dos cães farejadores ao policiamento fluvial configura uma política pública inovadora, que combina técnica, ciência e biologia para enfrentar o narcotráfico em um dos ambientes mais desafiadores do país.

## SUSTENTABILIDADE E CONTINUIDADE

A continuidade de uma política pública de alta complexidade e elevado custo, como a das bases fluviais, depende de sua sustentabilidade em múltiplas dimensões — financeira, institucional e operacional. Inicialmente, o investimento para a implantação da primeira base foi majoritariamente custeado pelo Governo Federal; entretanto, a maior parte do ônus operacional recai sobre o Estado do Amazonas. Nesse sentido, a manutenção e expansão do projeto dependem, sobretudo, do desenho da política em nível estadual, ficando, portanto, sujeitas a eventuais mudanças nas prioridades governamentais e restrições orçamentárias futuras. Os dados disponíveis indicam que o modelo apresenta excelentes resultados em apreensões de drogas, gerando prejuízos econômicos às organizações criminosas muito superiores ao custo de sua implementação e manutenção, além de impactar também na sensação de segurança da população.

Além disso, como mencionado anteriormente, a iniciativa não se configura como um projeto isolado, mas como parte integrante de políticas públicas mais amplas — como o programa estadual “Amazonas Mais Seguro” e, em âmbito federal, o Programa Nacional de Proteção das Divisas, Fronteiras e Biomas (Protetor). Essa vinculação institucional confere maior formalidade e inserção estratégica, fortalecendo sua continuidade dentro de agendas de segurança pública de ambas as esferas de governo. Contudo, por se tratar de uma política de governo, há sempre o risco de descontinuidade ou esvaziamento em cenários de mudança de gestão ou de redirecionamento de prioridades políticas.

No plano operacional, a coordenação geral é conduzida por um órgão permanente da SSP-AM — o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas (GGI-F). Com processos sistematizados de rotação de efetivos e treinamento, o projeto foi institucionalizado e incorporado às rotinas das forças participantes, o que assegura sua continuidade operacional, mesmo diante de alterações em cargos de chefia, desde que haja sustentação política e orçamentária.



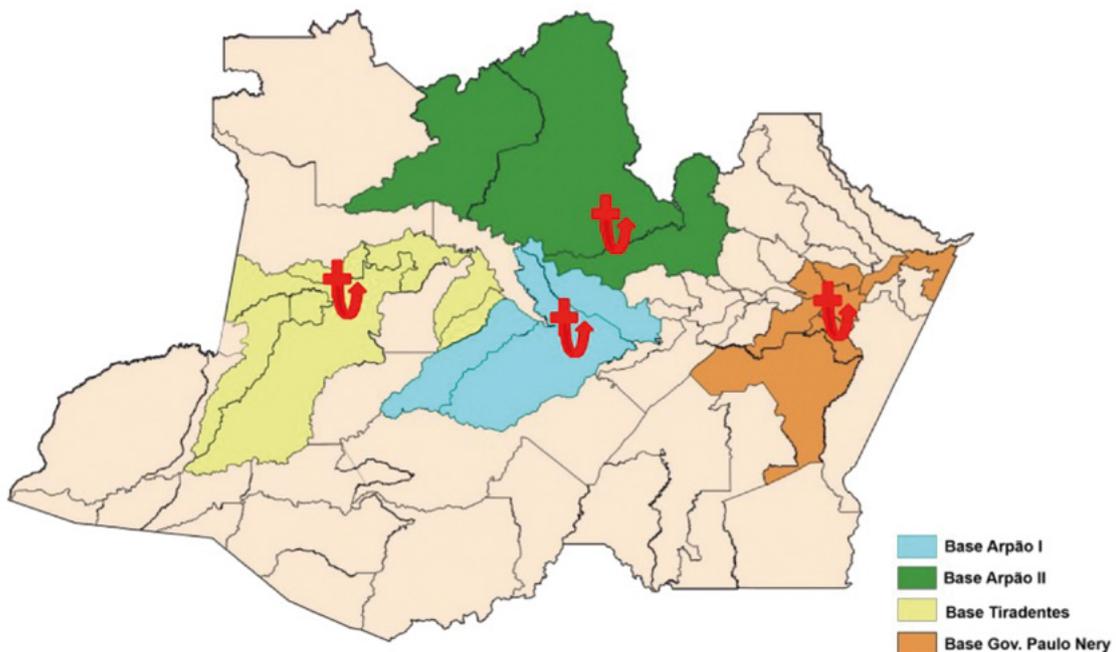
## REPLICABILIDADE

A viabilidade de replicabilidade e ampliação do modelo de Base Fluvial Integrada já foi comprovada na prática, dentro do estado do Amazonas, evidenciando sua capacidade de expansão para outros contextos geográficos similares como o Rio Negro, o Rio Madeira e o Rio Japurá, consolidando assim uma rede de fiscalização que cobre algumas das principais rotas fluviais do estado. Atualmente no total são 4 bases fluviais integradas em operação:

- Base Fluvial Integrada Arpão Coari: Inaugurada em agosto de 2020, no Rio Solimões (Região do Médio Solimões) próximo ao município de Coari.
- Base Fluvial Integrada Arpão Rio Negro<sup>27</sup>: Inaugurada em janeiro de 2024, foi posicionada no Rio Negro, na confluência com o Rio Branco, com o objetivo de cobrir municípios de Barcelos, Novo Airão e Santa Isabel.
- Base Fluvial Integrada Tiradentes: Inaugurada em abril de 2023, é uma base itinerante que fica situada no Alto Solimões, atualmente se encontra próxima à Tefé (mar 2025).
- Base Fluvial Paulo Pinto Nery<sup>28</sup>: Inaugurada no início de 2024, também é uma base itinerante situada no Baixo Amazonas, em Itacoatiara e região, amplia a vigilância em uma rota logística relevante para embarcações que se dirigem ao Pará e ao Oceano Atlântico pelo Rio Madeira.

### Mapa 2

#### Localização das Bases Fluviais Integradas do Amazonas



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

27 Esta Base tem presença de Força Nacional e conta com cães embarcados.

28 Anteriormente era uma base apenas da Polícia Civil, mas em 2024 se tornou uma base integrada com a participação das demais instituições.



O principal fator que viabiliza a expansão do modelo é o sucesso comprovado e os resultados expressivos da Base Fluvial Arpão, que consolidaram amplo apoio político e social à iniciativa. Além disso, a estrutura de governança integrada já estabelecida facilita a adaptação e replicação do modelo em novas unidades, mantendo padrões operacionais e de coordenação entre as forças envolvidas.

Por outro lado, o principal desafio à ampliação do projeto reside no elevado custo de investimento e manutenção. Cada nova base exige recursos significativos para infraestrutura, aquisição de equipamentos, embarcações, tecnologia embarcada e custeio de pessoal, o que a coloca em concorrência direta com outras prioridades orçamentárias. A complexidade logística da Amazônia intensifica essa dificuldade, uma vez que cada nova unidade instalada em áreas remotas traz consigo desafios operacionais adicionais, relacionados a deslocamento, abastecimento e manutenção.

A Base Fluvial Arpão de Coari consolidou-se como modelo de referência, tendo sido replicada quase integralmente na Base Fluvial do Rio Negro, a segunda a ser inaugurada. Ambas são bases fixas, com estruturas robustas e efetivos permanentes, desempenhando papel central no bloqueio e fiscalização policial dos rios, mediante verificação sistemática de todas as embarcações que transitam em seus trechos de cobertura.

Entretanto, o levantamento indica que o modelo não foi reproduzido integralmente nas demais unidades. As bases Tiradentes e Paulo Pinto Nery, por exemplo, são móveis, voltadas ao patrulhamento e à abordagem de embarcações menores, mas não dispõem de cães embarcados, nem da mesma estrutura física e efetivo operacional necessários para realizar bloqueios permanentes. Com isso, seu papel é mais flexível e de resposta tática, e menos voltado ao controle sistemático do fluxo hidroviário e à presença estatal contínua nos rios.

**Tabela**  
3 | Presença institucional das Bases Fluviais Integradas

Instituição	Base Arpão Coari	Base Arpão Rio Negro	Base Tiradentes	Base Paulo Pinto Nery
Polícia Militar	✓	✓	✓	✓
Polícia Civil	✓	✓	✓	✓
Polícia Técnico-Científica	✓	✓	✓	✓
Corpo de Bombeiros	✓	✓	✓	✓
Força Nacional	✓	✓	✗	✗
Marinha do Brasil	✓	✗	✗	✗
Cães de Faro	✓	✓	✗	✗
Lanchas Blindadas	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria com base em dados fornecidos pela SSP-AM

Essa diferença na atuação e na capacidade operacional pode indicar uma limitação para a continuidade do crescimento sustentado das bases, além do risco de descaracterização gradual do modelo original, pois, ao tentar ampliar a rede de cobertura sem garantir os mesmos padrões de estrutura, capacidade e aplicação, corre-se o

risco de criar unidades que não apresentam a mesma eficácia de combate ao crime e fiscalização ambiental, comprometendo a confiança no modelo.

Ainda assim, é importante destacar que, de modo geral, o modelo de Base Fluvial Integrada desenvolvido no Amazonas reúne elementos que podem ser replicados em outras regiões com características semelhantes, desde que sejam feitas adaptações criteriosas aos contextos locais. O conceito central de uma base policial fluvial permanente e integrada mostra-se altamente aplicável a diferentes bacias hidrográficas, tanto no Brasil quanto em outros países que enfrentam desafios análogos de controle territorial e enfrentamento de ilícitos transfronteiriços.

Além disso, a estrutura de governança em rede, que articula capacidades locais e recursos federais, constitui um princípio de gestão eficaz e replicável, capaz de fortalecer a cooperação interinstitucional e ampliar a eficiência das ações estatais, tanto em operações específicas quanto na rotina de policiamento e fiscalização.

O conceito central de uma base policial fluvial permanente e integrada **mostra-se altamente aplicável a diferentes bacias hidrográficas**, tanto no Brasil quanto em outros países que enfrentam desafios análogos de controle territorial e enfrentamento de ilícitos transfronteiriços.

## FATORES CRÍTICOS E RISCOS

A matriz de riscos associada às Bases Fluviais contempla um conjunto de fatores que podem impactar sua eficácia, continuidade e sustentabilidade. Entre os riscos operacionais, destaca-se a adaptação criminosa — isto é, a alta probabilidade de que organizações criminosas desenvolvam novas rotas e métodos para escapar da fiscalização, seja por vias terrestres, aéreas ou fluviais secundárias, ou ainda mediante o uso de tecnologias sofisticadas de ocultação, como embarcações submersíveis. Essa capacidade adaptativa pode reduzir gradualmente a eficácia das bases se não houver atualização constante das estratégias e dos meios empregados.

Outro risco operacional relevante é o desgaste do pessoal e dos equipamentos. As condições extremas da Amazônia aceleram o deterioramento dos materiais e impõem altas exigências físicas e psicológicas aos efetivos. Nesse sentido, programas regulares de manutenção preventiva, rodízio adequado das equipes e apoio psicossocial contínuo são medidas essenciais para preservar a capacidade operacional e reduzir o risco de fadiga institucional.

No campo institucional e político, um risco crítico é a dependência orçamentária. Mudanças de governo ou de prioridades podem resultar em redução de recursos e comprometer a manutenção, modernização e expansão das bases. Para mitigar esse risco, recomenda-se fortalecer a governança por meio de instrumentos normativos e orçamentários permanentes, capazes de proteger o programa contra ciclos políticos e contingenciamentos pontuais.

Embora a cooperação interinstitucional seja uma das maiores fortalezas do modelo, persistem riscos latentes de conflitos entre agências, decorrentes de disputas de jurisdição, vaidades institucionais ou divergências estratégicas, que podem enfraquecer a coordenação e a execução conjunta das operações.



Por fim, entre os riscos externos, destacam-se as variações ambientais extremas, que representam ameaça direta à continuidade operacional. Secas severas podem comprometer a navegabilidade dos rios e isolar temporariamente as bases, enquanto cheias intensas podem alterar a morfologia dos cursos d'água, reduzindo a eficácia das posições estratégicas de bloqueio e fiscalização.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso indicou que a Base Fluvial Integrada Arpão, em Coari, consolidou com sucesso um padrão operacional de controle estatal nas hidrovias amazônicas, combinando presença permanente, integração interagências e capacidades técnico-científicas embarcadas para alterar os incentivos e custos do crime nas rotas do rio Solimões.

Esse arranjo não apenas ampliou as apreensões e os prejuízos econômicos impostos às redes criminosas, como também redesenhou a governança cotidiana do policiamento fluvial, ao reduzir fricções institucionais e encurtar o ciclo entre detecção, repressão e persecução penal. Além disso, a base substituiu operações episódicas por uma postura contínua de controle sobre o fluxo de embarcações na calha do rio, aproveitando um estreitamento geográfico estratégico que funciona como verdadeiro “ponto de estrangulamento” logístico, permitindo inspeções sistemáticas e previsíveis.

Apesar do alto custo de instalação e operação, o balanço custo-benefício evidencia que o “prejuízo ao crime” supera amplamente o investimento estatal. Mais importante ainda, há efeitos sistêmicos não capturados em planilhas, como a desorganização logística criminosa, a dissuasão decorrente da imprevisibilidade e a proteção de comunidades vulneráveis, que ampliam o retorno social do investimento e justificam a manutenção, modernização e replicação do modelo em outros contextos com desafios semelhantes.

A experiência da Base Fluvial Arpão em Coari demonstra que a combinação de inteligência territorial, tecnologia adequada, integração de competências especializadas e presença continuada produz resultados expressivos e sustentáveis. Para que esse modelo se consolide como política de Estado — e não apenas de governo —, torna-se essencial institucionalizar sua governança, equalizar recursos entre as unidades fluviais, assegurar mecanismos de financiamento permanente e expandir capacidades críticas, como cinotecnia, blindagem e inteligência. Assim, será possível tornar irreversível o controle estatal das hidrovias amazônicas e fazer desse modelo uma referência para outros biomas estratégicos do Brasil e da América Latina.



Iniciativa **02****Bases Fluviais do Estado do Pará****Leonardo de Carvalho***Doutor em Planejamento Urbano pelo IPPUR (UFRJ) e Pesquisador Sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)***FICHA TÉCNICA**

	<b>Nome da iniciativa:</b> Bases Fluviais
	<b>Órgão principal responsável pela implementação:</b> Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) do Estado do Pará
	<b>Data de criação:</b> → Base Antônio Lemos: 2022 → Base Candiru: 2024
	<b>UF de atuação e abrangência territorial:</b> Estado do Pará, com abrangência em diferentes municípios da região hidroviária amazônica, incluindo Marajó e municípios como Belém, Óbidos e Abaetetuba
	<b>Parcerias:</b> Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria de Fazenda, Agência de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ), Tribunal de Justiça do Pará, Prefeitura de Breves e Ministério da Justiça (inicialmente).
	<b>Status atual:</b> Base Antônio Lemos e Base Candiru estão em funcionamento. Existe uma terceira base em construção na região de Abaetetuba.
	<b>Resumo:</b> As bases fluviais são iniciativas das Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) do Estado do Pará para garantir a presença do estado e atuar no combate aos crimes em regiões estratégicas nos rios do estado. Contando com efetivo das forças de segurança e Agência de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ), em sua dinâmica de operação, elas abordam embarcações em busca de drogas, armas, bem como realizam fiscalização sobre todas as mercadorias transportadas. Também realizam abordagens a pessoas que trafegam pela região, seja por meio de barcos menores ou pelas embarcações regulares.



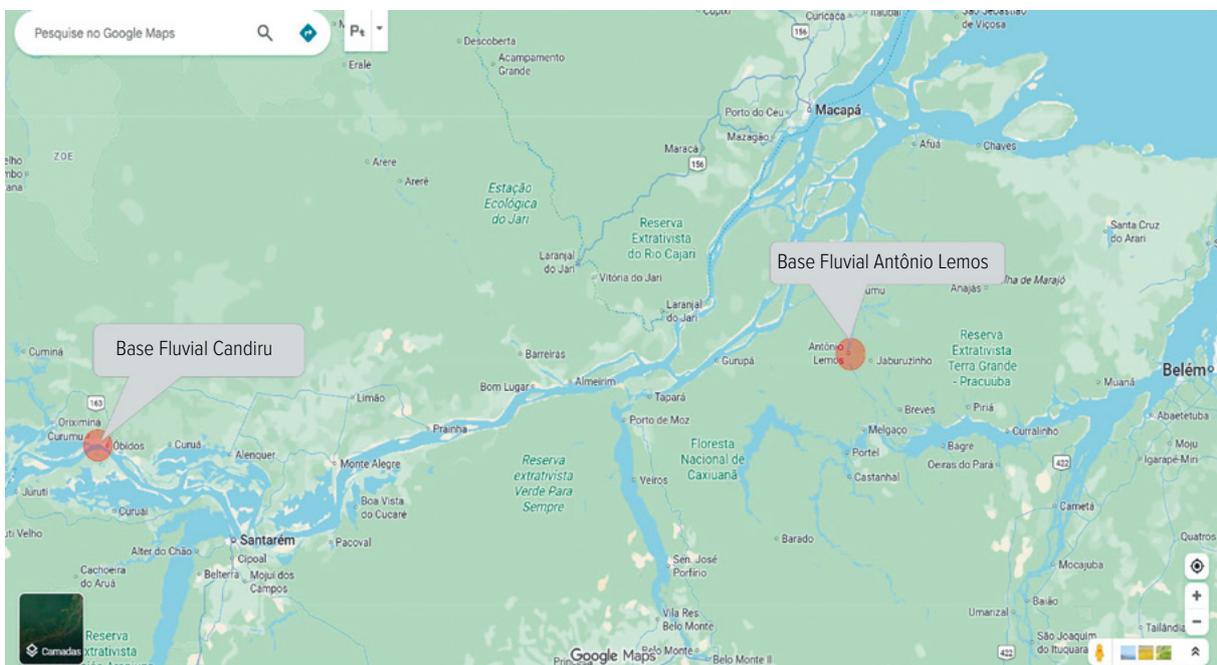
## IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

As Bases Fluviais são uma iniciativa da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) do estado do Pará e estão inseridas nas ações desenvolvidas no âmbito da Operação Águas Seguras, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A primeira base, localizada no distrito de Antônio Lemos, foi inaugurada em junho de 2022<sup>1</sup>. Dois anos depois foi inaugurada a Base Candiru<sup>2</sup>, no município de Óbidos. Atualmente há uma terceira base fluvial em construção, que deverá ser instalada na região de Abaetetuba. Para melhor nos situarmos, o mapa abaixo localiza as bases atualmente em operação.

### Mapa



Localização das bases fluviais Candiru e Antônio Lemos, ambas no Pará



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps.

As bases foram concebidas considerando o complexo sistema hidroviário amazônico, que funciona como meio de transporte para populações de diferentes municípios/estados, em diferentes tipos de embarcações, em viagens que podem durar horas ou dias, transportando pessoas e mercadorias diversas. Esse contexto torna os rios corredores estratégicos não apenas para o fluxo social e econômico, mas também para as dinâmicas criminais - em especial o tráfico de drogas, que tem apresentado variação expressiva nos últimos anos. A edição mais recente do Cartografias da Violência na Amazônia (FBSP, 2025), indica, com base em dados das Secretarias de Segurança Pública estaduais, que entre 2019 e 2024, as apreensões de cocaína na Amazônia Legal cresceram 574,4%, enquanto no Pará o aumento foi de 212,9%. O pico de apreensões no estado ocorreu em 2020, quando foram apreendidos quase 7 mil quilos da droga. Já em relação à maconha, o volume apreendido na Amazônia Legal subiu 62,1% entre 2023 e 2024, e no Pará, 75,7%, atingindo mais de 10 mil quilos - o maior registro da série histórica. Esses dados ajudam a dimensionar a pressão exercida sobre os rios amazônicos e a necessidade de aprimorar as estratégias de fiscalização e controle territorial por via fluvial.

1 Fonte: [Em três anos, Base Fluvial Antônio Lemos registra quase 4 mil abordagens e 3 toneladas de drogas apreendidas | Agência Pará](#)

2 Fonte: [Governo do Pará entrega nova Base Fluvial 'Candiru' e lanchas em Óbidos, no Baixo Amazonas | Agência Pará](#)



Junior et al. (2025), ao discutir sobre gestão de risco, governança e inovação em segurança pública aplicada à porção ocidental do Marajó/PA, justamente onde localiza-se a base de Antônio Lemos, comentam sobre a necessidade de descentralizar as bases operacionais para ações fluviais. Segundo os autores:

As operações fluviais partindo da base em Belém sempre geraram custos operacionais elevados ao orçamento destinado à Segurança Pública, especialmente no que tange ao consumo de combustível para abastecimento das viaturas fluviais (lanchas e barcos). Aqui, qualquer comparação com viaturas terrestres (carros) é descabida, pois, com um tanque de 50 litros de gasolina, um carro pode percorrer mais de 500 km. Entretanto, uma lancha do tipo EAT, equipada um motor de 300 HP (cavalos de potência), consome cerca de 70 litros por hora em velocidade de cruzeiro, considerando condições normais de maré. (Junior et al., 2025, p. 2.457)<sup>3</sup>

A partir da necessidade de aprimorar o sistema de abordagens e fiscalização nos rios e, dessa forma, garantir a segurança da população, bem como realizar ações de prevenção, investigação e repressão ao crime organizado, a base fluvial foi estruturada a partir de um modelo de embarcação, totalmente customizada, com capacidade para alojar equipes de diferentes instituições e de operar de forma regular. Para isso, ela conta com espaços de alojamentos, reuniões, descanso, observação, entre outros.

Essa iniciativa traz algumas características que podem ser entendidas como inovadoras em relação ao tradicional modelo de patrulhamento, tópico que será detalhado mais adiante. Contudo, a sustentabilidade dessa ação ao longo do tempo depende que a vontade dos gestores se converta em medidas que garantam a manutenção da estrutura, tanto física como de pessoal, a fim de evitar uma precarização que a impediria de alcançar seus objetivos.

A base fluvial foi estruturada a partir de um modelo de embarcação, totalmente customizada, **com capacidade para alojar equipes de diferentes instituições** e de operar de forma regular.

## Custos da política e fontes de recurso

O investimento realizado na estrutura das três bases fluviais foi na ordem dos R\$ 24 milhões – mais especificamente, de R\$ 24.479.197,01. Soma-se a esse valor outros R\$706.639,74, destinados ao equipamento necessário para a operação (equipamentos de informática, comunicação, mobiliário, eletrodomésticos e material de consumo).

Além dos custos iniciais de implementação, o funcionamento das bases fluviais gera despesas mensais tanto de pagamento de diárias para as equipes - de aproximadamente R\$280.000,00, realizado pela SEGUG -, como de custos recorrentes de manutenção da infraestrutura física, incluindo fornecimento/envio de suprimentos, combustível e manutenção. De modo a garantir a sustentabilidade financeira das bases fluviais, todos esses custos precisam ser

3 JUNIOR, Dilermando Dantas; MIRANDA, Wando Dias; DOS SANTOS, Seidel Ferreira; NETTO, Roberto Magno Reis; DOS SANTOS, Leonardo Sousa; PASSOS, Sonia da Costa; COUTINHO, Eliane de Castro. Gestão de risco e desenvolvimento econômico e social: atuação da segurança pública na região do Marajó-PA. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 2450–2468, 2025. DOI: [10.56238/arev7n1-148](https://periodicos.newssciencepubl.com/arace/article/view/2878). Disponível em: <https://periodicos.newssciencepubl.com/arace/article/view/2878>. Acesso em: 11 out. 2025.



previstos no orçamento anual dos órgãos responsáveis, sob risco de as bases terem seu funcionamento interrompido ou sofrerem com severa redução de sua capacidade fiscalizatória.

Em relação às diárias pagas para as equipes, é importante destacar que inicialmente o Ministério da Justiça e Segurança Pública arcava com parte dessas diárias. Contudo, devido ao corte de verbas, essa contrapartida deixou de ser realizada pelo MJSP, fazendo com que a SEGUP precisasse reduzir a quantidade de policiais de cada equipe. Segundo as informações colhidas para essa documentação, essa situação está sendo revista para que a quantidade de policiais em cada equipe seja normalizada.

Esse contingenciamento de despesas que impactou as bases fluviais é um fato que evidencia a necessidade de garantir o orçamento de ações como essa, para que elas possam se perpetuar ao longo do tempo, se consolidando como políticas de estado, sob o risco de assistirmos “voos de galinha”, ou seja, ações que decolam, mas não conseguem se perpetuar ao longo do tempo, tendo seu fim decretado por falta de estrutura/orçamento.

---

## ARQUITETURA INSTITUCIONAL

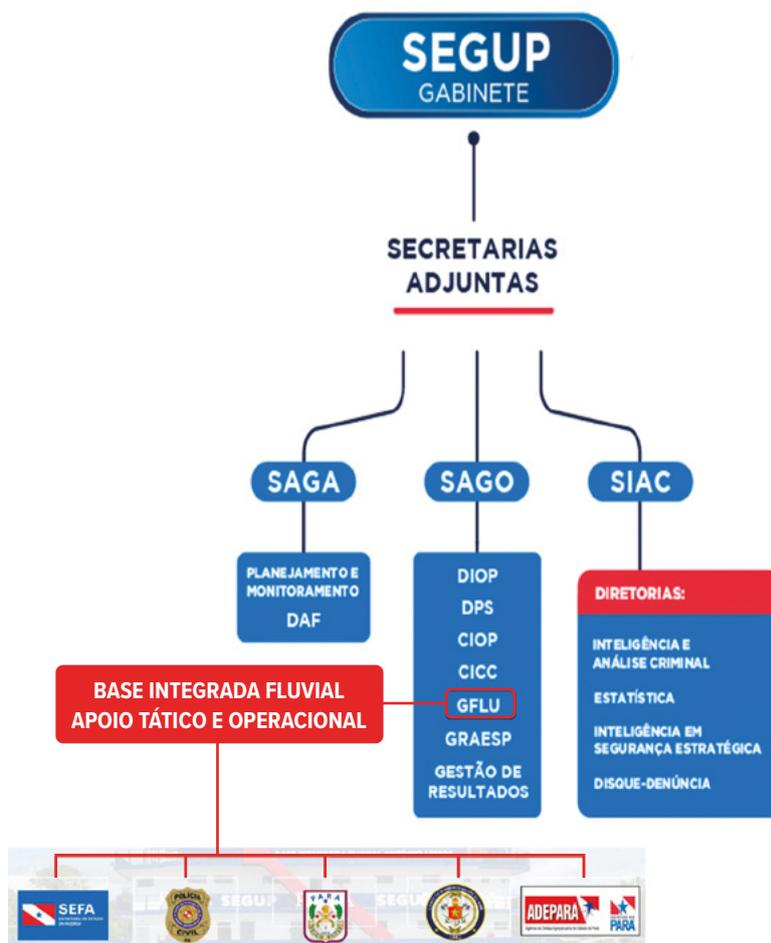
As Bases Fluviais integram a estrutura do Grupamento Fluvial (GFLU), que, por sua vez, está subordinado à Secretaria Adjunta de Gestão Operacional, vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP). Vale destacar que, no modelo institucional do governo paraense, o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Delegado-Geral da Polícia Civil e o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar possuem status equivalente ao de Secretário de Estado, sendo todos nomeados diretamente pelo governador.

A composição da equipe que atua nas bases fluviais também demanda uma integração entre diferentes órgãos. No caso paraense, vemos a atuação em conjunto de equipe das seguintes instituições:

- Polícia Militar;
- Polícia Civil;
- Corpo de Bombeiros;
- Secretaria de Fazenda;
- Agência de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ).



Figura 1 | Modelo de governança das Bases Fluviais do Pará



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da SEGUP.

A formalização da parceria entre esses órgãos para atuar na base fluvial de Antônio Lemos foi celebrada por meio de uma Acordo de Cooperação Técnica (ACT) cujo objetivo foi:

Estabelecer condições de cooperação mútua, visando o desenvolvimento de Operações conjuntas, envolvendo ações de prevenção, de controle, de fiscalização e de repressão aos delitos transnacionais/transfronteiriços, com abrangência de atuação em toda a região de Integração do Marajó, a serem exercidas pelos Órgãos signatários dentro de suas respectivas áreas de atuação institucional, tendo por sede logística a instalação da Base Fluvial Integrada de Segurança Pública, situada no município de Breves/PA denominada “Base Antônio Lemos”.<sup>4</sup>

Um ponto que permeia esse ACT é que todos os órgãos compartilham a responsabilidade – e custos – para prover recursos humanos, logísticos e técnicos, em maior ou menor nível. Fica a cargo da SEGUP o custeio para funcionamento e manutenção da estrutura da base (energia, água, comunicação, internet, entre outros), bem como a ad-

4 Fonte: [acordo\\_de\\_cooperacao\\_tecnica\\_ndeg\\_004.2022 - sefa\\_pmpa\\_pcpa\\_e\\_cbmpa.pdf](#)



ministração de fundos para despesas básicas e extraordinárias. Além disso, é a SEGUP quem, quando necessário, aciona os apoios operacionais devidos, como o Grupamento Aéreo de Segurança Pública (GRAESP).

A contrapartida dada pela Polícia Militar é a disponibilização de pessoal, envolvendo quatro policiais para tripulação das embarcações e para guarda, além de uma equipe do Batalhão de Operações com Cães (condutor com cão) para auxiliar nas vistorias e abordagens realizadas nas embarcações. Essa atuação especializada será detalhada mais à frente.

A Polícia Civil, por sua vez, disponibiliza dois policiais civis para tripulação das embarcações e atendimento de ocorrências que demandam procedimentos de polícia judiciária, articulando com as delegacias o encaminhamento das ocorrências criminais. À cargo do Corpo de Bombeiros Militar fica o envio de dois bombeiros para atuar em ações de prevenção e eventuais salvamentos.

Além das forças de segurança, as Bases Fluviais contam com atuação regular de agências de fiscalização estaduais, com destaque para a Secretaria de Fazenda, signatária do Acordo de Cooperação Técnica, e a Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ). As agências enviam representantes para atividades rotineiras de fiscalização com o intuito de fiscalizar crimes fiscais e ambientais na região.

Essa atuação interagências faz da base fluvial uma referência não apenas no campo da segurança pública, mas no que diz respeito à capacidade fiscalizatória estatal, uma vez que sua atuação faz com que diversas outras irregularidades sejam identificadas e autuadas. Um exemplo é a apreensão de pescados transportados em condições inadequadas, madeiras e outras mercadorias sem a devida documentação.

Além do desenho institucional inicialmente formalizado, é importante destacar a adesão de outros órgãos, que se juntaram posteriormente à SEGUP, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros e ADEPARÁ para realização de ações de promoção da cidadania, tendo a Base Fluvial como espaço que possibilita essas ações. Durante a visita realizada para esta documentação, foi possível ver que outras instituições contribuem para que a Base possa ofertar para a população serviços antes inexistentes na região. A fotografia ao lado demonstra, por exemplo, que uma das salas da base foi transformada em Ponto de Inclusão Digital, a partir de um Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e da Prefeitura de Breves, além da SEGUP. Nesse local são realizadas audiências virtuais, bem como outros serviços de inclusão social, como mutirão para emissão de documentos a partir de parcerias com outros órgãos.



Placa da sala onde funciona o Ponto de Inclusão Digital, na Base Fluvial de Antônio Lemos/PA. **Foto:** Leonardo de Carvalho/FBSP.

## COMO FUNCIONAM AS BASES FLUVIAIS DO ESTADO DO PARÁ

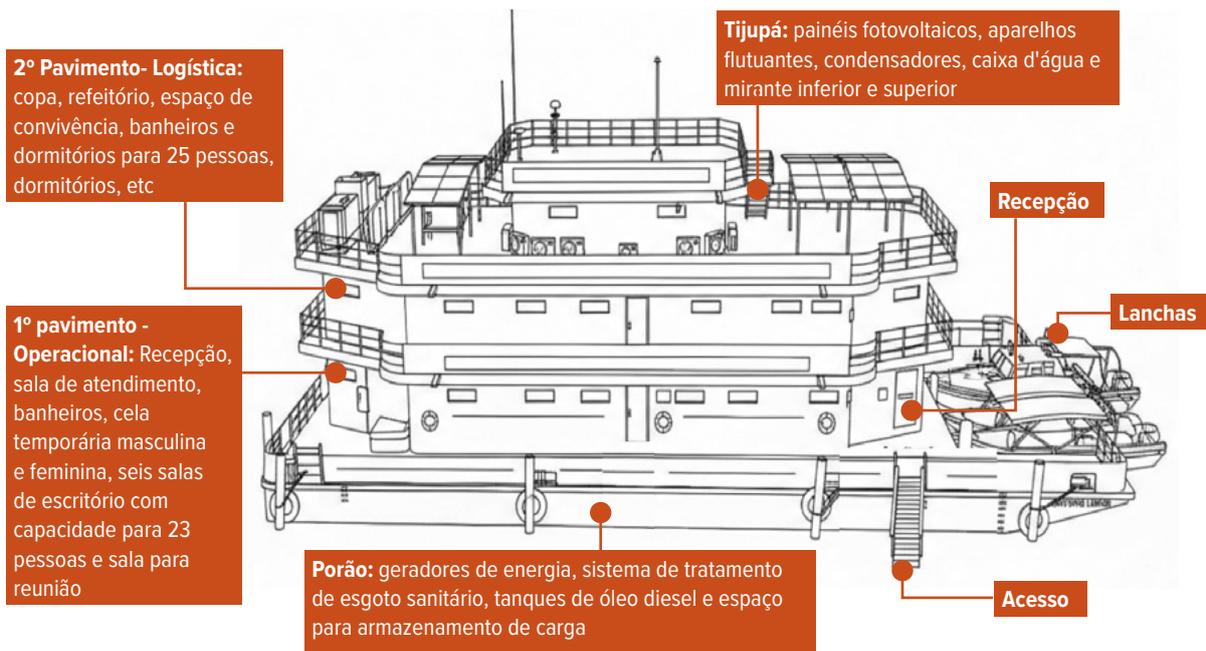
Para compreender o funcionamento das Bases Fluviais do Pará, foi realizada uma reunião com o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, que explicou sobre a dinâmica operacional das unidades sob uma perspectiva estratégica. Também foi feita uma análise documental dos atos normativos que orientam a organização, o funcionamento e os procedimentos das bases. Complementarmente, de modo a aprofundar o conhecimento sobre as bases e sua dinâmica, realizamos uma visita técnica à Base Fluvial de Antônio Lemos, onde foi possível dialogar com os agentes públicos em atuação, observar o cotidiano das operações e coletar impressões sobre a iniciativa a partir da experiência prática das equipes.

As bases fluviais no Pará funcionam com duas equipes interagências, que se intercalam em turnos de 15 dias. Cada uma dessas equipes é coordenada por um Gerente - um policial militar lotado no GFLU -, que tem como atribuição a coordenação geral de cada equipe, incluindo tanto as tarefas administrativas como as de cunho operacional. É importante mencionar que inicialmente as diárias pagas à equipe eram uma contrapartida do Governo Federal, via Ministério da Justiça, que após corte de verbas em seu orçamento deixou de realizar esse pagamento. Com isso a SEGUP passou a arcar com essa despesa, mas não conseguiu manter a totalidade da equipe. Como resultado, a Base Fluvial atua com pessoal abaixo do que fora inicialmente planejado.

A figura abaixo busca, de maneira resumida, ilustrar a dinâmica de funcionamento das bases fluviais do Pará, tomando como exemplo a estrutura da base de Antônio Lemos:

Figura 2

Dinâmica de funcionamento da base fluvial de Antônio Lemos/PA



Fonte: Elaboração própria.



Um ponto relevante a ser destacado nessa seção é a documentação das Normas Gerais de Ação das Bases Fluviais Integradas de Segurança Pública<sup>5</sup>, que pode ser interpretado como um protocolo geral de atuação dos agentes que atuam nas bases. O documento detalha as atribuições e responsabilidades de cada membro da equipe, bem como regulamenta os procedimentos de patrulhamento e equipamentos de cada base.

Tal como qualquer outra unidade de policiamento, a Base Fluvial conta com viaturas que auxiliam nas abordagens e que são usadas para a realização de patrulhamentos em rios e afluentes próximos. Para executar essas atividades, a Base Fluvial de Antônio Lemos conta com três lanchas rápidas, sendo duas delas blindadas. No momento do registro fotográfico feito durante a visita, uma das lanchas estava em manutenção, após ter sido alvejada por balas de fuzil por criminosos que trocaram tiros com os policiais da Base durante um desses patrulhamentos<sup>6</sup>. Graças à estrutura de blindagem da lancha, nenhum policial ficou ferido.



Lanchas disponíveis no momento da visita à base de Antônio Lemos (PA). **Foto:** Leonardo de Carvalho/FBSP.

5 Disponível em: [nga\\_atualizada.pdf](#)

6 Nos foi relatado que esse foi o único episódio de confronto desde que a base fora implementada.



Lança blindada (em manutenção no momento da visita à base de Antônio Lemos/PA). **Foto:** Rodrigo Pinheiro/Agência Pará.

As atividades de manutenção e serviços gerais necessárias ao funcionamento da base são terceirizados, e as pessoas contratadas são moradores de Antônio Lemos, atuando em funções como recepção, cozinha e limpeza. Essa dinâmica, além de gerar empregos para a população local, contribui para fortalecer os vínculos entre a equipe da base e a comunidade. No entanto, requer atenção constante para que os contratos com as empresas responsáveis estejam sempre vigentes, a fim de evitar a interrupção dos serviços essenciais.

Cada instituição presente na Base Fluvial compartilha com as demais o seu planejamento de ações, o que permite uma atuação integrada e coordenada. Entre as atividades contínuas, destaca-se a abordagem a embarcações “de linha”, isto é, barcos que realizam trajetos regulares entre cidades amazônicas. Para agilizar esse procedimento, sempre que uma embarcação parte de sua origem, o comandante envia à Base a lista de passageiros, acompanhada dos respectivos números de documentos. De posse dessas informações, as equipes realizam consultas nos sistemas disponíveis e, caso seja identificada alguma pendência judicial, a pessoa é detida no momento da abordagem. Nas embarcações menores que transitam nos rios próximos à Base, a solicitação de parada é feita por rádio ou por gestos manuais.

Além das abordagens voltadas à busca e apreensão realizadas pelas forças policiais, a Base também viabiliza uma fiscalização mais efetiva por parte da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), que realiza inspeções em barcos que passam pela região. O resultado são apreensões de madeira e pescado irregular. Um exemplo foi a recente abordagem de uma balsa proveniente de Manaus, com destino à Belém.



Com a ajuda de cão farejador, os agentes identificaram, entre as cargas de uma carreta, a bordo, uma grande quantidade de pirarucu seco, que no total pesava quatro toneladas e era transportado de forma ilícita, sem a apresentação de documentação legal. O proprietário da carreta foi encaminhado à unidade da Polícia Civil instalada na Base para os procedimentos cabíveis, enquanto o pescado foi entregue à vigilância sanitária municipal e, posteriormente, após a devida autorização do órgão, doado a uma comunidade local<sup>7</sup>. Outro ponto a ser destacado é o uso de cães farejadores, que têm se mostrado fundamentais na identificação de mercadorias ilícitas escondidas em embarcações.

## CÃES FAREJADORES DO ESTADO DO PARÁ

Criado em 12 de outubro de 1974, o Canil da Polícia Militar do Pará foi elevado à condição de Batalhão em 14 de janeiro de 2020. Além do efetivo humano, os cães da unidade são distribuídos conforme o tipo de treinamento recebido, podendo atuar no serviço operacional, no farejamento de explosivos ou na detecção de entorpecentes. Os animais também participam de ações de mobilização social, em escolas, hospitais e atividades de aproximação comunitária.

Uma particularidade é que o Estado do Pará é o único, nas regiões Norte e Nordeste, a possuir uma maternidade própria para cães policiais - o que permite selecionar os animais destinados ao efetivo após a avaliação de suas aptidões. Esse modelo difere do anterior, baseado em licitação, que impossibilitava a escolha criteriosa, já que a compra era realizada antes da identificação das habilidades individuais de cada cão.

Esses cães e seus tutores integram a equipe regular da Base Fluvial. Durante a visita técnica, foi relatado que as duplas (cão e tutor) que atuam nas bases fluviais têm se mantido as mesmas ao longo do tempo, o que favorece a crescente familiaridade com as ações em embarcações.

O uso de cães farejadores nas abordagens realizadas pelas bases fluviais aumenta a agilidade e a precisão das inspeções, uma vez que os animais conseguem identificar entorpecentes e outros materiais ilícitos ocultos nas embarcações ou nos veículos nelas transportados. Quando não estão em operação, os cães são mantidos em ambientes tranquilos, com o objetivo de reduzir o estresse e preservar seu bem-estar físico e psicológico.



Cão Jay-Z em apreensão de quase 50 kg de drogas em Antônio Lemos/PA.  
Foto: Divulgação/SEGUP-PA.



Cadela Isis em apreensão de 117 kg na Base Candiru/PA.  
Foto: Divulgação/SEGUP-PA.

7 Ver: <https://agenciapara.com.br/noticia/71374/agentes-da-base-antonio-lemos-apreendem-4-toneladas-de-pirarucu-na-ilha-do-marajo> e [Comunidades do Marajó recebem doação de pescado apreendido pela Base Antônio Lemos | SEGUP](#)

Além do caráter fiscalizatório, a presença da base numa região que antes não contava com a presença regular do Estado vem possibilitando a chegada de outros agentes públicos no local. Nos foi relatado que o local em Antônio Lemos onde a base foi instalada vem, desde a sua chegada, recebendo novas famílias que se mudam para as redondezas da base por conta da segurança.

Apesar de não terem sido citados casos de prisões em flagrante, foi mencionado que a presença permanente de agentes de segurança pública no local tem repellido a ação de criminosos que costumavam praticar roubos a embarcações na região<sup>8</sup>.

Vale mencionar que na semana seguinte à visita, este pesquisador esteve em Macapá e, conversando com a população local sobre o fluxo de embarcações, foi mencionado de forma espontânea que a navegação Belém-Macapá ficou mais segura depois que a “polícia colocou uma base em Antônio Lemos, acabando com os roubos dos ratos d’água”. Como vemos na imagem abaixo, esse trajeto comumente passa em frente à Base Fluvial e tem a duração de 36 horas.

Mapa 2 | Trajeto fluvial Belém-Macapá



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps.

8 São chamados de “ratos d’água” pelos moradores.



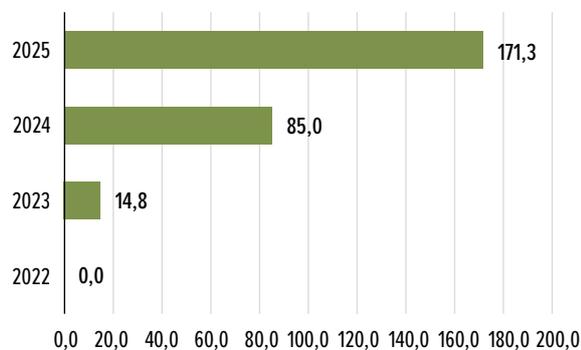
## ALGUNS INDICADORES DE IMPACTO

Dados disponibilizados pela SEGUP indicam que as apreensões de drogas realizadas pelas bases fluviais apresentam comportamentos distintos, a depender do tipo de substância, e que, analisadas em conjunto, revelam uma predominância das apreensões de maconha - especialmente do tipo *skunk* -, conforme relatado durante a visita técnica.

É importante destacar que os volumes apresentados nos gráficos a seguir referem-se exclusivamente à atividade regular das equipes das bases fluviais. O montante seria ainda maior se fossem consideradas as operações conjuntas com outras forças. Optou-se, contudo, por apresentar apenas os resultados decorrentes da atuação exclusiva das bases fluviais, por entender que esse recorte expressa de forma mais precisa a rotina operacional e o desempenho cotidiano dessas unidades.

No caso da Base de Antônio Lemos, observam-se tendências distintas conforme o tipo de droga analisado. A quantidade de cocaína apreendida vem crescendo desde 2023, enquanto a de maconha atingiu um pico nesse mesmo ano, apresentando redução em 2024 e nova alta nos primeiros meses de 2025. Um aspecto relevante é que essas apreensões ocorreram em um número relativamente baixo de registros: no caso da cocaína, foram 4 ocorrências em 2023, 6 em 2024 e 11 em 2025; já para maconha, 10, 19 e 23, respectivamente.

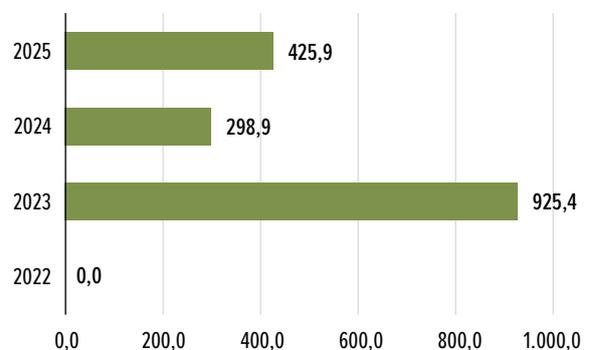
**Gráfico 1** | Apreensão de cocaína (em kg) pela Base Fluvial de Antônio Lemos/PA (2022-2025)<sup>(1)</sup>



Fonte: SEGUP/PA.

(1) Dados coletados até setembro de 2025.

**Gráfico 2** | Apreensão de maconha (em kg) pela Base Fluvial de Antônio Lemos/PA (2022-2025)<sup>(1)</sup>



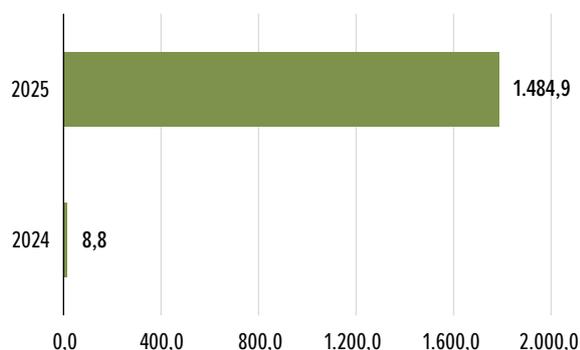
Fonte: SEGUP/PA.

(1) Dados coletados até setembro de 2025.

Por sua vez, a Base Candiru, como passou a operar mais recentemente, dispõe de uma série temporal mais curta para análise - foi inaugurada em 13 de setembro de 2024 -, mas já registra volumes expressivos de entorpecentes apreendidos. Assim como observado em Antônio Lemos, o número de ocorrências é relativamente reduzido: para cocaína, foram 2 em 2024 e 13 em 2025; e para maconha, 10 e 30, respectivamente.



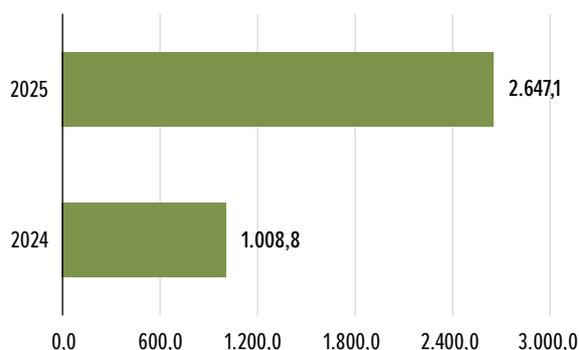
**Gráfico 3** | Apreensão de cocaína (em kg) pela Base Fluvial de Candiru/PA (2024-2025)<sup>(1)</sup>



Fonte: SEGUP/PA.

(1) Dados coletados até setembro de 2025.

**Gráfico 4** | Apreensão de maconha (em kg) pela Base Fluvial de Candiru/PA (2024-2025)<sup>(1)</sup>



Fonte: SEGUP/PA.

(1) Dados coletados até setembro de 2025.

A tabela abaixo, por sua vez, indica, de maneira complementar, que a média de apreensão de entorpecentes nas ocorrências é relevante, indicando que tais quantidades que não se enquadrariam em “porte para uso próprio”, mas sim em tráfico.

**Tabela 1** | Quantidade média de entorpecente apreendida nas ocorrências das bases fluviais do Pará (2022-2025)

Base fluvial / tipo de entorpecente	Ano				Média do período
	2022	2023	2024	2025	
<b>Base Antônio Lemos</b>					
Cocaína	-	3,7	14,2	15,6	12,9
Maconha	-	92,5	15,7	18,5	31,1
<b>Base Candiru</b>					
Cocaína	-	-	4,4	114,2	99,6
Maconha	-	-	100,9	88,2	91,4
<b>Total geral</b>	-	<b>67,2</b>	<b>37,9</b>	<b>61,4</b>	<b>54,8</b>

Fonte: SEGUP/PA.

(-) Informação inexistente.

## DESAFIOS

Um dos desafios de toda ação recentemente implantada é que, independentemente dos impactos alcançados, a sustentabilidade ao longo do tempo seja garantida. Para isso, faz-se necessário implementar atos normativos que garantam sua institucionalização, bem como a continuidade de suas atividades ao longo do tempo, de modo que sejam reconhecidas como políticas de Estado, e não de governos. A previsão orçamentária é um elemento fundamental para isso, uma vez que temos inúmeros exemplos no Brasil de medidas bem-sucedidas que foram desistidas até se tornar meramente protocolares. É preciso garantir a continuidade da ação considerando o calendário de eventuais mudanças no contexto político.



Outro ponto de atenção é a escalabilidade. Quando uma nova ação vem apresentando resultados positivos, é tentador buscar replicá-la, na tentativa de aumentar os resultados obtidos. Contudo, um momento inicial de crescimento desordenado pode colocar em xeque a continuidade da ação. No caso das Bases Fluviais do Pará, vemos que mesmo após os resultados iniciais apresentados pela Base de Antônio Lemos, houve um período de mais de dois anos para a inauguração da Base Fluvial de Candiru. Nesse período os protocolos foram corrigidos, aperfeiçoados e o cotidiano operacional revelou os novos desafios e dificuldades que foram sendo superados. De modo que quando a Base Fluvial Candiru passou a operar, já havia um conhecimento acumulado por partes das equipes do estado, fazendo com que sua implementação fosse otimizada. O que se espera quando a terceira e nova Base entrar em operação, na região de Abaetetuba, é que o conhecimento acumulado até o momento se reverta em normas e procedimentos que irão facilitar sua implementação/operação.

Trazer novos órgãos de outras esferas de governo a realizar ações a partir das bases fluviais é um outro desafio que precisa ser enfrentado. Tanto o Poder Municipal como o Federal podem desempenhar ações de fiscalização de suas respectivas competências para consolidar a presença no Estado e assim repelir preventivamente estratégias de controle territorial empregadas pelo crime organizado.

Um último desafio em ações integradas, tais como as bases fluviais, reside justamente no engajamento das instituições que participam e compõem as equipes. Cada instituição que participa tem um papel e um objetivo específico,

passível e ser atingido com a colaboração das demais instituições. Manter o caráter integrado das bases fluviais demanda o alinhamento dos órgãos que precisam prever parte de seus respectivos orçamentos para as despesas recorrentes.

É preciso que os gestores públicos reconheçam a importância das Bases Fluviais não apenas como instrumentos de segurança pública, por meio do combate a crimes, mas como iniciativa que promove o aumento da sensação de segurança da população local.

Para que esses desafios sejam superados, contar com a sensibilização de gestores públicos em diferentes níveis é algo fundamental, especialmente daqueles que ocupam posições estratégicas e possuem poder de decisão. É preciso que esses atores reconheçam a importância das Bases Fluviais não apenas como instrumentos de segurança pública, por meio do combate a crimes, mas como iniciativa que promove o aumento da sensação de segurança da população local, que veem nas bases fluviais a presença do Estado em regiões onde antes havia ausência.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação das Bases Fluviais no estado do Pará a partir de 2022 marca uma política de presença permanente do Estado em pontos estratégicos não apenas para a Segurança Pública, mas para fiscalizações de órgãos em diferentes campos que, atuando de maneira integrada, conseguem otimizar e compartilhar a estrutura existente. Essa integração também viabiliza a manutenção da estrutura, uma vez que cada instituição arca com parte das despesas para manutenção do equipamento.



É importante destacar que desde sua implementação, a base visitada – de Antônio Lemos – acabou sendo equipada para prestar outros serviços à comunidade, tais como o Ponto de Inclusão Digital, a partir da inserção do Tribunal de Justiça do Pará e da Prefeitura de Breves. As ações sociais realizadas nessas bases também indicam seu potencial para ser referência de políticas públicas diversas numa região de difícil acesso.

A manutenção da estrutura – incluindo aí equipe e meios materiais – em plenas condições para realizar patrulhamento e as demais ações para as quais a Base Fluvial foi pensada é um desafio permanente, sob o risco de inviabilizar as fiscalizações, bem como a rede de interação que se criou ao longo desses três anos de atuação entre a equipe da base e a população local, que vai se consolidando numa relação de confiança fundamental para a troca de informações e para garantir a sensação de segurança da população.

Para além dos desafios já mencionados, é preciso reconhecer a necessidade de se criar e manter esse tipo de estrutura uma vez que os resultados apresentados se mostram promissores, não apenas da perspectiva da Segurança Pública, mas enquanto uma ação de fortalecimento da presença estatal, que atua diretamente na questão do controle territorial. Para isso, trazer o Governo Federal e mesmo os municípios da região para atuarem a partir das Bases Fluviais é uma forma pela qual pode-se ampliar os benefícios das Bases Fluviais.



## Iniciativa **03**

# Programa Ouro Alvo: Rastreamento forense do ouro ilegal no Brasil

**Nivio Nascimento**

*Pesquisador e Assessor Internacional do  
Fórum Brasileiro de Segurança Pública*

### FICHA TÉCNICA

	<b>Nome da iniciativa:</b> Programa Ouro Alvo
	<b>Órgão principal responsável pela implementação:</b> Diretoria Técnico-Científica (DITEC), Instituto Nacional de Criminalística (INC), Polícia Federal (PF)
	<b>Data de criação:</b> 2019
	<b>UF de atuação e abrangência territorial:</b> Âmbito nacional em cooperação com superintendências regionais da PF e bases avançadas em áreas críticas da Amazônia Legal.
	<b>Parcerias:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>→ Órgãos públicos federais: IBAMA, ICMBio, Receita Federal, ANM, COAF e MPF.</li><li>→ Instituições acadêmicas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP) e parceiros do projeto Gold Rush.</li><li>→ Organismos internacionais: UNODC, Interpol, OTCA e cooperações bilaterais com Colômbia, Peru e França.</li><li>→ Financiamento e apoio técnico: Fundo Amazônia (BNDES) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).</li></ul>
	<b>Status atual:</b> Em funcionamento. Programa institucionalizado como política permanente da PF, ligado à Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente (DAMAZ/PF) e reconhecido pelo Ministério da Justiça como ferramenta estratégica do Plano Amazônia – Segurança e Soberania (Plano AMAS).





**Resumo:** O Programa Ouro Alvo é uma iniciativa da Polícia Federal (PF), criada em 2019 como resposta científica e estratégica à expansão do garimpo ilegal de ouro na Amazônia. Com base na integração entre química, física e geologia forense, o programa desenvolveu metodologias inéditas capazes de identificar a origem geoquímica e isotópica do ouro apreendido, mesmo após o refino, transformando o metal em evidência rastreável. Entre seus principais marcos estão a criação da Ouroteca e do Banco Nacional de Perfis Auríferos (BANPA), pilares de um sistema nacional de rastreabilidade mineral que conecta ciência, tecnologia e investigação criminal. O Ouro Alvo consolidou-se como uma política de Estado, incorporado à Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente (DAMAZ/PF) e ao Plano Amazônia – Segurança e Soberania (AMAS), apoiando operações integradas e ações de inteligência em toda a região. Com resultados concretos — como apreensões, perícias, integração de bases de dados e cooperação científica —, o programa se firmou como um instrumento de soberania, governança ambiental e diplomacia científica, projetando o Brasil na vanguarda global do combate ao ouro ilegal.

## INTRODUÇÃO

O Programa Ouro Alvo da Polícia Federal (PF) foi lançado em 2019 como resposta inovadora à escalada do garimpo ilegal de ouro no Brasil, especialmente na região amazônica. Dados do Cartografias da Violência (FBSP, 2024)<sup>1</sup> apontam que entre 2018 e 2023, os registros de ocorrência relacionados à extração de recursos minerais sem autorização (arts. 44 e 55 da Lei 9.605/98)<sup>2</sup> na Amazônia Legal aumentaram 12,9%. Somente de 2022 para 2023, o crescimento foi de 111,0%, saltando de 91 registros para 192. Em sentido semelhante, de 2018 a 2023, os inquéritos da Polícia Federal especificamente sobre o crime do art. 55 da Lei 9.605/98 aumentaram 107,1%, totalizando 319 em 2023.

Esse avanço da mineração clandestina, impulsionado por preços globais elevados e pela fragilização da fiscalização ambiental, resultou em destruição florestal, crise humanitária — como no caso Yanomami — e crescente envolvimento de facções criminosas<sup>3</sup>. Além disso, existia um vazio estrutural na cadeia do ouro, historicamente marcada pelo regime de autodeclaração e pela ausência de mecanismos efetivos de rastreabilidade. Nesse cenário, surgia a dúvida central sobre a possibilidade de determinar a origem geográfica do ouro apreendido, mesmo após o metal ser fundido. A proposta de rastrear o ouro por meio de suas propriedades físico-químicas dialoga com abordagens recentes sobre “seguir os produtos” (*follow the products*) para compreender as economias ilícitas, transformando o próprio metal em fonte de informação e prova científica<sup>4</sup>.

O Programa Ouro Alvo surgiu da iniciativa de um grupo de peritos criminais federais com formação acadêmica em geologia, química e física forense, que buscaram resolver uma lacuna recorrente nas atividades de investigação e persecução penal da Polícia Federal: a possibilidade de determinar a origem do ouro apreendido, mesmo após o

1 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. Vol. 3. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

2 Art. 44. Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais. Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

3 INSTITUTO ESCOLHAS. *Sumário Executivo – Qual o real impacto socioeconômico da exploração de ouro e diamantes na Amazônia?* São Paulo: Instituto Escolhas, 2021. Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo-Qual-o-real-impacto-socioecon%C3%B4mico-da-explora%C3%A7%C3%A3o-de-ouro-e-diamantes-na-Amaz%C3%B4nia-.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

4 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Follow the Products: rastreabilidade de produtos e enfrentamento ao crime organizado*. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/5c49e7c2-f01f-42c8-ae13-83d8fa9987c6>. Acesso em: 12 out. 2025.



processo de fundição. Essa necessidade, vinda de delegados, policiais e procuradores, entre outros profissionais que se deparavam com apreensões desprovidas de provas técnicas sobre a procedência do metal, deu início a um esforço rigoroso de pesquisa aplicada.

Como resultado, a Diretoria Técnico-Científica (DITEC/PF), por meio do Instituto Nacional de Criminalística (INC), estruturou a chamada “Ouroteca” – um acervo nacional de amostras de ouro coletadas em diversas regiões do Brasil e de países vizinhos da América do Sul – e criou o Banco Nacional de Perfis Auríferos (BANPA)<sup>5</sup>. Ambos

compõem hoje uma base de referência que reúne as “impressões digitais” químicas e isotópicas do ouro, capazes de rastrear com alto grau de confiança a origem geográfica de um lote apreendido e verificar se o material corresponde à procedência declarada em documentos fiscais.

O Ouro Alvo representa uma combinação de inovação científica e política pública, posicionando o Brasil na vanguarda da rastreabilidade mineral aplicada à proteção ambiental e ao enfrentamento do crime organizado.

Segundo o perito criminal Fábio Augusto Salvador, um dos idealizadores do programa, o Ouro Alvo nasceu da convicção de que “o ouro conserva impurezas e isótopos que funcionam como uma assinatura natural, capaz de revelar sua origem geológica mesmo após o refino”. Essa premissa tornou-se a base de um programa que integra ciência forense e persecução penal ambiental, dotando a Polícia Federal de uma capacidade inédita de diferenciar o ouro proveniente de garimpos ilegais daquele oriundo de minas legalizadas. Nesse

sentido, o Ouro Alvo representa uma combinação de inovação científica e política pública, posicionando o Brasil na vanguarda da rastreabilidade mineral aplicada à proteção ambiental e ao enfrentamento do crime organizado.

Em 2023, o Programa consolidou-se como uma ferramenta essencial para o trabalho de articulação da recém-criada Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal (DAMAZ/PF), responsável pela execução do Plano Amazônia – Segurança e Soberania (Plano AMAS)<sup>6</sup>. A criação da DAMAZ representou uma reconfiguração estrutural da PF para concentrar esforços de integração nacional e internacional na proteção do meio ambiente e, em especial, da Amazônia, permitindo coordenação efetiva entre esferas de governo, poderes e países da Pan-Amazônia<sup>7</sup>. Essa estrutura de governança permite que o Ouro Alvo funcione como elo entre a capacidade técnico-científica do Instituto Nacional de Criminalística (INC) e o planejamento estratégico da DAMAZ, fortalecendo a cooperação interagências e o uso de evidências científicas em operações contra o garimpo ilegal.

O Plano Amazônia – Segurança e Soberania (Plano AMAS), instituído pelo Decreto nº 11.614/2023<sup>8</sup>, estrutura-se em três eixos: governança, estrutura e operacional. A DAMAZ atua como instância de articulação entre as su-

5 BRASIL. Polícia Federal. Revista Perícia Federal – Edição Especial Ouro Alvo. Brasília: Polícia Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/policia-federal-lanca-revista-pericia-federal-edicao-ouro-alvo>. Acesso em: 22 set. 2025.

6 BRASIL. Fundo Amazônia. *Plano Amazônia – Segurança e Soberania (Plano AMAS)*. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Planos-Amas-Amazonia-Seguranca-e-Soberania/>. Acesso em: 19 out. 2025.

7 FREIRE DE BARROS, Humberto. Plano AMAS e a Atuação da Polícia Federal Contra os Crimes Ambientais. Revista SUSP, Brasília, v. 4, n. 1, p. 10-18, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://revistasusp.mj.gov.br/susp/index.php/revistasusp/article/download/765/227>. Acesso em: 19 out. 2025.

8 BRASIL. Decreto nº 11.614, de 21 de julho de 2023. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11614.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11614.htm). Acesso em: 19 out. 2025.



perintendências regionais e as forças estaduais, assegurando que programas científicos, como o Ouro Alvo, estejam alinhados à estratégia de soberania e proteção ambiental da Amazônia.

A estratégia da Polícia Federal para a Amazônia combina governança, modernização normativa e atuação operacional integrada, apoiando-se também na criação do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI Amazônia)<sup>9</sup>. Localizado em Manaus (AM) e inaugurado em setembro de 2025 com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva<sup>10</sup>, o CCPI Amazônia reúne representantes da PF, SENASP, PRF, secretarias estaduais de Segurança e oficiais de ligação dos nove países da Pan-Amazônia, além de organismos multilaterais. Essa estrutura fortalece a PF como ator diplomático e técnico regional, integrando ciência, operação e cooperação internacional em uma mesma política de segurança ambiental.

Instituído no âmbito do Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal e articulado com a DAMAZ, o programa tem base no Regimento Interno da PF e no *Decreto nº 9.662/2019*, que conferem à instituição competência para a realização de perícias criminais e pesquisas científicas. O Ouro Alvo ancora-se ainda no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), compondo o eixo científico do enfrentamento aos crimes ambientais. Sua metodologia de rastreabilidade isotópica e geoquímica contribui para suprir lacunas legais deixadas pelo regime de autodeclaração da origem do ouro (*Lei nº 12.844/2013*) e conecta-se às reformas legislativas em discussão, como os *Projetos de Lei nº 836/2021* e *nº 3.025/2023*, que preveem a criação de um Sistema Nacional de Rastreabilidade Mineral e a emissão de nota fiscal eletrônica para o ouro<sup>11</sup>.

As experiências internacionais de rastreamento de ouro, apresentadas na Figura 1, mostram que diferentes países vêm aprimorando mecanismos científicos, documentais e institucionais para enfrentar a mineração ilegal e garantir a origem do metal. França, África do Sul, Colômbia e outros países têm desenvolvido metodologias complementares — da geoquímica forense ao controle eletrônico de transações — que hoje formam uma base global de conhecimento sobre rastreabilidade mineral. O Brasil, por meio do Programa Ouro Alvo, passa a integrar esse ecossistema, tanto aprendendo com essas referências quanto contribuindo com inovações próprias, como o uso sistemático de assinaturas isotópicas e a criação do Banco Nacional de Perfis Auríferos (BANPA), que já inspira cooperações técnicas internacionais.

França, África do Sul, Colômbia e outros países têm desenvolvido metodologias complementares — da geoquímica forense ao controle eletrônico de transações — que hoje formam uma base global de conhecimento sobre rastreabilidade mineral.

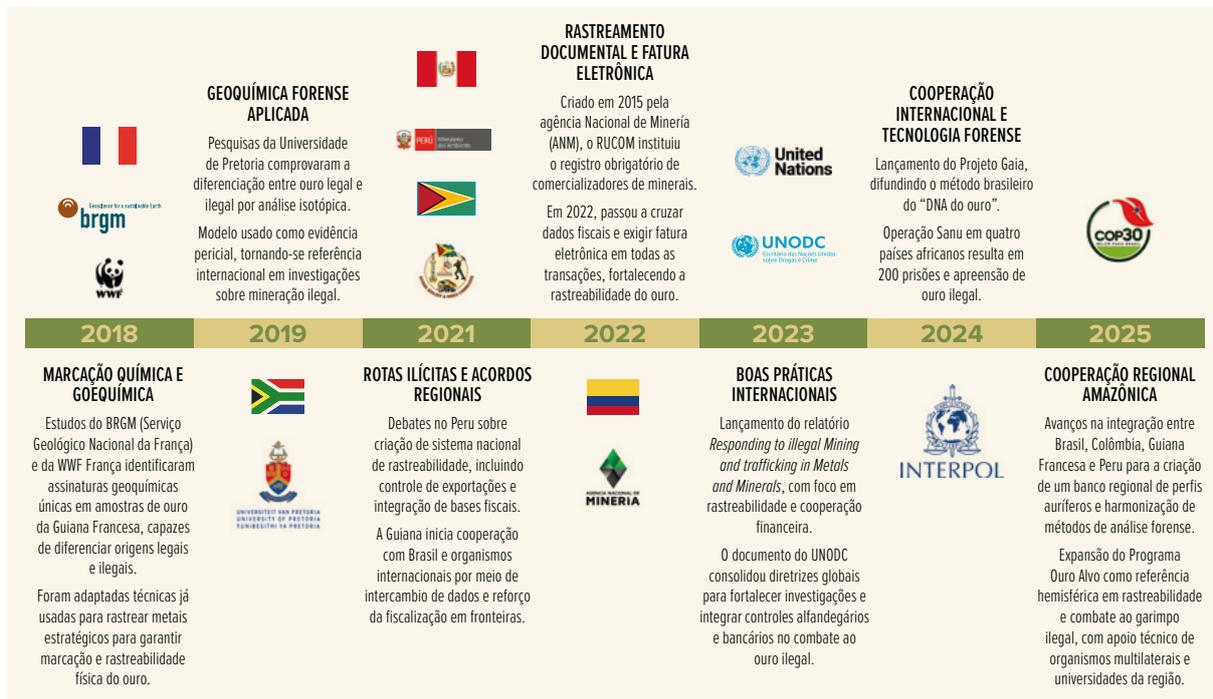
9 BRASIL. Polícia Federal. PF inaugura Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI Amazônia). Manaus: PF, 9 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/09/pf-inaugura-centro-de-cooperacao-policial-internacional-da-amazonia>. Acesso em: 19 out. 2025.

10 BRASIL. Agência Gov. Em Manaus, Lula inaugura Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia. Brasília: Agência Gov, 9 set. 2025. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202509/em-manau-s-lula-inaugura-centro-de-cooperacao-policial-internacional-da-amazonia>. Acesso em: 19 out. 2025.

11 INSTITUTO ESCOLHAS. *Rastreabilidade: tecnologias e governança para produtos de origem na Amazônia*. Versão 2. São Paulo: Instituto Escolhas, out. 2025. Disponível em: [https://escolhas.org/wp-content/uploads/2025/10/Rastreabilidade\\_SITE\\_PT\\_v2.pdf](https://escolhas.org/wp-content/uploads/2025/10/Rastreabilidade_SITE_PT_v2.pdf). Acesso em: 20 out. 2025.



**Figura 1** | Experiências Internacionais de Rastreamento de Ouro 2018 - 2025



Fonte: Elaboração própria a partir de BRGM/WWF França; University of Pretoria; ANM/DIAN Colômbia; UNODC; Interpol (2018–2025).

O ouro é um ativo de valor universal, que serve de lastro econômico, reserva financeira e insumo industrial — e, por isso mesmo, ocupa posição central na ordem econômica mundial. O rastreamento desse metal é, portanto, uma peça-chave de governança global. O Programa Ouro Alvo se insere nesse cenário como instrumento de soberania e diplomacia científica, conectando a perícia brasileira a redes internacionais de controle, pesquisa e cooperação técnica. Ao mesmo tempo em que se inspira em modelos estrangeiros, o Ouro Alvo começa a ensinar — oferecendo sua metodologia de “DNA do ouro” a parceiros regionais e organismos multilaterais, e consolidando o Brasil como referência na rastreabilidade mineral e no enfrentamento ao crime organizado transnacional.

## OBJETIVOS

Os objetivos centrais do Programa Ouro Alvo podem ser resumidos em três frentes interligadas:

**Figura 2** | Objetivos do Programa Ouro Alvo



**Rastreabilidade técnico-científica** para desenvolver métodos e ferramentas forenses capazes de identificar a origem geológica do ouro apreendido ou sob suspeita é o eixo central do Programa Ouro Alvo. A proposta consiste em caracterizar assinaturas químicas e isotópicas únicas de cada região mineradora, reunindo-as em um banco de dados nacional que permita associar um lote de ouro à sua mina ou garimpo de origem. Em termos práticos, o programa busca atribuir ao ouro uma espécie de “DNA geológico”, um código natural que se mantém mesmo após o refino e a fundição. Essa rastreabilidade apoia-se na premissa de que o metal conserva impurezas e vestígios elementares — como prata, cobre, chumbo e quartzo — que variam conforme as condições geológicas de cada depósito. Tais microassinaturas funcionam como marcadores de procedência, detectáveis e comparáveis por meio de técnicas laboratoriais de alta precisão, tornando possível distinguir ouro legal de ilegal e comprovar sua origem em processos investigativos e judiciais.



**Diferenciar o ouro legal do ilegal com base em evidências forenses** é outra função central do Programa Ouro Alvo. O objetivo é distinguir o ouro de origem lícita, proveniente de títulos de lavra autorizados, daquele extraído de forma ilícita em garimpos ilegais, terras indígenas ou unidades de conservação invadidas. O programa busca suprir uma lacuna histórica de prova pericial, já que, por décadas, garimpeiros e intermediários alegavam ser impossível rastrear o metal após a fundição. O Ouro Alvo refuta essa alegação com ciência. Por meio de análises químicas e isotópicas, os peritos da PF produzem laudos capazes de indicar se o ouro em exame é compatível ou não com a localidade declarada em sua documentação<sup>12</sup>. Esses resultados permi-

12 INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). *Ouroteca ajuda o Brasil a combater o garimpo ilegal na Amazônia*. 12 maio 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/628818-ouroteca-ajuda-o-brasil-a-combater-o-garimpo-ilegal-na-amazonia>. Acesso em: 11 set. 2025.



tem invalidar registros e notas fiscais fraudulentas usados para “esquentar” o ouro ilegal, fornecendo base técnica para apreensões, responsabilização criminal e fortalecimento da rastreabilidade no mercado aurífero brasileiro.

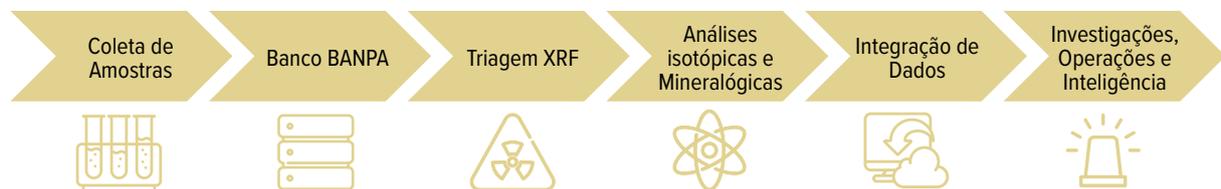


**Apoio a investigações, operações e inteligência**, fornecendo provas periciais robustas para subsidiar inquéritos policiais, ações penais e medidas administrativas contra crimes relacionados ao ouro. Isso engloba desde identificar quadrilhas que financiam e escoam o ouro clandestino, até auxiliar na recuperação de ativos e no aprimoramento de políticas públicas. Desse modo, o Ouro Alvo permite conectar pontos antes dispersos, ligando a extração ilegal aos canais de lavagem de dinheiro, aos receptadores nacionais e internacionais, e aos impactos ambientais e sociais gerados. O conhecimento gerado pelo programa também fornece insumos a ações de inteligência de outros órgãos ambientais, fiscais, financeiros, tornando-se uma ferramenta essencial para quebrar o ciclo de impunidade em torno do ouro ilegal, transformando-o de commodity anônima em produto rastreável e passível de controle estatal.

## IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO

Para atingir esses objetivos, o Programa Ouro Alvo estruturou uma operação multidisciplinar que alia tecnologia de ponta, parcerias institucionais e inteligência de dados.

**Figura 3** | Fluxo de operação do Programa Ouro Alvo



Os peritos criminais da PF realizam **coletas sistemáticas de ouro** em garimpos legais e ilegais de diversas regiões do país e recebem também amostras de mineradoras regulares e instituições de pesquisa. Esse material é incorporado à Ouroteca — acervo físico mantido no INC/PF, que funciona como laboratório de referência nacional. Cada amostra segue um protocolo de coleta e transporte padronizado, com registro, lacre e armazenamento individual, garantindo rastreabilidade e integridade conforme os procedimentos oficiais descritos no Ofício nº 90/2022-DITEC/PF<sup>13</sup>. Esses procedimentos asseguram que o ouro apreendido mantenha valor probatório durante todo o percurso — da apreensão em campo até as análises químicas e isotópicas laboratoriais — e que os resultados possam ser vinculados de forma inequívoca à origem do material. Os dados analíticos alimentam o Banco Nacional de Perfis Auríferos (BANPA/PF), que reúne dezenas de perfis químicos e isotópicos distintos. O banco serve de referência para identificar a proveniência geográfica de cada amostra e subsidiar investigações criminais e processos judiciais. Reconhecendo a natureza transnacional do comércio de ouro ilícito, a PF passou a incorporar amostras de países vizinhos (Guiana, Venezuela, Peru, entre outros) por meio de cooperação técnica e coletas em campo — uma etapa

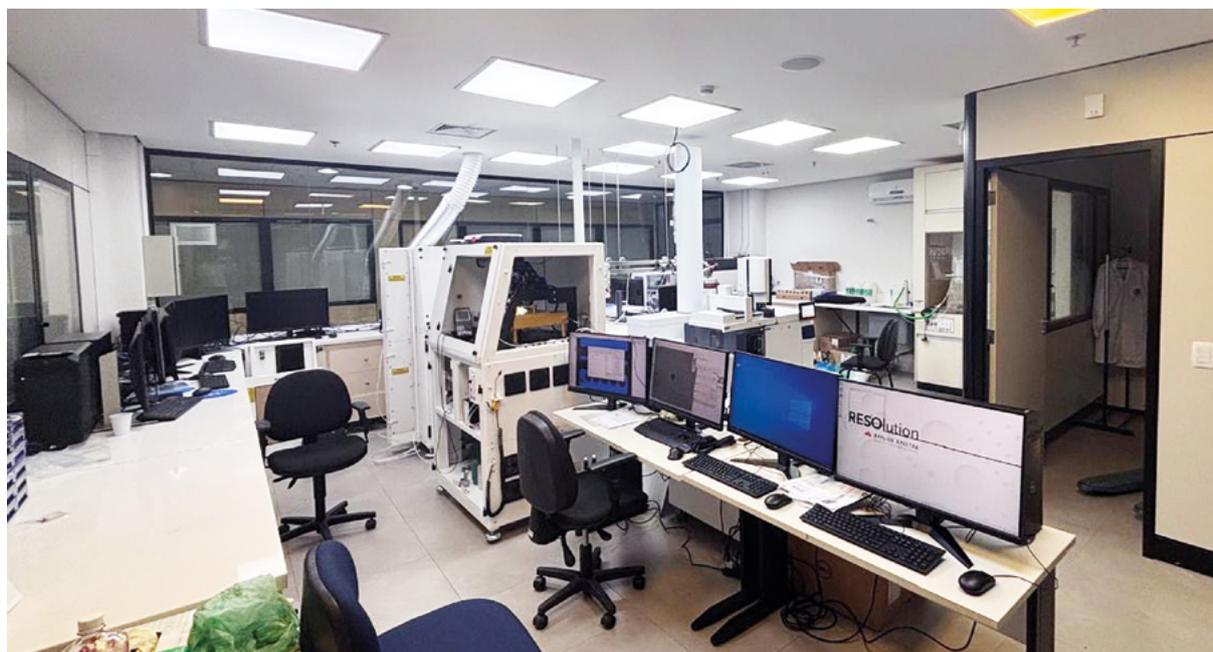
13 BRASIL. Polícia Federal. *Ofício nº 90/2022/DITEC/PF* – Informação sobre o Banco Nacional de Perfis Auríferos (BANPA/PF) e Procedimentos de Coleta e Envio de Amostras Auríferas. Brasília, 8 jun. 2022.



essencial, já que o ouro de origem estrangeira frequentemente circula no mercado brasileiro e vice-versa, exigindo uma abordagem regional integrada.

A primeira etapa de análise emprega **Fluorescência de Raios X portátil (XRF)**, uma técnica não destrutiva que, em segundos, revela a composição elementar da amostra – isto é, a porcentagem de ouro e de impurezas metálicas presentes. Como o ouro natural raramente é 100% puro (24 quilates), essas impurezas formam assinaturas químicas que permitem comparar rapidamente o perfil do ouro apreendido com o esperado para determinada região. A técnica tem se mostrado especialmente útil para decisões imediatas em campo, quando é necessário verificar a compatibilidade entre o material apreendido e a origem declarada. A introdução dessa técnica representou um divisor de águas para a perícia aurífera. Além de não destrutiva e portátil, a análise XRF permite resultados imediatos, viabilizando a identificação de ouro ilegal sem necessidade de laudos laboratoriais complexos. Essa agilidade operacional vem transformando o diagnóstico preliminar em uma ferramenta estratégica para apreensões em aeroportos e fronteiras, reduzindo tempos de resposta e fortalecendo o elo entre perícia e atividades de polícia judiciária.

Quando a investigação exige maior aprofundamento, entram em cena **análises isotópicas de alta precisão** realizadas em laboratório. O ouro suspeito é encaminhado ao Instituto Nacional de Criminalística (INC) ou a laboratórios parceiros de universidades federais, onde são determinados os isótopos estáveis presentes nas impurezas metálicas. Essa técnica, que envolve espectrometria de massas e, em alguns casos, o uso de aceleradores de partículas, permite detectar variações no número de nêutrons de elementos como chumbo e prata. As proporções entre esses isótopos funcionam como “impressões digitais geológicas”, já que cada jazida mineral possui condições únicas de formação que resultam em assinaturas isotópicas específicas. As análises seguem padrões internacionalmente reconhecidos de qualidade laboratorial, com validação cruzada entre instituições brasileiras e estrangeiras parceiras.



Laboratórios do Ouro Alvo no INC em Brasília. **Foto:** Imagem cedida pela DITEC.



Ao comparar os isótopos de uma amostra com os perfis registrados no BANPA, os peritos conseguem indicar, com alto grau de confiança, a região de origem do ouro analisado. Inspirada em experiências internacionais — como a da África do Sul, onde geólogos forenses aplicaram técnicas isotópicas para distinguir ouro de minas legais e de origem criminosas —, essa abordagem foi adaptada ao contexto brasileiro, incorporando a complexidade dos **garimpos dispersos na Amazônia**. Outras técnicas complementares incluem a **análise mineralógica**, voltada à identificação de inclusões de quartzo, sedimentos ou mercúrio no ouro, e a **análise morfológica**, que observa o formato dos grãos e pepitas. Em muitos casos, a forma e as características superficiais do metal também revelam o tipo de extração: se o ouro veio do leito de um rio, de um barranco ou se foi reprocessado industrialmente.

O Ouro Alvo também se apoia em ampla colaboração científica. Universidades como UnB (Universidade de Brasília) e USP (Universidade de São Paulo) integram o esforço por meio do **projeto Gold Rush**, uma iniciativa de pesquisa financiada pela CAPES, Instituto Serrapilheira e outros, voltada a aprimorar métodos de rastreamento geoquímico<sup>14</sup>. Pesquisadores acadêmicos investigam, por exemplo, como processos de beneficiamento (amalgamação com mercúrio, cianetação) podem alterar ligeiramente a composição do ouro — garantindo que a “assinatura primária” permaneça detectável mesmo após refino<sup>15</sup>. O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS/CNPq), em Campinas/SP, também foi envolvido para análises em nível nanométrico de impurezas associadas ao ouro<sup>16</sup>. Essa cooperação resulta em

salto de qualidade ao identificar parâmetros para rastrear a origem, mesmo que criminosos tentem mascarar o material — por exemplo, misturando ouro de diferentes fontes ou removendo impurezas por refino repetido. Tais sinergias capacitam o programa a ficar na fronteira do conhecimento forense e continuamente aprimorar suas técnicas diante de novas ameaças.

Além do eixo técnico-científico, o Ouro Alvo opera um **eixo de análise de dados** que conecta os resultados laboratoriais a múltiplas bases externas. No âmbito do programa, foi estruturado um módulo específico no sistema **Delphos – módulo Mineração**, plataforma interna da PF que agrega informações sobre produção e comercialização de ouro de órgãos como a Agência Nacional de Mineração (ANM), Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) e fiscais estaduais. Por meio do **Delphos-Mineração**, é possível visualizar todas as notas

fiscais eletrônicas emitidas por uma empresa, os registros de Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs) da ANM e imagens de satélite atualizadas de áreas de risco ambiental. Esse cruzamento tem revelado inconsistências flagrantes, como empresas que declaram extração em áreas em que imagens satelitais não mostram nenhuma atividade, sugerindo “produção fictícia” para legitimar ouro ilegal. O perfil químico e isotópico do BANPA vem sendo progressivamente integrado ao Delphos-Mineração, permitindo cruzar dados laboratoriais com registros de comercialização. Assim,

14 SCHUTESKY, Maria Emília. *Gold Rush - Aplicação de ferramentas geoquímicas e isotópicas no combate ao crime organizado e contrabando de ouro na região norte do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília (UnB) / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-bolsas-no-pais/ciencias-forenses/MariaEmiliaSchuteskyUnB.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

15 BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Pesquisa CAPES/UnB investiga ouro de garimpos ilegais*. Brasília: CAPES, 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-capes-unb-investiga-ouro-de-garimpos-ilegais>. Acesso em: 11 set. 2025.

16 REUTERS. *New technology aids Brazil's crackdown on illicit Amazon gold trade*. 14 dez. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/new-technology-aids-brazils-crackdown-illicit-amazon-gold-trade-2024-12-14/>. Acesso em: 11 set. 2025.



quando uma DTVM declara ter adquirido ouro de uma cooperativa, a PF pode confrontar a composição química das barras com o padrão característico daquela região. Se houver divergência significativa, o sistema gera alertas automáticos, orientando novas diligências e análises periciais. Essa integração inaugura uma forma de rastreabilidade em tempo real, em que a informação científica orienta diretamente a atividade policial e regulatória<sup>17</sup>.

Figura 4 | Eixo base de dados forenses



Fonte: Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), 2025<sup>18</sup>.

O Programa Ouro Alvo conta com uma equipe multidisciplinar de cerca de 20 peritos e técnicos em geociências forenses, coordenada a partir do Instituto Nacional de Criminalística (INC) e apoiada por laboratórios regionais e superintendências da PF na Amazônia (AM, PA, RR, AP, AC, RO). Esses núcleos realizam coleta de amostras em campo, alimentam a Ouroteca (acervo físico) e o BANPA (base de dados), e dão suporte direto a operações contra garimpo ilegais.

17 Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF). *Revista Perícia Federal – Edição nº 52: Programa Ouro Alvo*. Brasília, dez. 2023. Disponível em: <https://apcf.org.br/revistas/edicao-no-52-programa-ouro-alvo/>

18 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PERITOS CRIMINAIS FEDERAIS (APCF). *Revista Perícia Federal – Edição nº 52: Programa Ouro Alvo*. Brasília, dez. 2023. Disponível em: <https://apcf.org.br/revistas/edicao-no-52-programa-ouro-alvo/>. Acesso em: 20 out. 2025.



## OURO ALVO E A DESINTRUSÃO YANOMAMI



Agente encontra ouro ilegal escondido em frasco de remédio. **Foto:** Bruno Mancinelli/Casa de Governo.

Desde 2023, a Polícia Federal tem atuado na Terra Indígena Yanomami com ações repressivas e periciais que envolvem o programa Ouro Alvo. A perícia coletou amostras de ouro e sedimentos in loco, alimentando o banco nacional de perfis geoquímicos (BANPA) e possibilitando a rastreabilidade do ouro apreendido. Essa metodologia permitiu demonstrar a correspondência entre amostras apreendidas e jazidas clandestinas da região, confirmando a origem ilegal do metal e subsidiando as investigações da PF. A atuação da PF resultou em redução superior a 90% do garimpo ilegal na terra indígena e na retirada de 11 toneladas de ouro do circuito criminoso. O trabalho também ajudou a mapear os financiadores da cadeia ilegal e subsidiar investigações em curso. A análise de mercúrio em águas e populações humanas expôs contaminações alarmantes, reforçando a urgência do combate ao garimpo.

Essa capilaridade foi decisiva, por exemplo, na Operação Yanomami (2023), quando peritos acompanharam forças federais para coletar vestígios de ouro e mercúrio em áreas desativadas, material que subsidiou laudos periciais complexos no INC — com caracterização geoquímica/isotópica apta a sustentar investigações sobre a proveniência do metal.

No plano institucional, diversas fontes de financiamento têm sido relevantes para fortalecer as ações da PF no enfrentamento ao garimpo ilegal. No âmbito do Plano AMAS, foram destinados cerca de R\$ 151 milhões (2024) para ampliar a capacidade operacional na região. Desses recursos, aproximadamente R\$ 49 milhões do Fundo Amazônia/BNDES foram empregados na modernização de laboratórios forenses de espectrometria e outros equipamen-



tos de alta precisão. Esses investimentos agilizam e elevam a qualidade técnica das perícias ligadas ao Ouro Alvo — que antes, em parte, dependiam do uso compartilhado de instrumentos em universidades —, sem prejuízo da parceria acadêmica, que permanece estratégica na pesquisa, validação metodológica e formação. *“Tivemos uma evolução grande desde 2019. Hoje já produzimos laudos complexos com análises de alta tecnologia, e o que levava dois anos, agora conseguimos entregar em um ou dois meses. Além disso, estamos desenvolvendo projetos com universidades do Brasil, França, Estados Unidos e Canadá — inclusive com Harvard, que mantém uma das maiores coleções de ouro do mundo. Isso eleva o padrão científico do programa e reforça seu alcance internacional”*, destaca o coordenador do POA, Erich Adam.

A atuação articula-se, ainda, por meio de cooperação técnica e científica com organismos e parceiros nacionais e internacionais — entre eles INTERPOL (Projeto GAIA), BID, UNODC, universidades (como UnB e USP) e serviços geológicos/instituições científicas estrangeiras. No campo bilateral, há acordos de cooperação relevantes já firmados. O acordo com a França, por exemplo, tem foco em intercâmbio técnico e científico em rastreabilidade; outros arranjos de cooperação têm apoiado missões, treinamento e validações cruzadas.

Consolidado internamente e em rede com parceiros externos, o Ouro Alvo opera hoje como um mecanismo permanente de rastreamento forense do ouro, integrando ciência, perícia e coordenação institucional para enfrentar o garimpo ilegal e as economias criminais associadas.

Consolidado internamente e em rede com parceiros externos, o Ouro Alvo opera hoje como um mecanismo permanente de rastreamento forense do ouro, integrando ciência, perícia e coordenação institucional para enfrentar o garimpo ilegal e as economias criminais associadas.

## RESULTADOS

Em pouco mais de quatro anos de existência, o Programa Ouro Alvo já coleciona contribuições e resultados expressivos no apoio a operações policiais, processos judiciais e investigações no setor mineral.

### Aprensões recordes de ouro ilegal

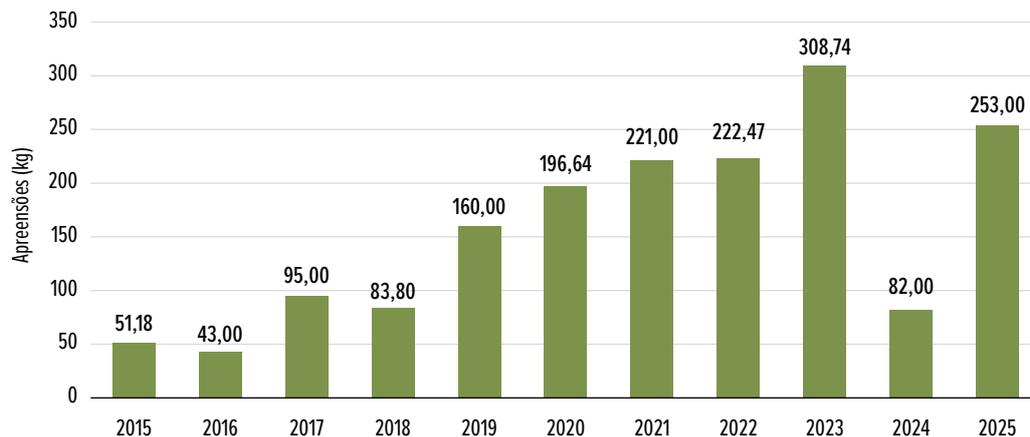
O Ouro Alvo vem contribuindo de forma integrada para a produção de conhecimento, suporte técnico, planejamento de operações e responsabilização criminal. Em 4 de maio de 2022, a PF apreendeu 77 quilos de ouro em aeronave privada durante operação no aeroporto de Sorocaba (SP). O material, transportado sem comprovação de origem lícita, foi encaminhado à perícia para verificação de procedência e autenticidade dos documentos de transporte<sup>19</sup>. Em 1º de setembro de 2022, outro caso relevante foi registrado no Aeroporto Internacional de Belém (PA), onde agentes federais apreenderam mais de 7 quilos de ouro transportados irregularmente, também enviados para

19 BRASIL. Polícia Federal. PF apreende 77 kg de ouro transportados em aeronave privada em Sorocaba/SP. Brasília: Polícia Federal, 4 maio 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/05/pf-apreende-77-kg-de-ouro-transportados-em-aeronave-privada>. Acesso em: 11 out. 2025.



exame pericial no INC<sup>20</sup>. Em 11 de dezembro de 2023, a PF anunciou a apreensão de 47 quilos de ouro em Manaus (AM), com indícios de origem em garimpos ilegais. As amostras foram submetidas a análises químicas e isotópicas no âmbito do Ouro Alvo, visando rastrear a proveniência geográfica e confirmar a extração ilícita<sup>21</sup>.

**Gráfico** | Apreensões de ouro pela Polícia Federal, em kg (2015-2025)



Fonte: Polícia Federal.

Entre 2015 e 2025, a Polícia Federal apreendeu cerca de 1,9 tonelada de ouro, com picos notáveis em 2023 (308,7 kg) — o maior volume da série histórica — e uma queda expressiva em 2024 (82 kg), seguida de recuperação com 253 kg até outubro de 2025. Essa inflexão coincide com dois fenômenos interligados: a extinção da presunção de boa-fé na comercialização de ouro (Lei nº 12.844/2013, cuja interpretação foi derrubada pelo STF em 2023 e regulamentada em 2024) e a consequente mudança nas rotas e vetores de transporte do metal, com redução do escoamento aéreo via Sudeste e aumento das rotas terrestres e fluviais pela faixa norte da Amazônia, em especial Roraima e Pará.

A intensificação da rastreabilidade documental (NF-e Ouro) e o controle mais rigoroso das DTVMs provocaram adaptações no *modus operandi* dos garimpos ilegais. A migração de rotas resultou em maior incidência de apreensões em rodovias federais, como nas operações da PRF em 2025 que interceptaram 11,6 kg e 103 kg de ouro em veículos que tentavam cruzar a fronteira de Boa Vista (RR) em direção à Venezuela e Guiana<sup>22</sup>.

20 BRASIL. Polícia Federal. PF apreende mais de 7 kg de ouro no Aeroporto Internacional de Belém/PA. Brasília: Polícia Federal, 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/09/pf-apreende-mais-de-7-kg-de-ouro-no-aeroporto-internacional-de-belem>. Acesso em: 11 out. 2025.

21 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS. PMAM apreende carga de ouro avaliada em mais de R\$ 15 milhões durante operação em Manaus. Manaus: Polícia Militar do Amazonas, 11 dez. 2023. Disponível em: [https://pm.am.gov.br/portal/noticia/pmam\\_apreende\\_carga\\_de\\_ou-15824](https://pm.am.gov.br/portal/noticia/pmam_apreende_carga_de_ou-15824). Acesso em: 11 out. 2025.

22 BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. PRF apreende 104 kg de ouro irregular em Roraima. Boa Vista, 21 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/roraima/2025/agosto/prf-apreende-104-kg-de-ouro-irregular-em-roraima>. Acesso em: 17 out. 2025.





Apreensão de 104 kg de ouro irregular em Roraima, realizada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) em agosto de 2025.

**Foto:** Caique Rodrigues/G1-RR.

Essas alterações demonstram a adaptabilidade das redes criminosas às políticas de controle e rastreamento, reforçando a importância do Ouro Alvo como instrumento científico de dissuasão e prova pericial. Ao identificar a assinatura geoquímica e isotópica de amostras, o programa oferece uma base técnica capaz de conectar o ouro apreendido a regiões de extração ilegal, subsidiando investigações de lavagem de dinheiro e responsabilização criminal.

A resposta da Polícia Federal ao garimpo ilegal em 2024 foi robusta, ainda que as apreensões de ouro tenham registrado queda pontual no ano. Dados da DAMAZ apontam a deflagração de 272 operações, com mais de R\$ 2 bilhões em descapitalização de organizações criminosas. Apenas nos meses de junho (R\$ 1,01 bilhão) e outubro (R\$ 656 milhões), a ofensiva resultou na inutilização de 675 dragas na Amazônia Legal, destruição de 978 equipamentos logísticos, emissão de 862 mandados de busca e apreensão e 136 prisões expedidas<sup>23</sup>.

Esses números expressivos refletem uma estratégia de repressão qualificada que vai além das apreensões. Envolve o desmonte de estruturas operacionais e o enfraquecimento financeiro de redes criminosas que se adaptam rapidamente às mudanças regulatórias e aos mecanismos de controle. O programa Ouro Alvo se insere nesse processo como vetor de inteligência e prova pericial, ao fornecer laudos técnicos, análises geoquímicas e apoio direto à coleta e custódia de amostras.

Com o fim da presunção de boa-fé e a regulamentação da NF-e Ouro, o escoamento do metal via Sudeste se tornou mais arriscado, forçando a migração de rotas para a faixa norte da Amazônia. Essa reorganização logística também tornou mais relevante o trabalho da perícia nas etapas preliminares, facilitando a ação de forças policiais e órgãos de controle ambiental nas regiões mais sensíveis.

23 POLÍCIA FEDERAL. Dados operacionais DAMAZ em 2024. Brasília: PF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/estatisticas/diretoria-da-amazonia-e-meio-ambiente-damaz/dados-operacionais-damaz-em-2024.xlsx/view>. Acesso em: 21 out. 2025.



## Desmonte de esquemas criminosos

### GANNA GOLD



Foto: Comunicação Social da PF.

A empresa Gana Gold, sediada em Itaituba (PA), foi uma das principais investigadas no contexto da Operação Gold Rush, deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2021 para apurar fraudes na extração e comercialização de ouro na Amazônia. A investigação revelou o uso indevido de Guias de Utilização da ANM para “esquentar” ouro oriundo de garimpos ilegais do Tapajós. A partir dos laudos periciais e de análises por imagens do Programa Brasil M.A.I.S, a PF demonstrou incompatibilidades entre a produção declarada e a capacidade real da área minerada. O caso da Gana Gold tornou-se um símbolo da aplicação integrada de ciência forense, inteligência e sensoriamento remoto na repressão ao garimpo ilegal.

FANTÁSTICO. Barões do ouro ilegal no Brasil: dinheiro movimentado às margens da lei chegou a R\$ 16 bilhões em dois anos. G1 / TV Globo, 10 jul. 2022: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/07/10/baroes-do-ouro-ilegal-no-brasil-dinheiro-movimentado-as-margens-da-lei-chegou-a-r-16-bilhoes-em-dois-anos.ghtml>

O impacto do Programa Ouro Alvo ultrapassa o volume de apreensões e reflete-se na reconfiguração das estratégias de combate ao crime organizado ambiental. A perícia científica, articulada pela Diretoria Técnico-Científica (DITEC/PF) e integrada à DAMAZ e à DICOR, tornou-se elemento estruturante da política de descapitalização das organizações criminosas ligadas ao garimpo. Em 2024, operações coordenadas pela Polícia Federal geraram pre-



juízo estimado em R\$ 5,6 bilhões a redes ilícitas — um aumento de cerca de 70% em relação a 2023 —, sinalizando efeitos sistêmicos sobre as cadeias ilegais de valor<sup>24</sup>.

Casos emblemáticos ilustram essa transformação. A Operação Emboabas, deflagrada em setembro de 2023 pela Superintendência da PF no Amazonas, desarticulou esquema de extração e transporte de ouro clandestino, com sequestro judicial de mais de R\$ 5,7 bilhões, além da apreensão de 35 kg de ouro e de aeronaves<sup>25</sup>. Poucos meses depois, em dezembro de 2023, a PF realizou em Manaus grande apreensão: 47 kg de ouro, uma aeronave, dois veículos e uma arma de fogo — material remetido à perícia para verificação de origem<sup>26</sup>; em janeiro de 2024 houve nova prisão relacionada ao caso<sup>27</sup>.

No eixo financeiro, as operações Ganância, *Golden Greed* e Comando — deflagradas em julho de 2022 com foco em redes de extração, transporte e “lavagem” de ouro — identificaram movimentação de R\$ 16 bilhões entre 2019 e 2021 e determinaram bloqueios de até R\$ 2 bilhões, além do sequestro de aeronaves e outras medidas cautelares<sup>28</sup>.

As ações ambientais complementares conduzidas por órgãos federais e estaduais como IBAMA e forças de segurança em áreas críticas da Amazônia resultaram na destruição de aeronaves e maquinário pesado, dificultando a retomada imediata da atividade ilegal e reforçando o papel do Ouro Alvo como infraestrutura científica. Ao vincular amostras periciadas a regiões de extração e circuitos de lavagem, o programa fornece lastro técnico-probatório às investigações e agrega rastreabilidade geoquímica e financeira às análises criminais, consolidando uma abordagem integrada de combate às cadeias ilícitas<sup>29</sup>.

## Rastreamento pericial e consolidação das provas de origem

O INC utiliza as crescentes apreensões para ampliar a Oureteca, biblioteca de amostras que permite comparar a “assinatura isotópica” de cada lote apreendido. Essa metodologia, criada no âmbito do Programa Ouro Alvo, tem se tornado instrumento de prova recorrente em inquéritos e ações penais, associando barras confiscadas a regiões minerárias específicas. Em 2023, a Polícia Federal ampliou o uso da técnica de comparação isotópica para verificar a procedência de ouro apreendido, inclusive em operações no Pará e no Amazonas. Laudos produzidos pelo INC

24 BRASIL. Polícia Federal. PF divulga balanço de resultados das ações de 2024. Brasília, 29 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/01/pf-divulga-balanco-de-resultados-das-acoes-de-2024>. Acesso em: 20 out. 2025.

25 BRASIL. Polícia Federal. PF e Receita Federal deflagram operação contra mineração ilegal de ouro (Operação Emboabas). Brasília, 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/09/pf-deflagra-operacao-contra-mineracao-ilegal-de-ouro>. Acesso em: 20 out. 2025.

26 BRASIL. Polícia Federal. Ação conjunta entre PF e PM/AM resulta em grande apreensão de ouro (47 kg). Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/pf-faz-a-maior-apreensao-de-ouro-em-manauas>. Acesso em: 20 out. 2025.

27 BRASIL. Polícia Federal. PF e PRF prendem investigado em ação que apreendeu 47 kg de ouro em Manaus. Brasília, 23 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/01/pf-e-prf-prendem-investigado-em-acao-que-apreendeu-47-kg-de-ouro-em-manauas>. Acesso em: 20 out. 2025.

28 BRASIL. Polícia Federal. PF desarticula organizações criminosas voltadas à extração e comércio ilegal de ouro (Operações Ganância, Golden Greed e Comando). Brasília, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/07/pf-desarticula-organizacoes-criminosas-voltadas-a-extracao-e-comercio-ilegal-de-ouro>. Acesso em: 20 out. 2025.

29 BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ibama e PRF destroem mais duas aeronaves usadas em garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. Brasília: IBAMA, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-e-prf-destroem-mais-duas-aeronaves-usadas-em-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Operação federal enfrenta impactos ambientais e socioeconômicos do garimpo na Terra Indígena Munduruku. Brasília: IBAMA, 25 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/operacao-federal-enfrenta-impactos-ambientais-e-socioeconomicos-do-garimpo-na-terra-indigena-munduruku>. Acesso em: 11 out. 2025.



indicam compatibilidade entre amostras apreendidas e perfis geológicos de depósitos amazônicos, oferecendo nova via para atribuição de origem e apoio a investigações de usurpação de bem da União<sup>30</sup>.

## **Aumento da fiscalização e queda na exportação ilícita**

Em paralelo, o uso de técnicas forenses para identificar a origem do ouro avança. No plano do comércio exterior, fontes públicas indicam que as exportações brasileiras de ouro caíram para cerca de 77,7 toneladas em 2023 — informação compatível com análise do setor sobre aumento de risco regulatório e probatório para redes que buscavam “esquentar” ouro de origem clandestina<sup>31</sup>. No vetor ambiental, o garimpo na Terra Indígena Yanomami recuou mais de 91% no comparativo entre março-agosto/2022 e mesmo período de 2024<sup>32</sup>.

## **Geração de inteligência estratégica**

O conhecimento produzido pelo Programa Ouro Alvo, coordenado pela Diretoria Técnico-Científica (DITEC) da Polícia Federal, vem sendo fundamental para a geração de inteligência estratégica sobre o garimpo ilegal no país. Entre 2019 e 2023, mais de 1,1 tonelada de ouro apreendido em operações foi submetida à perícia no Instituto Nacional de Criminalística (INC). Cada amostra periciada alimenta a Ouroteca, biblioteca nacional de referência de ouro mantida pelo INC, e seus resultados analíticos integram o Banco Nacional de Perfis Auríferos (BANPA) — permitindo comparações geoquímicas e isotópicas que ajudam a identificar a origem do metal apreendido.

As análises laboratoriais realizadas no âmbito do programa permitiram mapear rotas regionais de escoamento e identificar padrões de fraude em notas fiscais e declarações de origem. Com base nesses achados, a PF intensificou ações conjuntas com o IBAMA em áreas críticas do Pará — especialmente Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso — onde o ouro proveniente de Roraima era frequentemente “esquentado” com documentação falsa. Essas operações, documentadas em notas oficiais da PF, exemplificam como o uso de dados periciais reforça a repressão a toda a cadeia de valor do garimpo ilegal, não apenas à extração.

Nos principais aeroportos, o Ouro Alvo também vem contribuindo para detectar ouro extraído ilegalmente e destinado à exportação irregular. Entrevistas com profissionais da PF para esta pesquisa indicam que Guarulhos (SP) é hoje um dos principais pontos de apreensão de ouro no país. O material retido é incorporado à Ouroteca, ampliando o conjunto de amostras de referência e aprimorando a precisão das comparações laboratoriais. Ainda que não sejam acessíveis dados oficiais desagregados por aeroporto, as evidências qualitativas indicam que o programa fortalece o controle de fronteiras, transformando cada apreensão em insumo técnico para novas investigações.

30 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PERITOS CRIMINAIS FEDERAIS (APCF). Rastreabilidade isotópica do ouro. Viável e promissora. In: Revista Perícia Federal, n. 52, dez. 2023. Disponível em: [https://apcf.org.br/wp-content/uploads/2023/12/apcf\\_revista\\_52\\_290x280mm\\_v5.pdf](https://apcf.org.br/wp-content/uploads/2023/12/apcf_revista_52_290x280mm_v5.pdf). Acesso em: 20 out. 2025.

31 CLIMAINFO. Exportações de ouro caem após aperto de regras contra mercado ilegal. 7 fev. 2024. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/02/07/exportacoes-de-ouro-caem-apos-aperto-de-regras-contramercado-ilegal/>. Acesso em: 20 out. 2025

32 BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Garimpo na Terra Indígena Yanomami cai mais de 91% até agosto de 2024. Brasília, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/garimpo-na-terra-indigena-yanomami-cai-mais-de-91-ate-agosto-de-2024>. Acesso em: 20 out. 2025



Em síntese, o Ouro Alvo consolida-se como instrumento de governança mineral e ambiental, ao articular perícia científica, inteligência operacional e cooperação interagências. **Essa abordagem reduz o anonimato das cadeias ilícitas e amplia a capacidade do Estado** de reconstituir a trajetória do ouro ilegal, desde a origem até a tentativa de exportação.

## OBSTÁCULOS E RISCOS

- 1 Cobertura e atualização do BANPA**, que depende de campanhas contínuas de coleta para ampliar a representatividade geográfica, inclusive fora do Brasil. Enquanto a amostragem não cobrir todos os polos relevantes, existe risco de uma amostra não encontrar “match” imediato e exigir diligências adicionais. A própria apresentação institucional do Ouro Alvo enfatiza a construção/expansão da Ouroteca e do BANPA, com cooperação de órgãos e parceiros técnicos.
- 2 Integração dados-laboratório e qualidade da informação comercial.** O valor probatório do cruzamento (Delphos-Mineração + Ouroteca/BANPA) melhora quando os dados fiscais/comerciais são completos e padronizados. A implantação da NF-e Ouro (jun–ago/2023) cria trilha digital obrigatória para a “primeira aquisição” do ouro-ativo financeiro, com leiautes, regras de negócio e API públicas — mas a efetividade depende de correto preenchimento por DTVMs e fiscalização continuada<sup>33</sup>.
- 3 Dependência de ajustes regulatórios.** A decisão do Supremo Tribunal Federal, em abril de 2023, que suspendeu a presunção de boa-fé na compra de ouro, encerrou o modelo de autodeclaração de origem e transferiu ao comprador o dever de comprovar a legalidade do metal — passo decisivo para o uso dos laudos do Ouro Alvo como prova técnica. Apesar do avanço, o marco regulatório ainda carece de integração entre ANM, Banco Central, Receita e PF. Propostas em tramitação no Congresso Nacional, como os *PLs* [836/2021](#) e [3025/2023](#), buscam instituir um sistema nacional de rastreabilidade, capaz de cruzar dados da Ouroteca/BANPA, ANM e Sinaflor, transformando a rastreabilidade científica em rastreabilidade jurídica.
- 4 Logística e segurança para coleta/operacionalização** em áreas remotas (como a TI Yanomami), exigindo meios aéreos/fluviais, segurança reforçada e coordenação interagências para apreensões, coleta de amostras e preservação de cadeia de custódia. Relatos de operações na região mostram terreno desafiador, destruição de infraestrutura ilícita e necessidade de forças de apoio, o que impacta custo e ritmo de ações ligadas ao Ouro Alvo.

33 BRASIL. Receita Federal. Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro (NF-e Ouro): documento técnico. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos-tecnicos/nf-e-ouro>. Acesso em: 17 out. 2025.



**5 Governança e continuidade.** A consolidação do Ouro Alvo depende de governança estável, com financiamento regular, quadro técnico especializado e coordenação interinstitucional contínua. O fortalecimento do programa requer manutenção de parcerias com órgãos de geologia e sensoriamento remoto (como o SGB/CPRM), além da integração operacional com a Receita Federal, a ANM e universidades públicas. Essa estrutura é essencial para garantir a atualização da Ouroteca/BANPA, o avanço das metodologias isotópicas e a expansão da rastreabilidade para outros vetores minerais e ambientais.

## CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO

Nos últimos dois anos, o Brasil deu passos decisivos para consolidar o Programa **Ouro Alvo** como política de Estado e expandir sua atuação. As medidas envolveram reformas legais, fortalecimento institucional e cooperação internacional, criando um ecossistema mais robusto de rastreabilidade do ouro e de combate à mineração ilegal.

### Reformas normativas e instrumentos de controle

A decisão do Supremo Tribunal Federal (abril de 2023) que suspendeu a “presunção de boa-fé” nas compras de ouro marcou uma virada histórica. Compradores passaram a ser responsáveis por comprovar a origem lícita do metal, encerrando o ciclo de autodeclaração que sustentava o mercado ilegal. Paralelamente, a Receita Federal editou a Instrução Normativa RFB nº [2.135/2023](#), tornando obrigatória a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e Ouro) para todas as transações do metal, substituindo os antigos recibos manuais. A partir de julho de 2023, cada operação passou a gerar um registro digital vinculado ao fisco, facilitando auditorias e cruzamentos com o sistema Delphos-Mineração da PF. Essas medidas reduziram brechas históricas e fortaleceram o uso do Ouro Alvo como ferramenta de validação técnica. O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e o COAF apoiaram as mudanças, reconhecendo o avanço em transparência e o fortalecimento da *due diligence* financeira por parte das DTVMs e instituições bancárias.

### Fortalecimento institucional e integração na PF

Em 2023, o Ministério da Justiça e Segurança Pública criou a Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente (DAMAZ), incorporando o Ouro Alvo como programa estratégico do Plano Amazônia – Segurança e Soberania (AMAS). Sob coordenação do delegado Humberto Freire, o programa recebeu estrutura e recursos dedicados, ampliando a resposta da PF nos estados amazônicos. Foram criados núcleos periciais regionais e previstos laboratórios da Ouroteca no Pará e em Roraima, com apoio do Fundo Amazônia e do BID, para descentralizar análises e acelerar a logística. A PF também colaborou com as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO) - iniciativa nacional composta por órgãos federais e estaduais -, de modo a permitir que os dados geoquímicos e isotópicos gerados pelo Programa Ouro Alvo sejam utilizados em investigações de lavagem de dinheiro, crimes ambientais e contrabando.



## Ações de cooperação internacional

A diplomacia policial brasileira expandiu o alcance do Ouro Alvo para o nível pan-amazônico. Com apoio do Departamento de Estado dos EUA (INL) e do UNODC, a PF participou do Projeto AURUM (2022–2024), desenvolvendo intercâmbio técnico com as polícias do Peru, Colômbia e Guiana para padronizar métodos de análise e compartilhar dados. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) criou um grupo de trabalho sobre rastreabilidade de ouro e madeira, inspirando-se no modelo brasileiro. O Brasil também defende em fóruns internacionais a criação de um mecanismo regional semelhante ao *Processo Kimberley* dos diamantes, para certificar o ouro de origem legal na Amazônia.

## Projeção internacional e sustentabilidade política

O Ouro Alvo vem sendo apresentado como exemplo de tecnologia aplicada à governança ambiental. Nas COPs 27 e 28, o governo brasileiro destacou o programa como parte dos esforços para reduzir o desmatamento associado ao garimpo. A visibilidade internacional tem atraído potenciais financiadores — como o G7 e a Noruega (via Fundo Amazônia) — interessados em apoiar a expansão dos laboratórios regionais e a capacitação de peritos amazônicos.

Em outubro de 2025, os Projetos de Lei nº 836/2021 e nº 3.025/2023 avançam em regime de urgência na Câmara dos Deputados, com apoios importantes do governo federal. Ambos propõem a criação de um Sistema Nacional de Rastreabilidade Mineral interoperável com o Banco Central e a Receita Federal, medida essencial para consolidar o Ouro Alvo como política de Estado.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Ouro Alvo consolidou-se como uma das experiências mais inovadoras da Polícia Federal e do Estado brasileiro no enfrentamento ao garimpo ilegal e às economias ilícitas associadas. Mais do que uma iniciativa pericial, o programa estruturou-se como uma plataforma de inovação contínua, combinando ciência, tecnologia e governança pública. Seu sucesso deriva não apenas da precisão das análises químicas e isotópicas, mas sobretudo da capacidade de converter conhecimento científico em política de Estado.

Desde sua criação, o Ouro Alvo foi inspirado por práticas internacionais — como as experiências de rastreabilidade mineral na França, na África do Sul e na Guiana — e conseguiu traduzir essas referências para a realidade amazônica, criando um modelo próprio de perícia aplicada à proteção ambiental e à soberania econômica. O aprendizado central dessa trajetória é que inovação e cooperação internacional são condições indispensáveis para o avanço de políticas de rastreabilidade e controle de cadeias produtivas críticas.

O programa também demonstrou que a rastreabilidade é um processo, não um produto. Cada amostra analisada amplia o conhecimento sobre fluxos ilícitos e fortalece a capacidade do Estado de produzir inteligência sobre as re-



des criminosas. Essa abordagem de seguir os produtos — o *follow the products*<sup>34</sup> — amplia o alcance do tradicional *follow the money*, permitindo integrar informações periciais, fiscais, alfandegárias e financeiras. O ouro deixa de ser apenas o objeto do crime para tornar-se fonte de prova e informação estratégica, capaz de orientar operações policiais, auditorias e ações de controle ambiental e tributário.

O aprendizado institucional do Ouro Alvo confirma que ciência e soberania caminham juntas. A existência de laboratórios forenses equipados, bases de dados geocientíficas e uma rede pericial qualificada tornou possível transformar vulnerabilidades históricas em capacidade estatal. Mas esse avanço depende de continuidade institucional e segurança jurídica.

Hoje, tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que tratam da rastreabilidade de produtos de origem mineral, da regulação da cadeia do ouro e da integração de sistemas eletrônicos de controle, como o uso obrigatório de notas fiscais digitais, o cruzamento de dados de comercialização e o fortalecimento da cadeia de custódia pericial. A aprovação de um marco normativo moderno e convergente é vital para consolidar o Ouro Alvo como política de Estado e para ampliar a lógica do rastreamento a outros setores estratégicos — madeira, combustíveis, metais raros e bens de alto valor agregado.

O futuro do programa depende da capacidade do país de manter o investimento em inovação tecnológica, formação científica e cooperação internacional, transformando o Ouro Alvo em um laboratório vivo de rastreabilidade a serviço da segurança pública, da governança ambiental e da economia formal. O programa ultrapassa a dimensão policial, tornando-se um símbolo de modernização institucional e de um paradigma renovado no combate ao crime organizado, que reconhece a importância da prova científica e da rastreabilidade como alicerces da soberania nacional e transparência econômica.

34 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Follow the Products: rastreabilidade de produtos e enfrentamento ao crime organizado*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; SICPA Brasil, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/follow-the-products/>.



Iniciativa **04**Operação  
Curupira**Leonardo de Carvalho***Doutor em Planejamento Urbano pelo IPPUR (UFRJ) e Pesquisador Sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)***FICHA TÉCNICA**

	<b>Nome da iniciativa:</b> Operação Curupira
	<b>Órgão principal responsável pela implementação:</b> Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Pará
	<b>Data de criação:</b> 2023
	<b>UF de atuação e abrangência territorial:</b> Estado do Pará, com foco nos 15 municípios com maiores índices de desmatamento (2019-2022), destacando os municípios de Altamira, Uruará, Novo Progresso e São Félix do Xingu.
	<b>Parcerias:</b> Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Tribunal de Justiça do Pará, Agência de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ), Prefeituras municipais, entre outros órgãos estaduais ligados à fiscalização ambiental
	<b>Status atual:</b> Em funcionamento, tendo sido institucionalizada por decreto e acordo de cooperação interinstitucional.
	<b>Resumo:</b> A Operação Curupira acontece desde 2023 nos locais com maiores índices de desmatamento do estado do Pará – municípios de Altamira, Uruará, Novo Progresso e São Félix do Xingu. Desde sua criação, as ações de fiscalização vêm ocorrendo de forma contínua e sistemática. A dinâmica da operação envolve o mapeamento, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), das áreas em que há registro de desmatamento. A partir dessas identificações, as equipes da SEMAS atuam de maneira integrada com outros órgãos, como a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Durante as fiscalizações, também é comum que sejam identificados outros tipos de crimes, permitindo que os agentes de segurança pública adotem as medidas cabíveis.



---

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP) por autorizar e viabilizar as visitas técnicas que nos permitiu conhecer *in loco* como funciona a Operação Curupira no município de São Félix do Xingu. Além da autorização e da viabilidade logística proporcionada, esse material não existiria sem a receptividade e paciência de toda a equipe da Curupira que nos apresentou sua dinâmica de funcionamento, compartilhando em depoimentos as dificuldades, aprendizados e anseios acumulados ao longo de inúmeras fases da Operação.

---

## IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Dentre os estados brasileiros, o Pará é historicamente aquele que apresenta as maiores taxas de desmatamento. Nos últimos quatro anos, porém, o estado apresentando uma redução consistente desses índices, chegando em 2024 com um número 51% menor ao que fora visto em 2021<sup>1</sup>. A participação percentual paraense no total do desmatamento da Amazônia Legal também diminuiu, passando de 45% em 2021 para 37% em 2024, demonstrando que o estado vem reduzindo de forma significativa sua taxa de desmatamento. Mesmo que os números continuem altos, vemos uma tendência de redução contínua nos últimos anos.

Dentre os esforços do estado paraense, um importante marco foi o Decreto nº 2.887, de 7 de fevereiro de 2023, do Governo estadual, que colocou em estado de emergência os 15 municípios paraenses com maiores índices de desmatamento. Juntos, esses municípios concentraram 76% do desmatamento no período de 2019 a 2022 no estado. Esse decreto atribuiu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) a função de coordenar a articulação interinstitucional com os demais órgãos e entidades para atuação integrada naqueles 15 municípios, incluindo ações de fiscalização de desmatamento e de queimadas ilegais. Segundo o Decreto:

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) coordenará a articulação interinstitucional com os demais órgãos e entidades públicas para a definição e a execução de estratégias de prevenção e de combate ao desmatamento nas zonas prioritárias definidas neste Decreto, inclusive no que tange às ações de fiscalização de desmatamento e de queimadas ilegais.<sup>2</sup>

A partir do referido decreto, com a decretação do estado de emergência, uma série de ações ficou viabilizada, dentre as quais a articulação entre diversos órgãos estaduais para promover ações de combate ao desmatamento. Dessa articulação, foi criada a Operação Curupira. Lembrando que o Pará é o segundo maior estado brasileiro, com uma área de 1.245.828,829km<sup>2</sup> segundo o IBGE, só ficando atrás do Amazonas, sendo boa parte desse território – aproximadamente 35% – de floresta, o que dificulta a logística de deslocamento e permanência das equipes responsáveis pelas ações de combate ao desmatamento e demais crimes ambientais.

Inicialmente o Decreto 2.887 tinha um prazo de vigência de 180 dias, prazo esse que foi sendo renovado, até que em 2025, um novo ato normativo – o Decreto nº 4.868 -, declarou situação de emergência ambiental e climática em todo o Estado do Pará pelo prazo de 180 dias *úteis*, prorrogáveis por igual período. Isso significa que, embora a Operação

1 Fonte: TerraBrasilis

2 Fonte: 239012.pdf



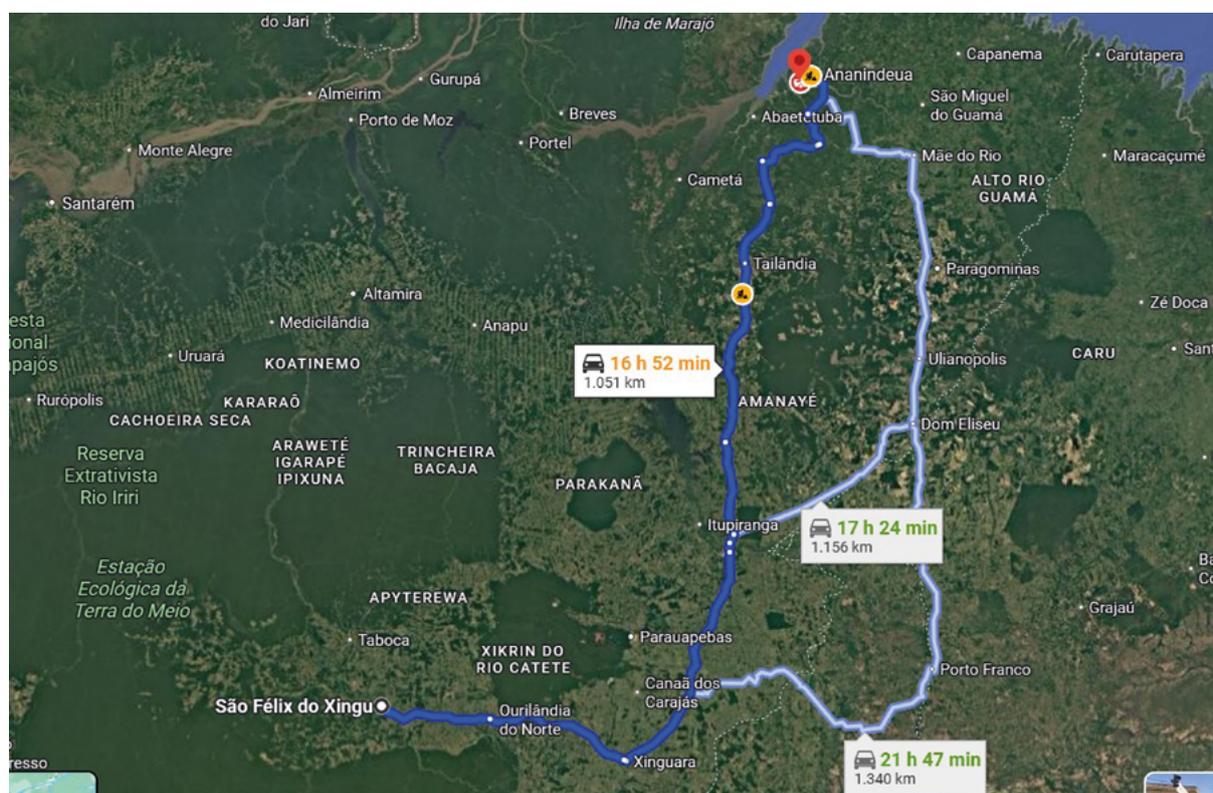
Curupira esteja amparada por esse decreto, sua continuidade depende da vigência da situação de emergência. É preciso então garantir, por meio de novos e mais robustos atos normativos, a institucionalização da Operação Curupira, assegurando sua permanência mesmo quando a situação de emergência não estiver mais vigorando.

Inicialmente foram criadas três bases da Operação Curupira: nos municípios de Uruará, Novo Progresso e São Félix do Xingu. Mais recentemente, foi implantada uma quarta base no distrito de Castelo dos Sonhos, em Altamira. Isso não quer dizer que, necessariamente, tenham sido criados novos espaços físicos nesses municípios: no contexto da Curupira, o termo *base* refere-se a espaços utilizados para reuniões e planejamento das ações. No caso do local visitado, em São Félix do Xingu, a chamada *base* funcionava no 36º Batalhão da Polícia Militar (BPM). Para nos situarmos geograficamente, o mapa abaixo demonstra a distância entre São Félix do Xingu e a capital do estado, Belém, que ultrapassa 1.000 quilômetros num percurso que pode levar mais de 16 horas por rodovia.

### Mapa



Percurso, via rodovia, entre os municípios de São Félix do Xingu e Belém, no Pará



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps.

A visita técnica realizada pelo FBSP realizada em São Felix do Xingu teve duração de dois dias e ocorreu no fim de setembro de 2025.



## ARQUITETURA INSTITUCIONAL

A Operação Curupira teve início em 2023 por meio de um decreto que incumbiu a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Estado do Pará de articular e coordenar ações, em conjunto com outros órgãos estaduais, de prevenção e de combate ao desmatamento em áreas prioritárias. Essa articulação foi fundamental para viabilizar ações em locais onde antes havia dificuldade de acesso, tanto por conta das distâncias, como em função do risco aos agentes públicos.

Sob a coordenação da SEMAS, a Operação Curupira conta também com a participação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGIP), da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar. Essa articulação foi posteriormente formalizada por meio de um Acordo de Cooperação<sup>3</sup> entre os órgãos envolvidos, com o objetivo de somar esforços para viabilizar ações de fiscalização ambiental no Estado do Pará. O acordo estabelece diretrizes para o planejamento operacional, o monitoramento ambiental, o apoio técnico e logístico, bem como a lavratura de autos de infração ambiental por agentes de segurança pública que integram o Sistema Estadual de Segurança Pública. Além disso, o instrumento permite o compartilhamento de dados e sistemas entre os órgãos signatários.

A Operação Curupira parte de um pressuposto de atuação integrada entre as instituições, em que cada uma delas tem seu papel definido. Durante a visita de campo realizada na base de São Félix do Xingu, cada representante destacou a função de sua instituição dentro da dinâmica da operação:

- SEMAS: Coordena a articulação e planejamento da Operação, identifica os alvos das fiscalizações, monta o trajeto e lavra o auto de infração, quando verificada ação de desmatamento.
- SEGUP: Coordena e providencia, quando necessário, recursos especiais, como aeronaves do Grupoamento Aéreo do Pará (GRAESP) e embarcações do Grupoamento Fluvial (GFLU), no apoio às Operações.
- Polícia Militar: É a primeira que adentra o local a ser fiscalizado, faz uma varredura e garante a segurança da equipe. Quando necessário, faz a inutilização de máquinas e equipamentos que não podem ser transportados.
- Polícia Civil: É a responsável pela autuação de outros crimes que podem ser verificados no momento da fiscalização.
- Corpo de Bombeiros Militares: Atuam para garantir que a equipe chegue em locais de difícil acesso.

Cada órgão é responsável pelo fornecimento da estrutura para que suas equipes possam atuar, fornecendo treinamento, equipamentos, viaturas e diárias. Esse é um ponto de atenção porque demanda um alinhamento institucional para que as equipes que atuam na Curupira estejam sempre com a capacitação, equipamentos e suporte adequados para operar em terrenos de difícil acesso.

3 Acordo de Cooperação Nº 001/2024 - Protocolo Eletrônico nº 2024/12783. Disponível em: [https://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/conv%C3%AA-nios/acordo\\_de\\_cooperacao\\_ndeg\\_001.2024\\_-\\_segup\\_pmpa\\_pcpa\\_cbmpa\\_e\\_semas\\_autos\\_de\\_infracao.pdf](https://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/conv%C3%AA-nios/acordo_de_cooperacao_ndeg_001.2024_-_segup_pmpa_pcpa_cbmpa_e_semas_autos_de_infracao.pdf)



## OS MUNICÍPIOS ONDE A OPERAÇÃO CURUPIRA ACONTECE

Para melhor entendermos a dinâmica de atuação da Operação Curupira, faz-se necessário uma breve contextualização de cada um dos quatro municípios que recebem a ação – Novo Progresso, Uruará, São Félix do Xingu e Altamira –, pois cada um deles possui realidades distintas e pontos em comum que os fazem estratégicos para a atuação integrada de combate ao desmatamento.

Essa apresentação foi feita a partir dos dados públicos, coletados em diferentes fontes para que possamos minimamente compreender as dificuldades de realizar uma operação desse tipo nesses locais.

O município de Novo Progresso está situado na região sudoeste do estado do Pará, a aproximadamente 1.630 quilômetros de Belém. Essa distância pode ser percorrida predominantemente pela rodovia BR-163. De acordo com o Censo, em 2022 Novo Progresso possuía 33.683 habitantes. Com uma área de 38.162 km<sup>2</sup>, é o sétimo mais extenso município do Pará – e 24º maior do Brasil –, possuindo uma densidade demográfica de 0,88 habitante por km<sup>2</sup>. Sua principal atividade econômica é a pecuária – estima-se que o rebanho bovino do município seja de 1.500.000 cabeças de gado, que ocupam 400.000 hectares de pastagem. Além da pecuária, há atividades garimpeiras e madeireiras<sup>4</sup>.

O município de Uruará também está situado na região sudoeste do Pará, a aproximadamente 1.000 quilômetros de Belém, acessado principalmente pela rodovia BR-230 (Transamazônica). Em 2022, segundo o Censo, possuía 43.558 habitantes e uma área de 10.791 km<sup>2</sup>, tornando-se um dos municípios mais extensos do estado, com densidade demográfica de 4,04 habitantes por km<sup>2</sup>. Sua principal atividade econômica é a agropecuária, com destaque para o cultivo de grãos (soja e milho), produção de cacau e pecuária de corte.

São Félix do Xingu, por sua vez, é um município situado na mesma região dos demais, a aproximadamente 1.000 quilômetros de Belém, sendo acessado principalmente pela rodovia BR-155. Em 2022, segundo dados do Censo, possuía uma população de 65.418 habitantes, em uma área de 84.213 km<sup>2</sup>, o que lhe garante a condição de sétimo município mais extenso do Brasil (e 3º maior do Pará), resultando numa densidade demográfica de 0,78 habitante por km<sup>2</sup>. É o município com maior rebanho bovino do Brasil, com mais de 2.500.000 de cabeças de gado.

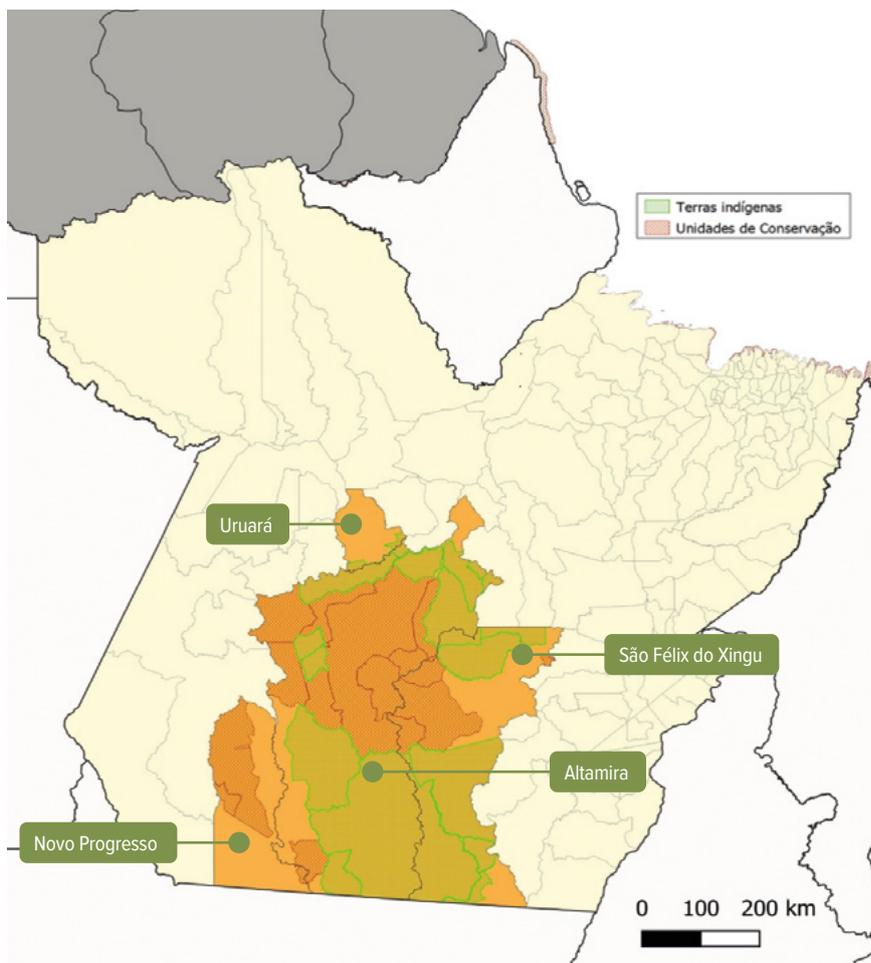
Já Altamira é um município situado na mesma região dos demais, a aproximadamente 800 quilômetros de Belém, sendo acessado principalmente pela rodovia Transamazônica (BR-230). Os dados do Censo do IBGE (2022), mostram que é o mais populoso dentre os quatro municípios citados, com uma população de 126.279 habitantes e uma área de 159.533 km<sup>2</sup>, o que lhe garante a condição de maior município em extensão territorial do Brasil, além de ser maior que diversos estados brasileiros, como Ceará e Rio de Janeiro. Essa área resulta numa densidade demográfica de 0,79 habitante por km<sup>2</sup>. Altamira também é marcada pela presença de grandes projetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica Belo Monte, e abriga inúmeros povos indígenas e extensas áreas de floresta amazônica protegida.

4 Fonte: Sobre o Município - Prefeitura Municipal de Novo Progresso | Gestão 2025-2028



Em comum, esses quatro municípios compartilham não apenas a forte presença da pecuária e a grande extensão territorial, mas também um histórico marcado pelo desmatamento. Ao longo do tempo, diversas unidades de conservação ambiental foram criadas nessas áreas, como demonstra o mapa a seguir.

## Mapa 2 | Municípios de atuação da Operação Curupira



Fonte: Elaboração própria.

Mesmo com a demarcação de Terras Indígenas e a criação de Unidades de Conservação de diferentes tipos (Reservas ambientais, Áreas de Proteção Ambientais, entre outros), o desmatamento persistiu, gerando, em diversos momentos, conflitos entre distintos grupos sociais.

Vale mencionar também que, de maneira complementar à Operação Curupira, o governo do estado do Pará desenvolve desde 2013 a Operação Amazônia Viva, que atua de maneira itinerante nas áreas onde não tem abrangência das bases fixas da Curupira, em alvos pontuais detectados a partir de imagens de satélites fornecidas pelo Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (Cimam), da Semas, que fornece a localização das áreas exploradas de forma ilegal para o setor de fiscalização checar *in loco* as transgressões ambientais apontadas no alerta emitido pela tecnologia de imagens.

O objetivo dessas ações é que unindo esforços da Operação Curupira com a Amazônia Viva, se consiga atuar em grande parte do território paraense, promovendo atividades de fiscalização, tentando evitar a ocorrência de crimes ambientais no estado.

## OBSERVANDO A OPERAÇÃO CURUPIRA

Para compreender de forma mais aprofundada a dinâmica operacional da Operação Curupira, um pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a convite da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SE-GUP), realizou uma visita técnica no município de São Félix do Xingu. O objetivo foi dialogar com as equipes locais, conhecer suas rotinas e acompanhar uma operação de fiscalização em campo. Ao longo de dois dias, acompanhamos *in loco* as atividades da 66ª Fase da Operação Curupira.

Além dos agradecimentos institucionais já registrados no início deste documento, é importante expressar nossa gratidão a todas as pessoas que nos acolheram e pacientemente nos explicaram como funciona a Operação Curupira em campo, naqueles dois intensos dias em que confiaram e compartilharam com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública as percepções de quem faz a Curupira ser uma referência no enfrentamento às ações de desmatamento.

No primeiro dia da visita, foi realizada uma reunião de apresentação na sede do 36º Batalhão de Polícia Militar, em São Félix do Xingu, que funciona como base e alojamento dos policiais militares envolvidos na Operação Curupira. O encontro contou com a presença de toda a equipe, como ilustram as imagens a seguir:



Reunião de apresentação da equipe da Operação Curupira em São Félix do Xingu. **Foto:** Leonardo de Carvalho/FBSP.

Após as apresentações e a contextualização sobre a presença do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a equipe gentilmente nos explicou o funcionamento da Operação Curupira. A narrativa das pessoas que efetivamente reali-



zam a operação nos possibilita uma perspectiva única - impossível de ser captada somente pela análise documental - sobre as atribuições operacionais de cada equipe, que passa 16 dias nas cidades, dedicada exclusivamente à Curupira. Para viabilizar essa atuação, são pagas diárias para os agentes mobilizados, que se deslocam de outras partes do estado para participar das operações. A seguir, apresentamos as fases de planejamento e de campo da Operação Curupira, em um exercício de sistematização de tudo que vimos e ouvimos durante a visita técnica:

**1 Planejamento:** A equipe da SEMAS é a responsável pela identificação das áreas que serão fiscalizadas. Para isso, três recursos são utilizados:

- Alertas DETER: O DETER é um sistema de detecção de desmatamento em tempo real desenvolvido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que utiliza e compara imagens de satélite para identificar padrões de alteração da cobertura florestal. Essa identificação é feita por interpretação visual da imagem da área, com base em cinco elementos principais (cor, tonalidade, textura, forma e contexto)<sup>5</sup>.
- Análise geográfica: A equipe da SEMAS que participa das operações conta sempre com uma pessoa analista de geoprocessamento. Uma das atribuições dessa posição é realizar uma análise mais apurada da área de atuação para identificar focos de desmatamento com base em imagens de satélite.
- Denúncias: Embora menos frequentes, as denúncias são comunicações que chegam à SEMAS relatando ocorrências de desmatamento nas áreas de atuação da Operação Curupira. Essas denúncias passam por análise preliminar e, quando apresentam indícios de veracidade, os locais indicados são incluídos nas ações de fiscalização.

A SEMAS, além de identificar os alvos da fiscalização, é responsável por mapear o trajeto até as áreas a serem visitadas - o que nem sempre é simples, já que muitas delas não possuem estradas, exigindo deslocamentos a pé.

Antes das ações em campo, realiza-se uma reunião de planejamento em que a SEMAS repassa informações gerais sobre a operação, permitindo que a equipe se prepare adequadamente. No entanto, a localização exata dos alvos permanece restrita à SEMAS, sendo revelada a todos apenas no momento da chegada, como forma de evitar vazamentos de informação. Em geral, preliminarmente são compartilhados apenas dados sobre a distância e as condições de acesso, levantados a partir de imagens de satélite, para que todos estejam devidamente equipados e preparados para a missão.

**2 A ação de Fiscalização:** O dia da fiscalização se inicia com um *briefing* para as equipes em um local previamente combinado, onde mais informações são compartilhadas. Na operação que acompanhamos, esse *briefing* ocorreu na calçada do hotel onde a equipe da SEMAS estava hospedada, conforme ilustrado abaixo:

5 Para saber mais sobre a metodologia do DETER, ver: DETER-B: The New Amazon Near Real-Time Deforestation Detection System | IEEE Journals & Magazine | IEEE Xplore.



Briefing com a equipe da Operação Curupira. **Foto:** Leonardo de Carvalho/FBSP.

Nesse dia, a área a ser fiscalizada localizava-se relativamente perto do centro urbano de São Félix do Xingu, a aproximadamente 40 quilômetros. Todavia, já houve casos em que a ação de fiscalização aconteceu em locais distantes mais de 110 quilômetros do centro do município, com difícil acesso<sup>6</sup>. No *briefing* também são distribuídos os rádios comunicadores e definida a ordem dos carros no comboio.

Concluída a reunião de *briefing*, cada equipe embarca em sua viatura e segue na ordem previamente definida. À frente do comboio vai a equipe da SEMAS, responsável por orientar os demais veículos, informando sobre o trajeto e eventuais obstáculos ao longo do caminho. Segundo relato da equipe, a baixa visibilidade causada pela poeira das estradas vicinais exige que os veículos mantenham uma distância segura entre si. Para prevenir acidentes, a equipe que lidera o comboio (SEMAS) comunica-se constantemente por rádio, alertando os demais sempre que há um veículo trafegando em sentido oposto, em uma ação de prevenção de acidentes.



Comboio em deslocamento durante operação. **Foto:** Leonardo de Carvalho/FBSP.

6 Nos foi relatada uma fiscalização recente em área próxima ao distrito de Vila Central, que demandou pernoite no local.



Quando o comboio está bem próximo ao local, a equipe da SEMAS orienta a parada, momento em que a equipe da Polícia Militar adentra a área, realiza abordagens quando encontra pessoas e, quando o perímetro está seguro, autoriza a entrada do restante da equipe.

Na ação de fiscalização que acompanhamos, o local estava vazio, mas havia indícios claros de que pessoas haviam estado ali e deixado o espaço pouco antes da chegada da equipe. A foto abaixo ilustra o cenário: um barracão de madeira, em cujo interior havia ferramentas manuais, mantimentos, uma mesa com cadeiras e utensílios domésticos. A rede elétrica passava próxima ao local, garantindo o abastecimento de energia, e havia também um ponto de internet via Starlink<sup>7</sup>. Segundo um dos agentes, essa conexão provavelmente permitiu que os ocupantes fossem alertados sobre a aproximação da equipe e se evadissem antes da fiscalização.



Barracão encontrado na ação de fiscalização da Operação Curupira, acompanhada pelo FBSP. **Foto:** Leonardo de Carvalho/FBSP.

A partir desse barracão, ainda havia uma distância a ser percorrida até se chegar à área desmatada. Esse trajeto teria que ser feito a pé, uma vez que não havia estradas por esse lado do terreno. Essa seria uma etapa da fiscalização que demandaria tempo e desgaste da equipe, uma vez que seria necessário percorrer um terreno irregular de mata fechada.

Graças à tecnologia e a boa vontade de uma das pessoas que compunha a equipe, esse deslocamento não precisou ser feito. Toda a constatação do desmatamento foi documentada por fotografias e vídeos produzidos por um policial utilizando seu drone. Nos foi explicado que o equipamento é de uso particular do policial, que opta por utilizá-lo na Operação Curupira para melhorar a produção de evidências que irão embasar a lavratura do auto de infração ambiental pela SEMAS. As imagens abaixo foram gentilmente cedidas e permitem visualizar o tamanho do desmatamento já praticado.

7 É um serviço de internet banda larga via satélite da empresa SpaceX, que oferece conexão de alta velocidade e baixa latência para locais remotos, rurais e áreas com pouca ou nenhuma conectividade.



Policial operando drone. Foto: SEMAS/PA.



Equipe validando a área desmatada via drone. Foto: SEMAS/PA.



Imagem aérea captada com uso do drone, constatando o desmatamento recente em diferentes estágios na área. Foto: SEMAS/PA.

Há ainda uma etapa pós-campo, quando a equipe retorna à cidade. Nesse momento, cabe à SEMAS elaborar e encaminhar as medidas necessárias para a lavratura dos autos de infração ambiental, incluindo o envio das evidências coletadas - como as imagens obtidas durante a fiscalização. Nos casos em que são identificados outros tipos de crime, procede-se também à lavratura dos boletins de ocorrência correspondentes.



Além disso, as equipes precisam garantir a manutenção dos equipamentos e veículos utilizados. Devido às longas distâncias e às condições precárias das estradas, as viaturas são intensamente exigidas. Como operam em regime de comodato, são substituídas quando apresentam defeitos; no entanto, não foi possível compreender claramente a agilidade desse processo de substituição.

Uma exceção é o caso das 32 viaturas entregues em novembro de 2024 às instituições que integram as equipes da Operação Curupira<sup>8</sup>. Esses veículos foram adquiridos com modificações estruturais e acessórios adicionais para atuação em terrenos de difícil acesso. Por conta dessas adaptações, a manutenção dos automóveis ficou sob responsabilidade das instituições que os receberam. Esse modelo de gestão exige que cada órgão disponha de estrutura própria de manutenção, sob pena de ter os veículos paralisados por longos períodos, aguardando conserto.

A visita de campo permitiu compreender que a Operação Curupira é um avanço no combate aos crimes ambientais nos municípios paraenses de maior incidência. Nos foi relatado que nas fases iniciais, devido ao fator surpresa, os casos de desmatamento encontrados eram de maior proporção. A atuação integrada possibilita a fiscalização ambiental em locais que antes ela não chegava, o que tem impactado a cadeia de desmatamento que operava na região.

Ao longo do tempo, com as sucessivas fases da Operação Curupira, os grupos envolvidos com desmatamento ilegal entenderam o caráter contínuo das fiscalizações. Segundo relatos, eles passaram então a se deslocar para áreas cada vez mais distantes e de difícil acesso, em uma tentativa de escapar do radar (ou satélites). Não por acaso, a equipe nos relatou que frequentemente há a necessidade de grandes deslocamentos para verificar e autuar casos de desmatamentos identificados com uso de imagens de satélite. Nessas situações, em que os agentes precisam pernoitar, utilizam as diárias recebidas para custear despesas de hospedagem e alimentação.

Essa mudança na dinâmica do desmatamento é um importante avanço, e nos permite supor que as dificuldades impostas pela Operação Curupira aos grupos envolvidos com desmatamento ilegal impactam diretamente na área desmatada.

---

## ALGUNS INDICADORES

Com o intuito de analisar possíveis mudanças ocorridas a partir da implementação da Operação Curupira, compilamos alguns indicadores de diferentes aspectos.

O primeiro deles diz respeito aos **resultados operacionais** diretamente obtidos pelas equipes em campo. Ao longo das suas 66 fases, as bases da Operação Curupira apresentaram, segundo dados da SEGUP, os seguintes resultados:

→ Apreensões de armas de fogo: 215

→ Apreensão de munições: 691

→ Prisões efetuada: 95

8 Fonte: Governo entrega novas viaturas para reforçar ações de combate a crimes ambientais no Pará | Agência Pará



→ Intimações pela Polícia Civil: 180

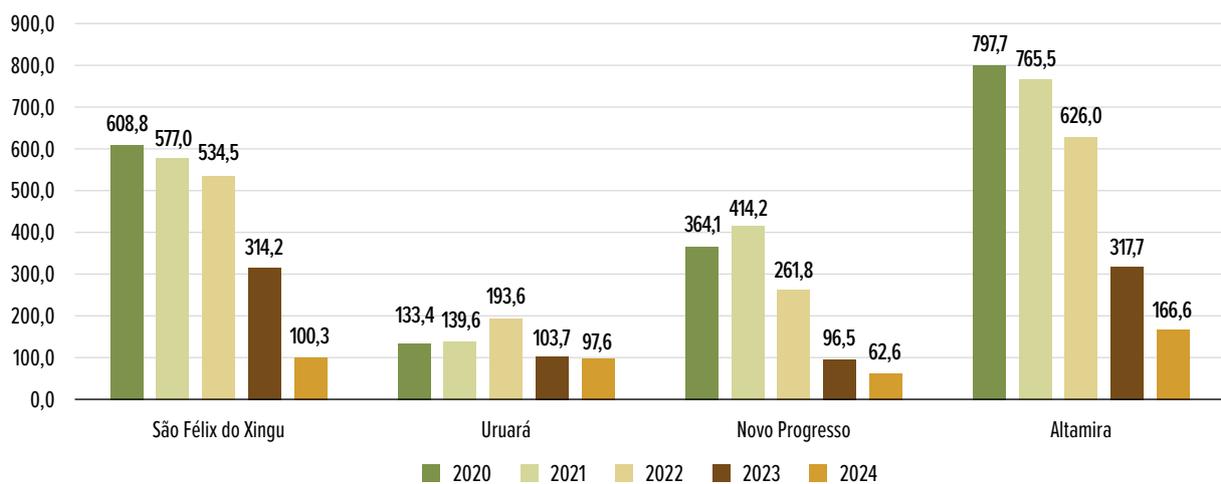
→ Incursões das equipes de fiscalização: 1.792

→ Tratores, carregadeiras, escavadeiras e outros maquinários apreendidos: 1.400

Os resultados apresentados pela SEGUP evidenciam tanto ações típicas das instituições policiais quanto indicadores mais diretamente relacionados à atuação dos órgãos ambientais, o que reforça a natureza integrada da Operação Curupira e sua capacidade de articular diferentes frentes de fiscalização.

**O segundo grupo de indicadores de impacto busca mensurar o principal propósito da operação: o combate aos crimes ambientais, em especial ao desmatamento.** Conforme apresentado no Gráfico 1, nos três municípios onde a Curupira é executada, o período de 2021/2022 - anterior à sua implementação - registrou índices de desmatamento significativamente superiores aos observados em 2023/2024, quando a operação já estava em andamento.

**Gráfico 1** | Incremento de desmatamento por ano (em km<sup>2</sup>) (2020-2024)

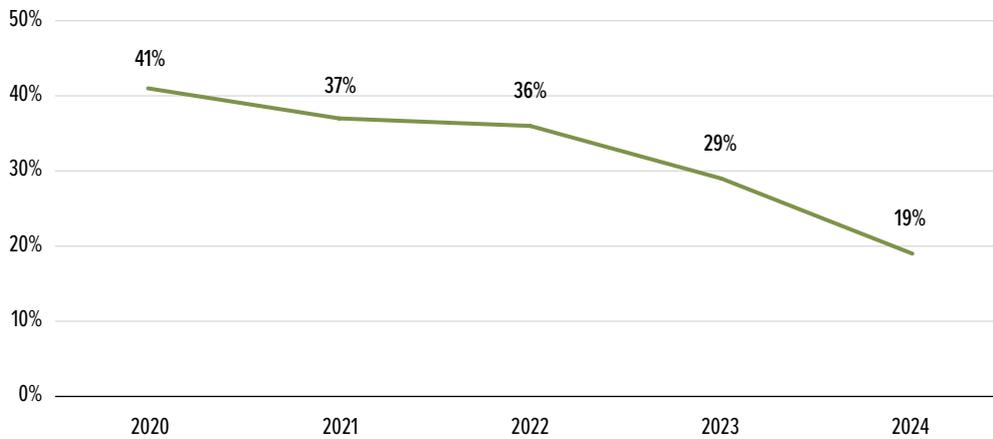


Fonte: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>.

É importante destacar que o estado do Pará vem implementando outras ações no combate aos crimes ambientais/desmatamento. Como resultado, desde 2020 tem conseguido reduzir o ritmo de devastação. Nesse cenário, um dado que evidencia o desempenho positivo dos três municípios foco da Operação Curupira é a redução de sua participação percentual no total de desmatamento do estado - sinal de que, mesmo dentro de um contexto geral de queda, essas áreas vêm apresentando avanços particularmente expressivos.



**Gráfico 2** | Participação percentual dos municípios da Operação Curupira no desmatamento total do Pará (2020-2024)



Fonte: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>.

**Tabela 1** | Incremento de desmatamento por ano (em km<sup>2</sup>)  
Municípios da Operação Curupira – 2020-2024

Incremento de desmatamento por ano (em km <sup>2</sup> )					
Município	2020	2021	2022	2023	2024
São Félix do Xingu	608,8	577,0	534,5	314,2	100,3
Uruará	133,4	139,6	193,6	103,7	97,6
Novo Progresso	364,1	414,2	261,8	96,5	62,6
Altamira	797,7	765,5	626,0	317,7	166,6
Estado do Pará	4.617,20	5.084,50	4.528,00	2.883,60	2.254,90

Fonte: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>.

Se em 2020 quase metade da área desmatada no Pará estava em Altamira, São Felix do Xingu, Uruará e Novo Progresso, esse percentual caiu para 19% em 2024, demonstrando que a redução no desmatamento nesses quatro municípios se deu de forma mais intensa que no restante do estado.

Outro impacto potencial da Operação Curupira poderia estar relacionado **aos indicadores de outros crimes**, para além dos ambientais, como pode ser conferido na Tabela 2. Ainda que esse não seja o objetivo central da operação, avaliou-se a hipótese de que a presença regular das equipes nos municípios pudesse gerar algum efeito indireto sobre a dinâmica criminal local.

**Tabela 2** | Incidência Criminal nos municípios da Operação Curupira  
Números absolutos (2020-2024)

Município	Delito	2020	2021	2022	2023	2024
Novo Progresso	Estupro	1	5	6	6	3
	Estupro de vulnerável	12	17	22	28	32
	Furto	263	279	470	302	340
	Homicídio	21	24	29	29	19
	Latrocínio	1	3	1	-	1
	Lesão corporal	94	72	127	120	140
	Morte no trânsito	13	7	8	11	7
	Roubo	68	74	55	39	32
	Tráfico de drogas	60	44	33	16	26
Uruará	Estupro	7	4	3	8	5
	Estupro de vulnerável	19	19	10	19	27
	Furto	290	331	338	322	267
	Homicídio	23	23	36	30	24
	Latrocínio	1	2	1	1	-
	Lesão corporal	67	82	86	101	93
	Morte no trânsito	10	4	5	7	9
	Roubo	115	91	77	38	52
	Tráfico de drogas	7	5	22	28	14
São Félix do Xingu	Estupro	15	11	14	14	12
	Estupro de vulnerável	34	39	55	65	51
	Furto	298	302	340	432	401
	Homicídio	42	38	43	43	33
	Latrocínio	-	3	1	-	1
	Lesão corporal	79	58	128	169	196
	Morte no trânsito	9	4	9	9	11
	Roubo	97	67	113	96	88
	Tráfico de drogas	11	13	12	33	11
Altamira	Estupro	6	2	1	17	3
	Estupro de vulnerável	23	24	45	64	57
	Furto	1489	1232	1225	1100	1246
	Homicídio	49	41	63	55	32
	Latrocínio	1	1	2	1	2
	Lesão corporal	308	300	327	401	378
	Morte no trânsito	587	432	559	543	592
	Roubo	692	596	442	253	158
	Tráfico de drogas	31	57	81	107	86

Fonte: SEGUP/PA, 2025.

Os resultados, entretanto, não indicam redução significativa dos principais indicadores criminais a partir de 2023, quando a Curupira passou a operar. Ou seja, não se observa uma tendência de queda nos crimes comuns que possa ser atribuída à atuação da operação. Essa constatação é relevante para alinhamento de expectativas sobre o papel e o alcance da Curupira, cujo foco permanece concentrado no combate aos crimes ambientais - seu objetivo original e estruturante.



## DESAFIOS

A viabilidade de uma operação contínua e com foco em crimes ambientais que tem a integração entre os órgãos na sua essência é por si só um desafio. Manter o engajamento e o alinhamento entre as equipes só é possível se a Curupira estiver na agenda prioritária das instituições que a compõe. Isso significa comprometimento em nível institucional, que precisa se desdobrar em ações que garantam a continuidade da Operação.

Para isso é preciso que haja previsão orçamentária para cobrir as despesas, disponibilidade de recursos e equipamentos e a necessidade de constante aprimoramento e documentação dos procedimentos, para que, em caso de aumento do número de bases o conhecimento acumulado possa ser utilizado.

Além do financiamento, há a imprescindível necessidade de compartilhamento de dados e informações para produção de evidências que baseiam as ações.

Além disso, ainda em nível estratégico, faz-se necessário ampliar o diálogo com a esfera federal, uma vez que existem algumas alternativas de financiamento que podem garantir a sustentabilidade da ação. Além do financiamento, há a imprescindível necessidade de compartilhamento de dados e informações para produção de evidências que baseiam as ações.

Além de maior interlocução com outras esferas de governo, o desafio de estabelecer redes de interação com outros atores pode ser um caminho para garantir a incorporação de novos elementos tecnológicos que possam contribuir com a produção de evidências das

infrações e crimes. Como mencionamos em nossa visita técnica, o drone usado na ação que acompanhamos era equipamento pessoal de um dos agentes e não possuía todos os recursos que a ação demanda, tais como visão infravermelha<sup>9</sup> para facilitar a identificação de elementos críticos às ações de fiscalização, tais como queimadas, pessoas no interior de edificações, entre outros. Em termos de infraestrutura, recursos como helicópteros seriam necessários para transporte mais rápido da equipe, ao mesmo tempo em que seria um dos fatores que poderia viabilizar a ampliação do raio de atuação da operação.

O desafio de garantir a institucionalização a Operação Curupira e da Amazônia Viva passa também pela criação de um ato normativo sem prazo de validade, uma vez que o ato normativo que a viabiliza atualmente<sup>10</sup> menciona a duração de 180 dias úteis.

A documentação dos procedimentos e das lições aprendidas ao longo desses quase três anos de Curupira e Amazônia Viva é outro desafio uma vez que, mesmo que se procure capacitar e repetir as equipes, a renovação de pessoal é um pressuposto de continuidade de ações como essas. Assim sendo, o desenvolvimento de protocolos é fundamental para a capacitação dos novos membros das equipes.

9 A visão infravermelha em drones funciona por meio de sensores térmicos capazes de captar a radiação infravermelha emitida por todos os corpos, de acordo com sua temperatura. Diferentemente das câmeras convencionais, que registram a luz visível, os sensores infravermelhos transformam variações de calor em imagens coloridas ou em tons de cinza, permitindo identificar áreas mais quentes ou frias.

10 Decreto 36.333 de 20 de agosto de 2025, que declarou emergência ambiental e climática em todo o Estado do Pará, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Operação Curupira é uma das ações desenvolvidas pelo estado do Pará para combater os crimes ambientais nas áreas de maior incidência e que se destaca por seu formato, que parte da integração das instituições de controle ambiental e segurança pública. A composição multiagência das equipes que atuam nos territórios é uma inovação que amplifica seu caráter fiscalizatório para além do aspecto ambiental. A presença das instituições policiais garantindo a segurança da equipe e atuando quando são encontrados flagrantes ou indícios de outros crimes para além dos ambientais é também o fortalecimento da atuação estatal.

O impacto das 66 fases da Operação Curupira, a última delas realizada durante a visita técnica para este estudo de caso, demonstrou que num primeiro momento da operação ocorreram mais apreensões, autos de infrações ambientais e identificação de outros crimes, uma vez que o componente surpresa ainda se fazia presente. À medida que as operações ocorriam, os infratores foram compreendendo a dinâmica de atuação da Curupira e desenvolvendo estratégias para contorná-la, estratégias essas que vão desde a migração para áreas mais remotas do mesmo ou de outros municípios, a comunicação quando do deslocamento das equipes e mesmo o uso de equipamentos portáteis com o intuito de evitar apreensões/inutilizações de equipamentos de maior porte.

A chegada da internet por satélite<sup>11</sup> na região mudou a configuração das dinâmicas de comunicação em toda a região da Amazonia Legal e, no contexto da Operação Curupira, proporcionou acesso à internet em áreas remotas que antes eram desprovidas desse tipo de serviço. Com isso, a comunicação passou a ser mais fluida tanto para os agentes como para os que realizam desmatamento.

De maneira complementar à Curupira, a Operação Amazônia Viva atua de maneira itinerante, sem bases fixas, se deslocando para as áreas nas quais as imagens de satélite identificam desmatamento, também em equipes integradas, compostas pela SEMAS e forças de segurança do estado. Tal como a Curupira, a Amazônia Viva também carece de um ato normativo que garanta sua institucionalização de maneira permanente, uma vez que em conjunto as duas ações se complementam, garantindo a fiscalização permanente a partir de bases fixas e ações itinerantes a partir da identificação e focos de desmatamento em áreas mais distantes.

11 A chegada da Starlink na região foi mencionada por diversas vezes como um divisor de águas.



## Iniciativa **05**

# Ministério Público do Acre (MPAC): Feminicidômetro, Proteja Mulher e Projeto Txai <sup>1-2</sup>

**Isabella Matosinhos**

*Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança  
Pública (FBSP) e Mestre em Sociologia pela  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*

## FICHA TÉCNICA

	<b>Nome da iniciativa:</b> Iniciativas do Ministério Público do Acre (MPAC) no enfrentamento à violência de gênero: Feminicidômetro, Proteja Mulher e Projeto Txai.
	<b>Órgão principal responsável pela implementação:</b> Ministério Público do Acre (MPAC), por meio de seus núcleos técnicos CAV/OBSGênero e Natera (Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial).
	<b>Data de criação:</b> → Feminicidômetro: 2021    → Proteja Mulher: 2022    → Projeto Txai: 2022
	<b>UF de atuação e abrangência territorial:</b> Estado do Acre - abrangência estadual, com atuação em diversos municípios do interior e comunidades indígenas.



1 O trabalho do MPAC aqui documentado aconteceu a partir de incursão em campo realizada pela pesquisadora do FBSP, Isabella Matosinhos, que esteve por uma semana no estado acompanhada de equipe do MPAC. O objetivo do campo foi compreender, de forma empírica, como as iniciativas institucionais documentadas se materializam no cotidiano e contribuem para o enfrentamento da violência de gênero no contexto acreano. O site oficial do MPAC (<https://www.mpac.mp.br/>) também foi usado como fonte de informação.

2 Esta documentação não teria sido possível sem a colaboração da equipe do MPAC. Agradeço ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Danilo Lovisário, por abrir as portas da instituição e disponibilizar a logística necessária ao trabalho de campo, inclusive em áreas de difícil acesso. Agradeço igualmente a Otília Amorim, coordenadora administrativa do CAV e a Bruna Oliveira, coordenadora administrativa do Projeto Txai, pela disponibilidade generosa e pelo acompanhamento atento durante o campo, apresentando-me pessoas, lugares e histórias que deram corpo e vida a este estudo. Agradeço também às lideranças indígenas de Feijó e Brasília que me receberam para uma conversa: Tekahayni Shanenawá, Andreia Brandão Shanenawá e Mairusa Jaminawa. O que ouvi desses encontros foi fundamental para compreender dimensões menos institucionais da atuação do MP e enxergar com mais nitidez os desafios cotidianos de enfrentamento à violência e afirmação de direitos em contextos marcados por desigualdades históricas e territoriais. Estas contribuições ampliam o sentido deste trabalho.



	<b>Parcerias:</b> Secretarias de Estado de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), CRAS, CREAS, Secretarias municipais (saúde, assistência social), Conselho Tutelar, Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs), organizações indígenas e comunitárias, além de apoio de emendas parlamentares.
	<b>Status atual:</b> Em funcionamento. O Feminicidômetro é um projeto de execução contínua. Proteja Mulher e Projeto Txai seguem ativos, com novas edições planejadas para os próximos meses.
	<b>Resumo:</b> Conjunto de três iniciativas do MPAC voltadas ao enfrentamento da violência de gênero e à promoção de direitos. O Feminicidômetro, implementado pelo CAV/OBSGênero, é uma ferramenta digital e pública de monitoramento e transparência de dados sobre feminicídios no Acre. O Proteja Mulher, também implementado pelo CAV/OBSGênero, atua de forma itinerante nos municípios, diagnosticando e fortalecendo redes locais de atendimento a mulheres em situação de violência. Já o Projeto Txai, implementado pelo Natera, promove ações interculturais e intersetoriais junto a povos indígenas, com foco em gênero, cidadania e acesso à justiça. As ações consolidam o MPAC como agente integrador de políticas públicas e de proteção de direitos no contexto amazônico.

## INTRODUÇÃO

Este estudo de caso documenta a atuação do Ministério Público do Acre (MPAC) no enfrentamento à violência de gênero, por meio de três iniciativas: **Feminicidômetro, Proteja Mulher e Projeto Txai**.

### Quadro

1

#### Dados básicos das iniciativas <sup>(1)</sup>

Iniciativa	Descrição	Órgão responsável dentro do MP	Gestores principais e cargos	Início	Área de abrangência
Feminicidômetro	Ferramenta pública de pesquisa e monitoramento que proporciona à população acesso a informações não sensíveis dos processos dos crimes de feminicídios (consumados e tentados) no Acre. Seu objetivo é subsidiar melhorias no tempo da persecução e no sistema de justiça.	CAV - Centro de Atendimento à Vítima, por meio de sua frente OBSGênero.	Coordenação geral: Patrícia de Amorim Rêgo (Procuradora de Justiça) Coordenação adjunta: Vanessa Macedo Muniz (Promotora de Justiça) e Thalles Ferreira Costa (Promotor de Justiça)	2021	Funciona fisicamente na capital Rio Branco, mas trabalha com dados de abrangência estadual.
Proteja Mulher	Projeto itinerante de diagnóstico e fortalecimento da rede municipal de atendimento no reconhecimento e enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio; realizado em co-gestão com o CAOP/DHC.		Coordenação administrativa do CAV/OBSGênero e das iniciativas documentadas: Otília Marinho de Amorim Neta	2022	Criado para ter abrangência estadual, sua atuação é itinerante. Desde sua criação até outubro/2025, foi realizado em 6 municípios do estado.
Projeto Txai	Iniciativa voltada à promoção de uma atuação resolutiva, intercultural e articulada na proteção dos direitos fundamentais dos povos indígenas, com olhar interseccional para a violência de gênero. Acontece por meio de oficinas, visitas às aldeias e capacitação de agentes públicos, visando fortalecer a confiança e a efetividade da justiça.	Natera - Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial	Coordenação geral: Patrícia de Amorim Rêgo (Procuradora de Justiça) e Juleandro Martins de Oliveira (Promotor de Justiça) Coordenação administrativa: Bruna Oliveira da Silva	2022	Atuação de abrangência estadual. Desde sua criação até outubro/2025, atingiu indígenas de 11 povos diferentes, em 4 municípios do estado.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de documentos institucionais do MPAC e notas de campo.

(1) O quadro não é exaustivo de todas as iniciativas do MPAC, listando apenas aquelas documentadas neste relatório.



Em termos de atribuições, o Ministério Público tem o papel de acusador na persecução penal, devendo agir também como fiscal da lei e defensor de interesses sociais mais amplos, aplicados aos casos concretos, no caso do órgão estadual. Nesse entrecruzamento de funções, em sua atuação, o MPAC optou por abraçar, de forma bastante pioneira em se tratando dos órgãos ministeriais, a pauta do enfrentamento à violência de gênero como uma dimensão necessária de sua intervenção institucional. Mais do que enxergar a perspectiva de gênero nos processos em que atua, o MPAC, por meio de seus núcleos técnicos, tem levantado dados, realizado estudos, mapeado e diagnosticado a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e providenciando acolhimento, atendimento multidisciplinar e, em última análise, acesso à justiça e a direitos fundamentais. É uma escolha que não apenas contribui para a responsabilização penal de agressores, mas que fortalece o papel do MPAC como instituição promotora de direitos alinhada a demandas sociais urgentes e às especificidades do contexto amazônico.

A atuação estruturada do MPAC na temática de gênero não seguiu uma trajetória linear, mas foi construída de forma progressiva. Embora a criação do próprio MPAC remonte a 1963 - quando o sistema administrativo do Acre foi instituído e o MP passou a integrá-lo<sup>3</sup> -, as iniciativas voltadas especificamente e de modo mais robusto ao enfrentamento da violência de gênero começaram a tomar forma na última década.

Nesse contexto, o ano de 2016 se sobressai como marco inicial, uma vez que essa é a data de criação do CAV - Centro de Atendimento à Vítima, concebido como um núcleo técnico que oferece acolhimento, atendimento e suporte multidisciplinar a vítimas de violência de gênero. Por sua vez, a partir de 2021, a criação do Observatório de Gênero (OBSGênero) como uma frente de atuação do CAV e, dentro dele, a criação do Femicidômetro<sup>4</sup>, consolidou o compromisso institucional com a produção e sistematização de dados e estudos nesta área.

Em 2022, o OBSGênero passou também a coordenar o projeto Proteja Mulher, que expandiu o alcance territorial do MPAC, promovendo diagnósticos locais e fortalecendo redes municipais de enfrentamento à violência contra a mulher. No mesmo ano, a pauta de gênero foi incorporada, ainda que indiretamente, à atuação do Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial (Natera), órgão técnico auxiliar criado em 2013 e originalmente voltado à saúde mental e à dependência química. Essa integração se deu por meio do Projeto Txai, desenvolvido pelo Natera e voltado à garantia de direitos dos povos indígenas, com abordagem intercultural e atenção às vulnerabilidades específicas enfrentadas por mulheres indígenas.

Assim, é a partir do CAV, em 2016, que se inicia de forma sistemática a atuação institucional do MPAC no campo de gênero. A partir dele, a instituição constrói uma rede interna de frentes de atuação e projetos complementares. A lógica institucional que guia todas essas iniciativas parte “do caso à causa”: por meio do atendimento ao público, identificam as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas atendidas e sua relação com lacunas da rede de proteção e enfrentamento. A partir desse diagnóstico, os núcleos atuam de forma articuladora, promovendo o diálogo entre os diversos atores que compõem as redes de atendimento e contribuindo para o fortalecimento e a integração dessas redes. Essa evolução no tratamento do tema pelo MPAC evidencia o seu compromisso crescente com a perspectiva de gênero, adaptando sua atuação às demandas específicas da realidade amazônica e às múltiplas formas de violência que atravessam o território acreano.

3 Ver: <https://cm.mpac.mp.br/historia/>.

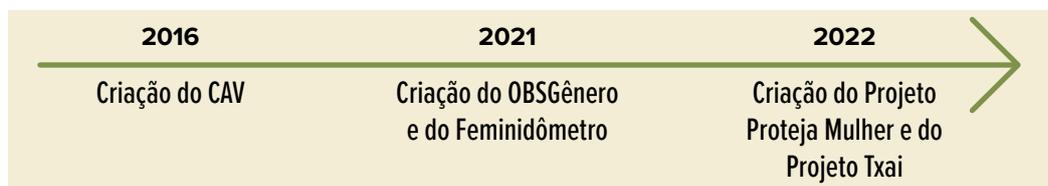
4 Ver: <https://femicidometro.mpac.mp.br/>.



## Figura

1

Linha do tempo da criação dos núcleos e projetos do MPAC no enfrentamento à violência de gênero



Fonte: Elaboração própria a partir de documentos institucionais do MPAC e notas de campo.

## O cenário da violência de gênero no estado do Acre

Abraçar a pauta de gênero, no caso do MPAC, é uma decisão institucional que dialoga diretamente com a gravidade da violência de gênero no estado. Ainda que este seja um problema democrático, no sentido de afetar mulheres em todo o Brasil, é inegável a existência de especificidades territoriais, raciais, econômicas e culturais que intensificam ou atenuam as vulnerabilidades. No caso do Acre, sua própria formação histórica contribuiu para consolidar práticas e valores profundamente marcados por relações de poder e violência, especialmente contra as mulheres.

Episódios como as chamadas “córreias”, expedições organizadas por seringalistas para fins fundiários, em que, entre outras violências, as mulheres indígenas eram literalmente “pegas no laço” e submetidas a estupros como forma de “amansamento”, parecem ter contribuído para deixar marcas profundas na memória social (Chaves e Assis César, 2019)<sup>5</sup>. É comum, ainda hoje, que mulheres acreanas jovens tenham avós que viveram esse tipo de experiência. O processo de povoamento e ocupação do território reforçou esse padrão: durante o ciclo da borracha - 1904 a 1945 (Klein, 2013)<sup>6</sup> - homens migravam para o Acre e as mulheres da região eram “disponibilizadas” para passar a noite com eles, perpetuando uma lógica de dominação e objetificação feminina.

Ainda nos dias de hoje, os dados de violência sexual e feminicídio no Acre são altos, com taxas acima da média nacional, como indica o quadro abaixo.

## Quadro

2

Taxa de registro de estupro e feminicídio Brasil e Acre - 2020-2024

Taxa de crime, por localidade		2020 <sup>(1)</sup>	2021	2022	2023	2024
Estupro e estupro de vulnerável	Taxa Brasil	29,7	34,1	38,8	40,8	41,2
	Taxa Acre	34,4	72,1	97,7	95,9	112,5
Feminicídio	Taxa Brasil	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4
	Taxa Acre	2,7	2,9	2,2	2,3	1,8

Fonte: FBSP, 2022, 2023, 2024, 2025<sup>7</sup>

(1) De acordo com o Observatório Criminal do MPAC, a diferença nas taxas de estupro de 2020 para os demais anos pode estar relacionada com a capacidade de cobertura dos registros no estado como um todo.

5 CHAVES, Fabiana Nogueira. ASSIS CÉSAR, Maria Rita de. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138-156, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/157418/155189>.

6 KLEIN, Daniel da Silva. *A borracha no Acre: economia, política e representações (1904 - 1945)*. 2013. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

7 FBSP. *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. FBSP. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. FBSP. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. FBSP. *16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.



Em relação ao feminicídio no Acre, o quadro evidencia um ponto central frequentemente destacado pelos gestores do Ministério Público: foi o comportamento das taxas que serviu como disparador para as iniciativas de estudo e diagnóstico mais aprofundados do problema. Em 2020 e 2021, as taxas do estado - respectivamente de 2,7 e 2,9 feminicídios por 100 mil mulheres - atingiram mais que o dobro da média nacional. Em 2021, inclusive, a taxa de feminicídios do Acre foi a mais alta do Brasil, junto com Tocantins.

A partir desse cenário, consolidou-se a percepção, dentro do MPAC, acerca da necessidade de entender o fenômeno de forma mais analítica e estruturada, para além da atuação tradicional do órgão, centrada nos casos individuais e no papel de acusador. Diante desse cenário, o MP parece ter compreendido que restringir sua atuação à função acusatória seria uma forma de omissão institucional. E foi nesse contexto que as iniciativas já mencionadas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero surgiram. E em 2024, pela primeira vez na comparação com os últimos cinco anos, o Acre não esteve entre os cinco estados brasileiros com as taxas mais altas de feminicídio. Foi também o primeiro ano (na comparação 2020 a 2024) que esta taxa caiu para um valor inferior a 2 casos por grupo de 100 mil mulheres.

Em relação ao feminicídio no Acre, o quadro evidencia um ponto central frequentemente destacado pelos gestores do Ministério Público: **foi o comportamento das taxas** que serviu como disparador para as iniciativas de estudo e diagnóstico mais aprofundados do problema.

Outro elemento fundamental para compreender o cenário acreano é a presença significativa de populações indígenas. Pelas estatísticas oficiais, em 2024, mulheres indígenas representaram 0,6% das vítimas de feminicídios registrados pelas polícias no Brasil (FBSP, 2025). Na Amazônia Legal, esse percentual sobe para 4,3%. Ainda assim, é preciso considerar que esse número possivelmente não dá conta da realidade, dado que muitas mulheres indígenas, quando entram nas estatísticas, são contabilizadas como pardas<sup>8</sup>. No contexto amazônico, isso significa que a violência por elas vivenciada é ainda mais invisibilizada. São casos que – assim como acontece com mulheres ribeirinhas e moradoras de zonas rurais - costumam ocorrer em localidades remotas, com mulheres economicamente dependentes de seus agressores, e onde a rede de proteção e os serviços de justiça dificilmente chegam.

Na prática, os serviços disponíveis de justiça e enfrentamento à violência raramente se mostram adequados à realidade dessas mulheres. Nesse sentido, o estudo de Iranilde Barbosa (2017)<sup>9</sup>, antropóloga social indígena, com mulheres Macuxi, em Roraima, é ilustrativo. Barbosa indica, com base em entrevistas com essas mulheres, como o sistema jurídico estatal convencional não tem sido capaz de responder às especificidades culturais e sociais da violência contra mulheres indígenas. Ainda que se passe em Roraima, este é um exemplo relevante dos desafios do pensar segurança pública em contexto amazônico.

Na prática, os serviços disponíveis de justiça e enfrentamento à violência raramente se mostram adequados à realidade dessas mulheres. Nesse sentido, o estudo de Iranilde Barbosa (2017)<sup>9</sup>, antropóloga social indígena, com mulheres Macuxi, em Roraima, é ilustrativo. Barbosa indica, com base em entrevistas com essas mulheres, como o sistema jurídico estatal convencional não tem sido capaz de responder às especificidades culturais e sociais da violência contra mulheres indígenas. Ainda que se passe em Roraima, este é um exemplo relevante dos desafios do pensar segurança pública em contexto amazônico.

8 OKAMOTO, Leandro; ANTUNES, Marta; DAMASCO, Fernando. Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira. **Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais**. IBGE, 2018.

9 SANTOS, Iranilde Barbosa dos. **Violência contra mulheres indígenas Macuxi: de experiências narradas a soluções coletivas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, 2017. p. 1-130.

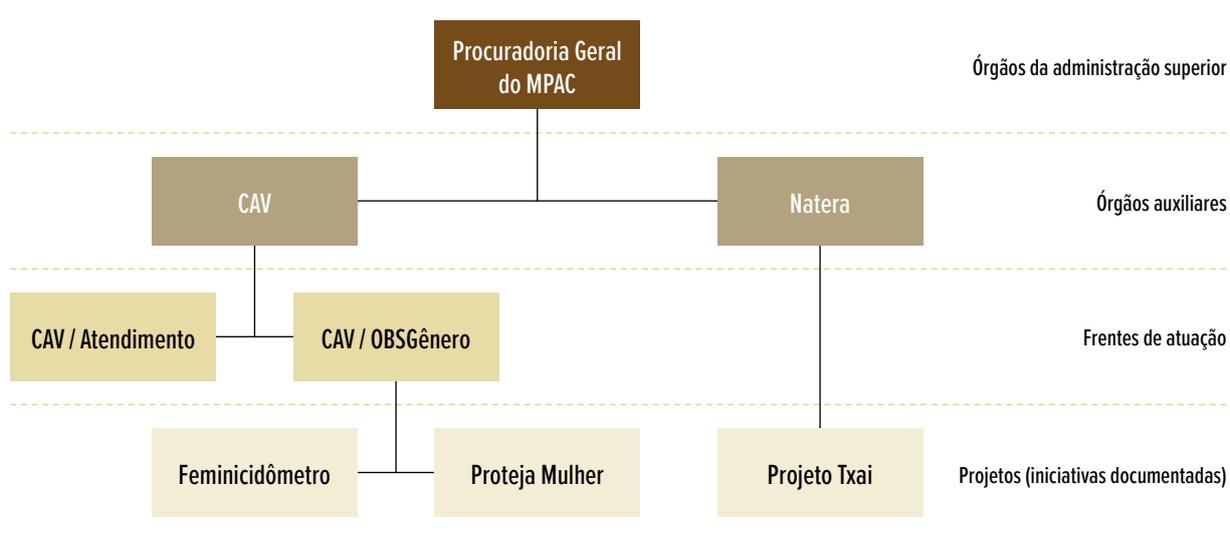


Surge, assim, um desafio central: como garantir o acesso efetivo à justiça para mulheres indígenas, ribeirinhas e moradoras de outras modalidades remotas quando os serviços ofertados não dialogam com seus contextos socioculturais? Essa é uma questão que orienta iniciativas como o Projeto Txai, desenvolvido pelo Natera, voltado à proteção de povos indígenas e à escuta qualificada das mulheres desses territórios; bem como o Proteja Mulher, que tem como um de seus objetivos a integração da rede de atendimento e enfrentamento às violências - no plural mesmo! - de gênero. Juntas, essas iniciativas expressam a decisão do MPAC de ampliar sua atuação tradicionalmente centrada no réu e de voltar seu olhar também para a vítima e para as populações historicamente invisibilizadas. Trata-se de uma inflexão institucional que redefine o papel do Ministério Público do Acre no enfrentamento à violência de gênero no estado.

## ARQUITETURA INSTITUCIONAL

Nesta seção serão apresentados o CAV e o Natera, órgãos técnicos auxiliares do MPAC que ancoram as iniciativas documentadas.

**Figura 2** | Estrutura organizacional



**Fonte:** Elaboração própria a partir de documentos institucionais do MPAC e notas de campo.

### CAV – Centro de Atendimento à Vítima

O CAV é um órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça do MPAC e criado em 2016. Seu público-alvo é composto por vítimas de violências motivadas por questões de gênero. Entre os principais tipos de casos acompanhados estão violência doméstica e familiar, violência obstétrica, crimes sexuais contra mulheres maiores de 18 anos e crimes praticados contra pessoas LGBTQIAPN+, sem prejuízo do atendimento a outras pessoas em situação de vulnerabilidade. O CAV atua em duas frentes: CAV/Atendimento e CAV/OBSGênero.



A sede do CAV, em Rio Branco, funciona dentro do prédio do MPAC, em um espaço composto por: sala da equipe multidisciplinar; sala do administrativo/coordenação; sala de atendimento; e sala de análise. Sua equipe é formada por 11 pessoas e tem a seguinte composição: coordenadora administrativa (1), psicóloga (2), assistente social (2), assessores jurídicos (4), estagiário (1), administrativo (1).

O CAV tem diversos atores parceiros em sua atuação. Entre eles: DEAM/PC, Patrulha Maria da Penha/PM, Defensoria Pública, Promotorias (capital/interior), Judiciário/TJAC, CRAS, CREAS, Secretarias municipais (saúde, assistência social), Conselho Tutelar, Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs), parcerias pontuais via emendas/convênios, movimentos de mulheres, organizações comunitárias. Em sua página no site do Ministério Público, estão publicados diversos relatórios sobre o trabalho realizado por este órgão.

## CAV/Atendimento

Essa frente de atuação é a fundadora do CAV, criada em 2016 junto com o próprio órgão de apoio técnico, e é voltada prioritariamente ao acolhimento e atendimento multidisciplinar das vítimas. Sua atuação é reativa e articulada, atendendo tanto a partir de demanda espontânea - quando a própria vítima ou seus familiares procuram o órgão -, quanto a partir de encaminhamentos provenientes de outros serviços (promotorias, ouvidorias, sociedade civil e demais canais de atendimento e proteção) e de busca ativa (quando a própria equipe identifica casos que demandam sua intervenção). Somada essas três formas de entrada, atualmente o CAV tem uma média de atendimentos de 60 casos mensais.

O fluxo de trabalho pode ser resumido no seguinte esquema: 1º momento: Acolhimento → 2º momento: Atendimento multidisciplinar (jurídico, assistência social e psicológico), quando também checam se já existe processo judicial em andamento relacionado à violência. Na parte jurídica, quando é o caso, atuam solicitando medidas protetivas, em assuntos de guarda, alimentos, entre outros. Após o atendimento, tanto na área jurídica como em termos de saúde e assistência social, fazem os encaminhamentos consentidos necessários.

O acolhimento e atendimento são feitos tanto no próprio espaço físico do CAV, mas não somente. Em alguns casos, a depender da necessidade da vítima, a equipe se desloca até ela no intuito de deixá-la o mais confortável possível para ser atendida. Esse é o protocolo para os municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasileia, onde o CAV tem sede física. Entretanto, por ser um órgão de abrangência estadual, ele também atua em outros municípios do interior, sob demanda, isto é, quando requisitado pela promotoria de comarcas locais. Nesses casos, não há etapa de acolhimento da vítima, somente de atendimento.

## CAV/OBSGênero

O OBSGênero é a frente de atuação mais recente do CAV, criado formalmente em 2021, via Ato nº 033/2021, com o objetivo de introduzir o olhar de gênero na atuação do MPAC como um todo<sup>10</sup>. Para tanto, realizam análises, estudos

10 Ver: [https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/ATO-PGJ-033-2021\\_-\\_Institui\\_o\\_Observatorio\\_de\\_Genero\\_e\\_Outros.pdf](https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/ATO-PGJ-033-2021_-_Institui_o_Observatorio_de_Genero_e_Outros.pdf).



e pesquisas sobre os dados de violência de gênero no Acre. Com isso, ao sistematizar evidências sobre a violência contra mulheres, o OBSGênero fortalece a capacidade do Ministério Público de atuar de forma estratégica, informada e transversal, ao mesmo tempo em que fomenta a criação de leis e a melhoria das políticas públicas sobre o tema. Seguem a máxima de que toda morte violenta de mulher deve ser observada à luz do gênero, independentemente do contexto em que ocorre. Isso inclui, por exemplo, casos inicialmente classificados como conflitos decorrentes de organizações criminosas, mas que, após análise detalhada, podem revelar motivações e dinâmicas de violência de gênero<sup>11</sup>. Essa abordagem interseccional busca compreender como a categoria gênero se articula a outros marcadores sociais - como raça, território e pertencimento comunitário - na produção da violência.

A estrutura física do observatório - incluindo equipamentos, mobiliário e espaço de funcionamento - foi viabilizada inicialmente por meio de emenda parlamentar, e sua manutenção cotidiana passou a ser custeada pelo Ministério Público. Ainda assim, emendas parlamentares continuam sendo uma fonte essencial de financiamento, especialmente para a execução de projetos específicos vinculados ao CAV e ao próprio observatório, como o Proteja Mulher, que será analisado nas próximas seções.

## Natera – Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial

Criado em 2013<sup>12</sup>, o então Núcleo de Atendimento Terapêutico foi transformado, em 2014, no Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial (Natera), órgão técnico auxiliar do MPAC. Inspirado na ideia de construir um Ministério Público mais próximo da comunidade, o Natera inicialmente voltava-se ao acolhimento e atendimento de pessoas com transtornos mentais e em situação de uso abusivo de álcool. Com o tempo, ampliou seu escopo para pessoas em situação de rua, indígenas, migrantes, pessoas com transtornos mentais e seus familiares. Embora não tenha sido criado originalmente com foco em questões de gênero, o Natera incorporou progressivamente essa perspectiva, reconhecendo as interseccionalidades entre gênero, vulnerabilidade social e saúde mental.

O Natera possui sede física na capital (Rio Branco) e em Cruzeiro do Sul. Em Rio Branco, está localizado no prédio do MPAC, em um espaço composto por três salas (atendimento, recepção e área administrativa equipada com computadores). O núcleo também possui duas caminhonetes 4x4, fundamentais para o acesso a áreas remotas e de difícil deslocamento, especialmente nas ações do Projeto Txai. Sua equipe é composta por sete servidores (coordenadora administrativa, três psicólogos, assessor jurídico, assistente social e assistente ministerial), contando ainda com apoio logístico de motoristas do MPAC e com a colaboração de promotores de justiça locais.

O modelo de atuação do Natera baseia-se no acolhimento e atendimento individualizado de seu público prioritário, que acessa o núcleo por busca espontânea, via familiares ou por encaminhamentos da rede. Sua função estratégica é de elo articulador da rede de proteção, realizando os encaminhamentos e promovendo a integração entre os serviços públicos envolvidos (saúde, educação, assistência social, Defensoria Pública e Poder Judiciário - espe-

11 O guia metodológico da atuação do OBSGênero, contendo inclusive fluxos operacionais estratégicos, indicadores e variáveis e produtos pode ser acessado em: [http://feminicidometro.mpac.mp.br/storage/30/Metodologia\\_do\\_OBSG%C3%AAnero\\_\\_Revisada\\_formatado.pdf](http://feminicidometro.mpac.mp.br/storage/30/Metodologia_do_OBSG%C3%AAnero__Revisada_formatado.pdf).

12 Via Ato n. 33/2013 da Procuradoria Geral de Justiça do MPAC.



cialmente por meio da Vara de Execução Penal). O atendimento é permanente na capital e em Cruzeiro do Sul, e pontual em municípios do interior, mediante encaminhamento das promotorias locais<sup>13</sup>.

O modo de atuação do Natera guarda semelhanças com o do Centro de Atendimento à Vítima (CAV): ambos operam a partir do atendimento direto às pessoas e exercem papel estratégico de integração da rede de serviços públicos, ainda que com públicos-alvo distintos.

## AS INICIATIVAS DOCUMENTADAS

### Feminicidômetro

A principal ferramenta de divulgação das análises do OBSGênero é o **Feminicidômetro**<sup>14</sup>, criado no mesmo ato de implementação do Observatório. O desenvolvimento da ferramenta está ligado ao período da pandemia de COVID-19 e surgiu com o intuito de superar as dificuldades enfrentadas pelos familiares das vítimas na obtenção de informações sobre o andamento dos processos criminais. A plataforma – que pode ser acessada dentro do site do MPAC – sistematiza e publica dados atualizados sobre feminicídios consumados e tentados no Acre, desde 2018, fornecendo dados primários da vítima, do agressor e do crime, por tipo de violência. Além disso, ao acessar a plataforma, o público consegue visualizar o percurso do processo penal de um determinado caso de feminicídio em uma linha do tempo que inclui a data do fato, data da denúncia pelo MPAC, status do processo e resultado (sentença de primeiro grau, recursos, decisões em segundo grau, trânsito em julgado e arquivamento).

Figura 3 | Plataforma do Feminicidômetro



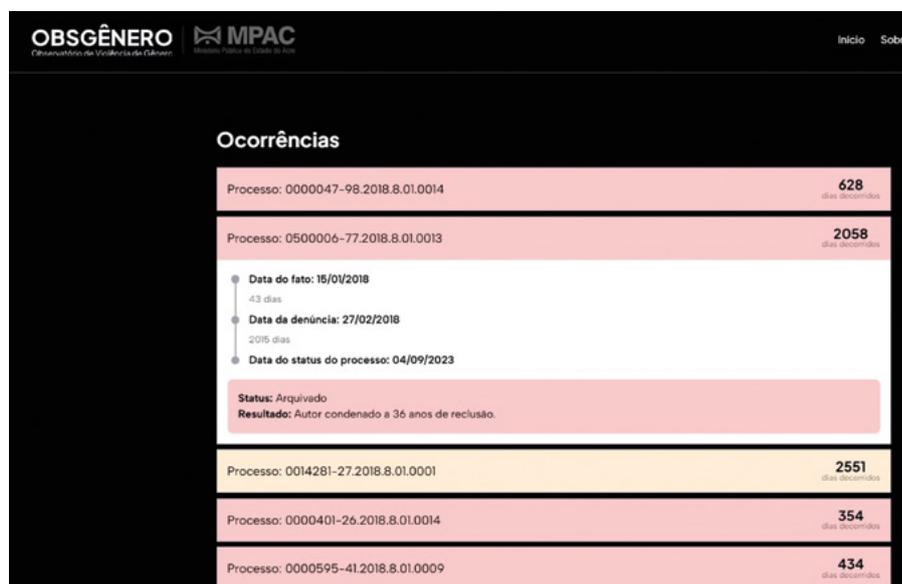
Fonte: MPAC, 2025.

13 Relatórios anuais, painel de indicadores e mais informações sobre o Núcleo podem ser acessadas em: <https://www.mpac.mp.br/natera/>.

14 Ver: <https://feminicidometro.mpac.mp.br/>.

## Figura 4

Linha do tempo exibida pelo Feminicidômetro



Fonte: MPAC, 2025.

O Feminicidômetro é alimentado pela equipe do OBSGênero, que realiza o cruzamento de dados de Boletins de Ocorrência (BOs) com informações provenientes do Ministério Público e de processos judiciais. Isso é possibilitado pela parceria do MPAC com o Tribunal de Justiça do Acre, Secretarias de Estado de Segurança Pública e a Diretoria Geral da Polícia Civil do Acre. A partir dessa integração, são analisadas variáveis objetivas, extraídas diretamente dos sistemas de informação, bem como variáveis qualitativas, obtidas por meio da leitura manual dos processos. Estas últimas são fundamentais porque são elas, muitas das vezes, que permitem identificar nuances e contextos que revelam a dimensão de gênero presente em cada caso concreto.

Com essa visibilidade que a ferramenta propicia, ela acaba funcionando não apenas como instrumento de transparência pública, mas também como mecanismo de indução de políticas e pressão institucional sobre órgãos do sistema de justiça e segurança pública. É uma ação pioneira do MPAC que poderia ser usada como inspiração por outros estados brasileiros.

Em termos de recursos tecnológicos, o Feminicidômetro foi desenvolvido utilizando a linguagem PHP, com o framework Laravel, integrando um banco de dados MySQL. Desenvolvida pela Diretoria de Tecnologia da Informação do MPAC a custo zero, a solução conta com um painel administrativo que permite a inclusão de links para os painéis do Power BI, os quais contêm os dados relevantes.

### Financiamento e sustentabilidade

A criação do Feminicidômetro, junto com o próprio OBSGênero, data de 2021. Neste ano, entretanto, essas frentes ainda funcionavam com a mesma equipe e estrutura do CAV/Atendimento. A partir de 2022, os gastos do OBSGênero e Feminicidômetro passaram a ser discriminados separadamente, a partir do recebimento da emenda parlamentar que viabilizou a criação de sua estrutura física e a separação do OBSGênero do CAV/Atendimento.



### Quadro 3 | Financiamento conjunto do OBSGênero e Feminicidômetro 2022-2025

Ano	Valor	Fonte do financiamento	Objetivo
2022	R\$ 255.928,63	Ementa parlamentar	Viabilizou a criação da estrutura física do OBSGênero e Feminicidômetro.
2023	R\$ 220.069,72	Recurso interno do MP	Gasto com pessoal
2024	R\$ 526.520,42	Lei Orçamentária Anual (LOA) estadual 2024	Valor programado para ser aplicado no Fortalecimento do OBSGênero, incluindo o Feminicidômetro.
2025	R\$ 577.564,61	Lei Orçamentária Anual (LOA) estadual 2025	Valor programado para ser aplicado no Fortalecimento do OBSGênero, incluindo o Feminicidômetro.
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.580.083,38</b>		

Fonte: MPAC, 2025.

### Quadro 4 | Detalhamento dos gastos do Feminicidômetro e OBSGênero custeados via ementa parlamentar 2022

Item	Qtd.	Valor unitário	Valor total
Notebook	4	R\$ 9.836,66	R\$ 39.346,64
Estação de trabalho avançada	3	R\$ 30.560,00	R\$ 91.680,00
Impressora Laser Color A3	1	R\$ 33.976,67	R\$ 33.976,67
Unidade de Armazenamento Externo (HDD)	7	R\$ 420,00	R\$ 2.940,00
Projetor Multimídia (Datashow)	2	R\$ 2.703,67	R\$ 5.407,34
Smart TV - 55"	2	R\$ 3.260,00	R\$ 6.520,00
Smartphone	1	R\$ 1.207,98	R\$ 1.207,98
Veículo novo	1	R\$ 74.850,00	R\$ 74.850,00
		<b>Total</b>	<b>R\$ 255.928,63</b>

Fonte: MPAC, 2025.

## Proteja Mulher

Criado em 2022 e executado pela primeira vez em 2023, o Proteja Mulher é um projeto desenvolvido pelo OBSGênero em parceria com o Centro de Apoio Operacional (CAO) - Direitos Humanos e Cidadania. Seu objetivo é mapear e diagnosticar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência nos municípios do estado do Acre. A partir disso, o projeto promove oficinas com representantes das instituições que compõem a rede, com duplo propósito: sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos e alinhar o funcionamento integrado da rede, revisando as atribuições de cada órgão e desenhando fluxos conjuntos de atendimento<sup>15</sup>. Idealmente, em um segundo momento - três meses após a primeira etapa - o projeto prevê o retorno da equipe do Proteja Mulher ao município para acompanhar a implementação das rotinas integradas e verificar a consolidação dos fluxos pactuados. Assim, o projeto atua como um indutor da integração e fortalecimento da rede, partindo da identificação de seus integrantes e do reconhecimento de falhas estruturais no atendimento. A equipe responsável pelo projeto é a mesma do OBSGênero.

<sup>15</sup> São produtos da oficina: ata da oficina, alinhamento da rede e fluxo e a capacitação em acolhimento.



O Proteja Mulher se mostra particularmente relevante quando se pensa que o acesso à justiça e a serviços públicos é um problema concreto em cidades do interior. Geralmente, as capitais dos estados são o local onde concentram-se os equipamentos públicos de atendimento, e o Acre não foge a essa regra. Assim, a insuficiência da rede de serviços no interior constitui o primeiro grande obstáculo enfrentado pelo projeto.

Um segundo desafio, identificado tanto nos próprios relatórios do projeto em sua etapa de diagnóstico, quanto nas entrevistas de campo realizada na imersão em campo, diz respeito à falta de integração entre as instituições que compõem a rede. Em muitos municípios, ainda que existam equipamentos de atendimento, eles não se articulam entre si, o que fragmenta o acolhimento e dificulta o encaminhamento adequado das vítimas.

O terceiro problema identificado é a insuficiência de conhecimento técnico por parte dos profissionais que atuam na “porta de entrada” da rede - ou seja, nas delegacias, secretarias, unidades de saúde, etc. - sobre as formas de violência de gênero e suas manifestações. Até o momento, o Proteja Mulher tem conseguido endereçar esses três eixos de fragilidade: promove capacitação contínua, estimula o diálogo interinstitucional e estrutura fluxos integrados de atendimento, fortalecendo o papel da rede como um sistema colaborativo de proteção.

Para ilustrar a dimensão do desafio, vale citar um caso emblemático que apareceu na narrativa de diversos atores entrevistados em campo. O caso aconteceu durante uma das oficinas do Proteja Mulher. Na ocasião, foram convidados não apenas representantes da rede de atendimento, mas também moradores do município. Durante a atividade, uma mulher – moradora local – pediu a palavra. Ela relatou que havia sido estuprada, que já havia buscado ajuda em diversos órgãos da rede e afirmou inclusive que seu agressor estava ali, presente na oficina (tratava-se de um psicólogo vinculado à rede local de atendimento). É um caso impactante, porque escancara as falhas estruturais da rede: seja pela dificuldade em identificar o que ela narrou como violência sexual, seja por barreiras sociais e institucionais que desacreditam a palavra da vítima, seja pela falta de clareza sobre o papel de cada órgão diante de uma denúncia... Neste caso específico, a mulher foi acolhida imediatamente assim que contou na oficina sobre a violência vivida, e o Ministério Público instaurou procedimento investigativo criminal contra o acusado, com pedido de prisão preventiva. E a partir dessa primeira denúncia contra o referido profissional, outras denúncias apareceram, de outras mulheres, e o órgão da saúde local, muitas vezes por onde esses casos chegam, passou a cumprir a obrigatoriedade de notificar casos como esse, de violência sexual.

Ainda que neste caso específico, e para os três problemas identificados e ilustrados nesse caso – insuficiência de serviços, falta de integração da rede e carência de conhecimento – o Proteja Mulher consiga trazer um impacto, um quarto problema que apareceu de forma muito relevante a partir das escutas realizadas em campo para esta documentação e que ainda é um limite na atuação do Proteja Mulher, se refere à sustentabilidade das ações pactuadas nas oficinas. E isso porque a rotatividade de gestores e servidores ainda impacta fortemente a continuidade das rotinas integradas. Mudanças políticas locais - como a troca de prefeitos e equipes comissionadas - e a dificuldade de manter quadros técnicos estáveis, sobretudo em cidades pequenas ou de difícil acesso, comprometem a dura-

**O Proteja Mulher se mostra particularmente relevante quando se pensa que o acesso à justiça e a serviços públicos é um problema concreto em cidades do interior.**



bilidade dos resultados. No âmbito do Proteja Mulher, uma estratégia em potencial para enfrentar esse problema seria a institucionalização de avaliações periódicas nos municípios participantes, com novas visitas programadas e novas formações regulares voltadas aos profissionais da rede. É uma estratégia, entretanto, que requer também a estabilidade de financiamento para o projeto. De todo modo, garantir a continuidade do projeto reforçaria seu caráter sustentável e transformador.



Equipe do Proteja Mulher em atendimento ao povo Shanenawá na Aldeia Morada Nova, Feijó (AC). **Foto:** OBSGênero/MPAC.

com recursos próprios do MPAC. Atualmente, há previsão de que, em novembro de 2025, o projeto seja retomado em três novos municípios, com apoio de recursos externos já mobilizados. Ainda assim, a equipe segue em busca de novos financiamentos que assegurem a continuidade e expansão da iniciativa. O quadro abaixo detalha o que foi feito até aqui no âmbito do projeto.

### **Financiamento e sustentabilidade**

O orçamento inicial para a implementação do Proteja Mulher foi viabilizado por meio de emenda parlamentar no valor de R\$100 mil. Uma vez que com esse montante não seria possível a realização do projeto em todos os 22 municípios do estado, a princípio foram selecionados quatro municípios, a partir de uma consulta aos dados do OBSGênero, que precisavam com mais urgência de uma ação para enfrentamento da violência contra a mulher.

Ainda assim, o valor da emenda não foi suficiente para custear o retorno a todos municípios atendidos na primeira edição, o que limitou o acompanhamento das implementações locais. Posteriormente, uma nova etapa do projeto foi realizada

## Quadro 5 | Detalhamento da atuação do projeto Proteja Mulher

Município e regional	População do município	Distância até a capital (em km)	Data da realização	Etapas do projeto		Recurso utilizado
				Mapeamento, diagnóstico e oficina	Avaliação de implementação	
<b>Brasília</b> Regional Alto Acre	28.028	234	Agosto de 2023	✓	✗	Emenda parlamentar
<b>Feijó</b> Regional Tarauacá-Envira	37.764	363	Agosto a novembro de 2023	✓	✓	Emenda parlamentar
<b>Cruzeiro do Sul</b> Regional do Juruá	98.916	635	Novembro de 2023	✓	✗	Emenda parlamentar
<b>Sena Madureira</b> Regional Purus	44.049	144	Novembro de 2023	✓	✗	Emenda parlamentar
<b>Rodrigues Alves</b> Regional do Juruá	15.560	626	Setembro de 2024	✓	✗	Recurso próprio do MPAC
<b>Tarauacá</b> Regional Tarauacá-Envira	46.816	409	Agosto de 2025	✓	✗	Recurso próprio do MPAC

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos institucionais do MPAC, notas de campo e de estimativas do IBGE, 2025.

## Quadro 6 | Detalhamento dos gastos do Proteja Mulher custeados via ementa parlamentar, usada para a realização do projeto nos quatro primeiros municípios 2023

Detalhamento	Custo estimado aproximado
	2023
Diárias	R\$ 63.724,50
Banner	R\$ 45,00
Camisetas	R\$ 3.880,00
Passagem aérea	R\$ 13.384,91
Combustível	R\$ 1.617,50
<b>Total</b>	<b>R\$ 82.651,91</b>

Fonte: MPAC, 2025.

## Projeto Txai

Criado em 2022 no âmbito do Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial (Natera) com o propósito de atender de forma direta e integrada as populações indígenas do Acre. Desde o início, o projeto tem parceria com o OBSGênero para incutir a perspectiva de gênero em todas as suas ações. A equipe que participa do Txai é a mesma que compõe o Natera: sete pessoas.

A formulação do projeto nasceu da constatação, por parte do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), de que os altos índices de suicídio entre povos indígenas registrados no ano anterior estavam associados a um conjunto de vulnerabilidades estruturais - como o uso abusivo de álcool, a desnutrição e o acesso precário aos serviços públicos



de saúde, educação e assistência social. Ao analisar esse cenário, o MPAC identificou que tais fragilidades estavam relacionadas não apenas a carências no atendimento em saúde mental, mas também à exclusão generalizada dos povos indígenas dos sistemas públicos de cuidado e de garantia de direitos. Assim, o Txai foi concebido inicialmente para atuar em três eixos centrais - saúde, assistência social e educação -, com o objetivo de promover inclusão, cidadania e integração interinstitucional.

Com o avanço das atividades, contudo, o projeto incorporou um quarto eixo transversal: a segurança pública. Essa ampliação ocorreu a partir das escutas realizadas com as comunidades indígenas, que revelaram a interdependência entre as vulnerabilidades sociais e as dinâmicas de violência - incluindo a presença de facções, o recrutamento de jovens indígenas para nelas atuarem e a violência de gênero.

Em relação à dinâmica de trabalho do Txai, o pontapé inicial é a escuta ativa das populações indígenas. A equipe do Natera realiza visitas às aldeias e, quando possível, convida suas lideranças para reuniões presenciais nas promotorias de justiça, em eventos coletivos de diálogo. Nesses espaços, os indígenas compartilham suas demandas, não apenas relacionadas aos eixos inicialmente definidos, mas também a uma ampla gama de questões cotidianas. Muitos relataram que foi a primeira vez que se sentiram ouvidos por uma instituição do sistema de justiça, o que fez do MPAC uma referência de confiança e um canal legítimo de acesso à justiça e à cidadania.



Equipe do MPAC em atendimento na Aldeia em Cruzeiro do Sul/AC.  
**Foto:** Imagem cedida pelo MPAC.



Equipe do MPAC em atendimento na Aldeia na região do Alto Acre.  
**Foto:** Natera/MPAC.

A atuação do projeto evidencia como as dimensões da educação, saúde, assistência social, gênero e segurança pública se entrelaçam. Em Brasileia, por exemplo, município localizado na fronteira com a Bolívia, a aproximadamente 234 km da capital Rio Branco, e que tem um de seus bairros quase inteiramente formado por indígenas urbanizados, a equipe identificou que adolescentes deste território enfrentam barreiras para avançar do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II, e para o Ensino Médio, porque chegada essa etapa escolar precisam deslocar-se para escolas localizadas em territórios controlados por facções criminosas rivais. O bairro indígena é dominado por um grupo, enquanto o restante da cidade está sob influência de outro, o que expõe os jovens à intimidação e ao risco de violência.

**A atuação do projeto evidencia como as dimensões da educação, saúde, assistência social, gênero e segurança pública se entrelaçam.**

Além da escuta, o Txai atua como articulador entre o MP e a rede pública de serviços. A partir das demandas identificadas, o Natera mobiliza as instituições necessárias para garantir que os indígenas sejam por elas atendidos, contribuindo inclusive na elaboração de fluxos de atendimento desses serviços. Por exemplo, na saúde, a mobilização trazida pelo Txai possibilitou que as populações indígenas locais passassem a ser atendidas pelos serviços regulares de saúde, e não apenas pelos Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Em diversos municípios, a equipe precisou convencer gestores locais de que o atendimento aos indígenas também é uma responsabilidade das estruturas municipais de saúde, educação e assistência, ampliando assim o alcance e a efetividade das políticas públicas.

Outra ação estruturante do projeto é o “MP na Comunidade”, mutirão que leva serviços públicos diretamente às aldeias e comunidades indígenas. A partir das demandas levantadas na fase de escuta, o MP organiza uma ação integrada, que geralmente acontece em um dia, e que reúne órgãos como a Receita Federal, a Polícia Civil e equipes de saúde para emissão de documentos, atendimentos básicos e orientações sobre direitos.

Além disso, desde sua criação, o Txai conta com a parceria do OBSGênero, responsável por incorporar a perspectiva de gênero em suas ações. Essa colaboração se traduz na realização de rodas de conversa sobre violência contra a mulher e na formação de lideranças masculinas e femininas sobre as formas de prevenção e enfrentamento disponíveis no sistema de Justiça. Em visitas de campo, lideranças indígenas destacaram a importância dessas formações para o fortalecimento do diálogo interno nas aldeias e para a valorização do papel das mulheres nos espaços comunitários.

Hoje, o Acre abriga 15 povos indígenas e 3 povos indígenas isolados. Com abrangência estadual, o Projeto Txai já alcançou, até outubro de 2025, 11 etnias: Madihá, Kaxinawá, Manchineri, Jaminawá, Shanenawá, Huni Kui, Katukina, Ashaninka, Nukini, Nawas e Puyanawa. Elas estão distribuídas em territórios indígenas e bairros formados por indígenas urbanizados de cinco, dos 22 municípios acreanos: Assis Brasil, Brasileia, Feijó, Sena Madureira e Manoel Urbano.

Uma das atividades previstas na agenda organizada para esta documentação do Projeto Txai foi a visita a uma das aldeias indígenas onde o Txai já foi realizado: a Aldeia Morada Nova, aldeia matriz do Povo Shanenawá, em Feijó. A comunidade está localizada às margens do rio Envira, que corta o município, e embora em determinadas épocas do ano seja possível chegar também por ramal (estrada de terra não pavimentada), é acessada majoritariamente por via fluvial.





Aldeia Morada Nova, em Feijó/AC. **Foto:** Isabella Matosinhos/FBSP.



No Centro de Convenções da Aldeia Morada Nova, com representantes do povo Shanenawá e equipe do MPAC e FBSP. **Foto:** Isabella Matosinhos/FBSP.

### Financiamento e sustentabilidade

O orçamento do Projeto Txai está vinculado ao Natera, que, desde sua criação em 2013, conta com recursos próprios do MPAC para realização de suas atividades, ao mesmo tempo que tem sido beneficiado por emendas parlamentares destinadas à ampliação de seus projetos.

As principais emendas recebidas pelo Natera, e que acabam impactando o Projeto Txai, foram:

- R\$ 700 mil (2024): aquisição de uma caminhonete e modernização da estrutura do Natera (equipamentos de informática, telefone e projetor multimídia);
- R\$ 250 mil (2024): aquisição da segunda caminhonete e de mobiliário, no âmbito da ação “Apoio à Cidadania em Rio Branco”;
- R\$ 100 mil (2025): projeto “Quem São Elas? Um olhar sobre as mulheres em situação de rua”, em fase de execução;
- R\$ 198 mil (2025): financiamento específico para o Projeto Txai (valor aprovado de um total originalmente proposto de R\$ 500 mil). O valor será utilizado de acordo com o Plano de Trabalho do Txai, para 2026, conforme o quadro abaixo.

**Quadro 7** Detalhamento dos gastos previstos no Plano de Trabalho para o Projeto Txai, custeados via ementa parlamentar específica concedida em 2025, a ser executada em 2026

Detalhamento	Valor
Realizar 5 diálogos territoriais nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Feijó, Sena Madureira e Manoel Urbano.	R\$ 134.211,99
Fortalecer a equipe técnica do MPAC na atuação junto à população indígena, com a realização de três capacitações para 6 técnicos do MP.	R\$ 63.788,01
<b>Total</b>	<b>R\$ 198.000,00</b>

Fonte: MPAC, 2025.

De forma geral, o Txai tem se consolidado como uma experiência inovadora de escuta, articulação interinstitucional e presença do Ministério Público em territórios historicamente marginalizados, aproximando a instituição das comunidades indígenas e reafirmando seu papel como agente garantidor de direitos na Amazônia acreana.



## IMPACTOS E RESULTADOS

### Quadro 8

#### Principais impactos positivos identificados nas iniciativas documentadas

Iniciativa	Impacto
MPAC como um todo	Consolidação de uma instituição que atua simultaneamente como promotora de justiça e indutora de políticas públicas, articulando-se com diferentes escalas de governo e com comunidades locais. Desta forma o MPAC vem redefinindo seu papel histórico: de uma instituição centrada na acusação penal para uma promotoria voltada à transformação estrutural das condições de vulnerabilidade das mulheres, por meio de dados, mobilização e redes de cooperação. Seus impactos, portanto, não se limitam à responsabilização de agressores, mas se expandem para a construção de novas formas de presença estatal e comunitária na Amazônia acreana.
CAV	A partir de sua frente de análises e estudos, de forma combinada com a frente de atendimento, o CAV tem sido um ator capaz de promover advocacy. Um exemplo é sua atuação no tema da proteção aos órfãos do feminicídio, causa defendida pelo CAV. Os atendimentos realizados em casos assim, junto com as pesquisas do OBSGênero impactaram na aprovação da lei acreana de 2022 (lei n. 4.065, que estabeleceu a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos de Feminicídio, posteriormente alterada pela lei n. 4.641/2025), anterior à norma federal de 2023 (lei n. 14.717) e considerada mais abrangente por prever não apenas o benefício financeiro, mas também diretrizes de proteção integral às crianças e adolescentes afetados. É um exemplo que demonstra a capacidade do órgão de transformar o atendimento cotidiano em aprendizado institucional e formulação de políticas.
Femicidômetro	As informações sistematizadas pelo projeto têm subsidiado decisões judiciais e interpretações inovadoras - como a reclassificação de casos de suicídio de mulheres motivados por violência psicológica de seus parceiros como feminicídio ou homicídio comissivo por omissão. Esse trabalho culminou na participação do MPAC em audiência pública da ALEAC (Assembleia Legislativa do Estado do Acre), em junho de 2025, sobre o chamado feminicídio psicológico, ampliando o debate jurídico e político sobre o tema. Além disso, o diagnóstico mais preciso sobre o problema da violência de gênero, com base em dados sobre o crime e o perfil da vítima, amplia a visibilidade estatística do fenômeno e fomenta o executivo com dados importantes para formular e implementar estratégias mais adequadas às especificidades da violência de gênero no estado. Entre outros prêmios que já ganhou, em 2025, a ferramenta Femicidômetro foi reconhecida pela Ouvidoria Nacional do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) como uma boa prática na tutela dos direitos da mulher no Ministério Público. Quantidade de acessos desde sua criação até 17/10/2025: 17.547.
Proteja Mulher	Identificação das lacunas da rede de atendimento nos municípios do interior e na formação das equipes locais. O principal impacto é atuar como promotor do funcionamento da rede de atendimento à mulher em municípios do interior. Ao fomentar a integração entre órgãos da rede até então sem proximidade, o MPAC passa a ser reconhecido como ator catalisador da rede de proteção, capaz de induzir parcerias intersetoriais e estimular a autonomia dos serviços locais. Quantidade de municípios beneficiados até outubro/2025: 6 municípios, com capacitação de 276 profissionais em diversas áreas do atendimento às vítimas de violência.
Projeto Txai	Representa um avanço na abordagem interseccional entre gênero, etnia e território. Ao promover o diálogo com povos indígenas e fomentar lideranças femininas, o projeto tem fortalecido a presença institucional do MPAC em comunidades historicamente afastadas do sistema de justiça. Além disso, o incentivo à formalização de associações indígenas e o apoio a demandas concretas, como o acesso a serviços públicos, reforçam o papel do MP como agente indutor de cidadania e reconhecimento cultural. Quantidade de municípios beneficiados até outubro/2025: 5 municípios e 11 povos indígenas.

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos institucionais do MPAC e notas de campo.



## DESAFIOS

### Intersetorialidade e governança

O grau de **institucionalização** das iniciativas é um dos desafios de governança. Órgãos como o CAV e o Natera, que ancoram os projetos, são estruturas perenes criadas por ato normativo, o que lhes confere solidez. O Feminicídio compartilha dessa robustez por estar formalizado no mesmo ato de criação do OBSGênero.

A criação do Proteja Mulher e do Projeto Txai, por sua vez, não se deu pela via formal de um ato normativo específico. Embora o Projeto Txai seja mencionado no Ato PGJ nº 88/2022 como justificativa para a instituição do Grupo de Trabalho na Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, a ausência de formalização para ambos os projetos gera o risco de **dependência de liderança (personalização)**. Nesses casos, a continuidade e o arranjo operacional estão sujeitos a mudanças de gestão, exigindo que as iniciativas se tornem capazes de operar independentemente da figura de seu coordenador ou da liderança específica responsável. Hoje, por exemplo, a figura da coordenadora geral desses projetos, que é a mesma pessoa, é central para mobilizar parlamentares para conseguir possíveis emendas parlamentares.

Em termos de intersetorialidade, os desafios se manifestam em dois níveis:

→ **Manutenção da rede de atendimento à mulher nos municípios do interior (Proteja Mulher):** Após a etapa inicial do projeto (mapeamento, diagnóstico e oficina para o desenho do fluxo de atendimento), há uma dificuldade específica em manter a articulação da rede de atendimento pós-oficina nos municípios beneficiados. Fatores como a troca regular de gestores e equipes na rede local contribuem para a desarticulação. Este desafio se acentua considerando que, até agora, o projeto só conseguiu retornar para checar a implementação da segunda etapa em um dos seis municípios onde ele aconteceu.

→ **Mediação intercultural e integração setorial (Proteja Mulher e Projeto Txai):** Ambos os projetos lidam com mulheres em situação de violência específicas: no caso do Proteja Mulher, entre seu público estão as mulheres em zonas rurais de municípios do interior, onde muitas vezes práticas machistas estão muito arraigadas; no caso do Txai, com mulheres indígenas que vivem uma cultura diferente da urbana, muitas vezes tendo uma língua própria. Esses contextos exigem a articulação entre gênero e cultura. Soma-se a isso a articulação que esses projetos se propõem a realizar, e que muitas vezes é difícil, com a rede setorial pública (saúde, educação, assistência, segurança), majoritariamente caracterizada por múltiplas portas de acesso e pouca integração.

→ **Conflito de atribuições (Projeto Txai):** A tutela dos povos indígenas envolve uma sobreposição de competências entre o Ministério Público Estadual e o Federal, exigindo constantes e complexas negociações institucionais. Alguns casos mais complexos tornam-se ainda mais difíceis de serem endereçados porque esbarram no conflito de atribuições entre os órgãos estadual e federal. Esse “xeque de atribuições” reduz a previsibilidade de atuação para as comunidades.



## Sustentabilidade financeira

Os desafios financeiros estão mais associados aos projetos do que aos núcleos institucionais. Enquanto CAV e Natera, enquanto órgãos técnicos auxiliares, possuem estrutura consolidada e custos absorvidos pelo MP, os projetos a eles vinculados muitas vezes dependem de parcerias externas e captação de recursos, o que gera vulnerabilidade operacional e financeira.

→ **Proteja Mulher:** Este projeto enfrenta o maior desafio de sustentabilidade devido à sua natureza por edição e itinerante. A realização em novos municípios envolve custos de deslocamento essenciais. Dos seis municípios onde ele foi executado até o presente momento, quatro foram custeados via emenda parlamentar, mas o valor foi insuficiente para a realização da segunda etapa em quase todos. A inexistência de uma fonte de financiamento contínua e perene compromete a sustentabilidade e a capacidade de expansão do projeto, que permanece dependente de recursos externos instáveis.

→ **Projeto Txai:** Sua execução também pressupõe deslocamentos frequentes e custosos em localidades isoladas. Até o momento, os itens estruturais mais caros para viabilizar o projeto (as duas caminhonetes) foram custeados via emenda parlamentar, e o MP conseguiu absorver os custos de deslocamento necessários ao projeto. Além disso, a captação pontual de recursos para a próxima edição (emenda parlamentar já recebida, que será usada em 2026) mitiga o risco a curto prazo, mas a sustentabilidade a longo prazo exige a internalização ou a garantia de uma fonte de custeio contínua para sua logística essencial.

→ **Femicidômetro:** O projeto demonstra maior perenidade financeira. Por ser uma iniciativa não itinerante, que necessita apenas de estrutura física e de pessoal (custo absorvido e já equipado pelo MP), seu custo operacional é significativamente mais baixo e não depende de aportes periódicos para deslocamento.

## Geografia e logística de acesso

Inserido na Amazônia, o Acre apresenta barreiras logísticas e territoriais - distâncias, trechos de estrada precária, rios, conectividade instável - que constituem um desafio estrutural para a interiorização de ações de justiça e políticas públicas.

O município de Feijó, por exemplo, que já recebeu o Proteja Mulher e o Txai, é ilustrativo. Ele foi selecionado como um destino a ser visitado durante a incursão em campo para esta documentação. A 363 km de Rio Branco, com extensa área territorial, 49% da população em área rural e a maior presença de população indígena do estado, o deslocamento em caminhonete até Feijó, partindo da capital, tem duração de 7 a 9h. Em contextos assim, o serviço público precisa alcançar seu público, de modo que se a rede local não funcionar ou estiver incompleta, o acesso à direitos pela população fica extremamente comprometido, dado que depender da capital é impraticável. Em contextos como esse, o desafio logístico manifesta-se em três esferas:

→ **Impacto na execução (Proteja Mulher e Projeto Txai):** As barreiras logísticas dificultam o deslocamento da equipe da capital até o município para a realização dos projetos, e a comunicação em campo. No Projeto Txai, o desafio é mais agudo, pois seu público-alvo são as comunidades indígenas e isoladas, com acesso ainda mais difícil.



→ **Impacto no desenho do fluxo de atendimento da rede (Proteja Mulher e Projeto Txai):** As dificuldades de acesso impõem a necessidade de que o fluxo de atendimento da rede local de enfrentamento à violência seja o mais completo e autossuficiente possível. A complexidade logística para que serviços da capital se desloquem ao interior exige que o modelo de atuação priorize o acesso da equipe local ao público, descentralizando a disponibilidade do serviço.

→ **Impacto indireto na qualidade dos dados (Feminicidômetro):** Embora o Feminicidômetro não seja diretamente afetado pela logística de execução, ele é indiretamente impactado na qualidade dos dados. Mesmo que crimes contra a vida (feminicídio consumado e tentado) sejam menos suscetíveis à subnotificação total, as barreiras geográficas dificultam a pronta chegada de agentes e peritos aos locais isolados, e, no caso do feminicídio tentado, o deslocamento da vítima ao hospital ou à delegacia onde o registro é feito. Considerando que o Feminicidômetro não apenas conta casos, mas também os analisa qualitativamente, a logística precária impacta na qualidade dos dados de circunstância inseridos no sistema.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso revela uma opção institucional do MPAC que vai além da atuação acusatória. De forma pioneira entre MPs estaduais, o órgão trouxe o enfrentamento à violência de gênero como eixo muito concreto de seu trabalho, combinando acolhimento de vítimas, produção de dados, diagnósticos e postura ativa na promoção da integração da rede de atendimento a mulheres em situação de violência.

Do ponto de vista de escalabilidade e replicabilidade em outros estados, o Feminicidômetro é um destaque em termos de custo-benefício. Por requerer uma infraestrutura física que pode se resumir a uma sala de análises, pode ser replicado desde que haja acordo interinstitucional mínimo entre MP, Polícias e Judiciário para integração de bases e rotinas de governança de dados, permitindo a construção da linha do tempo processual de cada caso. É um exemplo de boas práticas que tem o potencial de aprofundar o diagnóstico sobre a violência de gênero, permitindo ações mais qualificadas do Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário no planejamento de suas ações de prevenção e que pode ser replicado em todo o país.

Proteja Mulher e Projeto Txai, por sua vez, também têm potencial de replicabilidade, ainda que exijam investimento mais constante e robusto. A replicação desses projetos exige que outros MPs - especialmente em territórios com grandes barreiras logísticas e diversidade cultural, como a Amazônia Legal - abracem o papel de articuladores da rede de atendimento. O modelo itinerante do Proteja Mulher, que diagnostica e fortalece a rede municipal, e a abordagem intercultural e intersetorial do Projeto Txai se mostraram fundamentais para garantir acesso efetivo à justiça e serviços públicos em comunidades isoladas e populações historicamente invisibilizadas.

Em síntese, o valor da experiência do MPAC reside na demonstração de que a vontade de ir além da função acusatória, combinada à flexibilidade técnica para adaptar as soluções à realidade local, é ponto central para a replicabilidade de iniciativas. Seu sucesso depende do compromisso em integrar dados e serviços, priorizando o alcance do público em seu próprio território.



## Iniciativa **06**

# Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO)

### David Marques

Gerente de Programas e Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

### Amanda Lagreca

Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

## FICHA TÉCNICA

	<b>Nome da iniciativa:</b> Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO)
	<b>Órgão principal responsável pela implementação:</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública, Polícia Federal e instituições policiais estaduais, com destaque para Polícias Cíveis e Militares.
	<b>Data de criação:</b> 2023 (como política nacional).
	<b>UF de atuação e abrangência territorial:</b> Nacional, sendo uma base em cada UF.
	<b>Parcerias:</b> Polícias Penais Estaduais, Polícia Penal Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guardas Cíveis Municipais.
	<b>Status atual:</b> Em funcionamento.





**Resumo:** As Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO) são estruturas de cooperação fomentadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), coordenadas pela Polícia Federal e operacionalizadas em parceria com forças de segurança pública estaduais/distrital, com destaque para as Polícias Civil e Militar, mas podendo envolver outros órgãos estaduais, federais ou municipais, como Polícias Penais Estaduais, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penal Federal e Guardas Municipais, de forma oficial ou com colaboração eventual, a depender de sua conformação local. Trata-se de uma força-tarefa permanente com o objetivo de enfrentar facções e organizações criminosas e promover a redução de crimes violentos por meio da integração entre as instituições de segurança pública e da promoção da cooperação jurídica e policial internacional, em especial em áreas fronteiriças. A atuação coordenada de profissionais de diferentes instituições exclusivamente dedicados prioriza o monitoramento ininterrupto de organizações criminosas, a identificação de suas lideranças, a realização de investigações aprofundadas que possibilitem a deflagração de operações de desarticulação e a descapitalização das principais redes criminais identificadas no território.

## INTRODUÇÃO: CONTEXTO E DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA



Foto: Arquivo/Polícia Federal.

Em 21 de julho de 2023, a Portaria MJSP nº 427, assinada pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública e pelo Diretor Geral da Polícia Federal, determinou a expansão nacional das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO), com o objetivo de ampliar o enfrentamento às organizações criminosas<sup>1</sup>. Entre os principais objetivos das FICCOs está o enfrentamento ao crime violento decorrente da atuação de facções criminosas de base prisional, por meio de estratégias de repressão ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro, entre outros tipos de crimes.

A Portaria foi assinada dentro do conjunto de outras ações anunciadas pelo Governo Federal e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no âmbito do Programa de Ação na Segurança (PAS)<sup>2-3</sup>. Até aquele momento, havia unidades intituladas FICCO<sup>4</sup>, ou semelhantes<sup>5</sup>, em 12 unidades da federação: Acre, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato

1 Ver: [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/110604/1/PRT\\_GM\\_2023\\_427.pdf](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/110604/1/PRT_GM_2023_427.pdf).

2 Ver: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/programa-de-acao-na-seguranca-pas-e-lancado-com-assinatura-dos-primeiros-atos-e-medidas-na-area-1/pas.pdf>.

3 No evento realizado no dia 21 de julho de 2023, no qual foi assinada a portaria de nacionalização das FICCO, foram assinados decretos e anunciadas medidas sobre temas diversos relacionados à agenda da segurança pública, como a modificação de regras para acesso a armas de fogo por civis, a instituição do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Plano AMAS), o fomento a ações contra violência nas escolas, proposta de aumento de penas para crimes contra o estado democrático de Direito, o desenvolvimento de projetos no âmbito do PRONASCI 2, a antecipação de repasse de verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública, entre outras.

4 Relatos indicam que as primeiras unidades da FICCO foram criadas no estado de Minas Gerais, em 2013, possibilitando a atuação articulada entre a Polícia Federal e as polícias estaduais no enfrentamento ao crime organizado em cinco regiões do estado. A adoção do nome FICCO, a partir de 2023, para designar a experiência em escala nacional, foi uma homenagem à iniciativa pioneira mineira. Embora esta pesquisa não tenha localizado a documentação oficial de criação da FICCO em Minas Gerais, há registro de sua menção em uma notícia de 2015, no contexto de uma operação policial interestadual com atuação no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na ocasião, destacava-se a cooperação entre a Polícia Federal, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Secretaria de Estado de Defesa Social do estado. Ver: <https://legado.seguranca.mg.gov.br/2018-08-22-13-39-06/convenios-de-entrada/story/2756-operacao-da-ficco-desarticula-organizacao-criminosa-e-prende-39>.

5 Força Tarefa de Segurança Pública (FTSP) é o nome de iniciativa congênera, de força tarefa enfocada no enfrentamento do crime organizado, citada como precursora do modelo FICCO adotado a partir de 2023, com maior uniformidade, em âmbito nacional.



Grosso, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte. Contudo, não havia uniformidade no trabalho desenvolvido em cada unidade. Com a portaria, foi autorizada a instalação de 15 novas FICCO, passando a existir atuação em todo o território nacional segundo o mesmo modelo. O arranjo é baseado na celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), envolvendo apoio político e orçamentário do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), coordenação técnica, operacional e administrativa da Polícia Federal (PF), e atuação operacional de forças de segurança pública estaduais. Foram constituídas, portanto, uma base FICCO em cada UF, geralmente localizadas na capital do estado e no DF. Contudo, há estados em que, além da base principal, contam com bases ou núcleos avançados em cidades ou territórios considerados estratégicos. Tais núcleos não são considerados estruturas permanentes, podendo existir no decorrer de uma operação específica ou por um período mais curto do que a existência da base principal.

Uma das bases legais para o funcionamento da FICCO é a Lei n. 10.446/2002<sup>6</sup>, que estabelece a competência da Polícia Federal para atuar quando houver indícios de atuação de bando ou quadrilha em mais de um estado da Federação, em casos relacionados a furto, roubo ou receptação de cargas. A mesma lei também autoriza a atuação da Polícia Federal em ocorrências de furto, roubo ou dano contra instituições financeiras, sempre que houver indícios de envolvimento de associações criminosas com alcance interestadual.

As FICCOs são inspiradas no modelo de força-tarefa e têm como objetivo central enfrentar os crimes violentos em âmbito local ou regional, mapear, compreender, reprimir e descapitalizar organizações criminosas/facções criminosas de base prisional, sendo esta última uma das principais potenciais contribuições da FICCO. A apreensão de armas e drogas, assim como a realização de prisões (cumprimento de mandados de prisão e/ou captura de foragidos), também se estabelecem como objetivos da FICCO, de forma secundária.

No contexto do federalismo brasileiro, a viabilidade jurídica e operacional da FICCO depende em grande medida do **sucesso em criar arranjos político-institucionais em nível subnacional** que possibilitem o trabalho integrado entre forças de segurança pública federais e estaduais.

## A ESTRUTURAÇÃO DAS FICCO: O ARRANJO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

No contexto do federalismo brasileiro, a viabilidade jurídica e operacional da FICCO depende em grande medida do sucesso em criar arranjos político-institucionais em nível subnacional que possibilitem o trabalho integrado entre forças de segurança pública federais e estaduais. Estes alinhamentos foram construídos em um processo, que se desenrolou entre 2023 e 2024, que pode ser compreendido enquanto composto por três fases, descritas a seguir. A duração de cada fase desse processo em cada Unidade da Federação, no entanto, variou de acordo com os contextos po-

lítico-institucionais locais e com a existência prévia de Forças Tarefas de Segurança Pública (FTSPs) ou iniciativas assemelhadas no território, o que contribui com a agilidade da formalização necessária.

6 Ver: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110446.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110446.htm).



Desta forma, a primeira fase para a implementação das FICCO foi a construção destes arranjos político-institucionais em nível estadual e no Distrito Federal. Para tanto, o MJSP e a PF realizaram reuniões com os governos estaduais para apresentação do projeto e seu arranjo institucional e financeiro, com vistas à celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

A segunda fase envolveu o diálogo entre a Polícia Federal e as estruturas de segurança pública presentes nos estados e no DF para a definição das contribuições de cada órgão para a implementação da base FICCO, sendo a alocação de pessoal, tanto por parte da PF quanto das polícias estaduais, uma das definições mais fundamentais. Uma das principais contribuições do governo federal, além da gestão por parte da PF, é o custeio de diárias para servidores estaduais em dedicação exclusiva ou em missão/operação nas FICCO. A celebração de um ACT marca o momento de lançamento formal da iniciativa naquele estado ou DF.



Assinatura de ACTs entre MJSP, PF e governos estaduais da Amazônia. Foto: Comunicação Social da Polícia Federal no Amazonas.

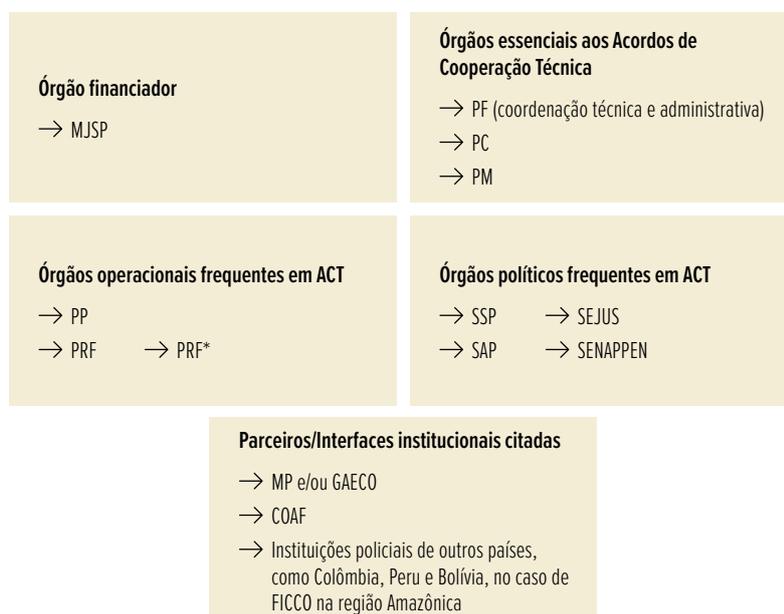
A terceira fase de implementação da FICCO envolve a constituição da equipe e a definição da base que, em regra, deve ficar em imóvel descaracterizado e de localização sigilosa, apartado da estrutura da superintendência da PF no estado. As forças estaduais/federais integrantes indicam profissionais que atuarão de forma exclusiva na FICCO. **O pilar fundamental para o estabelecimento de uma base FICCO é a articulação entre PF, PC e PM. A depender da articulação local e da configuração do ACT, pode haver a participação constante ou eventual de outros órgãos, sejam estes operacionais (Polícia Penal, Polícia Penal Federal, Polícia Rodoviária Federal<sup>7</sup>) ou de apoio político-institucional (secretarias estaduais de segurança pública e/ou defesa social, secretarias de administração prisional e/ou de justiça, Secretaria Nacional de Polícias Penitenciárias (SENAPPEN)).**

7 Desde fevereiro de 2025, a PRF se retirou de diversos acordos de cooperação com Ministérios Públicos estaduais e com a Polícia Federal, como a FICCO. Este movimento foi justificado pela Direção Geral da corporação e pelo MJSP como necessário em razão de "fragilidade jurídica" nos vínculos, que se encontram em processo de rediscussão. Mais informações: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/27/prf-cancela-parcerias-com-pf-e-mps-estaduais-para-combater-o-crime-organizado.ghtml>.



Os representantes operacionais indicados passam por um processo de investigação social pelo setor de inteligência da PF, de modo a validar que o perfil profissional e de conduta do indicado corresponde às necessidades da FICCO. Em geral, é esperado que os profissionais que integrem a FICCO já possuam experiência em atividades de inteligência e/ou de enfrentamento ao crime organizado. Caso os profissionais, estaduais ou federais, sejam originalmente lotados em município diferente daquele no qual está localizada a base da FICCO, o profissional receberá as diárias correspondentes, em valor equivalente à diária federal, cujo recurso é destinado pelo MJSP e gerenciado pela PF. O custeio de diárias também é realizado por ocasião da mobilização de efetivo maior, estadual ou federal, quando da deflagração de operações.

**Figura**  
1 | Mapa de atores da FICCO



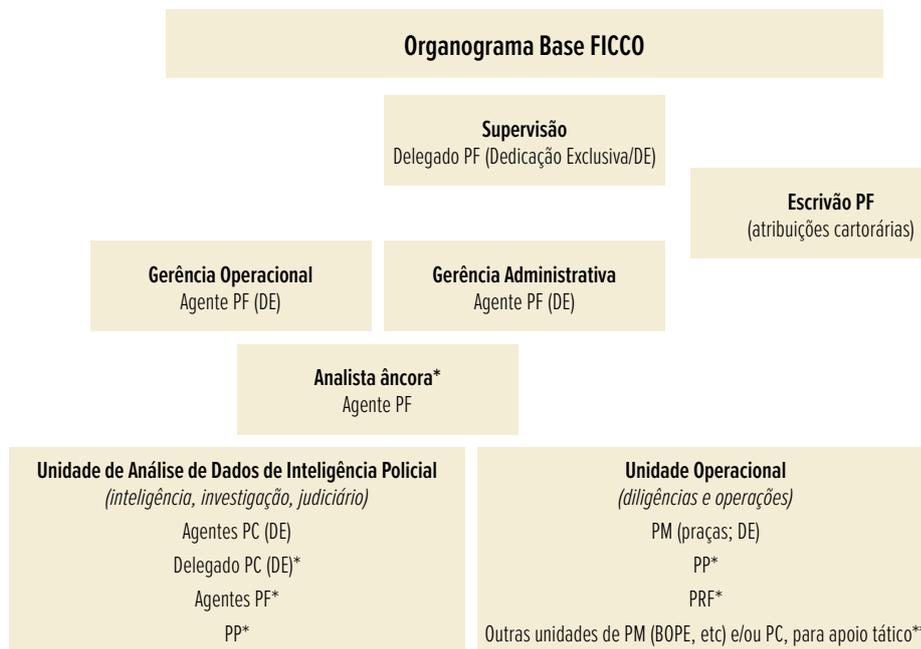
**Fonte:** Elaboração própria.

\* Hoje a PRF não está presente em nenhum ACT vigente, mas ela já esteve, e é possível que volte a estar.

## COMO SE ORGANIZA UMA BASE FICCO: O ARRANJO OPERACIONAL DE UMA POLÍTICA INTEGRADA/INTERAGÊNCIA

A Polícia Federal, em dezembro de 2024, publicou a Portaria DICOR/PF nº 75, que dispõe sobre a instituição, funcionamento, atribuições e responsabilidades das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO) no âmbito da Polícia Federal. Este documento procurou oferecer uniformidade à atuação da FICCO em âmbito nacional.

**Figura 2** | Organograma da Base da FICCO



**Fonte:** Elaboração própria.

\* Pode haver.

\*\* Em operações.

Em regra, a coordenação da base FICCO fica à cargo de um Delegado de Polícia Federal que assume a função de Supervisor, responsável maior pela base e pela condução de suas atividades, tanto operacionais quanto administrativas. A equipe de gestão/coordenação da base é composta pela Gerência Operacional, responsável principal pela conexão com os núcleos de análise e operacional, e pela Gerência Administrativa, responsável pela administração, incluindo o diálogo burocrático com a própria PF, e com as corporações estaduais, além dos procedimentos necessários para o pagamento de diárias. Ambas as gerências são ocupadas por Agentes de Polícia Federal. Além desta composição fundamental, uma base FICCO pode ter um Escrivão da PF atuando no apoio das posições de gestão e um Agente de PF atuando como analista âncora, que atua na interlocução entre Supervisão, Gerências e Núcleos, sobretudo em casos de rotatividade de pessoal das instituições estaduais que compõem os núcleos. Avançando para as áreas operacionais, há dois núcleos. O Núcleo de Análise é responsável pelas atividades de inteligência, investigação e de polícia judiciária, sendo frequentemente composto por Policiais Civis em dedicação exclusiva. Este Núcleo é composto ainda por um Delegado de Polícia Civil, que pode estar em dedicação exclusiva ou não. Outras instituições, como a Polícia Penal, podem ter representantes neste núcleo, em dedicação exclusiva ou não, a depender do arranjo local. Por fim, há o Núcleo Operacional, responsável pelas diligências e pela deflagração de operações. Este Núcleo é composto por policiais militares, geralmente em postos de praça, em dedicação exclusiva. Outras corporações, como a Polícia Penal e a Polícia Rodoviária Federal, podem ter representantes neste núcleo, em dedicação exclusiva ou não, a depender do arranjo local.

A operacionalização do trabalho na base FICCO é iniciado com a realização de reuniões de alinhamento entre os representantes das instituições para definir prioridades e estratégias de atuação. A síntese das definições alcançadas pela equipe, como organizações a serem mapeadas e principais objetivos e alvos a serem trabalhados, são



consolidados em Plano Anual de Atividades, que é submetido à governança da política pública no âmbito da Polícia Federal, em sua sede em Brasília.

A estrutura de subordinação técnica, operacional, administrativa, normativa e doutrinária das FICCO no âmbito da PF pode ser caracterizada conforme detalhado abaixo:

#### **Subordinação técnica e operacional:**

→ Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (DICOR);

- Coordenação-Geral de Repressão a Drogas, Armas, Crimes contra o Patrimônio e Facções Criminosas (CGPRE);
  - Coordenação de Repressão a Crimes Violentos, Tráfico de Armas, Crimes Contra o Patrimônio e Facções Criminosas (CRCV);
    - Supervisão FICCO (ao menos 27).

#### **Subordinação administrativa:**

→ Superintendência Regional (SR/PF);

- Delegados Regionais de Polícia Judiciária (DRPJ);
  - Supervisão FICCO (uma base por UF, podendo haver bases ou núcleos avançados).

#### **Subordinação normativa e doutrinária nas atividades de inteligência:**

→ Diretoria de Inteligência Policial (DIP);

- Unidades de Análise de Dados de Inteligência Policial (UADIP/FICCO).

O tamanho da equipe de dedicação exclusiva de uma base FICCO pode variar, a depender do arranjo político-institucional e ao longo do tempo, indo de seis a 20 integrantes das diferentes forças, sendo ao menos quatro da PF (1 delegado, 2 agentes e 1 escrivão).

Dentro da lógica mais geral de atuação das FICCOs, há um processo de “auto demanda”, visto que a FICCO não responde à expediente ou ao público geral e não possui acervo/passivo de casos, que demandariam procedimentos contínuos na interface com o Ministério Público e o Judiciário. Neste processo, a escolha de quais atores/alvos, investigações e operações devem ser realizadas é feito pela equipe local, em diálogo com a coordenação central das FICCO na PF, em Brasília.

As investigações, a depender do tipo de crime constatado, podem ser consolidadas em inquérito relatado em esfera federal ou estadual, presidido por delegado federal ou estadual, conforme competência legal.

Mensalmente, cada FICCO produz e submete à sede da PF, em Brasília, relatório de inteligência acerca da identificação das facções criminosas e da dinâmica do crime organizado no local, seus principais integrantes, assim como relatório e prestação de contas sobre as atividades operacionais, como atualização sobre as investigações em andamento e operações em preparação e/ou deflagradas, além dos dados de produtividade da base FICCO.



## FICCO NA PRÁTICA: ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Como o FBSP tem apontado nos produtos de seu programa de atuação sobre segurança pública na Amazônia, como as quatro edições do *Cartografias da violência na Amazônia*<sup>8</sup> e o *Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia*<sup>9</sup>, a região é caracterizada por aspectos geográficos, sociais, políticos e econômicos específicos, que colocam desafios importantes para as políticas de segurança pública. Desta forma, para além de caracterizar a metodologia de atuação das FICCO em âmbito nacional, buscamos conhecer melhor duas experiências amazônicas de implementação da FICCO: no estado do Amazonas e no estado do Acre. A seleção destes estados se deu pela relevância de ambos como estados fronteiriços na cadeia transnacional do narcotráfico e pelas condições de acesso a interlocutores com atuação na política pública ora em tela.

### **Amazonas: oportunidades de articulação nacional e internacional e desafios logísticos**

Ao menos desde 2017, quando ocorreu o que ficou conhecido como “massacre do Compaj” - rebelião ocorrida no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, que resultou na morte de 56 presos -, o estado do Amazonas tem tido destaque na dinâmica das facções criminosas no país. Aquele ano, em que o Brasil atingiu o ápice de sua taxa de homicídios, marcou também o agravamento do conflito entre as duas maiores organizações criminosas nacionais: o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Ambas têm origem no sistema prisional de estados do Sudeste - Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente -, mas expandiram sua presença e influência para mais de 20 estados, além de estabelecerem conexões com redes criminosas internacionais.

No caso amazonense, o massacre do Compaj representou o início de um processo de transformação no controle do sistema prisional e dos territórios do estado, com a redução da presença do PCC e a transição da influência da Família do Norte (FDN) - facção de origem local - para o Comando Vermelho, que gradualmente assumiu o protagonismo nas dinâmicas criminais da região. O cenário em 2025 evidencia a consolidação desse processo, que culminou com o domínio territorial do CV no sistema prisional e na quase totalidade dos territórios relevantes do estado, com destaque para as áreas fronteiriças com a Colômbia, e para a chamada “rota do Solimões”. Esta rota é importante porque representa uma das principais portas de entrada de cocaína no Brasil, abastecendo tanto o mercado consumidor interno quanto seu fluxo em direção a outros mercados internacionais, como Europa, Ásia e África.

É interessante notar, no entanto, que quando a FICCO foi implementada no Amazonas, em 2023, ainda sem efetivamente a existência de uma sede física, o foco de sua atuação se deu sobre os crimes ambientais, com as atividades relacionadas à destruição de dragas do garimpo ilegal de ouro e a atuação sobre redes criminais associadas ao desmatamento ilegal. Contudo, em setembro de 2024, houve uma modificação de seus objetivos estratégicos em direção a uma atuação mais próxima da verificada em nível nacional, de forma que os crimes que possuem a participação de facções criminosas no estado passaram a ser foco da FICCO.

8 Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/communities/ae73bbbc-55dd-45e0-8c3e-d351cfb96cb1>.

9 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-governanca-capacidades.pdf>.



As forças que a compõem a FICCO/AM são: Polícia Federal, com sete profissionais, além de um Supervisor da FICCO no Amazonas; Polícia Civil, com a presença de um profissional; e Polícia Militar, com a presença de dois profissionais. São, portanto, de 11 pessoas que trabalham com dedicação exclusiva na única base FICCO do Amazonas. Além desse efetivo fixo, lotado na capital, Manaus, há a participação de outros profissionais distribuídos pelo interior, que podem ser acionados conforme a demanda para integrar operações específicas. Nesses casos, os servidores recebem diárias correspondentes ao período de deslocamento e atuação. Formalmente, no entanto, as organizações que compõem o ACT são: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Estado e Segurança Pública, Polícia Civil do Amazonas, Polícia Militar do Amazonas, Secretaria Executiva-Adjunta de Inteligência, Secretaria de Administração Penitenciária e Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social. Em relação a outras articulações, eventuais trocas são realizadas com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e polícias internacionais, como a colombiana e a peruana.

Em termos de estrutura, a FICCO/AM está instalada em um imóvel cedido pela Polícia Federal, e os recursos materiais são fornecidos de forma compartilhada por todas as forças, contando com viaturas da Polícia Civil, da Polícia Militar e da própria Polícia Federal. Segundo nossos interlocutores, a opção por manter uma sede física com número reduzido de profissionais se deve à capilaridade operacional da FICCO em todo o território estadual. Na avaliação deles, é mais estratégico acionar profissionais que já atuam no interior para participar de operações específicas do que mantê-los alocados na base da capital, considerando os custos e a logística envolvidos.

A partir desta configuração, durante o período de um ano de atuação exclusivamente focada na atuação de facções criminosas no estado, a FICCO/AM tem se concentrado na detecção de grandes lideranças de organizações criminosas e na identificação de grandes corredores do narcotráfico transnacional.

A partir desta configuração, durante o período de um ano de atuação exclusivamente focada na atuação de facções criminosas no estado, a FICCO/AM tem se concentrado na detecção de grandes lideranças de organizações criminosas e na identificação de grandes corredores do narcotráfico transnacional. Neste sentido, a experiência da FICCO/AM tem demonstrado a importância da rota dos Solimões<sup>10</sup>, na qual há a predominância do Comando Vermelho. A FICCO/AM tem apreendido drogas, sobretudo cocaína, em volumes cada vez maiores, assim como tem aumentado o nível de confronto por parte dos narcotraficantes que atuam no transporte dos carregamentos de drogas, que tem mais frequentemente portado armas de maior potencial ofensivo<sup>11</sup>.

As operações para apreensão de drogas realizadas pela FICCO/AM são vistas como estratégia para, a partir do estudo do carregamento, de sua origem e de seus potenciais destinatários<sup>12</sup>, compreender melhor as redes de relações, de fluxos financeiros e de produtos (como armas e drogas) que constituem a dinâmica das organizações atuantes no Amazonas, incluindo suas conexões interestaduais e internacionais.

10 Uma análise de como a Rota dos Solimões é espaço relevante na atuação do crime organizada pode ser conferida em: <https://veja.abril.com.br/brasil/como-o-traffic-transformou-a-amazonia-na-principal-rota-de-exportacao-de-cocaina/>. Acesso em: 08 out. 2025.

11 Há relatos da apreensão de armamento de guerra, como uma metralhadora M60, calibre 7,62, brasonada da Marinha dos EUA, durante operação da FICCO. Ademais, há registros de apreensões de armamento mais potente na região: [https://pm.am.gov.br/portal/noticia/pmam\\_registra\\_maior\\_apree-19272](https://pm.am.gov.br/portal/noticia/pmam_registra_maior_apree-19272).

12 Um mesmo carregamento de cocaína pode ter mais de um destinatário, o que muitas vezes é denotado pela marcação das embalagens com fitas de cores e numerações ou siglas diferentes, o que é um método de controle das relações criminais, entre fornecedores, transportadores e destinatários.



A FICCO/AM analisa o crime organizado a partir de duas dimensões:

- i** controle territorial exercido pelas organizações criminosas, sendo esse controle de forma ostensiva ou não (podendo, por exemplo, ser um controle simbólico ou um controle que afeta aspectos bastante substantivos, como a extorsão, entre outros) e
- ii** atacado da droga, sendo esse muitas vezes o crime antecedente à lavagem de dinheiro, e, por isso, a inteligência da Polícia Federal se estabelece como tão importante, em especial pelas organizações criminosas expandirem os limites geográficos e territoriais.

A seleção de casos e atores/alvos para investigação e operações a serem realizadas se dá de forma coletiva pela equipe da FICCO/AM, a partir da articulação das visões e das funções das diferentes forças que a compõem, através, em especial, da atividade de campo. Neste contexto, a atividade de inteligência é de extrema importância, à medida que a identificação de um ator chave de facção em um território como Tabatinga, cidade fronteiriça do estado, pode colaborar com a identificação de outros atores que estabelecem conexões com a capital, inclusive com atuação nacional. A integração entre os representantes das forças estaduais com forças federais no âmbito da base FICCO, respeitadas as atribuições e responsabilidades legais de cada qual, possibilita a troca de informações com as corporações civis, militares e federais em outros estados de forma muito mais ágil e facilitada. O que também ocorre do ponto de vista internacional, com o diálogo com profissionais que atuam em instituições de segurança na Colômbia e no Peru. Se antes essas trocas eram muito mais institucionalizadas, com a necessidade de passar pelas cadeias de comando da própria PF, a FICCO/AM ensinou que as trocas pudessem ocorrer de forma simultânea, colaborando na investigação dos delitos referentes às facções criminosas em perspectiva transnacional.

O mapeamento do CV realizado pela FICCO/AM indica que, apesar da estruturação da sua atuação por meio de “franquias” territoriais, em bairros, a organização possui um “conselho permanente” no estado, uma espécie de corpo deliberativo e diretivo para questões comerciais e disciplinares, composto por 13 integrantes. É interessante notar que todos esses “conselheiros permanentes” são amazonenses, embora não residam no estado do Amazonas. Os relatos indicam que todos eles se encontram no Rio de Janeiro, operando à distância as dinâmicas criminais amazonenses, o que evidencia a complexidade das relações criminais do Brasil contemporâneo. O controle territorial exercido pelo CV conta com planejamento bastante detalhado das operações e fluxos financeiros, sendo uma ameaça crescente às comunidades e até mesmo tendo influência político-eleitoral. Atualmente, dos 62 municípios amazonenses, 60 são controlados pelo CV e apenas dois pelo PCC.

A integração entre os representantes das forças estaduais com forças federais no âmbito da base FICCO, respeitadas as atribuições e responsabilidades legais de cada qual, **possibilita a troca de informações com as corporações civis, militares e federais em outros estados de forma muito mais ágil e facilitada.**



## OPERAÇÃO XEQUE-MATE, DA FICCO/AM

Uma das principais operações realizadas pela FICCO do Amazonas é a Operação Xeque-Mate. A operação foi iniciada em setembro de 2024, com o começo dos trabalhos para a identificação das lideranças, a partir das Operações Torre 1, Torre 2, Torre 3 e Torre 4. Por meio de informações de inteligência, incluindo trocas com autoridades colombianas, foi identificado que a principal liderança do CV no Amazonas, conhecido como Alan Índio e reconhecido como “presidente” do CV estadual, estava comandando dinâmicas criminais a partir da Colômbia, onde residia utilizando falso registro de identidade. A investigação conduzida pela FICCO/AM, a partir de uma apreensão de duas toneladas de cocaína, ensejou o mapeamento dos fluxos financeiros associados e dos atores envolvidos. A partir disso, foram identificadas pessoas de confiança do alvo da operação que, entre outras atividades, utilizavam criptomoedas<sup>13</sup> para realizar a lavagem do dinheiro proveniente do narcotráfico. Em um ano de investigação, foi possível mapear o fluxo do dinheiro - nesse caso, digital - e os trajetos, passando pela Colômbia, Guarujá/SP, e pelo Rio de Janeiro.

Embora a operação não tenha logrado prender Alan Índio, foram presas três outras pessoas de sua confiança, incluindo Cristina Nascimento, esposa de Alan. A Operação Xeque-Mate realizou a apreensão e sequestro de 122 milhões de reais em bens, tanto em Manaus/AM quanto no Guarujá/SP, relacionado com fintechs, empresas de fachada e criptomoedas, com atuação central do chefe do Comando Vermelho<sup>14</sup>.



Operação Xeque-Mate, realizada pela FICCO/AM. **Foto:** Comunicação Social da Polícia Federal no Amazonas.

13 O Tether (USDT), maior e mais conhecida stablecoin do mundo, era o criptoativo utilizado nessas operações.

14 Mais informações da Operação podem ser encontradas em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/ficco-am-desarticula-nucleo-de-comando-do-crime-organizado-no-amazonas>, <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/10/06/chefe-de-facao-criminosa-alvo-de-operacao-da-pf-fez-cirurgias-plasticas-para-despistar-policiais-veja-antes-e-depois.ghtml> e em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/10/06/traficantes-colombianos-enviavam-drogas-para-facao-no-am-e-recebiam-pagamento-em-criptoativos-diz-pf.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2025.

## DESAFIOS IDENTIFICADOS PELA FICCO/AM

Um dos principais desafios para atuação da FICCO no Amazonas são os recursos operacionais e os altos custos logísticos envolvidos para o deslocamento de equipes no amplo território estadual, o que encarece a atuação local em comparação com outras bases estaduais FICCO. A FICCO/AM estima que o deslocamento para uma operação nos territórios mais distantes Manaus, como em Tabatinga, pode chegar a valores que vão de R\$ 30.000,00 e R\$ 40.000,00 apenas em combustível, a depender das características das aeronaves disponibilizadas. Este fato justifica que exista no planejamento estratégico da FICCO/AM a composição de um núcleo avançado em Tabatinga.

### **Acre: da identificação de lideranças ao enfrentamento de crimes financeiros**

Embora pequeno, o Acre é um estado com uma localização geográfica estratégica para as dinâmicas criminais, sobretudo aquelas associadas ao narcotráfico transnacional, tendo em vista sua área fronteira com a Bolívia e o Peru, países com importante produção de cocaína. De modo que os grupos criminosos ativos na região buscam o controle tanto das rotas de tráfico quanto dos pontos de venda de varejo de drogas. Dos 22 municípios acreanos, 17 possuem ao menos parte de seu território na faixa de fronteira. A extensão de floresta, sua rede fluvial e a malha rodoviária caracterizam alguns dos desafios geográficos para a segurança pública no estado.

O cenário criminal do Acre é atualmente caracterizado pela alta relevância da presença do Comando Vermelho, mas também há identificação da atuação do Primeiro Comando da Capital e do Bonde dos 13 (B13), em menor intensidade, enfrentando desafios para conter o crescimento do CV na região. A disputa entre estes diferentes grupos ao longo dos últimos anos acirrou os confrontos com resultados letais no estado e na capital.

Com esse cenário em vista, o principal objetivo da FICCO/AC foi atuar para contenção dos conflitos violentos letais, com destaque para a capital, Rio Branco. Para tanto, a estratégia adotada foi a de atuar na identificação das principais lideranças dos grupos organizados que atuam nos bairros, chamadas de “frentes de bairros” no âmbito das facções criminosas, de forma que implementam a disciplina e o controle do narcotráfico nos bairros que pretendem controlar, considerados vetores importantes para a ocorrência de homicídios. A desestruturação dessa dinâmica se deu através do trabalho da FICCO/AC, com o combate simultâneo ao tráfico de drogas, com o rastreamento e mapeamento dos fluxos, considerando a região fronteira que o Acre ocupa.

Com o cenário da violência letal considerado mais estável, a FICCO/AC se prepara no presente momento para elevar o nível estratégico do trabalho de inteligência e das investigações realizadas, avançando das “frentes de bairro” para ocupantes de posições em patamares mais estratégicos dentro das organizações criminosas, focando mais nos fluxos financeiros.

Segundo o mapeamento da FICCO/AC, o Comando Vermelho controla entre 80 e 90% dos municípios acreanos, incluindo a maior parte da capital, sendo que das 36 principais lideranças mapeadas no estado, 32 já estão presas em regime fechado, e as outras quatro possuem algum tipo de monitoramento, como a tornozeleira eletrônica, sendo objeto de atenção da área de inteligência.



Para tentar alcançar esses objetivos estratégicos, hoje a base da FICCO/AC está instalada em um imóvel que foi apreendido em uma de suas operações no estado, que, com autorização judicial, tornou-se a sede. Os órgãos que fazem parte da FICCO no Acre são: Polícia Federal, com a coordenação; Polícia Militar; Polícia Civil; e o Instituto de Administração Penitenciária, com a Polícia Penal. O Ministério Público também é um parceiro importante, mesmo que não esteja formalmente presente na FICCO. Há uma possibilidade do retorno da Polícia Rodoviária Federal à composição formal da FICCO/AC, contudo, ressaltam que mesmo com a saída do órgão da estrutura formal, as atividades de apoio e contato permaneceram durante todo o tempo. Em termos de recursos humanos, há dois profissionais da Polícia Federal alocados com exclusividade na FICCO/AC, dois da Polícia Civil e dois da Polícia Militar, com dedicação exclusiva. Há profissionais situados no interior do estado que prestam apoio às operações, sendo dois da Polícia Civil e dois da Polícia Militar.

---

## OPERAÇÕES DE DESTAQUE DA FICCO/AC

### Operação da FICCO/AC na Paraíba: exemplo de articulação interestadual

Em junho de 2024, em um importante exemplo de articulação interfederativa, uma operação da FICCO/AC, em conjunto com a FICCO/RN e outras corporações, possibilitou a prisão de uma das lideranças do Comando Vermelho do Acre, que estava foragido da Justiça acreana, sendo localizado na Paraíba, onde ostentava uma vida luxuosa, residindo em imóvel de alto padrão e possuindo automóvel luxuoso<sup>15</sup>. Outras prisões de criminosos acreanos ocorreram na Paraíba, demonstrando conexões significativas nas dinâmicas criminais do narcotráfico de forma interestadual, indicando ainda que existem fluxos de abastecimento de drogas entre estes estados, operados por lideranças do CV do Acre. Este caso é mais uma importante evidência da complexificação do cenário criminal nacional, que intensifica as conexões entre as redes estaduais, que não respeitam divisas estaduais, regionais ou fronteiras internacionais, e para o qual o Estado precisa de estratégias eficientes e eficazes para responder à altura, como demonstrou essa operação articulada.

### Operação Sufrágio

Outra atuação importante da FICCO/AC foi o combate a crimes eleitorais vinculados ao crime organizado, em especial na cidade de Feijó, interior do estado, através da Operação Sufrágio. Havia, à época da eleição para a prefeitura em 2024, “salves” dados por lideranças do CV buscando impedir o voto em um dos candidatos do pleito. A operação foi realizada em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Acre (Gaeco) do Ministério Público do Acre<sup>16</sup>. Nesta operação, que mobilizou 50 agentes públicos estaduais e federais, foram cumpridos 16 mandados de prisão.

<sup>15</sup> Mais informações podem ser encontradas em: <https://ac24horas.com/2024/06/06/pf-prende-conselheiro-do-cv-no-acre-em-mansao-na-paraiba/> e <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/06/06/suspeito-de-chefiar-facciao-criminosa-no-acre-e-presos-em-casa-de-luxo-na-paraiba.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2025.

<sup>16</sup> Mais informações podem ser encontradas em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/ficco-ac-deflagra-operacao-para-combater-crimes-eleitorais-em-feijo-ac>. Acesso em: 18 out. 2025.





Operação Sufrágio, realizada pela FICCO/AC em Feijó (AC). Foto: Asscom/PFAC.

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS FICCOs NA REGIÃO DA AMAZÔNIA E NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da metodologia das FICCOs no Brasil e da experiência de sua implementação em dois estados amazônicos demonstra que estamos diante de uma importante iniciativa que busca fazer frente ao crescente poderio das organizações criminosas, como facções e milícias, nas diversas regiões do país. A principal estratégia de atuação consiste na articulação das Polícias Federal, Civis, Militares e, muitas vezes, Penais, com financiamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a constituição de equipes de investigação, inteligência e realização de operações exclusivamente focadas em ações das facções criminosas, com destaque para os crimes cometidos com violência e para as dinâmicas da lavagem de dinheiro proveniente do narcotráfico.

A articulação de representantes destas diferentes corporações em bases territoriais tem potencializado o trabalho que seria realizado por cada uma delas de forma apartada, além de adicionar uma importante camada de atenção aos fluxos financeiros ilícitos.

**A articulação de representantes destas diferentes corporações em bases territoriais tem potencializado o trabalho que seria realizado por cada uma delas de forma apartada, além de adicionar uma importante camada de atenção aos fluxos financeiros ilícitos.**



operações criminais mesmo não residindo no estado, se deve ao status de unidade especializada, e com acesso mais facilitado aos fluxos de informação e inteligência, justamente por congregarem representantes destas diferentes instituições, com diferentes especialidades e acessos a recursos, redes e bases de dados distintas. Este modelo é mais adequado ao enfrentamento das organizações criminosas mais complexas atualmente com atuação no país, que por sua vez se organizam de forma interestadual e internacional, com repercussões não apenas no narcotráfico, mas também em outras modalidades criminais, com relação a mercados formais, instituições públicas e na esfera política.

As evidências apresentadas, por meio das operações interestaduais destacadas e pelos dados de mapeamento do cenário criminal citados, indicam que a manutenção e incremento da política, com atuação cumulativa em território nacional, pode contribuir com transformações no cenário criminal do país.

Os principais desafios podem ser caracterizados como de ordem institucional, pois esta política depende em grande medida de alinhamentos entre o governo federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Polícia Federal, e os governos estaduais, que gerenciam as Polícias Cíveis, Militares e Penais, alinhamentos estes consolidados em Acordos de Cooperação Técnica, e sustentados financeiramente por recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, gerenciados pelo MJSP. Estes desafios influenciam diretamente a disponibilidade de pessoal para atuação nas bases – se profissionais mais ou menos qualificados e se mais ou menos disponíveis de forma exclusiva.

Outro desafio diz respeito à maior visibilidade da Polícia Federal frente aos outros órgãos no contexto da divulgação dos resultados das operações, o que frequentemente gera ruídos entre as corporações. Uma das estratégias para mitigar estes problemas tem sido a padronização da comunicação, por meio de *releases* de imprensa, que são distribuídos de forma igualitária pelas corporações, assim como pela padronização da comunicação visual das operações, com destaque para todas as forças em conjunto ou pelo destaque à logomarca da FICCO.

A FICCO se estabelece como uma política pública com potencial de articulação entre os órgãos e **melhoria nos processos investigativos e de inteligência** e no alcance de seus objetivos estratégicos contra as organizações criminosas, reduzindo indicadores de violência.

Especificamente no contexto amazônico, os desafios logísticos se apresentam de forma bastante significativa, sobretudo em estados com maiores extensões territoriais, com mais áreas de florestas e rede hidroviária mais significativa, o que frequentemente implica na utilização de aeronaves para deslocamento operacional, o que dificulta e encarece as operações. Como alternativas para o enfrentamento destes desafios, são pensadas estratégias de estabelecimento de bases ou núcleos avançados em cidades estratégicas, ou mesmo a dedicação, exclusiva ou não, de profissionais situados em municípios diferentes daquele de localização da base FICCO estadual.

Vale ainda destacar que, embora uma política relativamente recente em termos nacionais, a FICCO se estabelece como uma política pública com potencial de articulação entre os órgãos e melhoria nos processos investigativos e de inteligência e no alcance de seus objetivos estratégicos contra as organizações criminosas, reduzindo indicadores de violência. Contudo, é necessário avançar na compreensão



dos indicadores de resultado que têm sido atingidos em âmbito nacional, dos indicadores de investimento financeiro, assim como na avaliação dos impactos que a política tem de fato causado às organizações criminosas.

Por fim, é importante constatar que não é trivial a existência de uma iniciativa que aposta na integração, que valoriza a troca de informações, a inteligência e a investigação qualificadas e estrategicamente direcionadas, com destaque para fluxos financeiros ilegais provenientes de organizações criminosas, num contexto político-institucional nacional marcado por discursos e práticas que apostam tão-somente no enfrentamento bélico do crime organizado, no endurecimento de penas de privação de liberdade que desconsideram as reformas necessárias no sistema prisional, que, juntos, acabaram por apenas fortalecer as organizações criminosas nos últimos 30 anos.



## Iniciativa **07**

# Autoproteção indígena na Amazônia: aproximações sobre iniciativas emergentes

### **Susana Durão**

*Professora no Departamento de Antropologia da Universidade de Campinas e associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*

### **Rodrigo Chagas**

*Professor no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima e Pesquisador Sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*

### **Marina Bohnenberger**

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*

## INTRODUÇÃO

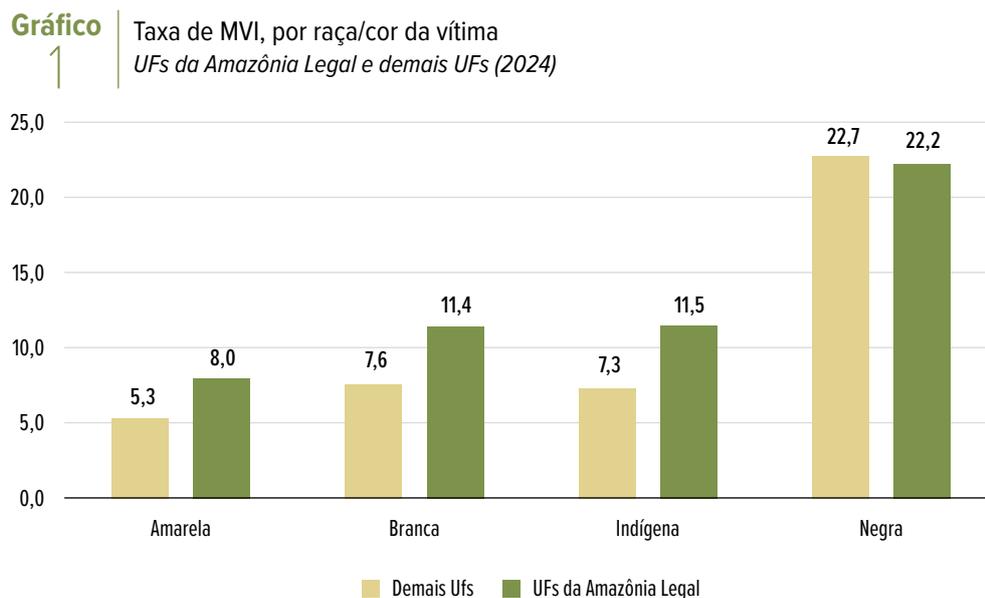
A Constituição Federal de 1988 fez entrar na história democrática do Brasil os direitos indígenas, que vinham sendo reclamados pelos movimentos desde o início da década. Embora consideradas bens da União, várias terras tradicionalmente ocupadas foram reconhecidas como posse permanente e usufruto exclusivo dos povos originários. Foram também consagrados os direitos identitários e culturais e foi assegurada a participação judicial do Ministério Público e das comunidades indígenas na sua defesa. Estes povos e pessoas eram até então entendidos sob uma ótica assimilacionista, isto é, de integração progressiva ao conjunto da sociedade brasileira, padecendo de uma marginalização histórica e negação sistemática de direitos (Araújo Júnior, 2018: 176). Ou seja, a partir da transição democrática foi amplamente reconhecido que indígenas são cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras, mas não deixam de ser indígenas.

O princípio da especificidade dos povos originários foi reforçado quando o Brasil se tornou signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), ratificada por meio do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, que lhe conferiu força de lei no país. A Convenção ampliou o direito à autodeterminação e organização sócio-política indígenas. O Estado de Direito assumiu, assim, compromissos ao criar e ampliar, ao longo das duas últimas décadas, políticas públicas indigenistas nos domínios da educação básica e da saúde primária. Mas algo ficou de fora deste mapa: a segurança pública indígena.



Essa ausência se reflete de forma contundente nos indicadores de violência letal. Dados da mais recente edição do Cartografias da Violência na Amazônia, elaborados a partir de registros das Secretarias de Segurança Pública, mostram que, em 2024, a taxa de mortes violentas intencionais (MVI) entre pessoas indígenas na Amazônia Legal foi de 11,5 por 100 mil habitantes - valor 57,7% superior ao registrado no restante do país (7,3). Essa é a maior disparidade observada entre os grupos de raça/cor analisados. A diferença revela que, mesmo com avanços nas políticas de educação e saúde, os povos indígenas permanecem mais expostos à violência letal.

A comparação entre grupos de raça/cor reforça esse quadro, sintetizado no gráfico abaixo:



**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O campo da segurança pública para populações indígenas representa ainda hoje uma falta histórica do Estado brasileiro. Embora benevolente no reconhecimento amplo dos direitos indígenas, o Estado democrático tardou em assegurar a proteção humana, territorial, ambiental e comunitária dos múltiplos grupos étnicos espalhados por todo o país e com grande concentração nos estados da Amazônia Legal (com nove estados). Mais da metade dos 1.693.535 indígenas registrados no Censo nacional de 2022 (IBGE), correspondentes a 0,83% da população total do país, vivem na Amazônia, em terras que são, em geral, extensas e demarcadas, mas muito pouco conhecidas e mal protegidas pelo Estado. Como aponta Manuela Carneiro da Cunha, no século XIX, a chamada questão indígena deixou de ser um problema de mão de obra e passou a ser um problema de terra (Cunha, 1987, 2012; cf. Souza Lima; Barreto Filho, 2005). Assim, estas populações encontram-se sob a ameaça constante da exploração de recursos hídricos, minerais e do agronegócio, cujos representantes políticos atuam de forma articulada no Congresso Nacional.

A falta histórica está presente nos diversos níveis de organização dos poderes públicos. São insuficientes a este respeito tanto a legislação e a normatização, como as determinações do poder executivo para criar políticas de segurança pública que incluam os territórios indígenas<sup>1</sup>. O tema esteve ausente dos planos de segurança pública

<sup>1</sup> No âmbito legislativo, o peso da bancada ruralista no Congresso tem acelerado a tramitação de projetos que não apenas negam direitos, mas, em alguns casos, criminalizam as populações indígenas de maneira que beira políticas genocidas (Baines, 2015).



(nos níveis federal e estadual) e é assinalável a falta de coordenação, diretrizes, protocolos, acordos de cooperação técnica, formação e capacitação para agentes de segurança. Tem sido assinalada a falta de transparência sobre resultados de operações policiais e construção de evidências, e há uma ínfima representatividade de indígenas nas forças policiais em regiões onde estas populações estão muito presentes (cf. Castro e Costa, 2023).

No plano judiciário, o multinormativismo ou pluralismo jurídico é episódico ou ausente e a estigmatização, quando não a criminalização de pessoas e coletivos indígenas, continua a estar presente tanto nos setores do Estado como na sociedade brasileira (Cunha e Barbosa, 2018). No Brasil, a compreensão da “questão indígena” como federal parece congelar ou adiar corresponsabilidades aos vários níveis das políticas públicas para a segurança indígena. Órgãos federais justificam suas ações com base na garantia de “direitos coletivos”, separando estes de

No Brasil, a compreensão da “questão indígena” como federal parece congelar ou adiar corresponsabilidades aos vários níveis das políticas públicas para a segurança indígena.

direitos “individuais”. Esta é uma posição frequentemente adotada pelas instâncias da justiça e pelo Ministério Público, mas que, como sabemos pela tradição de estudos antropológicos, não faz sentido nas cosmovisões indígenas.

Ao mesmo tempo, têm sido recolhidos nas comunidades indígenas inúmeros relatos da sensação de labirinto, negligência ou desinteresse estatal quando estes grupos e pessoas apresentam denúncias das persistentes violências que vivenciam (cf. Bertuol, 2024). Frequentemente, lideranças são convidadas a produzir evidências (perigosas) de crimes para justificar a atuação dos órgãos de segurança pública em terras indígenas onde se verificam atividades criminosas

(seja Polícia Federal, Polícia Civil ou Polícia Militar). É evidente o contraste entre a complexidade criminal na Amazônia, que tem sido cada vez mais retratada em relatórios recentes, e a disposição atuante dos poderes públicos nos diferentes níveis para que seja necessária uma efetiva política de segurança indígena (Durão et al., 2024, 2025; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022a, 2022b, 2023, 2024a, 2024b, 2025; Funari, 2024; Lima, 2022, 2023; Santos et al, 2024; Unicef Brasil e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

A situação de vulnerabilidade estrutural destes povos vem se agravando na última década. Desde 2015, há uma ascensão clara de grupos criminais faccionados ampliando suas atividades na região amazônica. Além disso, entre 2018 e 2022, o governo federal reduziu o apoio à atuação dos órgãos estatais, fazendo aumentar a vulnerabilidade histórica dos povos indígenas ante as frentes de expansão econômica. Por exemplo, na 51ª Assembleia dos Indígenas de Roraima, foi lançada carta de reivindicações ao Estado brasileiro com o tema Defender o Território é Garantir a Vida dos Povos Indígenas<sup>2</sup>. Foi declarado que era necessário que os povos indígenas fizessem o papel que deveria ser do Estado. Os assassinatos de dois ativistas pelos Direitos Humanos no Javari são não apenas exemplo da ampliação dos conflitos em territórios indígenas no período, como um alerta entre grupos auto-organizados indígenas para se prepararem para a defesa.

2 Fonte: <https://cimi.org.br/2022/03/cir-realiza-assembleia-e-lanca-carta-ao-estado-brasileiro/>. Acesso em: 10/10/2025.



Do ponto de vista climático, a tensão é crescente. A mudança climática está a secar os rios, a transformar a atividade agrícola e a acelerar a escassez de alimentos<sup>3</sup>. Aliada a ela, se avoluma o complexo criminal ambiental e extrativista, como desmatamento, garimpo, grilagem, invasões, implantação de loteamentos em territórios tradicionais, além das poderosas atividades do narcotráfico que atingem no coração as aldeias indígenas (CIMI, 2018, 2024; CDESC, 2023; Crisis Group América Latina, 2024). Às economias marcadas por um elevado nível de informalidade e aportes do Estado, o que é característico de toda a região amazônica (Moreira Salles, 2022), se somam novas versões de exploração. Diante desse cenário, as próprias comunidades, de modo mais ou menos organizado, vêm criando e restaurando grupos voluntários para autoproteção territorial, ambiental e comunitária, os quais denominamos genericamente por grupos de autoproteção indígena.

## SEGURANÇA PÚBLICA DE E POR INDÍGENAS

As práticas de etnomonitoramento e autoproteção desenvolvidas por povos indígenas no Brasil têm raízes antigas, vinculadas à defesa do território, à observação ambiental e à manutenção da integridade sociocultural das comunidades. No entanto, diante do avanço das invasões e da fragilização dos órgãos de fiscalização e proteção ao longo da última década, essas iniciativas foram reconfiguradas e ampliadas, incorporando novas tecnologias, alianças institucionais e metodologias de vigilância. São, entretanto, fenômenos ainda muito pouco documentados e relativamente invisíveis para o próprio Estado brasileiro. É nesse sentido que podemos entender a emergência destas autoproteções como associadas à contínua e crescente insegurança humana nas mais diversas regiões indígenas<sup>4</sup>.

Não há registros oficiais da quantidade ou sequer definição de grupos de autoproteção voluntários indígenas. Como tal, é difícil calcular a real dimensão do fenômeno. A própria FUNAI não tem informação relativa a este tema. Se pensarmos que no Brasil existem 278 povos distintos, falantes de mais de 150 línguas diferentes, é muito provável que a maioria dos povos possua uma grande multiplicidade de grupos de defesa indígenas organizados localmente<sup>5</sup>. A distribuição indígena em aldeias e a situação de violência a que estão expostos é variável de acordo com características das regiões. Por exemplo, alguns povos do Alto Xingu podem ter apenas uma aldeia principal, que concentra toda a comunidade. Por seu turno, povos numerosos e com grandes territórios podem ter dezenas ou até centenas de aldeias. Os Guarani (Mbya, Kaiowá e Nhandeva), o povo mais populoso do Brasil, têm muitas aldeias espalhadas em vários estados do Brasil e países vizinhos. Os Yanomami vivem em uma vasta área entre o Brasil e a Venezuela, mantendo um grande número de aldeias.

3 Fonte: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/04/25/amazonas-tem-mais-da-metade-da-populacao-vivendo-em-inseguranca-alimentar-apon-ta-ibge.ghtml>. Acesso em: 10/10/2025.

4 Quando, no pós-guerra, foi definido o conceito de *segurança humana*, ficou expresso que a vida humana deveria passar para a linha de frente nas preocupações de defesa dos estados. O conceito de segurança humana surgiu após a Guerra Fria e foi promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Defendia-se que a preocupação dos Estados deve estar voltada para os indivíduos, sua proteção e desenvolvimento humano, mas levando em conta que os indivíduos podem ser também ativos e dinâmicos atores de segurança, não apenas vítimas ou testemunhas de violências e insegurança (Rothschild, 1995; Burke, 2002; Hylland-Eriksen, 2010).

5 A base de recolha de dados para este texto é o Programa de Extensão “MAGÜTA Segurança comunitária, ambiental e alimentar na região do Alto Solimões, Amazonas”, coordenado por Susana Durão e apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão, Esportes e Cultura da UNICAMP. Foram realizadas várias ações de extensão nas aldeias Ticuna desde 2023, envolvendo uma equipe de 12 alunos indígenas matriculados em cursos da Unicamp, com participação especial da mestre Cristina Larrain Manzo. O Projeto “Magüta. Justiça, Segurança e Violência no Alto Solimões” constituiu o ramo de pesquisa do Programa, que irá decorrer até 2030, sediado no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Recolhemos uma série de dados em primeira mão, entre os quais informações sobre políticas e práticas de segurança indígena na região. Foram também realizadas fichas de pesquisa sobre vários grupos de autoproteção indígenas, com enfoque nos casos do Amazonas.



Os Ticuna do Amazonas, também extremamente populosos, contam com mais de duas centenas de comunidades distribuídas ao longo dos rios (em especial no Médio e Alto Solimões), inclusive na fronteira com o Peru e a Colômbia (Cortés et al, 2020; Rapozo et al, 2020). Os Ticuna tiveram forte presença missionária, educação bilingue (Almeida, 2005; Abdala, 2014), exploração seringueira e presença de representantes do estado tutelar que por décadas se atravessaram na vida política e econômica de modos variados nas comunidades (Pacheco de Oliveira, 1987, 1988, 2015, 2021). O tamanho destas aldeias é extremamente diverso, indo de 200 pessoas a quase cidades indígenas com mais de 9 mil habitantes, estas enfrentando situações de violência muito graves. Desse modo, é mais complexa a situação de comunidades indígenas em áreas de fronteiras internacionais, especialmente com países que são produtores de cocaína para o mercado transnacional. A tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia é seguramente uma das mais perigosas do país. Por um lado, os Ticuna chegam a contar com comunidades com características urbanas e uma população que não cessa de crescer. Os trânsitos comerciais interfronteiriços entre Ticunas são extremamente intensos, o que desafia o que Ulrich Beck (2005) denominou de “nacionalismo metodológico”. Por outro lado, há indígenas “isolados” e de “recente contato”, como nas terras indígenas Yanomami e do Vale do Javari, que correm o risco de desaparecer do mapa se as invasões externas de todo o tipo continuarem.

Os grupos de autoproteção indígena operam no que podemos chamar de esfera infralegal, na medida em que muitos deles buscam ter um reconhecimento estatal, mesmo que o reconhecimento tarde em se efetuar. Enquanto isso, de modo genérico, estes se organizam em grupos relativamente informais, se constituindo em associações indígenas autogeridas ou atuando na linha da política indigenista com apoios não governamentais (cf. Melatti, 2007: 279).

## Modalidades de autoproteção indígena na Amazônia

A construção de modelos generalizáveis é, contudo, um desafio, dada a diversidade de contextos ecológicos, históricos e políticos de cada povo e região. Apesar dessas diferenças, observa-se uma convergência crescente entre experiências de monitoramento comunitário, fruto da articulação entre associações e lideranças indígenas, instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Essa articulação tem favorecido a formação de redes interétnicas e interinstitucionais de proteção territorial, baseadas no intercâmbio de conhecimentos tradicionais e instrumentos técnicos de gestão. Numa primeira sistematização, provisória, podemos tipificar em três as modalidades de atuação na proteção indígena: i) monitoramento etnoambiental (brigadas de monitoramento e vigilância); ii) proteção territorial e auto-defesa jurídica (autodefesa jurídica); iii) policiamentos comunitários e resolução de crimes comuns (guardas indígenas). Essas três dimensões são frequentemente interligadas nas práticas de segurança indígena e gestão territorial, mas elas têm focos, atores e fundamentos distintos. Vamos diferenciar as modalidades analiticamente, mas deve manter-se em mente que estas estão em interseção e muito frequentemente se confundem entre si<sup>6</sup>.

**i** **“Brigadas de Monitoramento e Vigilância”.** O monitoramento etnoambiental tem foco no território e meio ambiente. O objetivo é observar, registrar e proteger o uso sustentável dos recursos naturais e o território tradicional diante de invasões, degradação ambiental e atividades ilegais (garimpo, pesca, madeira, narcotráfico). Um exemplo são as brigadas de vigilância ambiental que mapeiam áreas invadidas ou desmatadas

6 A partir desta tipologia, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem a meta de produzir, ao longo de 2026, um amplo levantamento sobre quantos são os grupos de autoproteção indígena no Brasil, com ênfase na Amazônia, e quais as estratégias por eles adotadas.



e registram pontos críticos para denúncia e ação coletiva. As atividades muitas vezes contam com vigilância e documentação conduzida por indígenas, por vezes com apoio de ONGs, universidades, ou órgãos como o IBAMA, FUNAI ou COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). Baseiam-se em conhecimento tradicional e tecnologia (GPS, drones, aplicativos de georreferenciamento, relatórios participativos). Nesta vertente são produzidos dados e provas que fortalecem a gestão territorial e ambiental indígena, além de subsidiar ações judiciais e políticas públicas. Trata-se de um trabalho preventivo e de cuidado ambiental, ligado à autonomia territorial e ao manejo tradicional (sem carácter policial).

**ii** “**Autodefesa jurídica**”. A proteção territorial e autodefesa jurídica tem foco nos direitos coletivos e integridade territorial. O objetivo é garantir a defesa da terra, da comunidade e dos direitos reconhecidos constitucionalmente e pela Convenção 169 da OIT. As ações envolvem uma dimensão política e jurídica: demarcação territorial, contestação de invasões, denúncias ao MPF, elaboração de protocolos de consulta e defesa legal. Estas podem incluir estratégias de proteção física, como barreiras comunitárias, postos de vigilância e patrulhas indígenas, especialmente em áreas de conflito. A autodefesa jurídica refere-se à capacitação indígena para compreender e usar o direito (constitucional, ambiental, internacional) como instrumento de resistência e reivindicação. As ações de proteção territorial estão frequentemente articuladas a redes de apoio como Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto Socioambiental (ISA), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), etc.

**iii** “**Guardas Indígenas**”. Os policiamentos comunitários e resolução de crimes comuns tem como foco: ordem interna e convivência cotidiana. O objetivo é manter a segurança interna, resolver conflitos interpessoais e lidar com infrações e crimes comuns (violência doméstica, furtos, consumo de drogas, brigas, etc.) dentro da comunidade. Este tipo de modalidade é realizado por organizações comunitárias indígenas de segurança, muitas vezes com associações, uniformes, espaços ou “delegacias” próprias e rondas regulares. Estes exercem uma função híbrida entre mediação social e policiamento: resolvem conflitos menores internamente e encaminham crimes graves às autoridades estatais (Polícia Civil, Militar ou Federal). Eles podem usar procedimentos próprios de justiça comunitária, conciliando valores tradicionais com regras do Estado. Estes policiamentos diferem do monitoramento ambiental e da autodefesa por estarem voltados ao cotidiano da segurança interna, não à defesa territorial ou jurídica.

Vamos agora conhecer algumas experiências que se destacam na autoproteção indígena, quer pela consistência e visibilidade alcançadas quer pela persistência no tempo.

---

## **EQUIPE DE VIGILÂNCIA DO VALE DO JAVARI (EVU/UNIVAJA) E GUARDIÕES DA FLORESTA: ANÁLISE DE DOIS CASOS**

- Equipe de Vigilância do Vale do Javari (EVU/UNIVAJA): atuante em uma região de tríplice fronteira (Brasil–Peru–Colômbia), onde predominam ameaças ligadas ao narcotráfico e à mineração ilegal;
- Guardiões da Floresta (Guajajara): localizados na TI Arariboia (MA), território pressionado por atividades madeireiras e grilagem, em área de expansão econômica ilícita com acesso terrestre.



Embora próximas em seus princípios — ambos combinam monitoramento etnoambiental, uso de tecnologias de observação (GPS, drones, imagens de satélite) e mobilização comunitária —, essas iniciativas operam em contextos sociopolíticos distintos. No Vale do Javari, prevalece a lógica do etnomonitoramento territorial, com foco na observação contínua e preventiva das ameaças, enquanto na Arariboia a ênfase recai sobre a autoproteção territorial ativa, marcada por respostas imediatas às invasões ante a ausência do Estado e a particularidade da violência do invasor.

Essa diferença evidencia um aspecto sensível: a autoproteção indígena tende a surgir como resposta à omissão estatal e, em alguns casos, envolve tensões e riscos de confronto. Assim, ao mesmo tempo em que expressam formas legítimas de soberania comunitária e defesa da vida, essas experiências revelam a urgência de políticas públicas que reconheçam, fortaleçam e institucionalizem o protagonismo indígena na gestão e proteção dos territórios.

### **Equipe de Vigilância do Vale do Javari da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – EVU/UNIVAJA**

A Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ) é a segunda maior TI do país e foi homologada em 2001, com uma área de 8,554 milhões de hectares. O território é habitado pelos povos Kanamari, Kulina Pano, Marubo, Matis e Matsés, além de dois povos de recente contato — Korubo e Tsohom-dyapa — e constitui a região com a maior concentração de povos indígenas em isolamento voluntário do planeta, com nove registros confirmados e seis em estudo.

A TIVJ está inserida em uma área de floresta equatorial densa e de elevada biodiversidade, atravessada por uma complexa rede hidrográfica composta pelos rios Jaquirana, Javari, Curuçá, Quixito, Ituí, Itaquai, Jandiatuba e Jutai, entre outros afluentes. Localizada em região de tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, o território é impactado pela atuação de diversas atividades ilícitas — narcotráfico, garimpo, caça e pesca ilegais, biopirataria e extração de madeira — que, frequentemente associadas, produzem efeitos devastadores sobre o equilíbrio ambiental, a vida das comunidades e a segurança de lideranças indígenas, servidores públicos, defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas.

O assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, em junho de 2022, revelou à comunidade nacional e internacional a intensificação da violência e a crescente pressão do crime organizado transnacional sobre os territórios indígenas. Bruno Pereira, um dos principais apoiadores da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), foi figura central no fortalecimento das ações da Equipe de Vigilância da UNIVAJA (EVU), cuja trajetória passou a simbolizar a resistência e a capacidade organizativa dos povos do Vale do Javari diante das ameaças persistentes.

Criada em 2008, a UNIVAJA é a principal articulação dos povos indígenas da região e consolidou um processo histórico de organização coletiva iniciado nos anos 1980, com foco na defesa dos direitos, dos territórios e dos modos de vida dos povos Kanamari, Korubo, Kulina, Marubo, Matis, Mayuruna e Tsohom Dyapa, além dos povos em isolamento voluntário, cuja presença no território configura a maior concentração mundial desse grupo populacional.

A trajetória da UNIVAJA é marcada por resistência frente a invasões, ameaças e exploração predatória de recursos naturais. Sua atuação também se caracteriza pela articulação de alianças com parceiros nacionais e internacionais,



ampliando a capacidade de proteção territorial e de incidência política. Atualmente, a UNIVAJA constitui um marco no fortalecimento da autonomia indígena e na defesa da floresta, da vida e das formas próprias de existência dos povos do Vale do Javari.

Em 2024, a UNIVAJA recebeu reconhecimento internacional ao ser contemplada com o Prêmio Equador, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O prêmio destacou o trabalho da organização na proteção dos povos do Vale do Javari e na preservação de seu território, em um momento de grandes desafios para as comunidades indígenas. Esse reconhecimento simboliza a relevância e a dedicação permanente da UNIVAJA na defesa da cultura, dos direitos e da sobrevivência dos povos indígenas.

A Equipe de Vigilância da UNIVAJA (EVU) foi criada em 2020 por indígenas do Vale do Javari, com o objetivo de proteger o território e fortalecer a autonomia local na gestão ambiental e territorial. Desde então, já realizou mais de 15 missões de campo, com duração média de 30 dias cada, abrangendo os rios Itaquaí, Branco, médio Javari e Pardo.

A estrutura da EVU é composta por 6 equipes regionais, cada uma com 16 integrantes, além de uma equipe operacional formada por membros mais experientes, que atuam como instrutores e lideranças no campo. No total, 119 pessoas dedicam-se às atividades de monitoramento e proteção no Vale do Javari.

Entre as principais ações da EVU, destacam-se:

- Expedições de monitoramento e limpeza das linhas demarcatórias e trilhas de controle;
- Fiscalização fluvial, utilizando embarcações em rios e lagos;
- Vigilância com novas tecnologias, como imagens de satélite, GPS, drones e outros recursos;
- Sobrevoos de monitoramento em áreas de difícil acesso;
- Intercâmbios com outras iniciativas indígenas, fortalecendo redes de cooperação e troca de experiências.

A criação da EVU foi motivada pelo avanço de atividades ilegais no território do Vale do Javari, como pesca predatória, caça ilegal, garimpo, exploração de madeira e presença de organizações criminosas transnacionais, que ameaçam a integridade ambiental e a segurança das comunidades indígenas. A atuação da EVU representa um marco na defesa territorial do Vale do Javari, aliando conhecimento tradicional, inovação tecnológica e ação coletiva organizada.



## Quadro 1 | Modalidades de autoproteção indígena: Grupo de Monitoramento Etnoambiental Equipe de Vigilância da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (EVU)

Modalidades de autoproteção indígena	
Entidade	Equipe de Vigilância da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (EVU)
Modalidade de autoproteção	Grupo de Monitoramento Etnoambiental
Área dos territórios	8.544 mil (ha)
População estimada	6.317
Etnias contactadas	- Família linguística Katukina: Kanamari e Tsohom-dyapa. - Família linguística Pano: Korubo, Kulina, Marubo, Matis, Matsés .
Isolados	Isolados do Alto Jutai, Isolados do Igarapé Alerta, Isolados do Igarapé Amburus, Isolados do Igarapé Cravo, Isolados do Igarapé Flecheira, Isolados do Igarapé Inferno, Isolados do Igarapé Lambança, Isolados do Igarapé Nauá, Isolados do Igarapé Pedro Lopes, Isolados do Igarapé São José, Isolados do Igarapé São Salvador, Isolados do Jandiatuba, Isolados do Rio Bóia/Curuena, Isolados do Rio Coari, Isolados do Rio Esquerdo, Isolados do Rio Itaquai, Isolados do Rio Pedra, Isolados do Rio Quixito, Isolados Korubo.
Principais ameaças	Caçador, madeireiro, pescador, fazendeiro, narcotraficante e garimpeiro.
Estado	Amazonas (AM)
Faixa de fronteira	Peru
Modais logísticos	Rios
Meios logísticos principais	Bacias hidrográficas Javari e Jutai
Bioma	Amazônia (100%)
Municípios de referência	Atalaia do Norte
Eventos marcantes	- Morte do servidor da Funai e indigenista Maxciel Pereira dos Santos, em 2019. - Morte do indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips, em junho de 2022, por ribeirinhos envolvidos com atividades de pesca ilegal e narcotráfico.

Fonte: Elaboração própria.

## Guardiões da Floresta – TI Arariboia

A Terra Indígena Arariboia (TIARA) localiza-se no estado do Maranhão, abrangendo os municípios de Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Santa Luzia e Grajaú, e está homologada desde 1990. É tradicionalmente habitada pelo povo Guajajara (Tenetehara) e conta com a presença confirmada de um povo indígena isolado da etnia Awá. Ambos pertencem ao tronco linguístico Tupi-Guarani. Ao todo, trata-se de 10.318 pessoas distribuídas em 230 aldeias. Os Guajajara constituem um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil e habitam mais de dez Terras Indígenas na margem oriental da Amazônia (todas no Maranhão), sobretudo nas regiões dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutua.

Os Guardiões da Floresta surgiram no início dos anos 2000, como resposta direta ao avanço das invasões e à violência no interior da Terra Indígena Arariboia. Após o massacre de 2007, que resultou na morte de Tomé Guajajara, as lideranças reunidas em assembleia da Cocalitia (Conselho de Caciques e Lideranças da TI Arariboia) formalizaram a criação do grupo, com o propósito de monitorar o território, registrar ilícitos e acionar órgãos públicos competentes.



Atualmente, a TI Arariboia conta com mais de 150 aldeias organizadas em nove regiões, cada uma delas com cerca de seis Guardiões. O coletivo alia conhecimento tradicional e recursos tecnológicos modernos, utilizando GPS, câmeras, rastreadores e sistemas de comunicação que permitem acompanhar e registrar rotas de extração e transporte ilegal de madeira.

Entre 2000 e 2019, 43 indígenas Guajajara foram assassinados no Maranhão, sendo 12 deles no interior da TI Arariboia. Em 2016, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 25% de todas as mortes de indígenas no país ocorreram na Arariboia, evidenciando a centralidade do conflito territorial e os riscos assumidos pelos Guardiões em defesa do território.

### ***Plano de Segurança e Defesa dos Guardiões da Floresta***

O Plano de Segurança e Defesa para Guardiões Indígenas estrutura-se em torno de oito eixos complementares, que combinam estratégias de prevenção, proteção, resposta e reconstrução. Seu objetivo é garantir a segurança física e cultural das comunidades, protegendo o território contra invasões e ameaças externas, em respeito à autonomia e aos direitos constitucionais dos povos indígenas. Dentre as ações previstas estão:

- a) Prevenção e vigilância: criação de barreiras comunitárias, sistemas de alerta sonoro e visual, e patrulhas periódicas em áreas vulneráveis.
- b) Mapeamento de riscos: identificação e registro de rotas clandestinas, pontos críticos e atividades suspeitas.
- c) Resposta a invasões: priorização da não violência, registro probatório de invasores e acionamento de forças públicas.
- d) Proteção jurídica: formalização de denúncias ao MPF e uso de instrumentos legais (reintegração de posse, medidas cautelares).
- e) Capacitação e tecnologia: treinamentos em direitos indígenas, primeiros socorros, uso de GPS e drones.

Apesar de o plano valorizar a resistência não violenta, a autonomia indígena e a visibilidade pública das ameaças, ele reconhece que a organização e a coesão comunitária constituem os principais mecanismos de proteção territorial. Além disso, integra práticas e saberes tradicionais, como a realização de rituais de proteção conduzidos por pajés e líderes espirituais, voltados ao fortalecimento coletivo, e a documentação de tradições e narrativas orais como formas de resistência simbólica e afirmação cultural.

Em termos de conquistas recentes dos Guardiões da Floresta, pode-se citar:

- Expansão da conectividade comunitária (internet em 4 regionais fixas e 1 móvel) – Fundo Casa.



- Fortalecimento organizacional e estruturação de regionais – Fundo Casa.
- Implantação da Base de Apoio e Proteção Etnoambiental (BAPE) Arariboia – Awá.
- Construção da Sede Ka'aiwar, com apoio da Survival International.
- Implementação do monitoramento acústico Guardian.
- Criação da Brigada Voluntária dos Guardiões da Floresta – Fundo Casa.
- Ampliação para 8 regiões com grupos organizados de Guardiões.
- Participação no Mosaico Gurupi.
- Ação internacional na CIDH, em parceria com a COIAB, decorrente de denúncias dos Guardiões.
- Contribuição ativa nos processos de desintrusão articulados por FUNAI, MPF e MPI.

**Quadro 2** Modalidades de autoproteção indígena: Proteção Territorial e Autodefesa Jurídica  
*Guardiões do Território Araribóia*

Modalidades de autoproteção indígena	
Entidade	Guardiões do Território Araribóia
Modalidade de autoproteção	Proteção Territorial e Autodefesa Jurídica
Área dos territórios	413 mil (ha)
População estimada	10.318
Etnias contactadas	Família linguística Tupi-Guarani: Awa Guajá e Guajajara
Isolados	Awá isolados
Principais ameaças	Caçador, madeireiro, grileiro e posseiro.
Estado	Maranhão (MA)
Faixa de Fronteira	Não se aplica
Modais logísticos	Rios e estradas (MA-006, MA-122)
Meios logísticos principais	Bacia Hidrográfica Mearim
Bioma	Amazônia (93,63%); Cerrado (6,37%)
Municípios de referência	Amarante do Maranhão
Outros municípios envolventes	Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Grajaú, Santa Luzia
Eventos marcantes	Paulo Paulino Guajajara, 26 anos, foi morto em uma suposta emboscada de madeireiros ilegais na Terra Indígena Arariboia, em novembro de 2019.

Fonte: Elaboração própria.



## CASOS DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA INDÍGENA NO ALTO E MÉDIO SOLIMÕES

### **Segurança comunitária de Umariçu I e II, SEGCUM (município de Tabatinga, Amazonas)**

A SEGCUM faz parte de um conjunto de agrupamentos indígenas que existem e se expandem pelas comunidades do Alto e Médio Solimões. A SEGCUM, embora atuando de forma local, quase sem apoios, e com voluntários cuja atividade principal é a agricultura, tem resistido no tempo desde 2017, quando foi reagrupada. Estes se juntam todos os dias para realizar mediação de conflitos e para tentar parar ameaças que assolam as comunidades e que tendem a ser cada vez mais complexas e frequentes pela proximidade com a área urbana. A SEGCUM se caracteriza por dedicar a maior parte do tempo à segurança comunitária. A região transfronteiriça entre Brasil-Colômbia-Peru está entre as regiões mais perigosas do Brasil, sendo a rota do Rio Solimões uma das maiores redes do narcotráfico mundial. Entretanto, as facções de alto potencial armado estão cada vez mais a adentrar as comunidades e a transformar a vida e as relações sociofamiliares, juntando-se à já proeminente circulação de bebidas alcoólicas destiladas e ao tráfico de drogas com alto potencial tóxico e de dependência física.

A SEGCUM e outros agrupamentos de tipo policial conjugam aspectos da tradição cosmológica da organização sócio-política indígena de aldeados e uma história de influências “brancas” pela presença de oficiais do governo e militares na fronteira – o Comando de Fronteira Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva (CFSOL/8º BIS), uma unidade do Exército Brasileiro com mais de 500 militares em serviço permanente. A SEGCUM é quase exclusivamente constituída por indígenas e trabalha de modo totalmente voluntário, com apoios externos muito residuais. Entre muitas atividades, os autodenominados seguranças fazem patrulhas e rondas regulares nas aldeias, resolvem problemas de pequena criminalidade, conduzem casos de crime para as polícias estaduais, e efetuam limpeza e verificação de invasão e crime ambiental nos limites das áreas demarcadas.

A SEGCUM é uma versão atual da antiga PIASOL, a Polícia Indígena do Alto Solimões. Nos anos 2000, a PIASOL chegou a ter um contingente de mais de 1.500 seguranças voluntários distribuídos por dezenas de aldeias do Alto e Médio Solimões. Hoje a SEGCUM é constituída por 35 voluntários e exerce atividades de guarda na aldeia de Umariçu. Em geral, o cacique e seus conselheiros trabalham em conjunto com estes seguranças para tentar manter certa ordem social nas aldeias.

Outros grupos de menor dimensão atuam em comunidades Ticuna, tanto em municípios do Médio como do Alto Solimões. Todos eles relatam enorme dificuldade em lidar com as diversas formas de violência que chegam com gravidade cada vez maior nas comunidades, como resultado do aumento das atividades do narcotráfico, pirataria, roubo de madeira e outras ameaças. Nas comunidades, os grupos mais vulneráveis são os jovens e as mulheres.

Dentre as ações efetuadas estão:

- a) Prevenção e vigilância da fronteira: limpeza e verificação das áreas limítrofes às áreas demarcadas e restauração das placas de demarcação da terra indígena (fiscalizações tri-anuais, com apoio da FUNAI);



- b) Escrita de ocorrências e envio de denúncias de crimes nas comunidades para a FUNAI;
- c) Resposta à venda de álcool e drogas na comunidade: privilegiando a orientação, mas por vezes com apreensão do traficante, drogas e dinheiro e condução às polícias de Estado;
- d) Resposta a furtos e roubos na comunidade: privilegiando a orientação, mas por vezes com apreensão da pessoa, com a possibilidade de detenção até 24h e negociação de pena com as famílias;
- e) Resposta a invasões: procuram apoio da FUNAI, não tendo os voluntários capacidade de reação direta;
- f) Organização de rondas regulares noturnas de quarta-feira a domingo e ocupação permanente da mini-delegacia;
- g) Atuação com equipamentos como uniforme (criado pela SEGCUM), coturnos, cassetete, rádios-comunicadores, lanternas;
- h) Proteção jurídica: formalização de denúncias ao MPF;
- i) Capacitação e tecnologia: treinamentos com a Guarda Municipal de Tabatinga em segurança patrimonial preventiva, primeiros socorros, uso de rádios e organização do grupo em escalas e rondas.

Grupos de proteção comunitária com características semelhantes à SEGCUM têm lugar em aldeias Kokama, no município de Tefé, no Médio Solimões, em terras ainda não demarcadas. É o caso dos agrupamentos indígenas voluntários que atuam no Porto Praia de baixo, com 600 pessoas e 120 famílias. Esta comunidade tem uma Guarda Florestal, uma equipe voluntária que se reúne ocasionalmente para realizar monitoramento ambiental nos limites da área indígena reivindicada. No mesmo local existe a denominada Guarda Municipal (GM) indígena, que é (sub) contratada pela prefeitura. O grupo tem 7 seguranças e aborda situações de roubo, brigas e flagrantes de usuários de drogas dentro da comunidade. Em caso de necessidade, a GM da comunidade solicita ajuda aos guardas das comunidades vizinhas e pede apoio para deslocamento às equipes de saúde da Sesai (saúde indígena), que possuem balsas. Dependendo da periculosidade do conflito ou crime, os guardas indígenas se comunicam diretamente com as bases de patrulhamento e o delegado responsável pela Guarda Municipal no Município de Tefé. No município de Coari, se localizou a base anzol, a partir da qual a Polícia Federal atuava no Amazonas, e a bases de Arpão, que têm sido a aposta de governos de Estado no combate a crimes ambientais e narcotráfico no rio. Estas operaram frequentemente também com apoio e informação fornecida por grupos de autoproteção indígena.



### Quadro 3

#### Modalidades de autoproteção indígena: Policiamentos comunitários SEGCUM – Segurança Comunitária de Umariaçu

Modalidades de autoproteção indígena	
Entidade	SEGCUM – Segurança Comunitária de Umariaçu
Modalidade de autoproteção	Policiamentos comunitários
Área dos territórios	4.855 mil (ha), área homologada em 1998
População estimada	8.000.00
Etnias contactadas	Maioria População Ticuna Família linguística: Ticuna.
Principais ameaças	Venda e consumo de drogas; violências entre jovens; violência doméstica; estelionato; furtos; roubos; pirataria; pesca ilegal; madeireiros
Estado	Amazonas (AM)
Faixa de fronteira	Peru e Colômbia
Modais logísticos	Rios
Meios logísticos principais	Bacias hidrográficas do Alto Solimões
Bioma	Amazônia (100%)
Municípios de referência	Tabatinga
Eventos marcantes	- Morte de servidores da Funai ao longo dos anos. - Morte de voluntário da SEGCUM em 2018 e ameaças constantes à vida das lideranças e dos seguranças por narcotraficantes de fações do Comando Vermelho e outras de Tabatinga.

Fonte: Elaboração própria.

## O QUE OS GRUPOS DE AUTOPROTEÇÃO INDÍGENA TÊM EM COMUM

Em geral os grupos de autoproteção indígena que mais resistem ao longo do tempo têm algum tipo de infraestrutura, como uma sede, uma secretaria ou mesmo “mini delegacias”, como no caso da SEGCUM. Além disso, os grupos tendem a se constituir formalmente (como associações, ONGs, etc.). Mesmo sem ter o devido enquadramento legal para exercer funções de segurança, muitos destes grupos criam regimentos escritos em português, modos de funcionamento padrão e até sistemas de registro de ocorrências e relatórios.

A maioria tem uma estrutura social interna de distribuição de responsabilidades e definição hierárquica de funções, tal como qualquer outra associação. A maioria dos grupos de autoproteção segue também lógicas de autoridade moral reconhecidas nas comunidades. A maioria dos voluntários são homens, embora se assinale cada vez mais a presença de mulheres na atuação pela defesa do território e das comunidades. Os homens mais velhos, conhecidos como “pais de família”, têm certa ascendência e preferência na ocupação dos cargos importantes no seio dos grupos, pelo menos nos casos Ticuna e Kokama.



É relevante de se destacar que os voluntários produzem suas próprias insígnias e roupas uniformizadas, tendo, na maior parte dos casos, cassetetes e acessórios simples de segurança, bem como rádios-comunicadores (walkie-talkies). Os grupos que monitoram os crimes ambientais em grandes áreas de floresta têm acesso a plataformas de controle e a equipamentos tecnológicos sofisticados para colmatar a enorme dificuldade e investimento necessário para que os órgãos de fiscalização e controle ambiental estatal consiga fiscalizar estas regiões (cf. Neves et al, 2016: 46). A geografia da Amazônia tem alto impacto na incapacidade de governo da segurança. Nesse contexto, é importante assinalar que a maioria dos grupos procura reconhecimento formal por parte do Estado e até mesmo apoio para a formação e capacitação do trabalho executado.

## CONTRASTES ENTRE MODALIDADES

As organizações de defesa ambiental e territorial indígena, além de terem maior acesso a tecnologias sofisticadas, recebem um considerável apoio externo com financiamentos nacionais e internacionais, tendo também maior atenção por parte do Estado, de organizações indigenistas e ativistas dos Direitos Humanos e ambientais. Estes grupos trabalham com organizações da sociedade civil que os assessoram e que em momentos-chave podem promover uma atuação midiática, negociações políticas e jurídicas.

**A politização municipal dos grupos de autoproteção indígena pode constituir um risco para a manutenção da autonomia deste trabalho de policiamento comunitário que o Estado brasileiro não reconhece e para o qual não tem alternativas definidas.**

Esta linha é a mais apoiada pelo Estado. Foi neste sentido que se criaram os princípios do Projeto de Lei n. 2.936/2022, destinado a regular as atividades indígenas de gestão ambiental e territorial (aguardando parecer), de autoria de Joenia Wapichana (REDE/RR). Também foi ativado o Plano de Proteção Vale do Javari (2024), que implica o esforço coordenado entre órgãos do governo federal, FUNAI, Polícia Federal, Ibama, entre outros.

Já as associações de segurança comunitária indígena, que existem espalhados por toda a Amazônia Legal, operam em condições de extrema precariedade e com apoios muito residuais e instáveis. Recebem algum apoio das Coordenações Regionais da FUNAI. Mas mais frequentemente estão na mira de políticos, vereadores locais e prefeituras e, eventualmente, de secretarias de segurança municipais. A politização municipal dos grupos de autoproteção indígena pode constituir um risco para a manutenção da autonomia deste trabalho de policiamento comunitário que o Estado brasileiro não reconhece e para o qual não tem alternativas definidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental perceber como atuam os grupos plurais de autoproteção indígena no país, em especial nos estados da Amazônia Legal, para se avançar num mapeamento que possa de fato ter impacto na defesa multi-situada ambiental, territorial e comunitária indígena. Os diferentes grupos têm por fim conter os efeitos das violências e criminalidades acumuladas historicamente e continuadas nas regiões. Estas violências estão tendo efeitos irreversíveis



na organização e modos de vida ambiental dos povos da floresta. Em populações tradicionais, e provavelmente também entre ribeirinhos e quilombolas, os agrupamentos para autoproteção comunitários estão se organizando por todo o país para atuar em sua própria defesa em lugares onde os poderes públicos se demonstram impotentes ou, pior, negligentes ou violentos.

Tudo indica que a federalização da proteção territorial, por um lado, e a ideologia de um sistema de segurança pública estatal com enfoque na segurança urbana, por outro, têm deixado de fora da equação populações tendencialmente mais isoladas em seus territórios. Por serem áreas de difícil fiscalização devido a suas geografias, hidrologia, logística, vazios demográficos e à presença de grupos armados, os poderes públicos necessitam de se apoiar no conhecimento dos grupos de autoproteção indígena. Todavia, quanto mais “indígena” é a associação, isto é, com menor e mais limitada participação ou intervenção de organizações civis não governamentais, maior risco existe destes grupos serem criminalizados ou mal-entendidos. Acontece frequentemente de os grupos de autoproteção indígena receberem a acusação de serem milícias, mesmo sem que seja conhecido o seu trabalho.

Quanto menor for o apoio e a visibilidade social dos grupos de autoproteção indígena, maior é o risco de estes serem politicamente instrumentalizados pelos poderes municipais. Assim, é fundamental um maior reforço de uma autonomia monitorada para o exercício de controle de violências e criminalidades ambientais, territoriais e comunitárias. Tal como as brigadas indígenas de combate aos incêndios florestais, apoiadas pelo ICMBio, os grupos de autoproteção indígenas conservam conhecimentos sobre violências e criminalidades ambientais, territoriais e comunitárias no território que mais ninguém está habilitado a captar. Os saberes locais, “de baixo” destes grupos, são fundamentais para a atuação na prevenção da violência e criminalidade crescentes e dos efeitos nefastos que assolam a Amazônia e suas populações. Não há segurança ambiental e territorial sem segurança humana, sem a preservação de vidas indígenas à mercê, em especial em áreas de fronteira da narco-violência.

Os grupos de autoproteção indígena são fundamentais para guardar o território brasileiro. Deste modo, é importante criar um projeto de pesquisa e acompanhamento dos operadores e monitores da segurança indígena e da floresta. Atribuir aos indígenas a responsabilidade pela sua autodefesa ambiental e comunitária, que é a defesa da Amazônia no Brasil, é no mínimo uma injustiça histórica. Esperar que a segurança indígena atue sem a responsabilização do Estado brasileiro e a participação de poderes públicos nacionais e internacionais nesse processo, não é um caminho comprometido com o futuro da humanidade.

Atribuir aos indígenas a responsabilidade pela sua autodefesa ambiental e comunitária, que é a defesa da Amazônia no Brasil, é no mínimo **uma injustiça histórica.**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Victor. 2014. “Brasil tem cinco línguas indígenas com mais de 10 mil falantes”. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/brasil-tem-cinco-linguas-indigenas-com-mais-de-10-mil-falantes>. Acesso em: setembro de 2025.

ALEIXO, E.; Lima, A. S.; Aureliano, I. C. Mortes, invasões e garimpo em terras indígenas no estado de Roraima: entre mobilizações étnicas e conflitos sociais. Vukkápanavo. **Revista Terena**, n. 3, p. 13-36, nov. 2020. Disponível em: <https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/items/40e858f4-aaef-4f5e-a4c5-988076b711f8>. Acesso em: setembro de 2025.

ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. 2005. Desenvolvimento Sustentado entre os Ticuna: as Escolhas e os Rumos de um Projeto. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 1, p. 45-110, jan-abr. 2005.

ARAÚJO JÚNIOR, Júlio José. **Direitos territoriais indígenas: uma interpretação intercultural**. Rio de Janeiro: Ed. Processo, 2018.

BAINES, Stephen Grant. A situação prisional de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista, Roraima. **Revista de Antropologia e Vivência**, n. 46, p. 143-158, 2015.

BECK, Ulrich. **La mirada cosmopolita o la guerra es la paz**. Barcelona: Paidós, 2005.

BERTUOL, Eduarda. **Boletim de Análise Político-Institucional: dinâmicas da violência na região norte**. Brasília, DF: Ipea, n. 36, jan. 2024. ISSN 2237-6208. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36>. Acesso em: setembro de 2025.

BURKE, Anthony. Aporias of security. **Alternatives**, 27, p.1-27, 2002.

CASTRO E COSTA, Natalia Albuquerque Dino de. **Segurar o céu, a terra e os direitos: o que falta para uma política de segurança pública para e com os povos indígenas no Brasil**. Dissertação de Mestrado. PPGD. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2023.

CDESC - CENTRO DE ESTUDOS SOBRE DROGAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO. **Tráfico de drogas na Amazônia: achados iniciais**. Elaboração Vinicius Assis Couto et al. Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Barros de Luca, coordenadora. (Cdesc), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2018*. Brasília: CIMI, 2019.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2024*. Brasília: CIMI, 2025.

CORTÉS, José Joaquín Carvajal; REIS, Rodrigo; RAPOZO, Pedro. Perfil indígena dos municípios do Alto Solimões-AM/ Brasil e dos departamentos da Amazônia colombiana. **Cadernos de Estudos Socioambientais**, v. 1, n. 1, jul. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/ces/article/view/1821>. Acesso em: setembro de 2025.



CRISIS GROUP AMÉRICA LATINA. Um problema de três fronteiras: restringindo as fronteiras criminosas da Amazônia. **Briefing do Crisis Group América Latina**, n. 51, v.17, jul. 2024. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep61792?seq=1>. Acesso em: setembro de 2025.

CUNHA, Manuela Carneira da; BARBOSA, Samuel (orgs.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 368 pp, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claroenigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Os direitos do Índio, ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DURÃO, Susana et al. **Relatório descritivo de campo: Segurança comunitária, ambiental e alimentar na região do Alto Solimões-AM**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC), Diretoria de Projetos de Extensão (Dproj), Universidade Estadual de Campinas, 2025.

DURÃO, Susana et al. **Relatório do Projeto de Extensão MAGÜTA: Segurança Humana na Amazônia: Ambiente, Comunidade e Alimentação no Alto Solimões-AM**. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC), Diretoria de Projetos de Extensão (Dproj), Universidade Estadual de Campinas, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Cartografias da violência na Amazônia**. São Paulo: FBSP, 2024a.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Cartografias das violências na região amazônica: relatório final**. São Paulo: FBSP, 2022a.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Cartografias das violências na região amazônica: relatório final**. São Paulo: FBSP, 2023.

FUNARI, Gabriel. *Illicit Frontiers: Criminal Governance in the Amazon's tri-border region*. **Global Initiative Against Transnational Organized Crime**, 2024.

HYLLAND-ERIKSEN, Thomas. Human Security and Social Anthropology. In: T. H. Eriksen, E. Bal & O. Salemink (Eds.), **A World of Insecurity: Anthropological Perspectives on Human Security**, London: Pluto Press, p. 1-19, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022: indígenas: primeiros resultados do universo, 2023**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-atalogo?view=detalhes&id=2102018>. Acesso em: setembro de 2025.



LIMA, Renato Sérgio (Coord.). **Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia** [livro eletrônico]. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-governanca-capacidades.pdf>. Acesso em: setembro de 2025.

LIMA, Renato Sérgio. **Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/06/informe-especial-seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal.pdf>. Acesso em: setembro de 2025.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MENDES, Mislene Metchacuna Martins. **A trajetória da polícia indígena Do Alto Solimões**: Política indigenista e etnopolítica entre os Ticuna. Dissertação defendida na Universidade Federal Do Amazonas Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social Museu Amazônico Mestrado Em Antropologia Social, Manaus/AM, 2014.

MOREIRA SALLES, João. **Arrabalde**: em busca da Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NEVES, Alex Jorge das; BAPTISTA, Gustavo Camilo; ENGEL, Cíntia Liara; MACHADO, Lia Osorio. Segurança pública nas fronteiras: diagnóstico Socioeconômico e Demográfico. **Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). **Sociedade indígenas & Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A Nação tutelada: Uma interpretação a partir da fronteira. **MANA**, RJ, online, v. 27, p. 1-31, 2021.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. O paradoxo da tutela. In: **“O nosso governo”**: Os Ticunas e o regime tutelar. São Paulo e Brasília: Marco Zero/CNPq, p. 222-235, 1988.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Regime tutelar e faccionalismo**: *Política e religião em uma reserva Ticuna*. Rio de Janeiro: CASA 8, 2015.

RAPOZO, Pedro; SILVA, Manuel Carlos. Fronteiras da re-existência e resistência: As cartografias dos conflitos socioambientais na tríplice fronteira amazônica, Colômbia e Peru. **Configurações** [online], 25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8497>. Acesso em: setembro de 2025.

ROTHSCHILD, Emma. *What is Security?*, **Dædalus**, n. 124, v. 3, p. 53-98, 1995.

SANTOS, Maria Paula; PARREIR, Angelina; HOFF DA CUNHA, Victória (Orgs.). **Boletim de Análise Político-Institucional: dinâmicas da violência na região norte**. Brasília, DF: IPEA, n. 36, jan. 2024.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.). **Antropologia e identificação**: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED/CNPq/FAPERJ/IEB, 2005.

UNICEF BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil - 2021-2023**. São Paulo: UNICEF BRASIL, FBSP, 2025.



## Iniciativa 08

# Casa de Governo<sup>1</sup>

**Rodrigo Chagas**

*Professor no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima e Pesquisador Sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*

### FICHA TÉCNICA

	<b>Nome da iniciativa:</b> Casa de Governo
	<b>Órgão principal responsável pela implementação:</b> Casa Civil da Presidência da República
	<b>Data de criação:</b> 2024
	<b>UF de atuação e abrangência territorial:</b> Estados de Roraima e do Pará
	<b>Parcerias:</b> Polícia Federal (PF), Força Nacional de Segurança Pública (MJSP), Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de Roraima, Ministério dos Povos Indígenas, Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), Ibama, ICMBio, Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), Anac, ANP, ANTT, Anatel, Ministério da Saúde, SESAI, Ministério Público Federal (MPF) e Advocacia-Geral da União (AGU).
	<b>Status atual:</b> Em funcionamento.



<sup>1</sup> Para composição do texto, além da consulta a matérias públicas institucionais e do periodismo, foram requisitados dados via LAI. Também recorremos à apresentação da Casa de Governo por Nilton Tubino no *I Seminário sobre a Terra Indígena Yanomami: experiências de proteção territorial*, na UFRR, e à entrevista dirigida concedida pelo presidente da Casa de Governo em Boa Vista, Roraima, em setembro de 2025.





**Resumo:** A Casa de Governo, criada em fevereiro de 2024 pelo Decreto nº 11.930 e subordinada à Casa Civil, constitui o principal eixo de governança federal para enfrentar a crise humanitária e ambiental na Terra Indígena Yanomami (TIY). Com direção centralizada na Casa Civil, coordena 33 órgãos em um modelo interministerial unificado, integrando dimensões políticas, estratégicas e táticas de operação. O Centro de Coordenação da Operação (CCOp) está instalado em Boa Vista (RR) e realiza reuniões diárias que garantem respostas rápidas e colaborativas em campo. O arranjo institucional possui três níveis: a coordenação política em Brasília, de responsabilidade do ministro de Estado da Casa Civil; a coordenação operacional local; e o comando tático de campo. Entre as forças envolvidas estão Polícia Federal, Força Nacional, Exército, Funai, Ibama, ICMBio e Censipam. Inspirada em operações anteriores como Marãiwatsédé e Apyterewa, a Casa de Governo consolidou um modelo de presença permanente do Estado, que alia repressão ao garimpo, assistência humanitária e reconstrução social. Desde sua criação, o garimpo ativo na TI Yanomami, monitorado pelas equipes, foi sensivelmente reduzido. Os desafios atuais incluem sustentar o pós-desintrusão, com monitoramento territorial contínuo e protagonismo indígena, transformando uma resposta emergencial em política de Estado para toda a Amazônia Legal.

## INTRODUÇÃO E HISTÓRICO DA INICIATIVA

A Casa de Governo foi instituída pelo Decreto nº 11.930, de 27 de fevereiro de 2024, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob coordenação do ministro Rui Costa (Casa Civil da Presidência da República). O órgão foi criado como uma estrutura interministerial permanente de comando e controle, responsável por coordenar e monitorar as ações de enfrentamento à crise humanitária e ambiental na Terra Indígena Yanomami (TIY), articulando até 33 órgãos federais com atuação conjunta no território.

O diretor da Casa de Governo em Roraima é Nilton Luís Godoy Tubino, gestor público especializado em operações de desintrusão e coordenação interinstitucional na Amazônia. Tubino atuou como assessor na Secretaria Geral da Presidência da República entre janeiro de 2023 e fevereiro de 2024, período em que participou da formatação do modelo de governança das operações federais em terras indígenas. Foi também servidor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015-2016) e, desde a década de 1990, tem trajetória consolidada em ações de campo, sendo estrategista da desocupação pacífica da Terra Indígena Alto Rio Guamá (PA) em 1993 — operação pioneira de remoção de invasores em contexto amazônico.

Reconhecido como uma das principais referências técnicas em segurança territorial indígena, Tubino lidera a Casa de Governo desde sua criação, integrando órgãos como Funai, Ibama, Polícia Federal e Forças Armadas em um modelo de coordenação unificada. Em entrevistas para esta publicação, destacou que o objetivo é consolidar uma presença permanente do Estado no território e garantir a sustentabilidade pós-desintrusão, com monitoramento contínuo, fortalecimento das comunidades e sufocamento econômico das atividades ilegais.

O núcleo operacional da Casa de Governo funciona em Boa Vista (RR), compartilhando instalações com o Centro de Coordenação da Operação (CCOp). O CCOp abriga representantes de todos os órgãos envolvidos e realiza reuniões diárias de planejamento, avaliação de resultados e definição de alvos operacionais — conhecidas como as “reuniões do pôr-do-sol”, realizadas às 17h.



A área de abrangência da Casa de Governo compreende, prioritariamente, a Terra Indígena Yanomami, estendendo-se a outros territórios incluídos na ADPF 709, como Munduruku (PA), Trancheira/Bacajá (PA), Araribóia (MA), Apyterewa (PA) e Uru-Eu-Wau-Wau (RO), configurando um eixo estratégico de atuação federal em áreas críticas da Amazônia Legal.

Segundo Nilton Tubino, a origem do modelo de desintrusão que hoje inspira a Casa de Governo remonta às operações de Marãiwatsédé (2012-2013). À época, afirma, “ninguém no governo tinha essa experiência”. As equipes de campo precisaram aprender na prática, articulando Funai, Ibama e forças de segurança, e identificaram que o êxito dependia de instalar a coordenação no território, próxima da área conflagrada — “no dia a dia é que se resolvem os problemas”, resume.

Daquela experiência emergiu uma lição central: a coordenação unificada e interinstitucional é a única capaz de garantir resultados sustentáveis. Como descreve Tubino, “não havia modelo prévio; foi tudo criado ali”, e o método foi sendo aperfeiçoado em operações posteriores nas terras Awá (MA) e Apyterewa (PA). Nessas ações, consolidou-se a prática de formar salas de situação conjuntas, protocolos de comunicação entre órgãos e estratégias de sufocamento logístico, que combinam repressão a ilícitos com o restabelecimento da presença do Estado.

A criação da Casa de Governo em Roraima, em 2024, resultou justamente da constatação das falhas estruturais nas respostas emergenciais de 2023. Naquele momento, o governo federal, por meio da Casa Civil, Ministério da Saúde, Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e Funai, atuava de maneira fragmentada diante da crise humanitária Yanomami. O Ministério Público Federal de Roraima advertiu sobre a falta de coordenação e de continuidade entre as frentes de ação, o que motivou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a determinar a criação de uma estrutura permanente, capaz de centralizar decisões, integrar agências e assegurar presença contínua do Estado.

Tubino reconhece que o desenho da Casa de Governo foi inspirado também por experiências anteriores de governança regional, como a Casa de Governo de Altamira (PA), criada durante o governo Dilma Rousseff para mediar impactos socioambientais das grandes obras na Amazônia. O novo modelo, no entanto, acrescentou uma dimensão operacional inédita, combinando planejamento estratégico e execução tática integrada sob um mesmo comando.

A concepção institucional envolveu negociações diretas entre a Casa Civil, Forças Armadas, Polícia Federal, Ibama, ICMBio, Funai e MPI, e articulação com o Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da ADPF 709. O relator da ação, ministro Luís Roberto Barroso, autorizou o emprego das Forças Armadas com poder de polícia dentro da Terra Indígena Yanomami, conferindo segurança jurídica e agilidade operacional às ações repressivas.

A implementação efetiva ocorreu em fevereiro de 2024, com a instalação do Centro de Coordenação da Operação (CCOp) e o início da Operação Catrimani II, voltada à repressão direta ao garimpo ilegal, à retomada de áreas degradadas e à reconstrução das condições de vida nas comunidades afetadas. Desde então, a Casa de Governo passou a coordenar missões conjuntas diárias, envolvendo destruição de dragas, pistas clandestinas, acampamentos e equipamentos, além de garantir a logística humanitária e a reativação de unidades de saúde indígena.

Tubino define essa nova fase como um marco de institucionalização do aprendizado acumulado desde Marãiwatsédé: uma estrutura de comando que combina efetividade operacional, coordenação política e presença estatal permanente, capaz de articular repressão, recuperação e governança territorial na Amazônia.



## CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O formato atual da Casa de Governo emerge em um cenário de crise humanitária e ambiental sem precedentes. Entre 2021 e 2022, estimava-se a presença de cerca de 20 mil garimpeiros ilegais dentro da Terra Indígena Yanomami (TIY) — território de 9,6 milhões de hectares, equivalente ao tamanho de Portugal, habitado por aproximadamente 30 mil indígenas dos povos Yanomami e Ye'kwana. O avanço do garimpo provocou colapso sanitário, desnutrição severa, epidemias de malária e contaminação generalizada por mercúrio, compondo o quadro descrito como “a nova corrida do ouro” na Amazônia.

O relatório *A nova corrida pelo Ouro* (FBSP, 2024)<sup>2</sup> indicou que garimpo ilegal em Roraima não é um fenômeno recente, mas assume agora feições industriais e articulada com redes de criminalidade organizada, tanto nacionais quanto transnacionais. O relatório documenta a presença de facções criminosas oriundas de São Paulo e Rio de Janeiro controlando rotas de drogas, ouro e combustível, com registros de membros armados atuando como seguranças e administradores de prostíbulos dentro da TIY.

Essa convergência entre garimpo ilegal, tráfico de drogas e violência letal contribuiu para o aumento expressivo dos indicadores criminais. O município de Alto Alegre, principal porta de entrada para a TI Yanomami, registrou uma taxa média de 77,5 homicídios por 100 mil habitantes (2020-2022), além do maior número de indígenas assassinados do país (80 vítimas entre 2018 e 2021). O relatório também registra a elevação de 593,4% nas apreensões de armas de fogo em Roraima entre 2018 e 2022, evidenciando a militarização das frentes de garimpagem e o aumento da conflitualidade.

Além do impacto humano, a crise Yanomami se articula a circuitos econômicos ilícitos regionais, que conectam Roraima, Pará e as Guianas, com o “esquentamento” do ouro ilegal em municípios como Itaituba (PA), onde é possível legalizar ouro extraído em Terras Indígenas por meio de títulos de lavra e notas fiscais fraudulentas. Essa rede de regulação precária, associada à presunção de boa-fé na comercialização do ouro — vigente até 2023 —, favoreceu a lavagem de grandes volumes de minério extraído ilegalmente na TI Yanomami.

Segundo os levantamentos apresentados pela Casa de Governo e pelo Censipam, até março de 2024 havia 4.570 hectares de garimpo ativo e 2,6 milhões de hectares sob influência direta do garimpo. Em agosto de 2025, esses números haviam sido reduzidos a 136 hectares de garimpo ativo e 99 mil hectares de influência, representando uma queda de 97% nas atividades ilegais.

O caráter crônico do problema está associado a fatores estruturais típicos da Amazônia: dificuldade de acesso, fronteiras internacionais porosas, dependência de transporte aéreo e fluvial e ausência histórica do Estado. Esses elementos explicam a necessidade de um novo modelo de coordenação interagências, que se materializou na Casa de Governo — um arranjo de governança inédito caracterizado por reuniões diárias, planejamento integrado, uso intensivo de tecnologias (drones, sensoriamento remoto, radar aéreo) e cooperação direta com comunidades indígenas.

Como ressalta o FBSP (2024)<sup>3</sup>, a superação do garimpo ilegal depende de uma atuação contínua, integrada e adaptada às especificidades amazônicas, pois “as operações isoladas tendem a perder eficácia ao longo do tem-

2 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *A nova corrida do ouro na Amazônia*: garimpo ilegal e violência na floresta. São Paulo: FBSP, 2024.

3 Idem.



po”. Nesse sentido, o caso da Terra Indígena Yanomami tornou-se referência nacional para políticas de proteção territorial e resposta a crises humanitárias, influenciando ações subsequentes em territórios como Vale do Javari, Munduruku, Araribóia e Sararé, e servindo de base para a formulação de planos permanentes de monitoramento e manutenção territorial conduzidos em parceria entre o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Funai e a UFRR.

## MAPEAMENTO DE ATORES E GOVERNANÇA

Segundo Nilton Tubino, o atual modelo de coordenação interagências representa o amadurecimento institucional de mais de uma década de experiências na Amazônia. “Hoje temos um modelo consolidado: uma coordenação local, com representantes de cada órgão, e uma matriz de responsabilidade homologada pelo Supremo. Cada instituição sabe o que deve fazer. As reuniões diárias são fundamentais — todos sabem suas funções e os problemas são resolvidos de forma conjunta”.

Essa governança integrada nasce da constatação de que a fragmentação de ações reduzia a eficácia das operações. Tubino destaca que o êxito atual se deve à institucionalização de práticas de campo, como a presença constante de equipes interministeriais em Roraima e a comunicação direta entre os diferentes níveis de decisão. “Na Amazônia, logística é sempre um desafio. Muitas vezes só se chega de helicóptero. Por isso, buscamos montar bases próximas ao território, com apoio do Exército, para reduzir o tempo de deslocamento. As operações chegam a reunir 150 ou 200 servidores e precisam de estrutura mínima de água, energia e comunicação”.

A Casa de Governo, nesse sentido, constitui o eixo de governança das ações federais na Terra Indígena Yanomami (TIY), coordenando 33 órgãos sob um único plano operacional. Subordinada à Casa Civil da Presidência da República, ela funciona como núcleo de comando e controle em tempo real, assegurando a integração entre os planos político, estratégico e tático das operações.

### Stakeholders governamentais

O desenho institucional da Casa de Governo é composto por três níveis interdependentes:

- 1 Coordenação Política e Estratégica**, sediada em Brasília, sob responsabilidade direta do Ministro Rui Costa (Casa Civil), em articulação com os Ministérios dos Povos Indígenas (MPI), da Justiça e Segurança Pública (MJSP), da Defesa, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- 2 Coordenação Operacional**, com sede em Boa Vista (RR), dirigida por Nilton Luís Godoy Tubino, responsável pela execução, supervisão e avaliação das operações no território, presidindo o **Centro de Coordenação da Operação (CCOp)**, núcleo que reúne diariamente os representantes dos órgãos participantes nas chamadas “reuniões do pôr-do-sol”;



**3 Comando Tático e de Campo**, composto pelas forças de segurança e órgãos ambientais que atuam diretamente dentro e no entorno da TI Yanomami, a partir de uma **matriz de responsabilidades pactuada** junto à Casa de Governo.

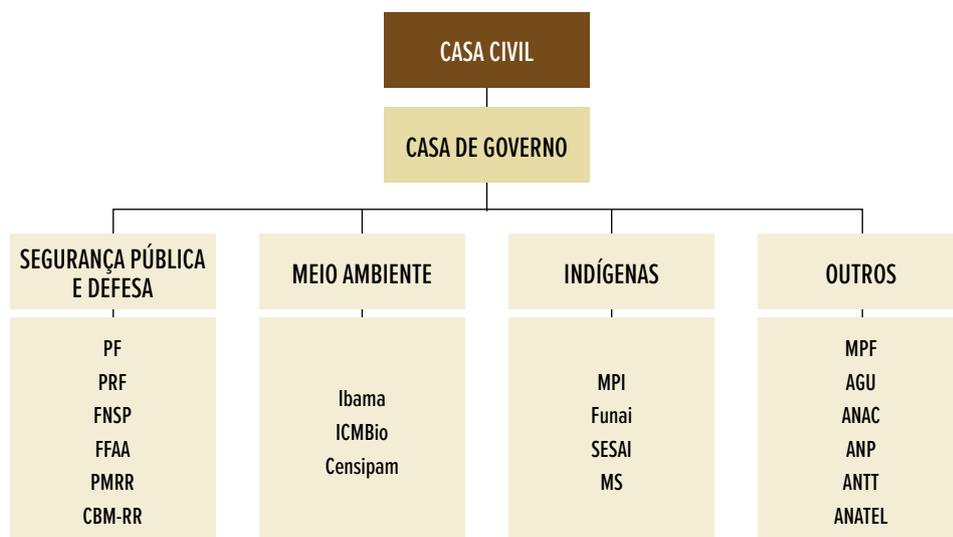
Entre as forças de segurança federais e estaduais envolvidas destacam-se:

- **Polícia Federal (PF)** – responsável pelas investigações e repressão a crimes ambientais e financeiros, além da destruição de estruturas do garimpo;
- **Força Nacional de Segurança Pública (MJSP)** – policiamento ostensivo, proteção de equipes de saúde e segurança de bases da Funai;
- **Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)** – apoio logístico aéreo e fluvial, transporte, comunicações e demolição controlada de pistas e balsas;
- **Polícia Rodoviária Federal (PRF)** – bloqueios terrestres e interdição de rotas logísticas externas à TI;
- **Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de Roraima** – apoio emergencial e segurança em áreas de interface urbana e ribeirinha.

Além das forças de segurança, a Casa de Governo integra órgãos técnicos e ambientais, cuja atuação é essencial para a sustentabilidade das ações:

- **Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas)** – coordenação das relações com as comunidades e mediação institucional;
- **Ibama e ICMBio** – ações de controle ambiental, destruição de equipamentos e recuperação de áreas degradadas;
- **Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia)** – monitoramento remoto, sensoriamento por drones e algoritmos de detecção de garimpo;
- **Anac, ANP, ANTT e Anatel** – fiscalização dos setores aéreo, de combustíveis, transportes e telecomunicações;
- **Ministério da Saúde e SESAI** – reativação da rede de atenção primária, reforço à vigilância epidemiológica e logística sanitária;
- **Ministério Público Federal (MPF) e Advocacia-Geral da União (AGU)** – acompanhamento jurídico da ADPF 709 e ações de responsabilização civil e penal de infratores.

Figura 1 | Infográfico da composição da Casa de Governo



Fonte: Seminário Sobre a Terra Indígena Yanomami: Experiências de proteção territorial, UFRR, 16 a 18 de agosto de 2025.

## OBJETIVOS E METAS

Nilton Tubino sintetiza o principal desafio da Casa de Governo ao afirmar que “o maior desafio é o pós-desintrusão: manter o território livre. As operações duram 90 dias, mas precisamos de planos de manutenção permanentes, com presença de Estado e das comunidades. O monitoramento territorial tem que ser construído com os próprios indígenas — eles são a principal fonte de informação sobre o retorno de invasores.”

A Casa de Governo, por meio do Centro de Coordenação da Operação (CCOp), tem como objetivo central dar cumprimento às determinações da ADPF 709, assegurando a desintrusão das Terras Indígenas e o restabelecimento da presença permanente do Estado em áreas críticas da Amazônia Legal. Nesse sentido, o pós-desintrusão transcende as suas incumbências iniciais.

A prioridade imediata foi a Terra Indígena Yanomami (TIY), onde o colapso sanitário e a intensificação do garimpo ilegal entre 2020 e 2022 produziram uma das maiores crises humanitárias recentes no país. Localizada em uma região de tríplice fronteira (Brasil–Venezuela–Guiana), a TIY concentra desafios logísticos, geopolíticos e ambientais que demandaram a criação de um modelo inédito de coordenação interministerial.

O propósito da Casa de Governo é restabelecer o controle estatal sobre o território, proteger as populações indígenas e erradicar as atividades ilegais associadas ao garimpo, criando condições para a reconstrução da vida comunitária, o fortalecimento da gestão territorial indígena e a institucionalização de políticas públicas permanentes de proteção territorial.

De acordo com os gestores do projeto, documentos oficiais e relatórios<sup>4</sup>, os objetivos da Casa de Governo são:

4 Sobretudo as entrevistas que subsidiam o presente relatório, a Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental 709, do Supremo Tribunal Federal e os relatórios cedidos pela Casa de Governo.



1. Coordenar interinstitucionalmente as ações de inteligência, comando e controle, integrando forças de segurança, órgãos ambientais e instituições de saúde indígena;
2. Eliminar o garimpo ilegal e demais atividades ilícitas associadas — como tráfico de combustível, armas, ouro e drogas — até atingir níveis residuais;
3. Restabelecer a rede de atenção primária à saúde indígena, com cobertura integral dos polos da SESAI e fornecimento contínuo de insumos, vacinas e atendimentos médicos;
4. Reforçar o monitoramento territorial permanente, com base na experiência acumulada e nas iniciativas de cooperação com universidades e centros de pesquisa;
5. Consolidar a atuação da Casa de Governo por meio de uma metodologia replicável em outros territórios abrangidos pela ADPF 709, como Munduruku (PA), Araribóia (MA) e Apyterewa (PA).

Esses objetivos traduzem a transição de uma lógica emergencial de resposta para uma política de Estado permanente, em que a presença federal não se restringe à repressão, mas se projeta na reconstrução das condições de vida e na autonomia das comunidades.

---

## FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

O financiamento das ações da Casa de Governo foi concebido em caráter emergencial, em resposta direta à gravidade da crise humanitária e ambiental instalada na Terra Indígena Yanomami (TIY) entre 2022 e 2023. O arranjo orçamentário e jurídico resultou de um conjunto de instrumentos legais e normativos que conferiram sustentação formal e financeira à política, reconhecendo a situação como de calamidade pública e violação de direitos fundamentais.

O primeiro marco foi a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, ajuizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em decisão de 2022, o relator Ministro Luís Roberto Barroso determinou que a União garantisse assistência médica e alimentar aos povos Yanomami e Ye'kwana, promovesse a retirada imediata de invasores e assegurasse medidas de proteção territorial contínuas. Essa decisão criou as bases jurídicas para a mobilização de recursos e para a instalação de uma estrutura de comando interministerial permanente no território.

Os recursos são oriundos de Medida Provisória do Governo Federal (Medida Provisória nº 1.209, de 2024), aprovada pelo Congresso Nacional na forma da Lei nº 14.922, de 11 de julho de 2024. Este é o principal instrumento normativo que orienta o financiamento da política, destinado a uma série de ministérios que compõem a Casa. A lei abriu crédito extraordinário de mais de R\$ 1 bilhão para a proteção da Terra Indígena Yanomami:

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério da Defesa, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Ministério da Pesca e Aquicultura, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e do Ministério dos



Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00 (um bilhão, sessenta e dois milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentos e cinquenta e seis reais), para os fins que especifica. (BRASIL, 2024)<sup>5</sup>.

## STATUS DE CUMPRIMENTO DAS ORDENS DE DESINTRUSÃO

Nas palavras de Tubino, “as operações de desintrusão só produzem efeito duradouro quando o Estado permanece”. Por isso, a Casa de Governo adota dois princípios operacionais fundamentais:

- a** Presença territorial integrada – todas as agências e atores envolvidos devem manter presença física contínua durante o período de execução, evitando lacunas entre as ações repressivas e as etapas de reconstrução;
- b** Permanência mínima de 90 dias – tempo necessário para impactar a estrutura logística e financeira dos invasores e dificultar sua reorganização e retorno às áreas desocupadas.

No caso da Terra Indígena Yanomami, ambas as estratégias exigiram adaptações diante da escala e da complexidade do território, que supera nove milhões de hectares. Embora haja presença constante de agentes federais — especialmente da Força Nacional de Segurança Pública, Exército e Funai — em pontos estratégicos, o centro operacional foi estabelecido em Boa Vista (RR), onde funciona o CCOp, devido aos altos custos logísticos e às dificuldades de acesso.

A operação de desintrusão da TIY já ultrapassa um ano e oito meses de execução, refletindo a natureza persistente das ameaças e as tentativas recorrentes de reorganização das frentes de garimpo. Esse período permitiu consolidar metodologias de monitoramento territorial, fortalecer a ação interagências e operar instrumentos analíticos de observação remota e inteligência integrada, hoje reconhecidos como boas práticas institucionais. O desenho de protocolos formalizados, no entanto, não pode ser observado nas pesquisas realizadas para o presente relatório, tampouco foi possível ter acesso a detalhamentos sobre as tecnologias empregadas.

Atualmente, as ações coordenadas pela Casa de Governo concentram-se em duas frentes complementares:

1. Interior da TI Yanomami – voltada à neutralização das frentes de garimpo, destruição de estruturas ilegais, prestação de assistência humanitária e recuperação de áreas degradadas;
2. Entorno da TI Yanomami – dedicada ao desmantelamento da logística de apoio, com foco em aeródromos, pistas clandestinas, portos fluviais, postos de abastecimento e rodovias de acesso.

O Centro de Coordenação da Operação (CCOp), instalado na antiga sede da Funasa, atua como o núcleo de planejamento e inteligência das operações. As reuniões diárias, realizadas às 17h e conhecidas como “reuniões do pôr-do-sol”, reúnem representantes de todos os órgãos participantes para avaliar os resultados do dia, compartilhar informações e definir as metas e alvos prioritários para o dia seguinte.

5 Ver: Medida Provisória nº 1.209, de 2024.



Essa rotina colaborativa consolidou um modelo de coordenação interagencial de alta responsividade, capaz de conjugar inteligência tática, presença territorial e ação integrada. A experiência da TI Yanomami demonstra que a desintrusão não é apenas uma operação militar, mas um processo de reconstrução social e institucional, cujo êxito depende da continuidade do Estado e da participação ativa das comunidades indígenas.

## Resultados da Operação na TI Yanomami (2024-2025)

Após 18 meses de operação, é possível analisar alguns números que indicam os resultados da Casa de Governo. A seguir são apresentados indicadores tanto daquela instalada em Boa Vista (RR) para os trabalhos na Terra Indígena Yanomami, quanto a respeito da desintrusão da Terra Indígena Munduruku, no Pará, que operou segundo o mesmo modelo, embora não tenha contado com uma base operacional como a de Roraima.

### Quadro 1 | Resultados das ações coordenadas pela Casa de Governo no âmbito do Plano de Desintrusão e de Enfrentamento da Crise Humanitária na Terra Indígena Yanomami Agosto/2024 – Agosto/2025

Número de equipamentos, materiais e bens apreendidos	20 antenas 7 botijões 153 aparelhos celulares 1 eletrodomésticos 22 equipamentos eletrônicos 95 máquinas leves	8 máquinas pesadas 3 placas solares 5 motores 8 equipamentos de radiocomunicação 1 caixas separadoras
Número de equipamentos, materiais e bens destruídos	113 antenas 384 botijões 67 aparelhos celulares 15 dragas 541 eletrodomésticos 348 equipamentos eletrônicos 880 máquinas leves 41 máquinas pesadas 1167 motores	101 placas solares 15 quadriciclos 64 balsas 26 equipamentos de radiocomunicação 292 caixas separadoras 335 geradores 114 edificações 8 balsas de grande porte 9 dragas de grande porte
Número de embarcações, veículos e aeronaves apreendidos	30 embarcações 122 veículos automotores	24 motocicletas 6 aeronaves
Número de embarcações, veículos e aeronaves destruídos	154 embarcações 8 veículos automotores	15 aeronaves
Número de prisões efetuadas	187 pessoas	
Número de pistas de pouso clandestinas destruídas	60 pistas de pouso clandestinas inutilizadas	
Apreensão de drogas, por tipo e quantidade	0,35kg de cloridrato de cocaína	168,00kg de maconha
Apreensão de armas de fogo, por tipo e quantidade <sup>(1)</sup>	76 unidades de armamentos	2.389 munições
Destruição de armas de fogo, por tipo e quantidade	15 armamentos	91 munições
Apreensão de minérios, por tipo e quantidade	127,86kg de ouro	20.210,00kg de cassiterita
Apreensão de mercúrio	109,08kg de mercúrio	

Fonte: Casa Civil da Presidência da República; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil informou que os registros não especificam as características técnicas individuais dos armamentos, mas a maior parte corresponde a espingardas calibre 16, 22 e 12.



Os números da desintrusão da Terra Indígena em Yanomami impressionam: foram 41 aeronaves identificadas no território em dezoito meses, sendo que 33 foram apreendidas e 8 destruídas. Em 2024, quase 200 pistas de pouso foram identificadas, dentro da TI e nas imediações. Apenas 42 delas puderam ser inutilizadas, número que chegou a 60 até agosto de 2025. As embarcações, apreendidas e destruídas, chegaram a 270, a maior parte destruída. Embora seja difícil mensurar a grandeza desses achados da operação, por ausência de parâmetros de comparação, é possível imaginar a magnitude das atividades ilegais e o nível de investimento envolvido quando equipamentos como aeronaves e embarcações são encontrados nessa quantidade. Maquinários leves e pesados, motores, equipamentos de comunicação, ouro, cassiterita e mercúrio também estão entre os materiais encontrados.

Evidência da intersecção de criminalidades nos garimpos da TI, amplamente documentada e publicizada nos últimos anos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e outros atores, também foram apreendidas drogas e armas.

**Figura 2** | Apreensões/destruições realizadas pela Casa de Governo  
Agosto/2024 – Agosto/2025



**Fonte:** Dados da Casa de Governo, recebidos via LAI (Lei de Acesso à Informação).

## Observações técnicas

A maior parte dos armamentos apreendidos corresponde a espingardas calibres 12, 16 e 22, comumente utilizadas na segurança e defesa de áreas de garimpo. A destruição das infraestruturas logísticas associadas ao garimpo ilegal ocasionou expressivo prejuízo operacional às redes criminosas, restringindo os fluxos de abastecimento, transporte aéreo e comunicação na região.

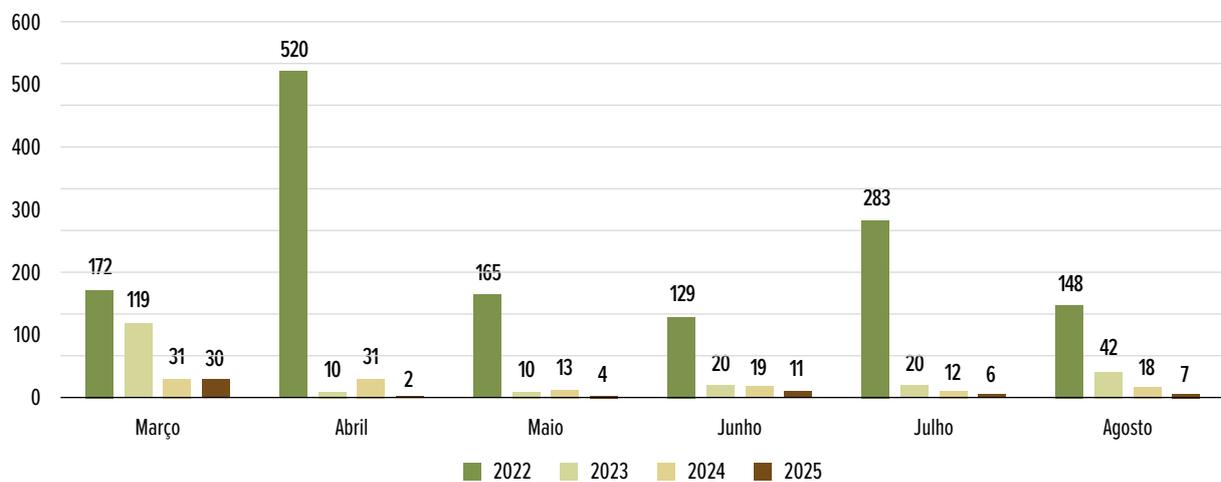
Em diversas áreas, entretanto, a presença prolongada das frentes de garimpagem resultou na disseminação de armas de fogo no interior do território indígena, introduzidas por diferentes vias: por meio de estratégias de cooperação, por abandono e ocultação de armamentos na mata durante operações de fiscalização, ou ainda por trocas e negociações informais ocorridas entre garimpeiros e indígenas, inclusive entre diferentes etnias.



Outro mecanismo histórico de cooptação e desestruturação social identificado é a introdução e disseminação do consumo de álcool nas comunidades, prática que, ao longo dos anos, tem contribuído para agravar situações de violência interna, especialmente em contextos de vulnerabilidade e ausência do Estado. Em alguns casos, observou-se ainda a transmissão de técnicas de produção artesanal de bebidas alcoólicas entre povos da região, perpetuando um padrão trágico de deterioração social e sanitária que se repete há décadas nesses territórios.

Outro viés comparativo possível é o número de garimpos instalados em cada mês nos anos de 2022 a 2025, metodologia que dá conta de eventuais sazonalidades da atividade e melhora a comparabilidade entre os anos. A diferença entre 2022 e 2023 já é bastante perceptível, caindo de 1.417 alertas de garimpo para 221 em 2025.

**Gráfico** | Evolução dos alertas de garimpo (unidade)  
Março a Agosto de 2022 - Março a Agosto de 2025



Fonte: Casa de Governo.

## DESENHO OPERACIONAL E IMPLEMENTAÇÃO

### Principais intervenções

- **Cobertura territorial:** toda a extensão da TI Yanomami e seu entorno imediato, incluindo municípios de Roraima e Amazonas e áreas de fronteira com a Venezuela;
- **População beneficiária:** cerca de 30 mil indígenas Yanomami e Ye'kwana, além de comunidades indígenas e não indígenas que atuam as rotas logísticas afetadas pelas dinâmicas ilícitas associadas ao garimpo;
- **Fluxos de trabalho:** integração interagências sob coordenação do Centro de Coordenação de Operações (CCOp), articulando monitoramento, resposta tática, saúde e inteligência;



→ **Destaques entre as tecnologias de ponta mobilizadas:**

- **Radar Saber M60:** utilizado para detectar e rastrear aeronaves em voos irregulares;
- **Drone Nauru 500-C:** empregado em missões de reconhecimento, vigilância e coleta de inteligência;
- **Aeronave R-99:** voltada ao monitoramento de alvos por meio de imagens térmicas, visão noturna e mapeamento de calor.

## Infraestrutura e pontos de apoio

A operação conta com a mobilização de:

- **8 bases da FUNAI;**
- **3 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e 3 Destacamentos Especiais de Fronteira (DEF);**
- **37 polos de saúde do DSEI Yanomami e 74 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI);**
- **Instalação, com suporte das Forças Armadas, de duas Bases de Segurança (Kayanaú e Pakilapi).**



Base de Kayanaú. **Fotos:** Arquivo Pessoal/Comando Operacional Conjunto Catrimani II.



Foram implementadas duas barreiras fluviais nos rios Uraricoera e Mucajaí, com vigilância noturna, além de:

- **Fiscalização e patrulhamento fluvial, portuário e rodoviário;**
- **Controle de pistas de pouso e aeronaves, resultando em 62 pistas inutilizadas e 488 fiscalizadas;**
- **Inutilização de dragas e equipamentos de mineração;**
- **Ações preventivas em áreas fora da TIY para interceptar fluxos logísticos ilícitos;**
- **Atividades de inteligência voltadas à análise da dinâmica das frentes de garimpagem e suas estratégias de camuflagem.**

Entre março de 2024 e 14 de setembro de 2025, foram realizadas 1.841 ações dentro da TI Yanomami e 5.316 no entorno imediato, consolidando uma presença operacional contínua.



Base de Kayanaú. **Foto:** Arquivo Pessoal/Comando Operacional Conjunto Catrimani II.



Novo Destacamento Especial de Fronteira de Waikás. **Foto:** Bruno Mancinelli/Casa de Governo.



## LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

### Sustentabilidade e continuidade

A sustentabilidade financeira da Casa de Governo assenta-se em um arranjo interministerial e multi-orçamentário, apoiado em créditos extraordinários e dotações específicas de órgãos federais como os Ministérios da Defesa, da Justiça e Segurança Pública, dos Povos Indígenas, da Saúde e do Meio Ambiente. Esse modelo é resultado direto das determinações da ADPF 709 (Supremo Tribunal Federal), que impuseram à União a obrigação de garantir recursos contínuos para a proteção e assistência aos povos indígenas, conferindo à política caráter de obrigação de Estado — e não apenas de governo.

Em 2024, dois marcos orçamentários consolidaram a estrutura financeira da Casa de Governo:

- R\$ 1,2 bilhão destinado à presença e estrutura permanente no território Yanomami;
- R\$ 1,0 bilhão em crédito extraordinário voltado às ações emergenciais de desintrusão, saúde e segurança territorial.

Embora os recursos não componham um orçamento autônomo, sua execução descentralizada ocorre por meio de rubricas e convênios interinstitucionais. Isso exige coordenação política e técnica constante para evitar descontinuidade de repasses e sobreposição de competências. Como observou Tubino em sua entrevista, a sustentabilidade depende menos da existência de uma rubrica específica e mais da “capacidade de manter a máquina funcionando após a fase de emergência, integrando os custos às rotinas dos órgãos que já estão no território”.

Do ponto de vista institucional, a Casa de Governo representa um avanço na governança interagências. Criada por ato administrativo em cumprimento a determinações judiciais, sua legitimidade decorre do papel de coordenação da União sobre políticas de proteção em Terras Indígenas. Mesmo sem um decreto ou lei que estabeleça seu caráter permanente, vem consolidando instrumentos operacionais reconhecidos pela Casa Civil, pelo Ministério dos Povos Indígenas e pelos órgãos de controle.

### Sustentabilidade operacional

Este é, talvez, o principal desafio do momento: institucionalizar uma experiência que, embora concebida para atender a uma situação de urgência, alcançou resultados expressivos e desenvolveu um repertório próprio de tecnologias operacionais, metodologias interagências e práticas de governança territorial.

A Casa de Governo consolidou-se como um espaço de experimentação administrativa e de integração entre políticas públicas, cuja longevidade — incomum em ações emergenciais — permitiu um processo contínuo de amadurecimento institucional. Essa duração excepcional, voltada à urgência Yanomami, criou condições para a produção de conhecimento técnico, a formação de quadros especializados e o aperfeiçoamento dos instrumentos de coordenação entre agências.



Como observa Nilton Tubino, “a sustentabilidade na Amazônia depende menos da tecnologia em si e mais da capacidade de estar presente no território, de manter a estrutura mínima de comunicação, transporte e abastecimento”. A partir dessa constatação, a estratégia de sustentabilidade desloca-se do investimento pontual em equipamentos para a construção de presença estatal duradoura, com ênfase na manutenção das bases avançadas e na integração dos custos operacionais aos orçamentos regulares dos ministérios e órgãos executores.

O grande desafio, portanto, é transformar uma ação de governo em uma política de Estado, incorporando a infraestrutura de monitoramento e vigilância territorial aos programas permanentes de proteção ambiental, saúde indígena e segurança pública. Essa institucionalização é a única forma de evitar o colapso de continuidade que normalmente sucede o fim dos créditos extraordinários.

Em síntese, a sustentabilidade da Casa de Governo não depende apenas de recursos financeiros, mas da capacidade administrativa e política de converter uma resposta emergencial em um modelo permanente de presença federal na Amazônia, articulado com as comunidades locais e integrado à rotina das instituições públicas.

## Perspectivas de continuidade

Inicialmente concebida como resposta emergencial, a Casa de Governo foi mantida por um período mais longo do que o previsto, em razão da persistência das invasões e das condições excepcionais de financiamento. A reincidência do garimpo ilegal, mesmo após sucessivas operações, demonstra que a sustentabilidade da política depende de institucionalização de longo prazo e da presença permanente do Estado.

Segundo Tubino, “o grande desafio agora é fazer a transição entre a fase militar e a fase civil — garantir que a máquina estatal continue atuando com regularidade, que os indígenas estejam integrados ao monitoramento e que as invasões não voltem a sair do controle”. Para tanto, a Casa de Governo tem buscado fortalecer a cooperação com o MPI, a Funai e as universidades públicas da Amazônia, de modo a formar capacidades locais de monitoramento, gestão territorial e comunicação.

## Escalabilidade e replicabilidade

As experiências acumuladas desde 2012 — da desintrusão de Marãiwatsédé e Awá até a criação da Casa de Governo em Roraima — constituem um patrimônio institucional inédito para o Estado brasileiro. A manutenção prolongada da estrutura em Boa Vista gerou uma base de aprendizado sobre logística, integração interagências, diálogo comunitário e reconstrução territorial que transcende o caso Yanomami.

A diversidade de povos, a complexidade logística dos territórios, a acumulação social das violências e as diferentes formas de vulnerabilidade impedem a adoção de um modelo único de intervenção. No entanto, a experiência de Roraima demonstra que há princípios e práticas replicáveis, entre elas:

- Coordenação interagencial contínua, com presença territorial e compartilhamento diário de informações;



- Uso sistemático de dados e tecnologias de monitoramento para orientar decisões;
- Integração entre ações de segurança, saúde e assistência humanitária;
- Criação de protocolos baseados em evidências científicas para controle e prevenção de ilícitos.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Casa de Governo e das operações de desintrusão oferece lições estratégicas sobre o desenho de políticas públicas para a Amazônia, tais como:

- A importância da coordenação interinstitucional com comando local e integração diária de informações;
- O papel do engajamento comunitário e do protagonismo indígena como condição de sustentabilidade;
- A necessidade de políticas estruturantes e permanentes de vigilância e reconstrução territorial, que transcendam o ciclo das emergências;
- E a centralidade de uma abordagem que una segurança, saúde e sustentabilidade ambiental sob uma mesma diretriz de Estado.

Em síntese, o principal aprendizado é que **a desintrusão é apenas o início do processo**: manter o território livre exige a continuidade do Estado, a corresponsabilidade das comunidades e a institucionalização de políticas que convertam a crise em oportunidade de reconstrução e de fortalecimento da presença pública na Amazônia.



## ANEXO

### Anexo I – Terra Indígena Yanomami

#### TERRA INDÍGENA YANOMAMI

##### 1. Identidade, diversidade e território

O nome Yanomami — como ocorre com muitos etnônimos ameríndios — expressa uma dimensão existencial: significa “gente” ou “pessoas”, em oposição a tudo o que é considerado não humano. No uso público e institucional, o termo passou a designar um conjunto cultural, territorial e linguístico composto por grupos inter-relacionados que, embora compartilhem uma matriz comum, apresentam variações regionais e microrregionais. Trata-se, portanto, de uma unidade cultural plural, marcada por uma diversidade interna profunda.

Pesquisas em genética, linguística e etnologia indicam que os Yanomami descendem de populações que permaneceram relativamente isoladas até recentemente, o que favoreceu a preservação de modos de vida, línguas e estruturas sociais singulares. Dentro desse macroconjunto, identificam-se seis principais subgrupos culturais e linguísticos: Ninam, Sanöma, Yãnoma, Yanomám, Yanonami e Yãroamë.

Esses grupos compartilham traços estruturais — como cosmologia, morfologia social, práticas políticas e trocas ritualísticas — mas mantêm variações locais expressivas. Embora a maioria das comunidades valorize uniões endógenas, existem redes de intercâmbio matrimonial, cerimonial e econômico que conectam diferentes aldeias e regiões, tecendo uma malha sociopolítica densa e dinâmica que se estende por todo o território Yanomami.

No plano geográfico, a Terra Indígena Yanomami (TIY) abrange amplas áreas do alto Rio Branco, em Roraima, e das margens do Rio Negro, no noroeste do Amazonas. No plano cosmológico e ecológico, os Yanomami compreendem o território como *urihi*, termo que pode ser traduzido como “terra-floresta” — uma entidade viva e relacional que integra humanos, espíritos, rios, montanhas, árvores e animais em um mesmo campo de reciprocidade.

Por isso, os Yanomami denominam seus grupos de monitoramento como “Urihi Noamatima Thëpë”, expressão que significa, aproximadamente, “Pessoas que cuidam da terra-floresta” ou “Guardiões da terra-floresta” — evidenciando que a proteção do território é, antes de tudo, uma prática espiritual e coletiva, orientada pela ética do cuidado com a floresta e com todos os seres que nela habitam.

##### 1.1 Presença dos Ye'kwana na TI Yanomami

Dentro da TI Yanomami, residem também comunidades do povo Ye'kwana. Embora tenham sido historicamente identificados por autônimos como Maiongong (em língua pemon) ou Makiritare (termo arawak), os Ye'kwana usam *soto* para se autodenominar — “gente/pessoas”.



A língua Ye'kwana integra a família karíb, especificamente o ramo guianense. Culturalmente, são experientes agricultores e navegadores fluentes. Historicamente, cumpriram papel de mediadores em trocas interétnicas, dada sua mobilidade e conhecimento territorial.

No Brasil, comunidades Ye'kwana situam-se dentro da TI Yanomami, nas regiões de Auaris, Waichannha e Kudatannha. Estima-se que cerca de 750 pessoas vivam nessas aldeias no Brasil. Já na Venezuela, em 2011, a população Ye'kwana foi estimada em aproximadamente 7.997 pessoas distribuídas em mais de 60 aldeias.

## **1.2 Povos indígenas isolados**

No interior da TI Yanomami constam diversas áreas registradas como habitadas por povos indígenas isolados, sendo eles: “Isolados da Serra da Estrutura”, “Isolados do Amajari”, “Isolados do Auaris/Fronteira”, “Isolados do Baixo Rio Cauaburis”, “Isolados Parawaü” e “Isolados Surucucu/Kataroa”.

Desde o segundo Encontro Nacional de Sertanistas (1987), a política indigenista brasileira adotou o princípio de não contato: intervir somente em casos de risco de vida ou saúde para povos isolados. Para operacionalizar essa diretriz, foi instituída a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados (CGIIRC), atualmente Coordenação-Geral de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, que abrange a TI Yanomami como parte integrante das ações nacionais de proteção dos povos isolados. Com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, em 2023, foi instituído o Departamento de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (DEPIR), que atua na promoção dos direitos e formulação e monitoramento de políticas públicas para esses povos.

Estudos históricos indicam que povos isolados frequentemente mantêm mobilidade constante, deslocando-se entre acampamentos sazonais ou errantes. Segundo Bruce Albert (1997), antes do contato intenso, entre um terço e quase metade do ano eles poderiam estar assentados em acampamentos diversos — mobilidade que tende a se reduzir conforme o contato com postos brancos (postos de saúde, missões, agências da Funai) aumenta.

A existência desses grupos em situação de isolamento amplia de modo substancial os desafios jurídicos, territoriais e de proteção no interior da TI Yanomami: trata-se não só de gestão de populações contatadas, mas de assegurar o direito de quem escolheu permanecer distante e manter modos de vida próprios.

## **2. Principais ameaças e iniciativas de etnomonitoramento**

A TI Yanomami está sob intensa pressão de interesses externos, especialmente do garimpo ilegal. Na “corrida do ouro” entre o final dos anos 1980 e começo dos 1990, estima-se que até 40 mil garimpeiros operavam dentro do território indígena, resultando em epidemias, crimes ambientais e mortalidade indígena.

Embora a TI Yanomami tenha sido homologada em 1992, a invasão garimpeira nunca cessou. As consequências da mineração ilegal são múltiplas: degradação florestal, contaminação por mercúrio (afetando



águas, solos e saúde), poluição, desequilíbrios ecológicos, perda de cultura alimentar e territorial, além de imposição direta sobre estruturas comunitárias.

## **2.1 Sistema de Alertas da Terra Indígena Yanomami**

As **organizações indígenas da Terra Indígena Yanomami (TIY)** sempre desempenharam um papel fundamental como mediadoras entre as comunidades e o poder público na defesa de direitos, na proteção territorial e na garantia da sobrevivência física e cultural dos povos Yanomami e Ye'kwana.

Com a recente **intensificação do garimpo ilegal na Amazônia**, as demandas por fiscalização e ações de proteção tornaram-se cada vez mais urgentes. Nos últimos anos, as associações passaram a receber, quase semanalmente, **relatos de invasões, contaminações, ameaças e outras violações**, encaminhados diretamente pelas comunidades. Até recentemente, essas denúncias eram realizadas por **cartas manuscritas, mensagens de radiofonia ou deslocamentos arriscados** de lideranças até as sedes das associações nas cidades — um processo que, além de lento, **expunha os denunciantes a riscos físicos e de retaliação**.

Diante desse cenário, em **2023**, as **Associações Yanomami e Ye'kwana**, com apoio técnico do **Instituto Socioambiental (ISA)**, desenvolveram um **mecanismo integrado de monitoramento** capaz de **sistematizar, qualificar e documentar os alertas** recebidos nas aldeias.

O **Sistema de Alertas da Terra Yanomami** nasce, assim, com um **duplo propósito**:

- **Servir como canal oficial de comunicação** entre as comunidades e as autoridades responsáveis, garantindo **respostas rápidas e coordenadas**;
- **Constituir um registro histórico das violações de direitos**, valorizando o conhecimento tradicional e a atuação das **lideranças indígenas como mediadoras interculturais** na defesa do território.

Segundo dados divulgados pelas organizações indígenas, o primeiro ano de funcionamento do Sistema, ainda em fase experimental, demonstrou alto potencial de uso e efetividade. No período de agosto de 2023 a agosto de 2024, foram registrados 122 alertas, dos quais 64% correspondem a ocorrências territoriais, 21% a alertas de saúde e 15% a alertas ambientais e climáticos, evidenciando o papel estratégico do Sistema na vigilância comunitária e na resposta rápida a situações de risco dentro da Terra Indígena Yanomami.

### **Como funciona**

O Sistema de Alertas opera por meio de um aplicativo móvel chamado ODK Collect, que permite aos monitores indígenas, previamente capacitados, registrar ocorrências locais de forma segura, anônima e autônoma.



O registro do alerta pode ser feito sem acesso à internet (offline) e inclui áudio, coordenadas geográficas e fotografias. Assim que o dispositivo é conectado, o formulário é enviado automaticamente para o servidor do sistema. Atualmente, há antenas de conexão disponíveis na maioria dos postos de saúde da TI Yanomami, o que facilita o envio das informações.

A equipe técnica do Sistema — composta por profissionais indígenas e indigenistas — acessa diariamente o servidor, realiza a triagem dos alertas e coordena o fluxo de informações com as centrais de comunicação instaladas no território. Essas centrais têm a função de analisar, qualificar e traduzir as mensagens recebidas das comunidades, consolidando-as em um sistema integrado de monitoramento.

Quando as informações são incompletas, ambíguas ou contraditórias, as centrais entram em contato com a região de origem do alerta para confirmar detalhes e evitar equívocos. A depender da gravidade e urgência da situação, as organizações indígenas podem emitir uma carta comunitária, um ofício ou uma notificação formal — registrada no Boletim Semanal do Sistema de Alertas — para encaminhar a denúncia aos órgãos públicos competentes.

## 2.2 Oficinas de Monitoramento

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Yanomami, elaborado entre outubro de 2015 e novembro de 2018, definiu a governança e a proteção territorial como eixos prioritários de atuação.

Com base nas diretrizes estabelecidas pelo PGTA, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em parceria com as Associações Indígenas Yanomami e Ye'kwana, a FUNAI, PRF, IBAMA, Censipam, o Instituto Socioambiental (ISA), a Diocese de Roraima, Universidades e outros parceiros institucionais, vem implementando oficinas de monitoramento voltadas ao fortalecimento da vigilância comunitária e da gestão territorial indígena.



Foto: Rodrigo Chagas/FBSP.





Fotos: Ministério dos Povos Indígenas/Rodrigo Chagas.

Essas oficinas têm como objetivo capacitar as comunidades para o uso de tecnologias e metodologias voltadas à proteção do território, incluindo:

- Operação do Sistema de Alertas da Terra Indígena Yanomami;
- Utilização de drones e ferramentas de georreferenciamento e mapeamento participativo;
- Criação e padronização de protocolos de segurança e comunicação comunitária;
- Integração de saberes tradicionais e tecnologias contemporâneas na observação e registro de ameaças ambientais, sanitárias e territoriais.

Essas ações fortalecem a autonomia das comunidades indígenas na gestão do território, ampliando sua capacidade de monitorar, documentar e responder a situações de risco, em articulação com os órgãos públicos e parceiros institucionais.



Quadro 2

Modalidades de autoproteção indígena:  
Grupo de Monitoramento Etnoambiental - Urihi Noamatima Thëpë

Modalidades de autoproteção indígena	
Entidade	Urihi Noamatima Thëpë
Modalidade de autoproteção	Grupo de Monitoramento Etnoambiental
Área dos territórios	9.665 mil (ha)
População estimada	31.223
Etnias contactadas	- <b>Família linguística Yanomami:</b> Yanomami Ninam, Yanomami Sanõma, Yanomami Yãnoma, Yanomami Yanomám, Yanomami Yanonami e Yanomami Yaroamë. - <b>Família linguística Karib:</b> Ye'kwana.
Isolados	Isolados da Serra da Estrutura, Isolados do Amajari, Isolados do Auaris/Fronteira, Isolados do Baixo Rio Cauaburis, Isolados Parawa u, Isolados Surucucu/Kataroa
Principais ameaças	Caçador, Madeireiro, Pescador, Fazendeiro, Narcotraficante e Garimpeiro.
Estado	Amazonas (AM) e Roraima (RR)
Faixa de fronteira	Venezuela e República da Guiana
Modais logísticos	Fluvial e aéreo
Meios logísticos principais	Bacias hidrográfica do Rio Negro
Bioma	Amazônia (100%)
Municípios de referência	Alto Alegre (RR), Amajari (RR), Barcelos (AM), Boa Vista (RR), Caracaraí (RR), Iracema (RR), Mucajá (RR), Santa Isabel do Rio Negro (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM).
Eventos marcantes	- Um episódio emblemático, um ano após a Demarcação da TIY, foi o genocídio de Haximu em 1993, no qual uma expedição garimpeira atacou um acampamento Yanomami, resultando na morte de diversas mulheres, crianças e idosos, e gerando grande impacto nas memórias coletivas. - Entre 2015 e 2022, a Terra Indígena Yanomami enfrentou uma invasão massiva de garimpeiros ilegais, que provocou um colapso sem precedentes nos sistemas de saúde, economia e organização social das comunidades. Esse processo coincidiu com o período da pandemia de Covid-19, agravando drasticamente a crise humanitária e sanitária no território.

Fonte: Elaboração própria.





Experiências  
promissoras de  
prevenção e  
enfrentamento  
**ao crime e à  
violência na  
Amazônia**

1ª edição

Cartografias da  
**Violência na Amazônia**



Experiências  
promissoras de  
prevenção e  
enfrentamento  
**ao crime e à  
violência na  
Amazônia**

1ª edição



INSTITUTO  
**ITAÚSA**